

A Perceção da importância da Contabilidade, como Sistema de Informação no Âmbito da Tomada de Decisão da Gestão

-

O Caso das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários

Projeto de Investigação - Mestrado em Contabilidade e Finanças

José Francisco Capitão Pardal

Projeto de Mestrado realizado sob orientação o Professor Especialista Nuno Miguel da Costa Tavares, Professor do Instituto Politécnico de Portalegre.

Novembro de 2021

*A Percepção da Importância da Contabilidade como Sistema de Informação,
no Âmbito da Tomada de Decisão da Gestão
O caso das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários*

*A Percepção da Importância da Contabilidade como Sistema de Informação,
no Âmbito da Tomada de Decisão da Gestão
O caso das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários*

Epígrafe

***Aos meus sonhos de criança e aos meus 70
anos de idade:***

*“Eles não sabem, nem sonham
Que o sonho comanda a vida
E que sempre que um homem sonha
O mundo pula e avança
Como bola colorida
Entre as mãos de uma criança”*

António Gedeão, Pedra Filosofal

Dedicatória

Vividos 70 anos de idade, com a ajuda da minha família, de muitos amigos, colegas e professores em vários níveis, muita experiência adquiri e muito conhecimento apreendi.

Dedico este meu trabalho a quatro grupos de pessoas:

- Aos meus entes queridos, a toda a minha família:

Aos meus avós, à minha madrinha e aos meus pais falecidos, que apesar das dificuldades, em tempo, me possibilitaram que concluísse o Curso Geral de Comércio, pois sem isso nunca teria chegado onde cheguei e muito menos a esta etapa.

À minha esposa, Rosária Luísa, que nas horas difíceis me acompanhou e me incentivou a não desistir, ao meu filho, Luís Filipe, que me acompanhou nesta difícil jornada de estudar para atingir esta meta e ao meu neto, Tiago Miguel, para quem fui certamente um incentivo para os seus estudos. Tiago o saber não ocupa lugar.

Às minhas irmãs (à Olímpia recentemente falecida e à Rosa Maria), cunhados e sobrinhos, que sempre me incentivaram a continuar e a não desistir, apesar das dificuldades que lhes fiz sentir.

- Aos meus colegas da Caixa Geral de Depósitos, dos muitos locais de trabalho por onde passei, com quem aprendi e me ajudaram a ser o que sou hoje.

- Aos meus colegas dos Órgãos Sociais da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Estremoz, com quem tenho colaborado há vários mandatos e me incentivaram a prosseguir nesta tarefa árdua de concluir o Mestrado, sobre um tema que lhes também é querido.

- A todos aqueles que “...lá longe onde o sol castiga mais...” como diz o poeta, nas terras de Cabo Delgado, em Moçambique, entre fevereiro de 1972 e março de 1974, comigo deram o “o sangue, o suor e as lágrimas”, numa guerra injusta fruto da política e da teimosia de uns quaisquer tiranos.

Em especial àqueles jovens de vinte e dois anos de idade que, a meu lado, por lá ficaram, morrendo ingloriamente, na manhã do dia 21 de Março de 1973 (data que não mais esquecerei): ao Monteiro (africano de Moçambique), ao Constantino (pescador da Póvoa de Varzim), ao Paulino (condutor da região de Tomar) e aos seis miúdos africanos, com menos de seis anos de idade (do aldeamento do Chai, Moçambique), que connosco se deslocavam e que vi morrer numa forma horrenda, que me abstenho de descrever.

Agradecimentos

- Em primeiro lugar, os meus agradecimentos vão para **o meu orientador Professor Doutor Nuno Miguel Costa Tavares**, pelo apoio, pela dedicação e especialmente pela paciência com que sempre me atendeu. Foi exigente comigo e com este trabalho, e ainda muito bem que o foi. Sem essa exigência, possivelmente, este trabalho não conseguiria atingir os objetivos que me propus.
- Em segundo lugar quero agradecer **aos colegas** que comigo estudaram durante a parte curricular do Mestrado. As suas diversas experiências e vivências foram bastante úteis para que eu adquirisse conhecimentos fora da minha área de saber.
- Em terceiro, quero agradecer **à minha família**, pelo incentivo constante em prosseguir.
- Aos meus **colegas das Associações Humanitárias de Bombeiros**, agradeço o trabalho e o tempo que lhes roubei, com o preenchimento do questionário que serviu de base ao trabalho de campo.
- Ao Senhor Comandante Marta Soares e à Comissão Executiva da Liga de Bombeiros Portugueses pela divulgação do inquérito por todas as associações de bombeiros.
- Os meus agradecimentos vão para todos aqueles, **professores e professoras, que lecionaram a parte curricular do Mestrado** e me possibilitaram a aquisição de conhecimentos suficientes para que este trabalho fosse concluído com sucesso: **Doutora Albertina Monteiro, Doutora Amélia Cristina Ferreira da Silva, Doutora Ana Clara da Conceição Borrego, Doutora Ana Maria Alves Bandeira, Doutora Helena Maria Freire Cameron, Doutor Eurico Cirne de Lime Bastos, Doutor João Carlos Parente Romacho, Doutor João Luís de Miranda, Doutor José de Campos Amorim, Doutor Nicolau Miguel Almeida, Doutor Nuno Miguel Costa Tavares e Doutor Paulo Ferreira.**
- E finalmente, agradeço a todos **os que me encorajaram** a levar de vencida esta árdua tarefa e cujos nomes não é viável expressar neste reduzido agradecimento.

Muito obrigado a todos!

Resumo

A ideia subjacente à investigação é a dúvida que se colocou quanto à utilização da contabilidade como sistema de informação para a tomada de decisão, por parte dos gestores das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários (AHBV's) e da perceção destes para a importância dessa utilização.

Face às dúvidas surgidas foram traçados os objetivos a atingir, por forma a investigação obter respostas às duas perguntas de partida:

- Os Gestores das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários utilizam a Contabilidade como Sistema de Informação para a Tomada de Decisão de Gestão?
- Os Gestores das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários têm a perceção da importância da Contabilidade como Sistema de Informação para a Tomada de Decisão de Gestão?

E complementarmente, conhecer as características principais ligadas à contabilidade das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários, o Perfil da sua Gestão, como é elaborada a sua Contabilidade e os Custos desta.

Para alcançar os objetivos pretendidos pela investigação realizámos um inquérito junto de uma amostra aleatória de 200 gestores das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários, que julgámos representativa da população e nos possibilitou obter informação suficiente para caracterizar: a organização (associação de bombeiros), o perfil da sua gestão, a elaboração da contabilidade e os seus custos, a utilização ou não da informação contabilística e a perceção dos gestores para a importância da contabilidade no sistema de informação para a tomada de decisão, e desta forma responder às duas perguntas de partida.

As conclusões da investigação realizada foram:

- 1) Os Gestores das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários utilizam a Contabilidade como Sistema de Informação para a Tomada de Decisão de Gestão;
- 2) Os Gestores das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários têm a perceção da importância da Contabilidade como Sistema de Informação para a Tomada de Decisão de Gestão.

*A Percepção da Importância da Contabilidade como Sistema de Informação,
no Âmbito da Tomada de Decisão da Gestão
O caso das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários*

Palavras-chave

Gestão, Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários, Contabilidade, Sistemas de Informação, Tomada de Decisão, Percepção.

Abstract

The idea underlying the investigation is the doubt that has arisen regarding the use of accounting as an information system for decision-making by managers of the Humanitarian Associations of Voluntary Firefighters (AHBV's) and their perception of the importance of this use.

In view of the doubts that arose, the objectives to be achieved were outlined, so that the investigation could obtain answers to the two starting questions:

- Do the Managers of the Humanitarian Associations of Voluntary Firefighters use Accounting as an Information System for Management Decision Making?*
- Do the Managers of the Humanitarian Associations of Voluntary Firefighters understand the importance of Accounting as an Information System for Management Decision Making?*

And, in addition, to know the main characteristics related to the accounting of the Humanitarian Associations of Voluntary Firefighters, the Profile of their Management, how their Accounting and its Costs are prepared.

To achieve the intended objectives of the investigation, we carried out a survey with a random sample of 200 managers of the Humanitarian Associations of Voluntary Firefighters, which we judged to be representative of the population and allowed us to obtain enough information to characterize: the organization (fire brigade association), the profile of the its management, the preparation of accounting and its costs, the use or not of accounting information and the managers' perception of the importance of accounting in the information system for decision-making, and in this way answering the two starting questions.

The conclusions of the investigation carried out were:

1) The Managers of the Humanitarian Associations of Voluntary Firefighters use Accounting as an Information System for Management Decision Making;

2) The Managers of the Humanitarian Associations of Voluntary Firefighters understand the importance of Accounting as an Information System for Management Decision Making.

*A Percepção da Importância da Contabilidade como Sistema de Informação,
no Âmbito da Tomada de Decisão da Gestão
O caso das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários*

Keywords

Management, Humanitarian Association of Volunteer Firefighters, Accounting, Information Systems, Decision Making, Perception.

Lista de Abreviaturas, Siglas e Símbolos

ACSS – Administração Central do Sistema de Saúde – I.P.
AHBV(‘s) – Associação(ões) Humanitária(s) de Bombeiros Voluntários
AHBVE – Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Estremoz
ANEPC - Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil
Associações - Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários
Associações de Bombeiros - Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários
AT – Autoridade Tributária e Aduaneira
CASES – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social
CB - Corpo de Bombeiros
CB(‘s) – Corpo(s) de Bombeiros
CC – Contabilista Certificado
CDOS – Comando Distrital de Operações de Socorro
CE - Comissão Europeia
CIM – Comunidade Intermunicipal
CIMI – Código do Imposto Municipal sobre Imóveis
CIMIT – Código do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis
CIRC – Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas
CIRS – Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares
CIS – Código do Imposto de Selo
CISV – Código do Imposto sobre Veículos
CIUC – Código do Imposto Único de Circulação
CIVA – Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado
CN – Contas Nacionais
CSES - Conta Satélite da Economia Social
DECIF – Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Florestais
DGSS – Direção Geral da Segurança Social
DL - Decreto-Lei
EBF – Estatuto dos Benefícios Fiscais
ECIN - Equipas de Combate a Incêndios Florestais
EPE – Entidade Pública Empresarial
ES – Economia Social
ESB - Estatuto Social do Bombeiro

*A Perceção da Importância da Contabilidade como Sistema de Informação,
no Âmbito da Tomada de Decisão da Gestão
O caso das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários*

ESNL – Entidade do Setor Não Lucrativo
EU – *European Union* - União Europeia
FBDE – Federação dos Bombeiros do Distrito de Évora
FSE - Fornecimentos e Serviços Externos
IAVE - *International Association for Volunteer Effort*
IE - Inquérito ao Emprego
IEDCB - Inquérito às Entidades Detentoras de Corpos de Bombeiros
IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis
IMT – Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis
INE - Instituto Nacional de Estatística, Instituto Público
INEM – Instituto Nacional de Emergência Médica
IRC – Imposto sobre o Rendimento das pessoas Coletivas
IRS – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares
IS – Imposto de Selo
ISV – Imposto sobre Veículos
ITV – Inquérito ao Trabalho Voluntário
IUC – Imposto Único de Circulação
IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado
LBP – Liga de Bombeiros Portugueses
MAI – Ministério da Administração Interna
ME - Microempresa
MTC – Massa Total de Carga
NCRF – Norma Contabilística e de Relato Financeiro
NIF – Número de Identificação Fiscal
OES – Organização(ões) da Economia Social
OIT - Organização Internacional do Trabalho
OSFL – Organizações sem Fins Lucrativos
PC – Proteção Civil
PIB - Produto Interno Bruto
PME - Micro, Pequenas e Médias Empresas
POC - Plano Oficial de Contabilidade
SI – Sistemas de Informação
SIAD – Sistema de Informação de Apoio à Decisão

*A Percepção da Importância da Contabilidade como Sistema de Informação,
no Âmbito da Tomada de Decisão da Gestão
O caso das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários*

Stakeholders – Partes interessadas

SNC – Sistema de Normalização Contabilística

SNS – Serviço Nacional de Saúde

SPSS - *Statistical Package for the Social Sciences*

SS – Segurança Social

TGS – Teoria Geral dos Sistemas

TI – Tecnologias de Informação

TV - Trabalho Voluntário

VAB – Valor Acrescentado Bruto

VN - Volume de Negócios

Índice Geral

EPÍGRAFE	I
DEDICATÓRIA	II
AGRADECIMENTOS	III
RESUMO	IV
PALAVRAS-CHAVE.....	V
ABSTRACT	VI
KEYWORDS	VII
LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS	VIII
ÍNDICE GERAL	XI
ÍNDICE DE ANEXOS	XV
ÍNDICE DE APÊNDICES	XVI
ÍNDICE DE FIGURAS	XVII
ÍNDICE DE GRÁFICOS	XVIII
ÍNDICE DE TABELAS	XIX
CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO.....	25
1.1. IDENTIFICAÇÃO DO PROBLEMA DE INVESTIGAÇÃO.....	25
1.2. ENQUADRAMENTO GERAL.....	26
1.3. JUSTIFICAÇÃO PARA O ESTUDO.....	27
1.4. O OBJETO DA INVESTIGAÇÃO.....	27
1.4.1. OS OBJETIVOS A ATINGIR	27
1.5. RELEVÂNCIA PROFISSIONAL E PESSOAL.....	28
1.6. ORGANIZAÇÃO DO ESTADO.....	29
1.6.1. DESCRIÇÃO DAS ETAPAS DA INVESTIGAÇÃO.....	29
1.6.2.1. A OPERACIONALIZAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO	30
1.6.2.2. O QUESTIONÁRIO – ELABORAÇÃO, REMESSA E RECOLHA	30
1.6.2.3. A POPULAÇÃO OU A AMOSTRAGEM	32
1.6.2.4. A DEFINIÇÃO DAS VARIÁVEIS	33
1.6.2.5. O PRÉ-TESTE.....	33

1.6.2.6. A ANÁLISE AOS DADOS	34
1.7. LIMITES E RESTRIÇÕES AO ESTUDO	34
1.8. DEFINIÇÃO DAS PALAVRAS-CHAVE	34
1.9. O RESUMO DO CAPÍTULO	35
CAPÍTULO II – A REVISÃO DA LITERATURA.....	36
2.1. A REVISÃO DA LITERATURA.....	36
2.2. O SERVIÇO SOCIAL, O DIAGNÓSTICO SOCIAL E A MOTIVAÇÃO	37
2.2.1. O SERVIÇO SOCIAL E OS BOMBEIROS	37
2.2.2. O DIAGNÓSTICO SOCIAL	38
2.2.3. BOMBEIROS - A MOTIVAÇÃO PELO SERVIÇO SOCIAL	39
2.3. A ECONOMIA SOCIAL OU DO TERCEIRO SETOR E O TRABALHO VOLUNTÁRIO..	39
2.3.1. ALGUNS CONCEITOS	39
2.3.2. A CONTA SATÉLITE DA ECONOMIA SOCIAL	42
2.3.3. O VOLUNTARIADO E O TRABALHO VOLUNTÁRIO	43
2.3.4. ALGUNS DADOS ESTATÍSTICOS SOBRE O TRABALHO VOLUNTÁRIO	44
2.3.5. O TRABALHO VOLUNTÁRIO DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS	47
2.4. AS ASSOCIAÇÕES HUMANITÁRIAS DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS.....	48
2.4.1. BREVE RESENHA HISTÓRICA	48
2.4.2. AS ASSOCIAÇÕES DE BOMBEIROS – O REGIME JURÍDICO	50
2.4.3. AS ASSOCIAÇÕES DE BOMBEIROS E OS SEUS CORPOS DE BOMBEIROS	54
2.5 A GESTÃO	64
2.5.1 BREVE INTRODUÇÃO À GESTÃO DAS ORGANIZAÇÕES.....	64
2.5.2. AS PRINCIPAIS TEORIAS DA GESTÃO	65
2.5.3. AS FUNÇÕES DA GESTÃO	68
2.5.4. A GESTÃO ESTRATÉGICA NA ORGANIZAÇÃO	72
2.5.5. MODELOS DE ANÁLISE ESTRATÉGICA	74
2.5.6. A GESTÃO DE <i>MARKETING</i>	77
2.5.7. A GESTÃO FINANCEIRA E A AVALIAÇÃO DA PERFORMANCE	80
2.5.8. A GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO	84
2.5.9. A QUALIDADE E O SISTEMA DE QUALIDADE	87

2.5.10. A GESTÃO DOS RECURSOS HUMANOS E O CAPITAL INTELECTUAL	88
2.5.11. A TEORIA DA AGÊNCIA NAS ORGANIZAÇÕES	93
2.5.12. A GESTÃO DA ORGANIZAÇÃO	95
2.5.13. A TOMADA DE DECISÕES NAS ORGANIZAÇÕES.....	97
2.6. A CONTABILIDADE NAS ASSOCIAÇÕES DE BOMBEIROS.....	99
2.6.1. A CONTABILIDADE E AS SUAS ORIGENS.....	99
2.6.2. A CONTABILIDADE DAS ENTIDADES DO SETOR NÃO LUCRATIVO	102
2.6.3. A CONTABILIDADE E AS ESPECIFICIDADES PATRIMONIAIS E CONTABILÍSTICAS DAS ASSOCIAÇÕES DE BOMBEIROS	103
2.6.4. A FISCALIDADE E AS ASSOCIAÇÕES DE BOMBEIROS	105
2.6.5. AS ASSOCIAÇÕES DE BOMBEIROS - BENEFÍCIOS FISCAIS E MECENATO	120
2.6.6. BENEFÍCIOS FISCAIS E AS ASSOCIAÇÕES DE BOMBEIROS	126
2.6.7. AS SUBVENÇÕES PÚBLICAS.....	129
2.7. AS TECNOLOGIAS E OS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO NAS ORGANIZAÇÕES.....	131
2.8. A ÉTICA, A DEONTOLOGIA E A RESPONSABILIDADE SOCIAL.....	133
2.8.1. INTRODUÇÃO, ALGUNS CONCEITOS E A CULTURA DA ORGANIZAÇÃO	133
2.8.2. A MORAL, A ÉTICA E A DEONTOLOGIA	134
2.8.3. A RESPONSABILIDADE MORAL E SOCIAL	137
2.8.4. A ÉTICA NO PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO	138
2.9. A INVESTIGAÇÃO	139
2.10. O SOFTWARE UTILIZADO NO ESTUDO	161
2.11. A DEFINIÇÃO DE PERCEÇÃO	162
CAPÍTULO III - METODOLOGIA DO ESTUDO	163
3.1 DESCRIÇÃO DA METODOLOGIA GERAL	163
3.1.1 A INTRODUÇÃO, A MOTIVAÇÃO E O PROBLEMA DE INVESTIGAÇÃO.....	163
3.1.2 O CRONOGRAMA DO PROJETO.....	164
3.2 O CONTEXTO, O LOCAL DE INVESTIGAÇÃO E OS PARTICIPANTES.....	164
3.3 O PROJETO DE INVESTIGAÇÃO	165
3.4. O INSTRUMENTO DE RECOLHA DE DADOS.....	168
3.5. A APRESENTAÇÃO DOS DADOS – AS TABELAS E OS GRÁFICOS.....	171

3.6.	A REDAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL	172
	CAPÍTULO IV – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	173
4.1.	VISÃO PANORÂMICA DO CAPÍTULO - INTRODUÇÃO	173
4.2.	APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS	173
	CAPÍTULO V – CONCLUSÕES E TRABALHO FUTURO.....	238
5.1.	CONCLUSÕES	238
5.1.1.	INTRODUÇÃO	238
5.1.2.	DESCRIÇÃO DAS CONCLUSÕES.....	239
5.1.3.	CONTRIBUTO DA INVESTIGAÇÃO PARA O CONHECIMENTO CIENTÍFICO	246
5.2.	LIMITAÇÕES DO ESTUDO.....	246
5.3.	SUGESTÕES PARA TRABALHO FUTURO.....	247
	BIBLIOGRAFIA	249
	APÊNDICES.....	271
	ANEXOS	290

*A Percepção da Importância da Contabilidade como Sistema de Informação,
no Âmbito da Tomada de Decisão da Gestão
O caso das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários*

Índice de Anexos

Anexo 1 - Ofício da LBP dirigido às Associações de Bombeiros	290
Anexo 2 - Donativos - Modelo 25 da AT	291

*A Percepção da Importância da Contabilidade como Sistema de Informação,
no Âmbito da Tomada de Decisão da Gestão
O caso das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários*

Índice de Apêndices

Apêndice 1 - Mensagem Eletrónica.....	271
Apêndice 2 - Questionário.....	273

*A Percepção da Importância da Contabilidade como Sistema de Informação,
no Âmbito da Tomada de Decisão da Gestão
O caso das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários*

Índice de Figuras

Figura 1 - Conta Satélite da Economia Social	43
Figura 2 - Inquérito ao Trabalho Voluntário 2018	47
Figura 3 - Análise PEST	74
Figura 4 - Análise da Concorrência, Modelo 5 Forças de Porter	76
Figura 5 - Modelo da Análise SWOT	77

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Distrito ou Região.....	175
Gráfico 2 - Total dos Rendimentos em 2019	177
Gráfico 3 - Género (Feminino ou Masculino)	179
Gráfico 4 - Habilitações Académicas	181
Gráfico 5 - Área de Formação	183
Gráfico 6 - Utiliza a informação da Contabilidade na Gestão da Associação	195
Gráfico 7 - Com que frequência utiliza a informação da Contabilidade na Gestão	196
Gráfico 8 - Prazo de Entrega da Informação Contabilística	199
Gráfico 9 - Qualidade do Trabalho	200
Gráfico 10 - Qual é o nível de importância que atribui à informação contabilística, quando toma decisões - 1	207
Gráfico 11 - Qual é o nível de importância que atribui à informação contabilística, quando toma decisões - 2	208
Gráfico 12 - Bancos	222
Gráfico 13 – Bombeiros e outros colaboradores	223
Gráfico 14 – Clientes a quem prestamos serviços	224
Gráfico 15 - Fornecedores.....	225
Gráfico 16 - Sócios	226
Gráfico 17 – Órgãos Sociais.....	227
Gráfico 18 – Tesouraria corrente.....	228
Gráfico 19 – Nível de endividamento	229
Gráfico 20 – Fatores ambientais.....	230
Gráfico 21 – Fatores económicos.....	231
Gráfico 22 – Fatores políticos	232
Gráfico 23 – Fatores sociais	233
Gráfico 24 – Resultados do período	234

Índice de Tabelas

Tabela 1- As principais teorias da gestão e os principais intérpretes	66
Tabela 2 - Taxas contributivas para a Segurança Social aplicadas à generalidade dos empregadores e trabalhadores.....	119
Tabela 3 - Distinção entre Patrocínio e Mecenato	122
Tabela 4 - Prós e Contras do Inquérito por Questionário	152
Tabela 5 -Cronograma do Projeto	164
Tabela 6 -Distribuição por Distrito/Região da População ou Universo	165
Tabela 7 -Cálculo da Margem de Erro e da Amostra	167
Tabela 8 – A1 - 1 Distribuição de Frequências da Amostra (Respondentes) - Distrito ou Região	174
Tabela 9 – A1 – 2 Total de Bombeiros e Bombeiros Voluntários(as).....	176
Tabela 10 – A1 – 3 - Colaboradores(as) remunerados	176
Tabela 11 – A1 – 4 - N° de Diretores da Associação	176
Tabela 12 – A1 – 5 - Total dos Rendimentos em 2019	177
Tabela 13 – A1 – 6 - Em 2019 apresentou Resultados: Positivos ou Negativos	177
Tabela 14 – A2 – 7 - Género (Feminino ou Masculino)	179
Tabela 15 – A2 – 8 - Escalão de idade.....	180
Tabela 16 – A2 – 9 - Habilitações Académicas.....	180
Tabela 17 – A2 – 10 - Em Atividade.....	181
Tabela 18 – A2 – 11 - Área de Formação.....	182
Tabela 19 – A2 – 12 - Experiência em Direção ou Administração	184
Tabela 20 – A2 – 13 - Frequentou, procura ou já procurou frequentar cursos de formação em Gestão?	184
Tabela 21 – A2 – 14 - Porque não tem procurado frequentar formação em Gestão	185
Tabela 22 - B1 - 15 Onde está sedado o serviço de contabilidade da Associação?	187
Tabela 23 - B1 - 16 Algum(a) colaborador(a) prepara e fornece a documentação à contabilidade? ...	187
Tabela 24 - B1 - 17 Contabilidade Geral ou Financeira.....	187
Tabela 25 - B1 - 17 Contabilidade Analítica ou de Gestão.....	188
Tabela 26 - B1 - 17 Contabilidade Orçamental.....	188
Tabela 27 - B1 - 18 Periodicidade da Remessa da Informação à Associação	188
Tabela 28 - B1 - 19 O contabilista toma a iniciativa de entregar a informação contabilística ou tem de lhe ser pedida	189
Tabela 29 - B2 - 20 Vê a contabilidade como uma mais-valia ou um custo desnecessário?	190
Tabela 30 - B2 - 21 O custo que suporta mensalmente com a Contabilidade (IVA incluído)?	190
Tabela 31 - B2 - 22 Como considera o nível do custo que suporta com a elaboração da Contabilidade?	191
Tabela 32 - B2 - 23 Considera o responsável pela contabilidade, um criador de valor para a Associação?	191

Tabela 33 - B2 - 24 Prefiro pagar mais pelo serviço de Contabilidade, para ter uma informação de confiança e qualidade	191
Tabela 34 - B2 - 24 Prefiro pagar pouco pelo serviço de Contabilidade e que sejam cumpridas as obrigações legais mínimas.....	192
Tabela 35 - B2 - 24 Prefiro pagar o mínimo possível pelo serviço de Contabilidade, sujeitando-se a eventuais coimas da Autoridade Tributária por incumprimentos.....	192
Tabela 36 - B2 - 24 Já deixei de ter ou fazer algo importante para a Associação, para poder cumprir com os pagamentos pelo serviço de Contabilidade	193
Tabela 37 - C1 - 25 Possuir contabilidade é uma obrigação legal. Se não o fosse, continuaria a ter esse serviço?	194
Tabela 38 - C1 - 26 Utiliza a informação da Contabilidade na Gestão da Associação?	194
Tabela 39 - C2 - 27 Com que frequência utiliza a informação da Contabilidade na Gestão	196
Tabela 40 - C2 - 28 Selecione quais os tipos de informação contabilística que utiliza	197
Tabela 41 - C2 - 29 Prazo de Entrega.....	198
Tabela 42 - C2 - 29 Qualidade do Trabalho	199
Tabela 43 - C2 - 30 A informação da Contabilidade é importante para compreender os resultados do final do ano.....	200
Tabela 44 - C2 - 30 A informação da Contabilidade é importante nas decisões de investimentos, novos negócios, etc. (estratégicas)	201
Tabela 45 - C2 - 30 A informação da Contabilidade é importante nas decisões do dia a dia (operacionais) da Associação	201
Tabela 46 - C2 - 30 A informação da Contabilidade é importante para o controlo orçamental	202
Tabela 47 - C2 - 30 A informação da Contabilidade é importante para planear os objetivos a atingir.....	202
Tabela 48 - C2 - 30 Através da informação da Contabilidade, é possível prever crises financeiras e o eventual risco de insolvência.....	203
Tabela 49 - C2 - 31 A informação contabilística é essencialmente um meio para apurar impostos para o Estado	203
Tabela 50 - C2 - 31 A utilização da informação contabilística permite um melhor relacionamento com os clientes externos da Associação	204
Tabela 51 - C2 - 31 A utilização da informação contabilística permite um melhor relacionamento com os clientes internos das Associação	204
Tabela 52 - C2 - 31 A utilização da informação contabilística permite uma melhor gestão da Associação	205
Tabela 53 - C2 - 31 A utilização da informação contabilística permite uma obtenção de melhores resultados da Associação.....	205
Tabela 54 - C2 - 31 O tempo despendido com o elevado número de obrigações declarativas, reduziu a qualidade da informação contabilística	206
Tabela 55 - C2 - 31 Tem uma relação de confiança com quem elabora a Contabilidade.....	206
Tabela 56 - C2 - 32 - De modo geral, qual é o nível de importância que atribui à informação contabilística quando toma decisões.....	207

Tabela 57 - C3 - 33 A informação contabilística é, essencialmente, um meio para apurar impostos para o Estado	211
Tabela 58 - C3 - 33 A informação da Contabilidade não é entregue em tempo útil	211
Tabela 59 - C3 - 33 A informação da Contabilidade não é de confiança	211
Tabela 60 - C3 - 33 A linguagem e a forma como é apresentada a informação contabilística é difícil de entender.....	212
Tabela 61 - C3 - 33 Como trabalhador ativo, tenho pouca disponibilidade para as tarefas de gestão da Associação	212
Tabela 62 - C3 - 33 Desconheço as potencialidades da informação Contabilística	212
Tabela 63 - C3 - 33 Não necessito da informação contabilística para tomar decisões na Associação ..	213
Tabela 64 - C3 - 33 O responsável pela Contabilidade não entrega a informação ou esta é insuficiente	213
Tabela 65 - C3 - 34 Com conhecimentos em Contabilidade, em Gestão e em Finanças seria possível obter melhores resultados na Associação	214
Tabela 66 - C3 - 34 Com uma linguagem e apresentação mais simples passaria a utilizar a informação da Contabilidade.....	214
Tabela 67 - C3 - 34 Não são apresentados todos os elementos da Associação à Contabilidade, logo a informação não é fiável	214
Tabela 68 - C3 - 34 O responsável pela Contabilidade não conhece a realidade da Associação, logo não pode dar uma informação adequada	215
Tabela 69 - C3 - 34 Para compreender melhor a informação é necessário ter alguns conhecimentos de Contabilidade, de Gestão e de Finanças	215
Tabela 70 - C3 - 34 Tem relação de confiança com quem elabora a Contabilidade	215
Tabela 71 - D - 35 Conselhos de outros profissionais (advogados, economistas ...)	218
Tabela 72 - D - 35 Conselhos de pessoas próximas (amigos, familiares e outros)	218
Tabela 73 - D - 35 Experiência profissional.....	219
Tabela 74 - D - 35 Formação pessoal e académica.....	219
Tabela 75 - D - 35 Informação da Contabilidade e contabilista	219
Tabela 76 - D - 35 Informação de meios de comunicação (TV, jornais, internet ...).....	220
Tabela 77 - D - 35 Intuição.....	220
Tabela 78 - D - 36 AT - Autoridade Tributária e Aduaneira.....	220
Tabela 79 - D - 36 Autarquias e População	221
Tabela 80 - D - 36 Bancos.....	222
Tabela 81 - D - 36 Bombeiros e outros colaboradores.....	223
Tabela 82 - D - 36 Clientes a quem prestamos serviços.....	224
Tabela 83 - D - 36 Fornecedores.....	225
Tabela 84 - D - 36 Sócios	226
Tabela 85 - D - 36 Órgãos Sociais.....	227
Tabela 86 - D - 37 A Tesouraria corrente.....	228
Tabela 87 - D - 37 O Nível de endividamento.....	229

*A Perceção da Importância da Contabilidade como Sistema de Informação,
no Âmbito da Tomada de Decisão da Gestão
O caso das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários*

Tabela 88 - D - 37 Os Fatores ambientais.....	230
Tabela 89 - D - 37 Os Fatores económicos.....	231
Tabela 90 - D - 37 Os Fatores políticos	232
Tabela 91 - D - 37 Os Fatores sociais	233
Tabela 92 - D - 37 Os Resultados do período	234

CAPÍTULO I – Introdução

1.1. Identificação do Problema de Investigação

“O importante é fazer as coisas com gosto. E se tiverem escolhido um tema que vos interessa, se tiverem decidido dedicar verdadeiramente à tese o período, mesmo curto, que previamente estabeleceram..., verificarão então que a tese pode ser vivida como um jogo, como uma aposta, como uma caça ao tesouro.” (Eco, 2015, p. 250)

As AHBV's - Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários enquanto organizações da Economia Social ou do Terceiro Setor regem-se por princípios de boa administração, na qual a tomada de decisões competentes, por parte da sua gestão, é fator decisivo para um elevado desempenho dos seus resultados e para uma resposta adequada aos seus *stakeholders*¹.

A informação contabilística como fonte de informação para a gestão é crucial para a tomada de decisão nas organizações.

O tema a trabalhar na presente investigação é: “A Percepção da Importância da Contabilidade como Sistema de Informação, no Âmbito da Tomada de Decisão da Gestão – O Caso das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários”.

Teixeira J. G., 1993 em René Descartes - Discurso do Método, p. 16, diz-nos que “... se duvida, então pensa, porque o duvidar é apenas um ato intelectual de entre todos aqueles que, podemos realizar quando pensamos.”

A ideia subjacente é a dúvida que se coloca à investigação quanto à utilização da contabilidade como sistema de informação para a tomada de decisão, por parte dos gestores das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários (AHBV's) e da percepção destes para a importância dessa utilização.

O presente trabalho de investigação foi inspirado em trabalho semelhante efetuado por Gouveia H. M. (2014, pp. 99 - 114) para a sua dissertação de Mestrado em Contabilidade,

¹ Partes interessadas – Google Tradutor

na Faculdade de Economia, da Universidade do Algarve, subordinada ao tema: “A Utilidade da Contabilidade para as Microempresas”².

Na investigação, pretende-se trabalhar a realidade da Contabilidade e da Gestão das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários.

1.2. Enquadramento Geral

“Avaliai a situação antes de passardes à ação.” (Tzu, A Arte da Guerra, 2009, p. 84)

O presente relatório de investigação está estruturado de forma a dar uma ideia global de todo o trabalho realizado.

Da sua apresentação formal constam de uma parte pré-textual, uma parte textual e uma parte pró-textual.

Da parte pré-textual fazem parte: a folha de rosto, a epígrafe, a dedicatória, os agradecimentos, o resumo e as palavras-chave, o *abstract* e as *keywords*, o índice geral, o índice de tabelas, o índice de quadros, o índice de figuras, o índice de fotos, a advertência e a lista de siglas e abreviaturas.

A parte textual é composta por seis capítulos.

Os capítulos refletem a sequência do estudo realizado e são eles:

I – Introdução;

II – Revisão da Literatura;

III – Metodologia do Estudo;

IV – Apresentação e Discussão dos Resultados;

V – Conclusão e Trabalho Futuro.

Para uma melhor sintetização, os capítulos estão divididos em subcapítulos e alguns destes ainda em seções.

Finalmente, a parte pós-textual compreende: a bibliografia utilizada, os anexos e os apêndices.

² <https://sapientia.ualg.pt/bitstream/10400.1/7229/1/A%20utilidade%20da%20Contabilidade%20para%20as%20Microempresas.pdf>

1.3. Justificação para o Estudo

Reconhecendo, a importância da informação contabilística na tomada de decisão da gestão, os efeitos desta nos resultados operacionais das organizações e o contributo dos gestores para esses resultados, duvida-se de uma adequada utilização e da perceção dessa importância, e por esse facto investiga-se, se os gestores das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários utilizam ou não a contabilidade como sistema de informação para a tomada de decisão e se têm a perceção da importância da utilização dessa mesma informação para a gestão das AHBV's.

Este estudo pretende determinar se os gestores das AHBV's utilizam a contabilidade como sistema de informação para a tomada de decisão e se têm a perceção da importância da utilização dessa informação.

1.4. O Objeto da Investigação

1.4.1. Os Objetivos a atingir

As duas perguntas para as quais se pretende obter respostas, pelas dúvidas surgidas, ou seja, os objetivos principais que se pretendem atingir, com a realização da investigação são:

1 - Os Gestores das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários utilizam a Contabilidade como Sistema de Informação para a Tomada de Decisão de Gestão?

2 - Os Gestores das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários têm a perceção da importância da Contabilidade como Sistema de Informação para a Tomada de Decisão de Gestão?

Complementarmente, pretende-se conhecer as características principais das AHBV's - Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários, o Perfil da sua Gestão, como é elaborada a sua Contabilidade e os Custos desta.

Para alcançar os objetivos pretendidos, o inquérito a realizar junto dos gestores das Associações Humanitárias de Bombeiros, pretende obter informação que nos possibilite caracterizar:

A.

1 A Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários

2 O Perfil da Direção da Associação

B.

- 1 A Elaboração da Contabilidade da Associação
- 2 Os Custos da Contabilidade para a Associação

C.

- 1 A Utilização da Informação Contabilística da Associação
- 2 Utiliza a Informação Contabilística da Associação
- 3 Não Utiliza a Informação Contabilística da Associação

D.

A Importância da Contabilidade, no Sistema de Informação para a Tomada de Decisão.

No questionário elaborado para o inquérito a remeter formulam-se as perguntas, que permitirão responder à caracterização necessária para atingir os objetivos pretendidos e que constam do - **Questionário**.

Com esta investigação, em área do conhecimento muito específica e pouco trabalhada (a gestão das associações humanitárias de bombeiros voluntários), pretende-se contribuir:

- Para, a par de outros contributos noutras áreas da gestão, concorrer para uma melhor e mais competente gestão das associações humanitárias de bombeiros voluntários.
- Com um avanço no conhecimento científico da gestão das associações humanitárias de bombeiros voluntários;
- Para a divulgação dos resultados da investigação no seio das organizações dos bombeiros.

1.5. Relevância Profissional e Pessoal

A motivação de partida para a investigação que se pretende levar a efeito, tem a ver com a ligação, durante mais de trinta e nove anos, do investigador a uma Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários e à problemática da sua gestão.

Além da motivação de partida pela vivência adquirida é relevante para o autor, o tratar-se de um trabalho inédito nesta área do conhecimento aplicado às AHBV's – Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários.

Por se tratar de um trabalho inédito nesta área do conhecimento aplicado às AHBV's detém alguns riscos pela atualidade, inovação e pioneirismo, o que incorpora ainda uma motivação extra.

1.6. Organização do Estado

1.6.1. Descrição das Etapas da Investigação

“A investigação é uma atividade de natureza cognitiva que consiste num processo sistemático, flexível e objeto de indagação e que contribui para explicar e compreender os fenómenos sociais.” (Coutinho, 2015, p. 7).

As etapas da investigação deste trabalho são, sinteticamente:

- a) A introdução ao problema;
- b) A revisão da literatura;
- c) A metodologia utilizada;
- d) Os resultados obtidos e a sua discussão;
- e) As conclusões e o trabalho futuro.

A cada uma das etapas da investigação corresponde a um dos capítulos do Relatório de Projeto a redigir e já identificados.

Pretende-se apresentar o relatório e desenvolver o projeto de investigação com a seguinte sequência e apresentando:

- Na etapa “A introdução ao problema”, as razões que: levam o investigador a investigar e os motivos da escolha do tema, a relevância do problema, os objetivos a atingir, a estrutura do relatório do projeto de investigação e as questões da investigação;
- Na etapa “A revisão da literatura”, a literatura existente sobre a temática e sobre as teorias relevantes necessárias para o desenvolvimento das tarefas indispensáveis à realização do trabalho;
- Na etapa “A metodologia utilizada”, os instrumentos utilizados no trabalho de campo indispensáveis à execução das tarefas necessárias à persecução dos objetivos traçados, que leve à compreensão e interpretação dos resultados obtidos;
- Na etapa “Os resultados obtidos”, os resultados obtidos com a investigação;
- Na etapa “Os resultados obtidos e a sua discussão”, a apresentação, análise e interpretação dos dados recolhidos;
- Na etapa “As conclusões e o trabalho futuro”, uma síntese global das conclusões da investigação relacionando-as com cada um dos objetivos que foram definidos, inicialmente, na introdução.

Nesta etapa serão, igualmente, identificados os limites à investigação e apresentadas as sugestões e recomendações com vista a trabalhos futuros.

1.6.2. A Metodologia da Investigação

1.6.2.1. A Operacionalização da Investigação

“Operationalizing, or operationally defining a concept to render it measurable, is done by looking at the behavioral dimensions, facets, or properties denoted by the concept. These are then translated into observable and measurable elements so as to develop an index of measurement of the concept. Operationally defining a concept involves a series of steps.” (Sekaran, 2003, p. 176)³.

Modelo: quantitativo;

Método: inquérito por questionário;

Unidade de Análise: individual;

Tipo de Estudo: uma só vez.

Escalas de Medida: utilizaremos, preferencialmente, uma escala ordinal de *Likert* (Rensis Likert – 1903/1981)⁴ de 5 pontos.

Existem três questões importantes na investigação quantitativa que, sendo baseada em dados, devem ser definidos, que são: que dados recolher, como recolher esses dados e como os analisar.

Os dados a recolher estão relacionados com os objetivos da investigação.

1.6.2.2. O Questionário – Elaboração, Remessa e Recolha

Uma das formas que o investigador por inquérito tem à sua disposição é o questionário, que será a técnica de recolha de dados a utilizar nesta investigação.

Segundo Sousa & Baptista (2011, p. 92) as etapas para a elaboração de um questionário “abrangem: formulação do problema, definição dos objetivos, revisão bibliográfica,

³ “Operacionalizar, ou definir operacionalmente um conceito para torná-lo mensurável, é feito observando as dimensões comportamentais, facetas ou propriedades denotadas pelo conceito. Estes são então traduzidos em elementos observáveis e mensuráveis de forma a desenvolver um índice de mensuração do conceito. Definir operacionalmente um conceito envolve uma série de etapas.”

⁴ https://pt.wikipedia.org/wiki/Rensis_Likert

formulação das hipóteses, identificação das variáveis e indicadores, definição da amostra e pré-teste”.

Num inquérito por questionário o investigador e os inquiridos interagem de forma indireta e não presencial.

As perguntas formuladas no inquérito por questionário podem ser: fechadas, semifechadas e abertas.

Sempre que possível, deve privilegiar-se a formalização de perguntas fechadas e objetivas por forma a ultrapassar eventuais ambiguidades emissor/recetor.

Como nos afirmam Carmo & Ferreira, 2008, p. 154, o sistema de perguntas deve ser extremamente organizado, configurar-se de forma lógica para quem a ele responde e poderá integrar vários tipos: perguntas de identificação (idade, género, profissão, habilitações académicas, etc.), perguntas de informação (para recolha de dados sobre factos e opiniões do inquirido), perguntas de descanso ou preparação (para introduzir uma pausa e mudança de assunto) e perguntas de controlo (para verificar a veracidade de outras perguntas).

Carmo & Ferreira, 2008, p. 157 descrevem “...os cuidados a ter na construção de um inquérito por questionário:

1 – Quanto às perguntas:

- Reduzidas ao q.b.;
- Tanto quanto possível fechadas;
- Compreensíveis para os respondentes;
- Não ambíguas;
- Evitar indiscrições gratuitas;
- Confirmar-se mutuamente;
- Abrangerem todos os pontos a questionar;
- Relevantes relativamente à experiência do inquirido;

2 – Quanto à apresentação do questionário:

- Apresentação do investigador;
- Apresentação do tema;
- Instruções precisas quanto ao seu preenchimento;
- Envelope selado para resposta;
- Qualidade e cor do papel;
- Disposição gráfica;
- Quadros;
- Número de folhas.

As perguntas a colocar no questionário são de resposta única ou de resposta múltipla, inclusive em escala.

São considerados grupos de perguntas que têm como finalidade caracterizar:

- a) A Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários;
- b) O Perfil da Gestão da Associação;
- c) A Elaboração da Contabilidade da Associação;
- d) Os Custos da Contabilidade para a Associação;
- e) A Utilização da Informação Contabilística da Associação;
- f) A Importância da Contabilidade, no Sistema de Informação para a Tomada de Decisão.

Na elaboração do questionário utilizaremos um formulário na aplicação *Microsoft Forms* (serviço da *Microsoft* de elaboração de questionários online).

Remessa – O questionário será carregado em formulário na aplicação *Microsoft Forms* e remetido, através de um *link*, para o *email* de gestores de todas as AHBV's (3.052).

Recolha – As respostas aos questionários serão recolhidas, via Internet, diretamente para o *Microsoft Forms*, que as transfere, automaticamente, para um ficheiro em *Excel*.

No questionário serão colocadas 37 questões, a sua maioria, preparadas com respostas escalonadas em Escala de *Likert* de 5.

1.6.2.3. A População ou a Amostragem

A população ou o universo envolvido é finito, perfeitamente delimitável e não extenso, pelo que a investigação será dirigida à totalidade dos gestores das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários (3045) e não através de uma amostra dessa População ou Universo. Ou seja, os 7 gestores (diretores) de cada uma das 436 AHBV existentes em Portugal.

$436 \text{ AHBV} \times 7 \text{ gestores (diretores)} = 3.052 \text{ gestores (diretores)}$.

Quando na investigação são estudados todos os elementos que constituem uma determinada população, diz-se que foi realizado o Censo.

A Amostragem é o método de investigação de uma população através de, uma pequena parte dessa população ou universo, a amostra.

A utilização de um Censo ou de uma amostra depende dos meios de que dispomos para a investigação e da capacidade de chegar à população a estudar.

Na prática, a Amostra é utilizada sempre que a população é infinita ou sendo finita de dimensão elevada ou de difícil acesso.

Na presente investigação a amostra, que consideramos como homogénea, será constituída por pelos respondentes ao inquérito.

1.6.2.4. A Definição das Variáveis

“A variable is anything that can take on differing or varying values. The values can differ at various times for the same object or person, or at the same time for different objects or persons. Examples of variables are production units, absenteeism, and motivation” (Sekaran, 2003, p. 87)⁵.

As variáveis podem ser quantitativas ou qualitativas, conforme sejam ou não mensuráveis.

Para a resolução do problema a investigar iremos trabalhar com as seguintes variáveis independentes: o distrito/região, o género, a idade, as habilitações académicas, a atividade, a experiência e ativos ou não.

As variáveis dependentes estão identificadas com: a utilização da contabilidade como sistema de informação para a tomada de decisão e a percepção dos gestores para a importância da contabilidade como sistema de informação para a tomada de decisão.

1.6.2.5. O Pré-teste

“Antes de se proceder à aplicação do instrumento de recolha de dados definitivo à amostra escolhida, efetua-se um pré-teste que consiste num estudo preliminar a uma parte da população alvo em estudo, para avaliar se o mesmo foi elaborado de forma clara, se responde às questões e objetivos da investigação.” (Reis F. L., 2018, p. 114).

O pré-teste visa assegurar a validade do conteúdo do questionário.

O pré-teste é aplicado a uma pequena amostra do público-alvo da população, verificando se está adequadamente estruturado, se as questões são entendíveis e da necessidade ou não de incluir ou retirar questões, permitindo o seu ajuste antes da sua difusão a todos os inquiridos.

⁵ Uma variável é qualquer coisa que pode assumir valores diferentes ou variáveis. Os valores podem diferir em vários momentos para o mesmo objeto ou pessoa, ou ao mesmo tempo para diferentes objetos ou pessoas. Exemplos de variáveis são unidades de produção, absentismo e motivação

No nosso caso, o pré-teste será enviado a uma pequena amostra constituída pelos gestores de três ou quatro Associações de Bombeiros.

1.6.2.6. A Análise aos Dados

No relatório do projeto de investigação, a apresentação dos resultados obtidos com o inquérito é importante a sua exibição por meio de tabelas e gráficos para facilitar a leitura, devendo ser identificados com o título no topo e a fonte na parte inferior.

Posteriormente, os dados recolhidos pelo inquérito, serão analisados para que sejam retiradas as conclusões.

1.7. Limites e restrições ao Estudo

A principal limitação e restrição ao estudo prende-se com o pioneirismo do tema “A Perceção da Importância da Contabilidade como Sistema de Informação, no Âmbito da Tomada de Decisão da Gestão – O Caso das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários”.

Não se conhecem trabalhos de investigação que tratem, especificamente, os temas da contabilidade e da gestão das AHBV's – Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários.

1.8. Definição das Palavras-chave

Uma palavra-chave é uma: “palavra ou sequência de letras, números ou símbolos que identificam um utilizador e que permitem o acesso a informação, programas ou sistemas protegidos”.⁶

As palavras-chave ou termos-chave definidos neste trabalho de investigação são:

- a) Gestão;
- b) Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários;
- c) Contabilidade;

⁶ "PALAVRA-CHAVE", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2020, <https://dicionario.priberam.org/palavra-chave> [consultado em 30-07-2020].

- d) Sistemas de Informação;
- e) Tomada de Decisão;
- f) Percepção.

Considera-se que estas palavras-chave ou termos-chave definem mais corretamente os temas ou os assuntos, mais pesquisados na *internet*, dos que constam no trabalho, como forma de levar a uma mais fácil busca dos temas tratados e a uma maior divulgação do presente relatório.

1.9. O Resumo do Capítulo

Neste capítulo, dedicado à Introdução, foram projetados, as iniciativas e os passos que irão ser dados durante a investigação e que aqui se resumem:

- A identificação do problema de investigação;
- O enquadramento geral da investigação;
- A justificação para o estudo;
- O objeto da investigação, os objetivos a atingir e os contributos da investigação;
- A relevância profissional e pessoal;
- A organização do estudo, a descrição das etapas da investigação, a metodologia da investigação, a operacionalização da investigação, o questionário – elaboração, remessa e recolha, a população ou a amostragem e a definição das variáveis;
- Os limites e as restrições ao estudo;
- A definição das palavras-chave;
- A organização do relatório;
- O resumo do capítulo.

CAPÍTULO II – A Revisão da Literatura

2.1. A Revisão da Literatura

A revisão da literatura é um passo importante e crucial para o bom desenvolvimento do trabalho de investigação.

Na revisão da literatura pretende-se enquadrar, teoricamente, as contribuições relevantes para o conhecimento científico dos temas a tratar na investigação.

Pretende-se identificar teorias e conceitos, estudos efetuados e resultados conseguidos com outras investigações.

Neste capítulo II (Revisão da Literatura) procederemos de seguida, à introdução dos contributos relevantes sobre os conceitos indispensáveis à compreensão da investigação e do seu objeto.

Este capítulo tratará de enquadrar o conhecimento científico das matérias a investigar e empírico da experiência adquirida pelo investigador com a sua ligação a uma Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários.

*“The purpose of the literature review is to ensure that no important variable that has in the past been found repeatedly to have had an impact on the problem is ignored.”*⁷ (Sekaran, 2003, p. 63).

“A revisão da literatura tem como objetivo a consulta e recolha de informação pertinente relativa à área de investigação em geral e à problemática da investigação em particular” (Sousa & Baptista, 2011, p. 33).

“A revisão da literatura consiste na identificação, localização e análise de documentos que contêm informação relacionada com o tema de uma investigação específica” (Coutinho, 2015, p. 59).

Pretende-se com este trabalho de projeto, concretizar uma investigação cientificamente demonstrável.

⁷ “Uma pesquisa de literatura é publicada uma revisão abrangente do trabalho publicado e não publicada de fontes secundárias de dados nas áreas de interesse específico do pesquisador.”

A ciência “é todo um conjunto de atitudes e atividades racionais, dirigidas ao sistemático conhecimento com objeto limitado, capaz de ser submetido à verificação” (Ferrari, 1982, p. 8).

A consulta bibliográfica a executar será o mais abrangente possível e passível de concretizar através consultas, entre outras, a livros, a revistas e publicações, a bibliotecas e na internet.

As fontes de informação podem ser escritas ou não escritas. E classificadas como primárias, secundárias ou terciárias, “...uma fonte de primeira mão é uma edição original ou uma edição crítica da obra em questão.” (Eco, 2015, p. 83).

Não se conhecem trabalhos de investigação científica que tratem, especificamente, os temas da contabilidade ou da gestão das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários.

Deste capítulo constam os seguintes subcapítulos:

1. Introdução à Revisão da Literatura;
2. O Serviço Social, o Diagnóstico Social e a Motivação;
3. A Economia Social ou do Terceiro Setor,
4. As Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários;
5. A Gestão e as Associações de Bombeiros;
6. As Tecnologias e os Sistemas de Informação nas Organizações;
7. A Ética, a Deontologia e a Responsabilidade Social;
8. A Investigação e a Estatística Aplicada;
9. O *Software* Utilizado no Estudo;
10. A Definição de Percepção;
11. Resumo do Capítulo.

2.2. O Serviço Social, o Diagnóstico Social e a Motivação

2.2.1. O Serviço Social e os Bombeiros

“O «bombeiro voluntário» é aquele que de forma graciosa se entrega a socorrer as populações que deles necessitam em caso de sinistros ou desastres, catástrofes, etc.” (Pereira, 2011, p. 9)

“A crescente complexidade dos problemas sociais coloca aos interventores sociais um conjunto de desafios muito grandes e complexos que importa compreender.” (Fialho, Silva, & Saragoça, 2020, p. 15)

“Teorizar em Serviço Social deve ser entendido como um processo dinâmico, o qual reflete o aprofundamento do conhecimento integrado na gramática do saber profissional, sendo que este se substancia na aprendizagem isomórfica adquirida por via de duas coordenadas: a da sistematização da experiência profissional e a da concetualização de conhecimentos adquiridos ou aprofundados.” (Carvalho & Pinto, 2014, p. 29)

2.2.2. O Diagnóstico Social

“O diagnóstico é conhecer para agir” (Fialho, Silva, & Saragoça, 2020, p. 35)

O significado de diagnóstico é um “conjunto desses sintomas.”⁸

“O famoso diagnóstico social só é possível aplicando os métodos e as técnicas de investigação científica.” (Vilar, 2003, p. 195)

“Fazer um diagnóstico social é:

- Identificar necessidades, problemas e situações ávidas de resolução;
- Estabelecer um prognóstico da situação a resolver a curto ou a médio prazo;
- Identificar um quadro de recursos e meios para a ação/resolução da situação-problema;
- Construir um conjunto de prioridades no quadro dos problemas identificados pois, nem todos podem ser resolvidos;
- Fazer uma análise das contingências que podem influir positiva ou negativamente no processo de intervenção social.

Concluindo, diagnosticar é conhecer para agir sobre uma (ou várias) situações do problema. Sem conhecimento, não há intervenção (ação) fundamentada.” (Fialho, Silva, & Saragoça, 2020, p. 35)

⁸ "DIAGNÓSTICO", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2021, <https://dicionario.priberam.org/diagn%C3%B3stico> [consultado em 06-07-2021].

2.2.3. Bombeiros - A Motivação pelo Serviço Social

“Embora seja muito gratificante, ser bombeiro é algo que só deve ser feito por gosto” (Monteiro, et al., 2017, p. 77)

O significado de motivação é de: “conjunto dos motivos que levam uma pessoa ou grupo de pessoas a agirem de determinada maneira”⁹

“A definição do conceito de motivação não reúne uniformidade na comunidade científica; existe, no entanto, um denominador comum em todas as definições. A motivação é vista sempre como o agente dinâmico do comportamento.” (Realinho, 2017, p. 10)

“Vallerand & Thill (1993), defendem que o conceito da motivação pode ser definido como «um constructo hipotético que descreve as forças internas e/ou externas que produzem a iniciação, direção, intensidade e persistência do comportamento humano.».

Já para Sims, Fineman e Gabriel (1993, p. 273), a motivação é como uma força que atua sobre e dentro do indivíduo, que inicia e dirige o seu comportamento.” (Gouveia A. R., 2009-2010, p. 14)

A motivação de um bombeiro “(...) é sempre a mesma: tentar salvar bens e vidas. Ajudar o próximo é a sua única recompensa, mesmo que por vezes ouça críticas” (Monteiro, et al., 2017, p. 70)

2.3. A Economia Social ou do Terceiro Setor e o Trabalho Voluntário

2.3.1. Alguns Conceitos

“Economia é o estudo de como os homens e a sociedade escolhem, com ou sem uso de moeda, empregar recursos produtivos escassos para produzir vários bens através do tempo, e distribuí-los pelo consumo, presente e futuro, entre várias pessoas e grupos sociais.” (Samuelson, 1964, p. 12)

O conceito de Economia Social surge na Europa continental como alternativa ao conceito de Terceiro Setor (Vieira, Parente, & Barbosa, 2017, p. 108).

⁹ "MOTIVAÇÃO", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2021, <https://dicionario.priberam.org/motiva%C3%A7%C3%A3o> [consultado em 06-07-2021].

O termo, Terceiro Setor, é herdeiro da tradição anglo-saxónica e mais utilizado nos países ligados a essa tradição e pretende englobar todas as organizações não enquadráveis no primeiro e segundo setores (público e privado).

“Apesar de não ser consensual observa-se que a teoria sobre o terceiro setor propõe a existência de três setores independentes, sendo as ações desenvolvidas pelo Estado voltadas para o público, as ações desenvolvidas pelo mercado voltadas para o privado e as ações desenvolvidas pelo terceiro setor, de ordem privada, mas voltadas para o público.” (Vieira, Parente, & Barbosa, 2017, p. 116)

O termo Economia Solidária também é utilizado em algumas regiões, nomeadamente, na América Latina.

“A expressão “Terceiro Sector” diz respeito ao conjunto de organizações da sociedade civil com fins sociais e não lucrativos que se distinguem do poder estadual (representado no Primeiro Sector) e dos agentes económicos privados (aqui identificado como Segundo Sector, ou seja o Mercado), que se orientam na prossecução de atividades de produção e distribuição de bens e prestação de serviços.” (Rebelo, 2015, p. 45 e 46).

O conceito de Economia Social não abarca “organizações não lucrativas que não possuem características como a gestão democrática e o desenvolvimento de atividades produtivas”. (Vieira, Parente, & Barbosa, 2017, p. 117)

Os conceitos indicados acima não são totalmente coincidentes e as próprias metodologias, mesmo para o mesmo conceito, não estão harmonizadas, dificultando a comparabilidade dos dados entre diferentes países e regiões.

Em Portugal o conceito mais utilizado é o de Economia Social, que é regulada pela Lei de Bases da Economia Social (Lei nº 30/2013 de 8 de maio) (Diário da República n.º 88/2013, 1ª Série de 08-05), que a define da seguinte forma:

“1 - Entende-se por economia social o conjunto das atividades económico-sociais, livremente levadas a cabo pelas entidades referidas no artigo 4.º da presente lei.

2 - As atividades previstas no n.º 1 têm por finalidade prosseguir o interesse geral da sociedade, quer diretamente quer através da prossecução dos interesses dos seus membros, utilizadores e beneficiários, quando socialmente relevantes”.

Sobre o âmbito da aplicação a referida lei diz ainda no seu artigo 3º que “a presente lei, aplica-se a todas as entidades integradas na economia social, nos termos do disposto no artigo seguinte, sem prejuízo das normas substantivas específicas aplicáveis aos diversos tipos de entidades definidas em razão da sua natureza própria”.

E o seu artigo 4.º descreve as entidades que integram a economia social “...desde que abrangidas pelo ordenamento jurídico português:

a) As cooperativas;

- b) As associações mutualistas;
- c) As misericórdias;
- d) As fundações;
- e) As instituições particulares de solidariedade social não abrangidas pelas alíneas anteriores;
- f) As associações com fins altruísticos que atuem no âmbito cultural, recreativo, do desporto e do desenvolvimento local;
- g) As entidades abrangidas pelos subsectores comunitário e autogestionário, integrados nos termos da Constituição no sector cooperativo e social;
- h) Outras entidades dotadas de personalidade jurídica, que respeitem os princípios orientadores da economia social previstos no artigo 5.º da presente lei e constem da base de dados da economia social.

Ainda nos termos da citada Lei de Bases, as entidades da Economia Social são autónomas e atuam no âmbito das suas atividades de acordo com “...princípios orientadores:

- a) O primado das pessoas e dos objetivos sociais;
- b) A adesão e participação livre e voluntária;
- c) O controlo democrático dos respetivos órgãos pelos seus membros;
- d) A conciliação entre o interesse dos membros, utilizadores ou beneficiários e o interesse geral;
- e) O respeito pelos valores da solidariedade, da igualdade e da não discriminação, da coesão social, da justiça e da equidade, da transparência, da responsabilidade individual e social partilhada e da subsidiariedade;
- f) A gestão autónoma e independente das autoridades públicas e de quaisquer outras entidades exteriores à economia social;
- g) A afetação dos excedentes à prossecução dos fins das entidades da economia social de acordo com o interesse geral, sem prejuízo do respeito pela especificidade da distribuição dos excedentes, própria da natureza e do substrato de cada entidade da economia social, constitucionalmente consagrada.”

“Uma organização sem fins lucrativos difere de uma organização com fins lucrativos por desenvolver a sua atividade a favor de uma causa em vez de procurar obter lucros para os investidores. As organizações sem fins lucrativos representam um importante «terceiro setor» da economia (depois do governo e das organizações com fins lucrativos).” (Shiller, 2015, p. 213).

“A crescente importância que as Organizações Sem Fins Lucrativos (OSFL) vêm adquirindo nas sociedades e nas economias mundiais acentua a necessidade de assegurar, não só a sua sobrevivência, mas essencialmente o seu desenvolvimento e crescimento. Por um lado, as OSFL representam um motor de desenvolvimento local, gerando direta e indiretamente riqueza para as populações em várias regiões. Estas organizações são elas

próprias fontes de emprego e rendimento familiar, que promovem o desenvolvimento das comunidades e um aumento da qualidade de vida para essas populações.” (António, et al., 2012, p. 201).

Shiller (2015, p. 215) diz-nos ainda que: “não se quer com isto dizer que uma organização sem fins lucrativos não tenha lucro. Simplesmente não os distribui, mantém-nos no seu legado para promover as suas causas.”

2.3.2. A Conta Satélite da Economia Social

A CSES – Conta Satélite da Economia Social resulta de uma parceria entre o INE – Instituto Nacional de Estatística e a CASES – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social.

A primeira edição da CSES - Conta Satélite da Economia Social é do ano de 2010, a segunda edição do ano de 2013 e a última edição do ano de 2016.

“As contas satélite das CN têm como primeiro referencial os conceitos e métodos das CN, definidos no Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais (SEC 2010). As contas satélite têm como objetivo ampliar a capacidade de observação de fenómenos particulares, constituindo extensões com maior detalhe das CN”. (Conta Satélite da Economia Social 2016, p. 22).

“A CSES 2016 tem ainda como principal referência metodológica a Lei de Bases da Economia Social (Lei n.º 30/2013, de 8 de maio) que, entre outras matérias, estabelece o tipo de entidades que devem integrar a ES, assim como os princípios orientadores que devem pautar as atividades desenvolvidas por estas entidades.” (Conta Satélite da Economia Social 2016, p. 22).

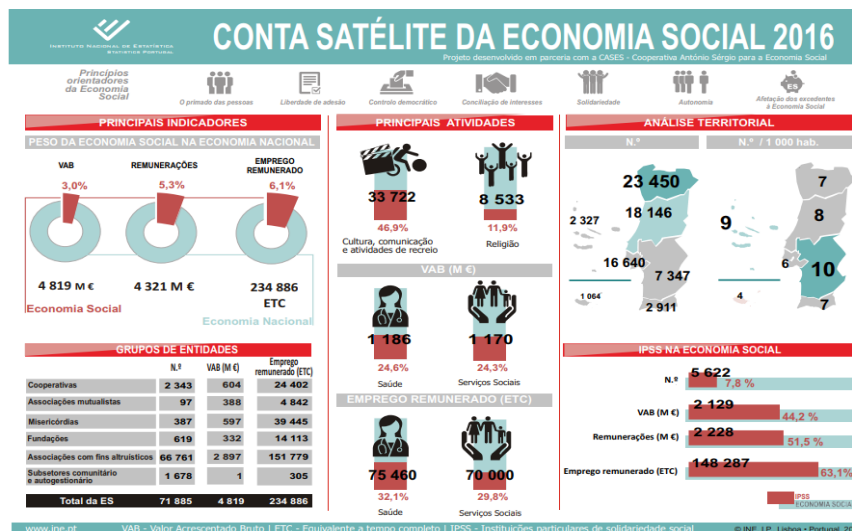
O peso da Economia Social no total da economia nacional, no emprego e nas remunerações não é negligenciável. Aqui deixamos alguns dos dados principais.

“Em 2016, o Valor Acrescentado Bruto (VAB) da Economia Social representou 3,0% do VAB da economia, tendo aumentado 14,6%, em termos nominais, face a 2013. Este crescimento foi superior ao observado no conjunto da economia (8,3%), no mesmo período. A Economia Social representou 5,3% das remunerações e do emprego total e 6,1% do emprego remunerado da economia nacional. Face a 2013, as remunerações e o emprego total da Economia Social aumentaram, respetivamente, 8,8% e 8,5%, evidenciando maior dinamismo que o total da economia (7,3% e 5,8%, respetivamente).” (Conta Satélite da Economia Social 2016, p. 1).

No quadro seguinte são apresentados alguns dados da Economia Social em Portugal, que constam da Conta Satélite da Economia Social em 2016, elaborado pela CASES –

Cooperativa António Sérgio para a Economia Social e divulgado pelo INE – Instituto Nacional de Estatística.

Figura 1 - Conta Satélite da Economia Social



Fonte: Cases – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social

<https://www.cases.pt/contasatelitedaes/>

2.3.3. O Voluntariado e o Trabalho Voluntário

O trabalho voluntário constitui um recurso fundamental das entidades da economia social.

De acordo com a “*Resolution concerning statistics of work, employment and labour underutilization*” da “*2013 International Conference of Labour Statisticians*” (2013 ICLS Resolution I), deverá considerar-se que realizam trabalho voluntário “as pessoas em idade ativa [com 15 ou mais anos], que durante um determinado período de referência, desenvolveram quaisquer atividades não pagas e não obrigatórias, para produzir bens ou serviços para outros, em que: (a) “quaisquer atividades” se referem a trabalho que tenha durado pelo menos uma hora; (b) “não pagas” deve ser interpretado como ausência de remuneração em dinheiro ou em espécie, como contrapartida pelas horas de trabalho prestadas, ainda que os voluntários possam receber pequenas verbas ou formas de apoio em dinheiro, desde que sejam inferiores a 1/3 dos salários pagos no mercado (ex: reembolso de despesas ou apoio para suportar os custos em que incorrem para desenvolver a atividade) ou em espécie (ex: refeições, transportes ou ofertas simbólicas); (c) “não obrigatórias” deve ser interpretado como trabalho desenvolvido sem relação com o cumprimento de obrigações civis, legais ou administrativas, que são diferentes do cumprimento de responsabilidades de natureza comunitária, cultural ou religiosa; (d) “para outros” refere-se a trabalho desenvolvido: (i) Através ou para organizações, incluindo unidades mercantis e não mercantis (ex: voluntariado formal ou organizacional), incluindo através de ou para grupos de

ajuda mútua ou de base comunitária, dos quais o indivíduo seja membro; (ii) Para as famílias, excluindo o agregado familiar do indivíduo ou o trabalho voluntário realizado para outros membros da sua família (ou seja, voluntariado informal).” (Inquérito ao Trabalho Voluntário 2018, p. 12).

“O Voluntariado consiste na estrutura fundamental da sociedade civil. É uma oportunidade para aspirar aos mais nobres valores da humanidade – a busca da paz, pela liberdade, pela oportunidade, pela segurança e pela justiça entre todas as pessoas” (Rebelo, 2015, p. 5).

O trabalho voluntário encontra-se enquadrado juridicamente pela Lei nº 71/98, de 3 de novembro e pelo Decreto-Lei regulamentar nº 389/99, de 30 de setembro. (Diário da República nº 229/1999, Série I-A de 09-30)

A Lei nº 71/98, de 3/11, no seu artigo 3º, nº 1 define o voluntário como “...o indivíduo que de forma livre, desinteressada e responsável se compromete, de acordo com as suas aptidões próprias e no seu tempo livre, a realizar ações de voluntariado no âmbito de uma organização promotora”. (Diário da República nº 254/98, série I-A, de 11-03)

O trabalho voluntário exige motivações pessoais em torno de uma causa coletiva em favor do bem do próximo, não tem natureza obrigatória, nem remunerada.

Conforme a Lei nº 71/98, de 3/11 e nos lembra Rebelo (2015, p. 91), o regime do artigo 7º, nº 1, alínea j) “...vem portanto demonstrar que, no âmbito do trabalho voluntário, apenas se admite a atribuição aos voluntários de certos valores pecuniários desde que estes sejam qualificáveis como reembolso. Este é um regime-regra que vigora para qualquer ação de voluntariado, independentemente do setor em que esta seja desenvolvida.”

Lembra-se aqui o artigo 19º, nº 1, do Decreto-Lei regulamentar nº 389/99, de 30 de setembro, “...o voluntário, sem prejuízo da realização de despesas inadiáveis e reembolsáveis nos termos da alínea j) do artigo 7.º da Lei nº 71/98, não pode ser onerado com despesas que resultem exclusivamente do exercício regular do trabalho voluntário nos termos acordados no respetivo programa.”

2.3.4. Alguns Dados Estatísticos sobre o Trabalho Voluntário

O Inquérito ao Trabalho Voluntário (ITV 2018) foi publicado pelo INE – Instituto Nacional de Estatística, quando da divulgação da Conta Satélite da Economia Social de 2016.

O emprego considerado no âmbito da CSES não contempla o chamado trabalho voluntário.

O ITV 2018 é um módulo autónomo ao Inquérito ao Emprego (IE) do INE – Instituto Nacional de Estatística, ao terceiro trimestre do ano de 2018 e “... incidiu sobre variáveis fundamentais para a caracterização do voluntariado, nomeadamente o número de voluntários, características sociodemográficas, enquadramento institucional, tipo de tarefa e número de horas de trabalho dedicadas.” (Inquérito ao Trabalho Voluntário 2018, p. 1).

Para o efeito, este inquérito utilizou como referência metodológica, o ... “*Handbook of National Accounting: Satellite Account on Nonprofit and Related Institutions and Volunteer Work*” (2018), das Nações Unidas, que contempla a “*Resolution concerning statistics of work, employment and labour underutilization*” da “*2013 International Conference of Labour Statisticians*” (2013 ICLS Resolution I), bem como a *International Classification of Nonprofit and Third Sector Organizations (ICNP/TSO)*. (Inquérito ao Trabalho Voluntário 2018, p. 12).

De acordo com os resultados do citado Inquérito, em 2018 terão participado em atividades de voluntariado, sem remuneração, 695 mil pessoas da população portuguesa, o equivalente a uma taxa de voluntariado de 7,8%, muito abaixo da média da EU-28 (19,3%). De atender, no entanto, às dificuldades existentes na comparabilidade dos dados, fruto da existência de metodologias não harmonizadas e de informação para o mesmo período de referência.

“As principais tarefas dos voluntários centram-se em atividades equivalentes às seguintes profissões:

- - Técnicos e profissões de nível intermédio (28,9%) (...);
- - Trabalhadores não qualificados (27,2%) (...);
- - Trabalhadores dos serviços pessoais, proteção e segurança e vendedores (26,1%) (...)” (Inquérito ao Trabalho Voluntário 2018, p. 4), nos quais se incluem, entre outros, os bombeiros voluntários.

Segundo o ITV 2018, o trabalho voluntário estimado, que os portugueses terão dedicado ao trabalho voluntário nesse ano, foi de 263,7 milhões de horas.

Segundo o mesmo Inquérito e tendo como referência o total de horas trabalhadas das Contas Nacionais portuguesas, concluiu-se que as horas dedicadas ao trabalho voluntário equivalem, aproximadamente, a 2,9% do total de horas trabalhadas na economia em

Portugal, o que significa que, em média, a população total residente com 15 ou mais anos dedicou aproximadamente 32 horas por mês ao trabalho voluntário.

No sentido de se dispor de uma valorização económica do total de horas de trabalho voluntário, “... estimaram-se diferentes cenários baseados em metodologias recomendadas a nível internacional. Esses cenários basearam-se nas seguintes hipóteses de valorização: retribuição mínima mensal garantida (vulgo salário mínimo nacional); “salário por ocupação profissional”; e “salário de apoio social” ...” (Inquérito ao Trabalho Voluntário 2018, p. 9).

Utilizando as várias metodologias para valorar o total das horas de trabalho voluntário e de acordo com o Inquérito ao Trabalho Voluntário 2018, p. 9, foram apurados os seguintes resultados:

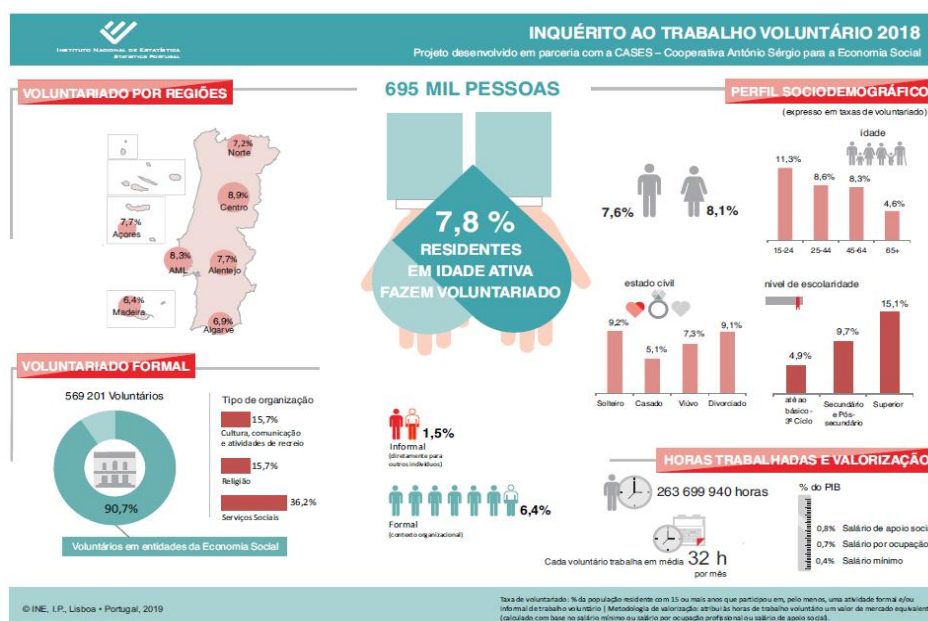
- Utilizando como referência o “salário mínimo nacional” (retribuição mínima mensal garantida – média por hora), o trabalho voluntário registou um valor de 870,2 milhões de euros, que correspondeu a 0,40% do PIB nacional em 2018;
- Considerando um “salário por ocupação profissional” (multiplicação do número de horas dedicadas a uma atividade pelo salário médio por hora associado a ocupação profissional equivalente) a importância relativa chegou aos 1.366,8 milhões de euros, representado 0,7% do PIB nacional do mesmo ano);
- Tendo por base um “salário social”, (salário horário médio resultante da média dos salários horários médios das ocupações profissionais mais frequentes no âmbito de trabalho voluntário), obteve-se um valor intermédio de 1.555,8 milhões de euros, que corresponde a 0,80% do PIB nacional desse ano. (Inquérito ao Trabalho Voluntário 2018, p. 9)

Refira-se que em qualquer das metodologias adotadas os números encontrados são muito significativos, mas muito longe das taxas de voluntariado apresentados pela Europa do Norte.

“As taxas de voluntariado formal mais elevadas foram observadas no norte da Europa, com destaque para a Holanda (40,2%) e a Dinamarca (38,1%). No extremo oposto, surgem a Roménia (3,2%) e a Bulgária (5,2%). Portugal, considerando os dados do ITV 2018, antecedeu a Bulgária, com uma taxa de voluntariado formal de 6,4%, distante da média da UE-28 (19,3%).” (Inquérito ao Trabalho Voluntário 2018, p. 7)

No quadro seguinte são apresentados alguns dos últimos dados disponíveis sobre o Trabalho Voluntário referentes ao ano de 2018, de trabalho elaborado pela CASES – Cooperativa António Sérgio da Economia Social e divulgado pelo INE – Instituto Nacional de Estatística.

Figura 2 - Inquérito ao Trabalho Voluntário 2018



Fonte: Cooperativa António Sérgio para a Economia Social

<https://cases.pt/wp-content/uploads/2019/07/ITV2018.pdf>

2.3.5. O Trabalho Voluntário dos Bombeiros Voluntários

Existe uma multiplicidade de regimes específicos de trabalho voluntário no ordenamento jurídico nacional.

Vamos restringir a nossa análise apenas aos bombeiros voluntários, por ser o que nos interessa para o trabalho que iremos desenvolver.

No que concerne aos bombeiros voluntários “...o regime jurídico aplicável encontra-se consagrado no DL nº 241/2007, de 21 de junho”, que “... veio definir as bases do chamado «Estatuto Social do Bombeiro» (ESB), que surgiu pela primeira vez referenciado na Lei nº 21/87, de 20 de junho, entretanto revogada” (Rebello, 2015, p. 221).

O ESB aplica-se aos bombeiros voluntários e aos bombeiros profissionais.

Os bombeiros voluntários encontram-se enquadrados nos CB's – Corpos de Bombeiros, de que são detentoras, entre outras entidades, as Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários.

O DL nº 247/2007, de 27 de junho (alterado pelo DL nº 248/2012, de 21/11 regula a constituição, a organização, o funcionamento e a extinção dos corpos de bombeiros.

O já citado DL nº 241/2007, de 21/6 que estatui o ESB veio aprovar “...regras de exercício da função, definição dos seus direitos e deveres; estabelecimento de um conjunto de benefícios e a forma de aceder aos mesmos; ainda, a responsabilidade do Estado e das autarquias locais com vista à efetivação deste estatuto”.

O ESB, no seu artigo 2º define o conceito de bombeiro, como sendo o “indivíduo que, integrado de forma profissional ou voluntário num corpo de bombeiros, tem por atividade cumprir as missões, nomeadamente a proteção de vidas humanas e bens em perigo, mediante a prevenção e extinção de incêndios, o socorro de feridos, doentes ou náufragos, e a prestação de outros serviços previstos nos regulamentos internos e demais legislação aplicável”.

Ao contrário de outra legislação sobre o voluntariado a legislação sobre o ESB faz subordinar os voluntários “... a cumprir com prontidão as ordens relativas ao serviço emanadas dos superiores hierárquicos” (Rebelo, 2015, p. 227).

O trabalho voluntário prestado pelos bombeiros voluntários nos Corpos de Bombeiros, das respetivas AHBV's representa uma quota parte muito importante no apoio social que estas prestam às populações.

O voluntário doa o seu tempo, dedicação, esforço e conhecimento na realização de determinado trabalho, em prol de uma atividade solidária. Os bombeiros voluntários são disso exemplo. Muitas vezes com o risco da própria vida, na proteção e socorro do seu semelhante e dos seus bens.

2.4. As Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários

2.4.1. Breve Resenha Histórica

As Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários irmanam da sociedade civil e têm a sua origem na necessidade das pessoas se organizarem na sua defesa e dos seus bens, contra as calamidades e as intempéries.

A sua origem remonta a quando o “Rei D. João I, através da Carta Régia de 23 de Agosto de 1395, tomou a primeira iniciativa em promulgar a organização do primeiro Serviço de Incêndios de Lisboa ordenando: ...em caso que se algum fogo levantasse, o que Deus não queria, que todos os carpinteiros e calafates venham àquele lugar, cada um com seu machado, para haverem de atalhar o dito fogo. E que outros sim todas as mulheres que ao dito fogo acudirem, tragam cada uma seu cântaro ou pote para acarretar água para apagar o dito fogo.”

“No Porto os Serviços de Incêndio também funcionavam desde o século XV. Sua Câmara na reunião de 14 de julho de 1513 decidiu: eleger diversos cidadãos para fiscalizar se os restantes moradores da cidade apagavam o lume das cozinhas à hora indicada pelo sino da noite.”

“A mesma Câmara, na reunião de 9 de setembro de 1612 ordenou que fossem notificados os carpinteiros da cidade de que iriam receber machados e outras pessoas de que entrariam na posse de bicheiros, para que, havendo incêndios, acudissem a ele com toda a diligência.”

“A instalação, em Lisboa, dos três primeiros quartéis, foi decidida por D. Afonso VI, em 28 de março de 1678: o Senado ordenará, com toda a brevidade, que nesta cidade haja três armazéns (...) e que estejam providos de todos os instrumentos que se julgarem necessários para se acudir aos incêndios, e escadas dobradas de altura competente, para que, com toda a prontidão, se possam remediar logo no princípio(...)” (História dos Bombeiros Portugueses, 2004 - 2020, pp. 1, 2, 3 e 5).

Trocado (2009, p. 41) citando Guerrinha (2004), diz-nos que “no final da primeira metade do século XVII, especificamente em 1646, os homens que estavam responsáveis pelo combate de incêndios em Lisboa, são remunerados pela primeira vez.”

O mesmo autor, Trocado (2009, p. 41), citando Santos (1995) diz-nos que “em 1728, é criada na cidade do Porto a primeira companhia de fogo. A Companhia de Fogo Portuense era constituída por 100 “homens práticos”, capazes de manobrar “a bomba, machados, fouches, e outros instrumentos de combate ao fogo, sob o comando do capitão José Azevedo.”

E na página 42 que “(...) no final do século XVIII, para além de Lisboa e Porto mais cidades começam a ter companhias de combate a incêndios tais como: Braga, Viana do Castelo, Coimbra, Setúbal, Lamego e Guimarães. Neste período surgem os primeiros serviços de incêndios privativos, instalados em repartições públicas, de Lisboa, e em palácios reais, da capital e dos arredores, nomeadamente na Repartição de Obras Públicas, na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e no Arsenal da Marinha”.

A Associação Amigos Bombeiros Distrito Guarda.com (2004 - 2020), na História dos Bombeiros Portugueses, citando Guerrinha (2004) em Bombeiros de Gouveia, diz-nos ainda que “O movimento associativo dos Bombeiros começou com a Companhia de Voluntários Bombeiros de Lisboa, criada, em 1868, e que depois, em 1880, passou a Associação de Bombeiros Voluntários”.

Apesar das necessidades sentidas pelos cidadãos e da sua existência embrionária, o desenvolvimento efetivo das organizações dos bombeiros, ao longo dos anos, foi lenta.

Foi desde o início do século passado e da I República, fruto da sede de associativismo que grassava por todo o lado, que as organizações dos bombeiros proliferaram por todo o país e iniciaram uma nova fase.

Muitas das associações criadas, em especial nas localidades em que, na altura, existiam quartéis do Exército, foram dinamizadas por militares.

Na sequência da proliferação de associações de bombeiros voluntários por todo o país realiza-se a 16 de agosto de 1930, no Estoril, o primeiro Congresso Nacional dos Bombeiros Portugueses. (Associação Humanitária de Bombeiros dos Estoris, s.d., p. História)

A 18 de agosto de 1930 é fundada a Liga dos Bombeiros Portugueses. (Liga dos Bombeiros Portugueses, 2019, p. Sobre).

2.4.2. As Associações de Bombeiros – O Regime Jurídico

As Associações de Bombeiros, regem-se pela Lei n.º 32/2007, de 13/08 (Regime Jurídico das Associações de Bombeiros), (Diário da República n.º 155/2007, Série I de 08-13, 2007) pelos estatutos de cada associação humanitária e subsidiariamente, pelo regime geral das associações que consta dos artigos 167º a 184º do Capítulo II (Pessoas Coletivas) do Decreto-Lei n.º 47344 - Código Civil (Diário do Governo n.º 274/1966, Série I de 25-11, 1966).

A Lei n.º 32/2007 (Diário da República n.º 155/2007, Série I de 08-13, 2007) no artigo 2.º, define as Associações Humanitárias de Bombeiros como: “(...) pessoas coletivas sem fins lucrativos que têm como escopo principal a proteção de pessoas e bens, designadamente o socorro de feridos, doentes ou náufragos, e a extinção de incêndios, detendo e mantendo em atividade, para o efeito, um corpo de bombeiros voluntários ou misto, com observância do definido no regime jurídico dos corpos de bombeiros.” e estabelece: “(...) com estrita observância do seu fim não lucrativo e sem prejuízo do seu escopo principal, as associações podem desenvolver outras atividades, individualmente ou em associação, parceria ou por qualquer outra forma societária legalmente prevista, com outras pessoas singulares ou coletivas, desde que permitidas pelos estatutos.”.

No artigo 3.º (Aquisição de personalidade jurídica) refere: “As associações adquirem personalidade jurídica e são reconhecidas como pessoas coletivas de utilidade pública administrativa com a sua constituição.”.

O n.º 1, do artigo 4º refere que “o ato de constituição da associação especifica os bens ou serviços com que os associados concorrem para o património social, a denominação, a sede e o fim da associação, que inclui obrigatoriamente a referência à detenção e manutenção de um corpo de bombeiros voluntários ou misto, bem como a forma do seu funcionamento.”

O n.º 2, do mesmo artigo 4º refere que “além das especificações mencionadas no número anterior, os estatutos das associações determinam a composição e competência dos órgãos sociais, a forma de designar os respetivos titulares, bem como as obrigações e a

responsabilidade destes para com a associação, podendo ainda especificar os direitos e obrigações dos associados, as condições da sua admissão, saída e exclusão, bem como os termos da extinção da pessoa coletiva.”

O nº 3, do mesmo artigo 4º, que “a denominação da associação inclui obrigatoriamente a designação «associação humanitária de bombeiros»”.

O nº 1, do artigo 10º refere que “em cada associação humanitária de bombeiros haverá, pelo menos, um órgão deliberativo, um órgão colegial de administração e um órgão de fiscalização, sendo os dois últimos constituídos por um número ímpar de titulares, associados da própria associação ou, quando estes são pessoas coletivas, pessoas por elas designadas, dos quais um será o presidente.”

O artigo 11º refere que:

“1 - A representação da associação, em juízo ou fora dele, cabe a quem os estatutos determinarem ou, na falta de disposição estatutária, ao órgão de administração ou a quem por ele for designado, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

2 - Perante as entidades públicas administrativas a quem compete a fiscalização, inspeção e controlo da utilização de fundos públicos, responde, em nome da associação, o órgão de administração.”

No que se refere à responsabilidade dos titulares dos órgãos da associação, a referida Lei n.º 32/2007 determina no seu artigo 13º que:

“1 - Os titulares dos órgãos sociais são responsáveis civil e criminalmente pelas faltas ou irregularidades cometidas no exercício do mandato.

2 - Os titulares dos órgãos sociais ficam exonerados de responsabilidade se:

- a) Não tiverem tomado parte na respetiva deliberação e a reprovarem com declaração na ata da sessão imediata em que se encontrem presentes;
- b) Tiverem votado contra essa deliberação e o fizerem consignar na ata respetiva.”

(Diário da República n.º 155/2007, Série I de 08-13)

No que se refere à Assembleia Geral e ao seu funcionamento salientamos que a Lei n.º 32/2007 refere que:

O Artigo 14º sobre as competências desse órgão refere:

“1 - São, necessariamente, da competência da assembleia geral a destituição dos titulares dos órgãos da associação, a aprovação do balanço, a alteração dos estatutos, a extinção da associação e a autorização para esta demandar os titulares dos órgãos sociais por

factos praticados no exercício do cargo, para além de todas as outras competências que lhe sejam estatutariamente cometidas.

2 - Competem à assembleia geral todas as deliberações não compreendidas nas competências legais ou estatutárias de outros órgãos da associação.” (Diário da República n.º 155/2007, Série I de 08-13)

O Artigo 15º sobre a convocação do órgão deliberativo refere:

“1 - A assembleia geral deve ser convocada pelo órgão de administração nas circunstâncias fixadas nos estatutos e, em qualquer caso, uma vez em cada ano, para aprovação do balanço, relatório e contas, plano de ação e orçamento, sem prejuízo do mais estatutariamente previsto.

2 - A assembleia geral é ainda convocada sempre que a convocação seja requerida, com um fim legítimo, por um conjunto de associados não inferior à quinta parte da sua totalidade, se outro número não for estabelecido nos estatutos.

3 - Se o órgão de administração não convocar a assembleia geral nos casos em que o deve fazer, a qualquer associado é lícito efetuar a convocação.” (Diário da República n.º 155/2007, Série I de 08-13)

No que se refere às competências do órgão de administração a Lei n.º 32/2007 estabelece no artigo 19º (Diário da República n.º 155/2007, Série I de 08-13) que:

“1 - Compete ao órgão de administração gerir a associação e representá-la, incumbindo-lhe, designadamente:

- a) Garantir a prossecução do fim social;
- b) Garantir a efetivação dos direitos dos associados;
- c) Elaborar anualmente e submeter a parecer do órgão de fiscalização o relatório e contas de gerência, bem como o plano de ação e orçamento para o ano seguinte;
- d) Assegurar a organização e o funcionamento dos serviços, bem como a escrituração dos livros, nos termos da lei;
- e) Organizar o quadro de pessoal, contratar e gerir o pessoal contratado da associação;
- f) Representar a associação em juízo ou fora dele;
- g) Zelar pelo cumprimento da lei, dos estatutos e das deliberações dos órgãos da associação.

2 - A função referida na alínea f) do número anterior pode ser atribuída pelos estatutos a outro órgão ou dirigentes e pode ser delegada, nos termos dos mesmos estatutos, em titulares do órgão de administração.

3 - O órgão de administração pode delegar em profissionais qualificados ao serviço da instituição, ou em mandatários, alguns dos seus poderes, nos termos previstos nos estatutos ou aprovados pela assembleia geral, bem como revogar os respetivos mandatos.”

No que se refere às competências do órgão de fiscalização a citada Lei 32/2007, o artigo 20.º (Competências do órgão de fiscalização) (Diário da República n.º 155/2007, Série I de 08-13) estabelece que lhe compete:

“(…) zelar pelo cumprimento da lei e dos estatutos, incumbindo-lhe, designadamente:

- a) Exercer a fiscalização sobre a escrituração e documentos da instituição, sempre que o julgue conveniente;
- b) Assistir ou fazer-se representar por um dos seus titulares às reuniões do órgão de administração, sempre que o julgue conveniente;
- c) Dar parecer sobre o relatório, contas e orçamento e sobre todos os assuntos que o órgão de administração submeta à sua apreciação.” (Diário da República n.º 155/2007, Série I de 08-13)

No que se refere à forma de a associação se obrigar, o artigo 23º, refere que “no silêncio dos estatutos, a associação obriga-se com as assinaturas conjuntas de dois titulares do órgão de administração, sendo uma delas, obrigatoriamente, a do presidente ou a do tesoureiro, salvo quanto aos atos de mero expediente, em que basta a assinatura de um titular do órgão de administração.” (Diário da República n.º 155/2007, Série I de 08-13)

Temos a salientar ainda o conteúdo do artigo 50.º (Direito subsidiário):

“1 - Em tudo o que não se encontre especialmente regulado na presente lei, é aplicável às associações humanitárias de bombeiros o regime geral das associações.

2 - As disposições do Código Administrativo relativas às pessoas coletivas de utilidade pública administrativa não são aplicáveis às associações humanitárias de bombeiros.” (Diário da República n.º 155/2007, Série I de 08-13)

As associações humanitárias de bombeiros desempenham na sociedade portuguesa, um papel relevante e solidário, em especial, na área social e de proteção às pessoas e aos bens, e são detentoras de corpos de bombeiros (estes agentes de proteção civil).

Os estatutos das Associações de Bombeiros definem o modo de se organizarem e a forma democrática dessa organização.

A designações mais utilizadas, nos estatutos das várias Associações de Bombeiros são: Assembleia Geral (órgão deliberativo), Direção (órgão de administração) e Conselho Fiscal (órgão de fiscalização).

A gestão de uma Associação de Bombeiros é da responsabilidade do órgão de administração (Direção, normalmente, composta por sete elementos).

O órgão de fiscalização (Conselho Fiscal) fiscaliza a ação da Direção.

A Assembleia Geral é dirigida pela Mesa da Assembleia Geral.

A Mesa da Assembleia Geral, o Órgão de Administração (Direção) e o Órgão de Fiscalização (Conselho Fiscal) são eleitos periodicamente de entre todos os sócios reunidos em Assembleia Geral, de acordo com a lei e os estatutos, por maioria simples dos sócios votantes.

O órgão de administração (Direção) deve reunir regularmente.

As decisões das reuniões dos vários órgãos das Associações Humanitárias são tomadas colegialmente por maioria simples e devem ser lavradas atas das mesmas.

2.4.3. As Associações de Bombeiros e os seus Corpos de Bombeiros

Segundo Trocado (2009, p. 42) parafraseando Santos (1995) “Em 1834 ... foi criada a primeira companhia de bombeiros de Lisboa que o povo passou a denominar por Companhia do Caldo e Nabo.”

O primeiro regulamento sobre o funcionamento dos Corpos de Bombeiros só veio a surgir no ano de 1951, pelo Decreto nº 38439, de 27 de setembro. (Trocado, 2009, p. 42).

Foi em 1987, pela Lei 21/87, de 20 de junho, foi aprovado o primeiro Estatuto Social do Bombeiro, que consagrou em lei os deveres, direitos e regalias dos bombeiros. (Trocado, 2009, p. 43).

Pela Lei 32/2007 (artigo 2º) as Associações de Bombeiros são obrigadas a deter e a manter em funcionamento um corpo de bombeiros voluntários ou misto. (Diário da República n.º 155/2007, Série I de 08-13).

E o nº 1, do artigo 4º da Lei 32/2007, estipula que “o ato de constituição da associação especifica os bens ou serviços com que os associados concorrem para o património social, a denominação, a sede e o fim da associação, que inclui obrigatoriamente a referência à detenção e manutenção de um corpo de bombeiros voluntários ou misto, bem como a forma do seu funcionamento.” (Diário da República n.º 155/2007, Série I de 08-13).

O artigo 7º do citado decreto-lei n.º 247/2007 determina as espécies de corpos de bombeiros, como podendo ser: de voluntários, mistos (de voluntários e profissionais), de profissionais e privativos (profissionais de empresas privadas).

E define as suas características:

“Os Corpos de Bombeiros profissionais têm as características seguintes:

- a) São criados, detidos e mantidos na dependência direta de uma câmara municipal;
- b) São exclusivamente integrados por elementos profissionais;

c) Detêm uma estrutura que pode compreender a existência de regimentos, batalhões, companhias ou secções, ou pelo menos, de uma destas unidades estruturais;

d) Designam-se bombeiros sapadores.”

“Os corpos de bombeiros mistos têm as características seguintes:

a) São dependentes de uma câmara municipal ou de uma associação humanitária de bombeiros;

b) São constituídos por bombeiros profissionais e por bombeiros voluntários, sujeitos aos respetivos regimes jurídicos;

c) Estão organizados, de acordo com o modelo próprio, definido pela respetiva câmara municipal ou pela associação humanitária de bombeiros, nos termos de regulamento aprovado pela ANPC, ouvido o Conselho Nacional de Bombeiros.”

“Os corpos de bombeiros voluntários têm as características seguintes:

a) Pertencem a uma associação humanitária de bombeiros;

b) São constituídos por bombeiros em regime de voluntariado;

c) Podem dispor de uma unidade profissional mínima a definir por regulamento da ANPC, ouvido o Conselho Nacional de Bombeiros.”

“Os corpos privativos de bombeiros têm as características seguintes:

a) Pertencem a uma pessoa coletiva privada que tem necessidade, por razões da sua atividade ou do seu património, de criar e manter um corpo profissional de bombeiros para autoproteção;

b) São integrados por bombeiros com a formação adequada;

c) Organizam-se segundo um modelo adequado às suas missões e objetivos, nos termos de regulamento aprovado pela ANPC;

d) Têm uma área de atuação definida dentro dos limites da propriedade da entidade ou entidades à qual pertencem, podendo atuar fora dessa área por requisição do presidente de câmara no respetivo município, ou da ANPC, quando fora do município, que suporta os encargos inerentes;

e) A sua criação e manutenção constituem encargo das entidades a que pertencem, não sendo abrangidas por apoios da ANPC.” (Diário da República n.º 122/2007, Série I de 06-27)

De acordo com o n.º 1, do artigo 46.º da Lei n.º 27/2006, de 3 de julho “...são agentes de proteção civil, de acordo com as suas atribuições próprias: a) Os corpos de bombeiros...” (Diário da República n.º 126/2006, Série I de 03-07, 2006).

O regime jurídico aplicável à constituição, organização, funcionamento e extinção dos corpos de bombeiros, no território do continente é, atualmente, regulado pelo Decreto-Lei n.º 247/2007. (Diário da República n.º 122/2007, Série I de 06-27)

O citado Decreto-Lei n.º 247/2007, de 27 de junho define no artigo 2º: área de atuação, bombeiro, corpo de bombeiros, entidade detentora de corpo de bombeiros e unidade de comando, da seguinte forma:

- a) «Área de atuação» a área geográfica predefinida, na qual um corpo de bombeiros opera regularmente e ou é responsável pela primeira intervenção;
- b) «Bombeiro» o indivíduo que, integrado de forma profissional ou voluntária num corpo de bombeiros, tem por atividade cumprir as missões do corpo de bombeiros, nomeadamente a proteção de vidas humanas e bens em perigo, mediante a prevenção e extinção de incêndios, o socorro de feridos, doentes ou náufragos e a prestação de outros serviços previstos nos regulamentos internos e demais legislação aplicável;
- c) «Corpo de bombeiros» a unidade operacional, oficialmente homologada e tecnicamente organizada, preparada e equipada para o cabal exercício das missões atribuídas pelo presente decreto-lei e demais legislação aplicável;
- d) «Entidade detentora de corpo de bombeiros» a entidade pública ou privada que cria, detém e mantém em atividade um corpo de bombeiros com observância do disposto no presente decreto-lei e demais legislação aplicável;
- e) «Unidade de comando» o princípio de organização dos corpos de bombeiros que determina que todos os seus elementos atuam sob um comando hierarquizado único.”

No nº 1, do artigo 3.º define a missão dos corpos de bombeiros:

- “a) A prevenção e o combate a incêndios;
- b) O socorro às populações, em caso de incêndios, inundações, desabamentos e, de um modo geral, em todos os acidentes;
- c) O socorro a náufragos e buscas subaquáticas;
- d) O socorro e transporte de acidentados e doentes, incluindo a urgência pré-hospitalar, no âmbito do sistema integrado de emergência médica;
- e) A emissão, nos termos da lei, de pareceres técnicos em matéria de prevenção e segurança contra riscos de incêndio e outros sinistros;
- f) A participação em outras atividades de proteção civil, no âmbito do exercício das funções específicas que lhes forem cometidas;
- g) O exercício de atividades de formação e sensibilização, com especial incidência para a prevenção do risco de incêndio e acidentes junto das populações;
- h) A participação em outras ações e o exercício de outras atividades, para as quais estejam tecnicamente preparados e se enquadrem nos seus fins específicos e nos fins das respetivas entidades detentoras;

i) A prestação de outros serviços previstos nos regulamentos internos e demais legislação aplicável.” (Diário da República n.º 122/2007, Série I de 06-27)

De acordo com o n.º 2, do artigo 9º do decreto-lei n.º 247/2007, os quadros de pessoal dos corpos de bombeiros voluntários ou mistos, dos quais as Associações de Bombeiros são detentoras é estruturado da seguinte forma:

- a. Quadro de comando;
 - b. Quadro ativo;
 - c. Quadro de reserva;
 - d. Quadro de honra.
- - O quadro de comando é constituído pelos elementos do corpo de bombeiros a quem é conferida a autoridade para organizar, comandar e coordenar as atividades exercidas pelo respetivo corpo, incluindo, a nível operacional, a definição estratégica dos objetivos e das missões a desempenhar;
 - - O quadro ativo é constituído pelos elementos pertencentes às respetivas carreiras e aptos para a execução das missões a que se refere o artigo 3.º, normalmente integrados em equipas, em cumprimento das ordens que lhes são determinadas pela hierarquia, bem como das normas e procedimentos estabelecidos;
 - - O quadro de reserva é constituído pelos elementos que atinjam o limite de idade para permanecer na sua categoria ou que, não podendo permanecer no quadro ativo por motivos profissionais ou pessoais, o requeiram e obtenham aprovação do comandante do corpo de bombeiros, e ainda pelos elementos, que nos últimos 12 meses, não tenham cumprido o serviço operacional previsto no artigo 17.º;
 - - O quadro de honra é constituído pelos elementos com 40 ou mais anos de idade que, com zelo, dedicação, disponibilidade e abnegação, exerceram funções ou prestaram serviço efetivo durante 15 ou mais anos, sem qualquer punição disciplinar nos últimos três anos, nos quadros de comando ou ativo de um corpo de bombeiros, e ainda aqueles que, independentemente da idade e do tempo de serviço prestado, adquiriram incapacidade por doença ou acidente ocorrido em serviço ou tenham prestado serviços de carácter relevante à causa dos bombeiro (Diário da República n.º 155/2007, Série I de 08-13)

Os n.ºs. 2 e 3, do artigo 10º, do decreto-lei n.º 247/2007, determinam que:

“- A estrutura do quadro de comando dos corpos de bombeiros voluntários ou mistos detidos pelas associações humanitárias de bombeiros tem a dotação máxima de cinco elementos.

- A dotação em recursos humanos dos corpos de bombeiros mistos e voluntários detidos e mantidos na dependência de uma associação humanitária de bombeiros tem a seguinte tipologia (Diário da República n.º 155/2007, Série I de 08-13):

- a. Tipo 4 - até 60 elementos;
- b. Tipo 3 - até 90 elementos;
- c. Tipo 2 - até 120 elementos;
- d. Tipo 1 - superior a 120 elementos.

O quadro de comando dos CB's detidos pelas Associações de Bombeiros é composto por um Comandante, um Segundo-comandante e um ou mais Adjuntos de comando (de acordo com a tipologia do corpo de bombeiros).

O artigo 12º, do decreto-lei n.º 247/2007, nos seus n.ºs. 2 e 3, especifica que:

“2 - O Comandante dirige o corpo de bombeiros e é o primeiro responsável pelo desempenho do corpo e dos seus elementos, no cumprimento das missões que lhes são cometidas.

3 - O Comandante é coadjuvado nas suas funções pelo 2º Comandante, que o substitui na sua ausência e nos seus impedimentos, e pelos adjuntos de comando.”

E no n.º 4, que:

“A estrutura de comando dos corpos de bombeiros é composta (Diário da República n.º 155/2007, Série I de 08-13):

- a) Nos corpos de bombeiros voluntários ou mistos de tipo 4, por um comandante e um 2º comandante;
- b) Nos corpos de bombeiros mistos ou voluntários de tipo 3, por um comandante, um 2º comandante e um adjunto;
- c) Nos corpos de bombeiros voluntários ou mistos de tipo 2, por um comandante, um 2º comandante e dois adjuntos;
- d) Nos corpos de bombeiros voluntários ou mistos de tipo 1, por um comandante, um 2º comandante e três adjuntos.”

É o artigo 32º, do Decreto-Lei n.º 241/2007 (Diário da República n.º 118/2007, Série I de 21-06), alterado pelo artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 249/2012 (Diário da República n.º 225/2012, Série I de 11-21), Série I de 2012-11-21, em vigor a partir de 2012-11-26), que

define a forma de provimento dos cargos de Comandante, 2º Comandante e Adjuntos de comando:

“1 - O provimento da estrutura de comando dos corpos de bombeiros voluntários ou mistos não pertencentes ao município é feito por designação de entre indivíduos com idades compreendidas entre os 25 e os 60 anos, nos termos seguintes:

- a) O comandante é designado pela entidade detentora do corpo de bombeiros, preferencialmente de entre os oficiais bombeiros ou, na sua falta ou por razões devidamente fundamentadas, de entre bombeiros da categoria mais elevada, habilitados com o 12.º ano ou equivalente com, pelo menos, cinco anos de atividade nos quadros do corpo de bombeiros;
- b) O 2.º comandante e o adjunto de comando são designados pela entidade detentora, sob proposta do comandante, de entre os oficiais bombeiros ou, na sua falta ou por razões devidamente fundamentadas, de entre bombeiros da categoria mais elevada ou de entre outros elementos que integram o respetivo quadro ativo, habilitados com o 12.º ano ou equivalente com, pelo menos, cinco anos de atividade;
- c) Podem ainda ser designados para a estrutura de comando indivíduos de reconhecido mérito no desempenho de anteriores funções de liderança ou de comando, em corpos de bombeiros ou fora destes;
- d) As designações previstas nas alíneas anteriores estão sujeitas a homologação pela Autoridade Nacional de Proteção Civil.

2 - O limite máximo de idade para a permanência no quadro de comando é de 65 anos.

3 - A designação dos elementos da estrutura de comando não pertencentes à carreira de oficial bombeiro deve ser precedida de avaliação destinada a aferir as capacidades físicas e psicotécnicas dos candidatos, bem como a aprovação em curso de formação, nos termos de regulamento da Autoridade Nacional de Proteção Civil.

4 - As designações para os cargos a exercer na estrutura de comando dos corpos de bombeiros voluntários ou mistos detidos por associações humanitárias de bombeiros são exercidas em regime de comissão de serviço, pelo período de cinco anos, automaticamente renováveis por iguais períodos se o órgão de administração da associação não notificar, por escrito, o interessado, com a antecedência mínima de 45 dias, contados de forma contínua, sobre a data de termo da comissão, a decisão devidamente fundamentada de não renovar a comissão.

5 - No início de cada comissão de serviço, a entidade detentora entrega ao comandante uma carta de missão da qual constam os principais objetivos, cujos parâmetros são definidos por regulamento aprovado pela Autoridade Nacional de Proteção Civil.

6 - O incumprimento da carta de missão é motivo fundamentado para a não renovação da comissão.

7 - Da decisão de não renovação da comissão de serviço cabe recurso para a comissão arbitral prevista no artigo 33.º, a interpor no prazo contínuo de 15 dias a contar da data de notificação da decisão de não renovar a comissão.

8 - O titular do cargo de comando do corpo de bombeiros voluntário ou misto detido por associação humanitária de bombeiros que pertença ao quadro ativo e cuja comissão não seja renovada é integrado na carreira de oficial bombeiro, na condição de supranumerário, com parecer favorável da entidade detentora, de acordo com os critérios seguintes:

- a. Em oficial bombeiro de 1.ª, no final de uma comissão;
- b. Em oficial bombeiro principal, no final de duas comissões;
- c. Em oficial bombeiro superior, no final de três ou mais comissões.

9 - O titular do cargo de comando do corpo de bombeiros voluntário ou misto detido por associação humanitária que pertença ao quadro ativo e que, depois de cumprir uma comissão, requeira a cessação de exercício de funções por razões profissionais ou de saúde é integrado na carreira de oficial bombeiro, na condição de supranumerário, de acordo com os critérios referidos no número anterior.

10 - Os titulares do cargo de comando referidos nos n.ºs. 8 e 9 podem, em alternativa, requerer o regresso ao quadro ativo na categoria respetiva, à passagem ao quadro de reserva ou ao quadro de honra, verificados os respetivos pressupostos.

11 - O provimento na estrutura de comando dos corpos de bombeiros profissionais ou mistos na dependência de municípios é feito de acordo com o regime a definir em decreto-lei.”

Sobre as decisões de não renovação do exercício do cargo de comando e o recurso para as comissões arbitrais, o artigo 33º do mesmo Decreto-Lei nº 241/2007 (Diário da República n.º 118/2007, Série I de 21-06), alterado pelo artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 249/2012 (Diário da República n.º 225/2012, Série I de 11-21), Série I de 2012-11-21, em vigor a partir de 2012-11-26) estipula que:

“1 - Para apreciação e decisão dos recursos interpostos das decisões de não renovação do exercício do cargo de comando a que se refere o nº 7 do artigo anterior são criadas

comissões arbitrais compostas pelo presidente da assembleia geral da associação humanitária de bombeiros, que preside, por um representante designado pela Autoridade Nacional de Proteção Civil e por um elemento indicado pela Liga de Bombeiros Portugueses.

2 - As deliberações da comissão arbitral são lavradas em ata e têm carácter vinculativo.

3 - A comissão arbitral deverá apreciar e decidir sobre o recurso interposto no prazo de 60 dias contados a partir do dia seguinte ao da receção do recurso.”

“Ora, se o objetivo, por excelência, da organização/CB é socorrer eficazmente as vítimas, garantindo o rigoroso cumprimento de especificações de serviço e de técnicas de segurança, o individualismo, o mito do “super-herói”, o “desenrascanço” o “deixa andar” e o imprevisto têm de ceder passo, ao planeamento, à coordenação, à disciplina, ao profissionalismo e trabalho em equipa, realidades ainda distantes da cultura organizacional das nossas Associações/CB’s ...” (Amaro, 2009, p. 395)

Passados que são mais de dez anos sobre esta afirmação, ela de momento já não corresponde ao padrão atual da maioria dos corpos de bombeiros, fruto do esforço conjunto, por um lado da ENB – Escola Nacional de Bombeiros, na formação produzida internamente e à distância, e por outro, pelos formadores dos corpos de bombeiros, possibilitando um salto quantitativo e qualitativo na capacidade técnica e no “profissionalismo” dos bombeiros no seu conjunto.

O ESB – Estatuto Social do Bombeiros

“Ser bombeiro voluntário ou profissional é uma atividade ocupacional de elevado risco.

Para se ser bombeiro é necessário passar por um conjunto de patamares e adquirir um conjunto de saberes: de saber conhecimento, de saber fazer e de saber ser. Esses saberes estão relacionados, não só com conhecimentos gerais sobre os riscos e perigos com que têm de lidar no quotidiano das ações de socorro e salvamento, mas também saberes fazer/executar e saberes ser/estar fundamentais para uma atuação tecnicamente eficiente e eficaz.” (Amaro, 2009, p. 24).

O regime jurídico aplicável aos bombeiros portugueses no território do continente, mais conhecido pelo ESB – Estatuto Social do Bombeiro, que veio regulamentar os deveres, os direitos e as regalias dos bombeiros, a estrutura de comando e as carreiras, e o regime disciplinar, foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 241/2007 (Diário da República n.º 118/2007, Série I de 21-06)

No artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 241/2007, de 06-21, o legislador estabelece as definições de; bombeiro, corpo de bombeiros e entidade detentora de corpo de bombeiros.

O artigo 4 do Decreto-Lei n.º 241/2007, de 21 de junho, determina os deveres dos bombeiros dos quadros de comando e ativo:

“São deveres do bombeiro dos quadros de comando e ativo:

- a) Cumprir a lei, o Estatuto e os regulamentos;
- b) Defender o interesse público e exercer as funções que lhe forem confiadas com dedicação, competência, zelo, assiduidade, obediência e correção;
- c) Zelar pela atualização dos seus conhecimentos técnicos e participar nas ações de formação que lhe forem facultadas;
- d) Cumprir as normas de higiene e segurança;
- e) Cumprir as normas de natureza operacional, com pontualidade e exercício efetivo das funções;
- f) Cumprir com prontidão as ordens relativas ao serviço emanadas dos superiores hierárquicos;
- g) Usar o fardamento e equipamento adequado às ações em que participe.

E o artigo 5º os deveres especiais dos elementos integrantes do quadro de comando:

- a) “a) Garantir a unidade do corpo de bombeiros;
- b) Velar e garantir a prontidão operacional;
- c) Assegurar a articulação operacional permanente com as estruturas de comando operacionais de nível distrital;
- d) Assegurar, nos termos da lei, a articulação com o respetivo serviço municipal de proteção civil;
- e) Garantir a articulação operacional com os corpos de bombeiros limítrofes;
- f) Zelar pela segurança e saúde dos bombeiros;
- g) Planear e desenvolver as atividades formativas e operacionais;
- h) Elaborar as normas internas necessárias ao bom funcionamento do corpo de bombeiros, bem como as estatísticas operacionais;
- i) Garantir a articulação, com correção e eficiência, entre o corpo de bombeiros e a respetiva entidade detentora, com respeito pelo regime jurídico do corpo de bombeiros e pelos fins da mesma entidade. (Diário da República n.º 118/2007, Série I de 21-06, p. 2 e 3).

O Artigo 5.º do mesmo Decreto-Lei descreve os direitos dos bombeiros dos quadros de comando e ativo:

“1 –

- a) Usar uniforme e distintivos nos termos da regulamentação própria;
- b) Receber condecorações pelo mérito e abnegação demonstrados no exercício das suas funções, nos termos de regulamento próprio;
- c) Beneficiar de regime próprio de segurança social;
- d) Receber indemnizações, subsídios e pensões, bem como outras regalias legalmente previstas, em caso de acidente de serviço ou doença contraída ou agravada em serviço;
- e) Frequentar cursos, colóquios e seminários tendo em vista a sua educação e formação pessoal, bem como a instrução, formação e aperfeiçoamento como bombeiro;
- f) Beneficiar de seguro de acidentes pessoais, uniformizado e atualizado, por acidentes ocorridos no exercício das funções de bombeiro, ou por causa delas, que abranja os riscos de morte e invalidez permanente, incapacidade temporária e despesas de tratamento;
- g) Beneficiar de vigilância médica da saúde através de inspeções médico-sanitárias periódicas e ainda da vacinação adequada, estabelecida para os profissionais de risco;
- h) Ser integralmente ressarcido, através de um fundo próprio, das participações ou pagamentos a seu cargo das despesas com assistência médico-medicamentosa, médico-cirúrgica e dos elementos e exames auxiliares de diagnóstico, internamentos hospitalares, tratamentos termais, próteses, fisioterapia e recuperação funcional, desde que tais encargos não devam ser suportados por outras entidades, por virtude de lei ou de contrato existente e válido, e decorram de acidente de serviço ou doença contraída ou agravada em serviço ou por causa dele;
- i) Ter acesso a um sistema de segurança, higiene e saúde no trabalho organizado nos termos da legislação vigente, com as necessárias adaptações;
- j) Beneficiar da bonificação em tempo, para efeitos de aposentação ou reforma, relativamente aos anos de serviço prestado como bombeiro.

2 - São ainda direitos dos bombeiros os que resultem de outras leis ou regulamentos aplicáveis, nomeadamente de esquemas de incentivos ao voluntariado.

3 - Os bombeiros que integram os quadros de reserva e honra beneficiam dos direitos referidos nas alíneas a), b), d), f) e h) do n.º 1.

4 - Os elementos pertencentes à carreira de bombeiro especialista beneficiam dos direitos referidos nas alíneas a), b), d), e), f), g) e h) do n.º 1. (Diário da República n.º 118/2007, Série I de 21-06).

Em seguida o citado Decreto-Lei, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 64/2019, de 16 de maio, especifica ainda o conjunto das regalias destinadas a bombeiros (Diário da República n.º 118/2007, Série I de 21-06):

- - Regalias no âmbito da educação (artigo 6º);
- - Redução de 50% em todas as taxas e emolumentos (artigo 6ºA);
- - Patrocínio judiciário (artigo 7º);
- - Pensão de preço de sangue (artigo 8º);
- - Acidentes em serviço e doenças profissionais (artigo 9º);
- - Aumento de tempo de serviço para efeitos de aposentação e bonificação na pensão (artigo 10º);
- - Regime de proteção social (artigo 12º);
- - Seguro social voluntário (artigo 13º);
- - Assistência médica e medicamentosa (artigo 19º);
- - Subsídios para despesas de recuperação (artigo 20º);
- - Vigilância médica de saúde (artigo 21º);
- - Isenção de taxas moderadoras (artigo 22º);
- - Seguro de acidentes pessoais (artigo 23º).

2.5 A Gestão Breve Introdução à Gestão das Organizações

“Presume-se, por vezes, que os bons gestores têm qualidades inatas e que apenas precisam de pôr em prática essas qualidades para serem bons gestores, relegando-se para segundo plano o estudo das teorias e técnicas de gestão. Nada de mais errado e perigoso. A gestão estuda-se e os bons gestores fazem-se aplicando na prática a teoria.” (Mações, 2017, p. 10).

No conceito clássico a gestão é “... prever, organizar, comandar, coordenar e controlar” (Fayol, 1917, p. 26).

Para Silva E. S. em “Dicionário de Gestão” (2013, p. 140), a gestão “traduz-se num conjunto de atividades de conceção e coordenação de meios de que a empresa dispõe que visam garantir que a empresa atinja os seus objetivos.” (Silva E. S., 2013, p. 140)

Para Peter Drucker (1989) “A Gestão é uma atividade humana.” (Maciariello, 2016, p. 32).

Já Cardoso & Rodrigues em “Peter Drucker - O Essencial sobre a Vida e Obra do Homem que inventou a Gestão” (2006, p. 89) refere que:

“Drucker superou os autores anteriores ao integrar um conceito triplo sobre a gestão:

- a gestão é uma prática suscetível de ser sistematizada e aprendida (transformada, diríamos, em disciplina própria;
- os gestores tornaram-se um grupo importante na sociedade industrial e um tipo especial de classe média ascendente e detentora de conhecimento;
- a gestão é o órgão social específico da empresa encarregado de tornar produtivos os recursos.” (Cardoso & Rodrigues, 2006, p. 89).

“A gestão é uma arte porque é uma forma de fazer coisas através das pessoas e dos outros recursos de que a entidade dispõe” (Soares J. C., 2011, p. 177).

O conceito de gestão conforme nos é descrito por Teixeira (2005, p. 5) é o “processo de se conseguir obter resultados (bens e serviços) com o esforço dos outros” e “pressupõe a existência de uma organização, isto é, várias pessoas que desenvolvem uma atividade em conjunto para melhor atingirem objetivos comuns”.

“Os princípios de gestão são universais, o que significa que se aplicam a todas as organizações, sejam grandes ou pequenas, públicas ou privadas, com fins lucrativos ou sem fins lucrativos.” (Mações, 2017, p. 10).

2.5.2. As Principais Teorias da Gestão

“Ao longo dos últimos 100 anos, milhares de gestores, académicos e investigadores tentaram definir aquilo que faz de alguém um grande gestor e identificar os segredos de uma gestão eficaz. O resultado são centenas de teorias de gestão, muitas das quais contraditórias.” (McGrath & Bates, 2014, p. 12)

“Foi no início do século XX que a gestão assumiu importantes e explícitos contornos tendo, no entanto, muito antes os princípios de gestão manifestado a sua relevância.” (Machado, Oliveira, & Davim, 2015, p. 15)

“Deve-se a Taylor (Frederick W. Taylor) a apresentação do primeiro livro que, de forma científica, aborda os princípios e a prática da gestão. O livro, precisamente chamado

«Princípios da Gestão Científica», é publicado em 1911 e pretende, pela aplicação do método científico, fornecer uma base de análise dos problemas de gestão com vista a alcançar uma maior eficiência industrial.” (Teixeira, 2013, p. 16).

Para Fayol, em *Administração Industrial e Geral* (1917, p. 23), o conjunto de operações das empresas podem dividir-se em: operações técnicas (produção, fabricação e transformação), operações comerciais (compras, vendas e permutas), operações financeiras (procura e gestão de capitais), operações de segurança (proteção de bens e de pessoas), operações de contabilidade (inventários, balanços, preços de custo, estatística, etc.) e operações administrativas (previsão, organização, direção, coordenação e controlo).

“As teorias da gestão podem ser divididas em várias correntes ou abordagens. Cada abordagem representa uma maneira específica de encarar a tarefa e as características do trabalho de gestão.” (Silva E. S., 2013, p. 304).

No quadro que se segue discriminam-se as principais teorias da gestão e os seus principais intérpretes.

Tabela 1- As principais teorias da gestão e os principais intérpretes

Teoria da Organização Racional do Trabalho	Frederick Taylor (1911)
Teoria da Produção em Série ou em Massa	Henri Ford (1914)
Teoria Clássica	Henry Fayol (1916)
Teoria Neoclássica	Peter Drucker (1944), Igor Ansoff (1965)
Teoria Burocrática	Max Weber (1930)
Teoria Estruturalista	Amitai Etzioni (1960)
Teoria da Psicologia da Organização	Mary Follet (1920)
Teoria das Relações Humanas	Elton Mayo (1924), Kurt Lewin (1935)
Teoria do Comportamento Organizacional	McGregor (1971), F. Herzberg (1966)
Teoria Geral dos Sistemas	Ludwig von Bertalanffy (1960)
Teoria da Contingência	Burns & Stalker (1961), Lawrence & Lorsch (1973), A. Chandler (1976)
Abordagem Socioeconómica de Tavistock	Emery & Trist (1960)
Abordagem Tecnológica	James Thompson (1976)

Fontes: Adaptado pelo autor, baseado em *Gestão de Empresas – Princípios Fundamentais* (Carvalho J. E., 2019, p. 27 a 31) e em *Gestão das Organizações* (Teixeira, 2013, p. 13 a 29)

“A gestão, como qualquer outra área do conhecimento, tem evoluído ao longo do tempo, sendo certo que nos últimos anos se tem assistido a uma série de desenvolvimentos

sem precedente com o consequente enriquecimento da disciplina e o benefício das organizações e, portanto, dos seus membros e da sociedade em geral.” (Teixeira, 2013, p. 13).

A Gestão passou por três estádios evolutivos, assentando “em três características básicas:

1. A gestão tradicional, tendo como característica básica a intuição;
2. A gestão moderna, tendo como característica básica a burocracia;
3. A gestão científica, tendo como característica básica a sistematização.”

(Carvalho J. E., 2019, p. 31).

- - A gestão tradicional, “(...) caracteriza-se pelo pragmatismo. O meio ambiente só é percebido de uma forma aproximativa. A conduta das pessoas é autoritária, por direção com centralização das decisões. Assenta quase exclusivamente na intuição, no senso comum e utiliza métodos pouco elaborados. As decisões importantes são geralmente tomadas com base na experiência adquirida e no juízo de valor pessoal.” (Carvalho J. E., 2019, p. 32).
- - A gestão moderna, (...) caracteriza-se pela impessoalidade (das regras, dos processos, das nomeações, etc.). Consiste em racionalizar a organização ao ponto da rigidez limitar a sua capacidade de evolução e flexibilidade necessárias a uma estratégia progresso. Sistematiza a preparação de todas as decisões, a sua execução e o controlo dos resultados. Assenta num sistema hierárquico constrangido, implicando subordinação e controlo. Cada área da organização pretende que a sua função particular constitua um fim em si. A adaptação faz-se por crises.” (Carvalho J. E., 2019, p. 32).
- - A gestão científica, “não é apenas um elemento único, mas antes toda a combinação, que constitui a gestão científica, e que pode ser resumida da seguinte maneira:
 - - Ciência, em vez de empirismo.
 - - Harmonia, em vez de discórdia.
 - - Cooperação, em vez de individualismo.
 - - Máxima produção, em vez de produção limitada.
 - - Desenvolvimento de todos os homens na perspectiva de atingirem a sua maior eficiência e prosperidade.” (Taylor, 1911, p. 140).

*A Percepção da Importância da Contabilidade como Sistema de Informação,
no Âmbito da Tomada de Decisão da Gestão
O caso das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários*

E “(...) a característica deste tipo de gestão assenta no propósito de preparar mais as decisões e a ação, de organizar a sua execução e de exercer um controlo dinâmico mais sobre os resultados do que sobre os meios. Trata a organização como um todo, como um sistema. Há maior sistematização do trabalho nos diferentes domínios em que se exerce a gestão. O *processus*¹⁰ de decisão desenvolve-se em quatro etapas (Carvalho J. E., 2019, p. 32 e 33):

- Conhecimento dos factos
 - . externos (perceber as modificações no meio ambiente)
 - . internos (diagnosticar os pontos fortes/pontos fracos)
- Escolha dos objetivos
 - . objetivos gerais, estratégias e políticas
 - . objetivos operacionais (com quantificações e prazos)
- Seleção e organização dos meios
 - . recursos-chave de sucesso
 - . métodos para coordenar os meios
 - . orçamento
- Estrutura e responsabilidade
 - . regras de funcionamento
 - . delegação de objetivos e responsabilidades
 - . controlo e ações corretivas.

Para Teixeira S., em *Gestão das Organizações* (2013, p. 13 e 14), as principais escolas de pensamento da gestão podem ser agrupadas em três grandes categorias, que descreve da seguinte forma:

- a perspetiva estrutural, que abarca o período anterior a 1900, com relevo para as “formas de organização do trabalho e das instituições”;
- a perspetiva humana, que abrange o período de 1900 a 1960, em que a relevância é dada às “pessoas que integram as organizações”;
- e a perspetiva integrativa que engloba as diversas teorias a partir de 1960, onde a grande preocupação é o equilíbrio entre “as tarefas (a estrutura) e as pessoas”.

2.5.3. As Funções da Gestão

“Basicamente, a tarefa da gestão é interpretar os objetivos propostos e transformá-los em ação empresarial, através de planeamento, organização, direção e controlo de todos os

¹⁰ *Processus* "PROCESSO", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2021, <https://dicionario.priberam.org/processo> [consultado em 26-03-2021].

esforços realizados em todas as áreas e em todos os níveis da empresa, a fim de atingir esses mesmos objetivos.” (Teixeira, 2013, p. 6)

“O planeamento pode ser definido como o processo de determinar antecipadamente o que deve ser feito e como fazê-lo.” (Teixeira, 2013, p. 6).

Ou, “o planeamento é o processo pelo qual tentamos aumentar a probabilidade dos resultados futuros desejados, para além da probabilidade de que tal aconteça por acaso. Assenta na definição das finalidades e dos objetivos da empresa e na ponderação das alternativas para os alcançar.” (Carvalho J. E., 2019, p. 63).

O planeamento pode ser de curto prazo (planeamento tático) ou de longo prazo (planeamento estratégico). (Carvalho J. E., 2019, p. 63)

“O planeamento a curto prazo normalmente é de um ano e coincide com o período económico da exploração da empresa, buscando essencialmente o cumprimento das metas estabelecidas no orçamento, como o resultado do exercício.” (Carvalho J. E., 2019, p. 65).

“O planeamento a longo prazo ou estratégico é um conjunto de análises dos ambientes externos e internos, dos cenários económicos, políticos, sociais, legais, fiscais e tecnológicos, no qual o objetivo é a definição de metas estratégicas que possam assegurar o cumprimento da missão da empresa” (Carvalho J. E., 2019, p. 65).

Para Jordan, Neves, & Rodrigues em “O Controlo de Gestão - Ao Serviço da Estratégia e dos Gestores (2008, p. 19 a 21)”, “(...) o planeamento estratégico é o processo que conduz à decisão sobre os objetivos da empresa e das estratégias para os atingir”.

No que se refere à organização, Carvalho, em “Gestão de Empresas - Princípios Fundamentais - O futuro da gestão é a gestão do futuro” (2019, p. 41), diz-nos “(...) concluiu-se pela necessidade de uma conceção exata das opções fundamentais que a empresa deve fazer.”

“A organização, do grego *organon*, tem o propósito de estabelecer a harmonia.” (Carvalho J. E., 2019, p. 115)

“Uma organização é semelhante à estrutura de um prédio ou ao esqueleto do corpo.” (DuBrin, 1998, p. 130)

Há que referir que o conceito de organização “(...) tem dois sentidos:

- organização como estrutura de relações funcionais, de definição de poderes e responsabilidades;

- organização como sistema de processos de trabalho.” (Carvalho J. E., 2019, p. 116)

“(…) Podemos, portanto, conceituar organização como o processo de estabelecer relações entre as pessoas e os recursos disponíveis tendo em vista os objetivos que a empresa como um todo se propõe atingir.” (Teixeira, 2013, p. 117)

“Podemos assim sintetizar o conceito de organização, como uma combinação intencional de pessoas e tecnologia, integrados num todo inserido num enquadramento socioeconómico, com o propósito de realizar um determinado conjunto de objetivos.” (Varajão, 2002, p. 44)

O processo da organização “(…) desenvolve-se tendo em conta as condicionantes do ambiente externo e interno que envolve a empresa e compreende fundamentalmente três aspetos. Em primeiro lugar, há que considerar os objetivos da organização e determinar o tipo de funções ou atividades necessárias para esse efeito. Finalmente, reagrupam-se as funções que apresentam alguma similaridade, com base num critério considerado relevante para o efeito. Daqui surgirá um número de departamentos, cada um dos quais estabelecido para desenvolver a atividade correspondente a uma função ou a um grupo restrito de funções.” (Teixeira, 2013, pp. 117 - 118)

“(…) São seis as funções básicas da gestão, que refletem todo o ciclo de negócio:

- * Gestão Estratégica;
- * Gestão Comercial;
- * Gestão Financeira;
- * Gestão da Informação;
- * Gestão da Produção;
- * Gestão de Recursos Humanos.

Esta classificação sintetiza as principais funções que se encontram em praticamente qualquer tipo de organização. De referir, no entanto, que dependendo da natureza da organização em análise, a problemática que cada função envolve varia significativamente.” (Varajão, 2002, p. 64)

“A direção é entendida como o processo de determinar, isto é, afetar, ou influenciar, o comportamento dos outros. A direção envolve: motivação, liderança e comunicação.” (Teixeira, 2013, p. 7).

E “certifique-se de que foram atribuídas a todos posições e responsabilidades exatas dentro da organização.” (King, 2007, p. 51)

Já Teixeira em *Gestão das Organizações* (2013, p. 65) caracteriza os níveis de gestão em: estratégico,tático e operacional.

“O controlo é o processo de comparação do atual desempenho da organização com standards previamente estabelecidos, apontando as eventuais correções.” (Teixeira, 2013, p. 8).

Já para Jordan, Neves, & Rodrigues em “O Controlo de Gestão - Ao Serviço da Estratégia e dos Gestores (2008, p. 19 a 21)”, “(...) o controlo de gestão é um conjunto de instrumentos que motivem os responsáveis descentralizados a atingirem os objetivos estratégicos da empresa, privilegiando a ação e a tomada de decisão em tempo útil e favorecendo a delegação de autoridade e responsabilização.”

“Numa empresa onde a maioria das decisões são tomadas de modo centralizado, não se fala de controlo de gestão, mas sim de controlo de execução de ordens e de tarefas programadas, já que não há gestão aos níveis operacionais mas, simplesmente atividades de execução (muitas vezes, cumprimento de ordens).” (Jordan, Neves, & Rodrigues, 2008, p. 23)

“Cada gestor descentralizado tem, em síntese, três tipos de atribuições profissionais: a direção, a gestão, e o controlo de gestão.” (Jordan, Neves, & Rodrigues, 2008, p. 29).

“Tradicionalmente, o controlo de gestão é difícil de «vender» internamente aos gestores, porque pressupõe rigor e disciplina. Por isso, merece um esforço de «marketing» interno específico.” (Jordan, Neves, & Rodrigues, 2008, p. 31).

De entre os instrumentos que permitem o controlo de gestão destacamos: os instrumentos de pilotagem, os instrumentos de orientação do comportamento e os instrumentos de diálogo.

“Os instrumentos de pilotagem são constituídos, nomeadamente, pelo plano operacional, pelo orçamento, pelo controlo orçamental e pelos «*tableaux de bord*»” e são necessários para, no processo de controlo de gestão: fixar objetivos, planear e acompanhar os resultados.” (Jordan, Neves, & Rodrigues, 2008, p. 33).

“Instrumentos de orientação do comportamento – a organização em centros de responsabilidade, a avaliação do desempenho através de critérios adaptados às características dos centros de responsabilidade e a implementação de sistemas de preços de transferência interna (PTT’s).” (Jordan, Neves, & Rodrigues, 2008, p. 38).

“Instrumentos de diálogo – salas de reunião, datas de reunião, relatórios de reunião.” (Jordan, Neves, & Rodrigues, 2008, p. 40).

2.5.4. A Gestão Estratégica na Organização

Introduz-se o tema com a máxima da estratégia militar chinesa “com efeito, conseguir cem vitórias em cem batalhas não é a maior das excelências, mas sim subjugar o exército do inimigo sem sequer o combater.” (Tzu, A Arte da Guerra, 2009, p. 47)

“É da palavra grega *strategos*, chefe do exército, que deriva o conceito de estratégia, significando a «arte do general-chefe».” (Carvalho J. E., 2019, p. 43)

“Para Ulysses Grant (1999), «*Strategy is the deployment of one's resources in a manner which is most likely to defeat the enemy*¹¹».” (Carvalho & Filipe, 2008, p. 78)

“A estratégia de uma empresa é definida como a sua teoria de como obter vantagens competitivas.¹² Uma boa estratégia é aquela que realmente gera tais vantagens.” (Barney & Hesterly, 2007, p. 5)

“(…) Certo e Peter (1993, p. 6) definem estratégia como «um processo contínuo e iterativo que visa manter uma organização como um conjunto apropriadamente integrado ao seu ambiente».” (Dias R. P., 2018, p. 7)

“(…) A estratégia está associada a um padrão de ações que permitam atingir os objetivos estabelecidos, definindo os recursos a serem utilizados.” (Valente, 2020, p. 35)

“(…) Diremos que estratégia es, em sentido estrito, el conjunto de dicisiones que la empresatoma e pone en archa en una situacion de competência para la consecucion de los objetivos que tiene planteados.”¹³ (Gallastegi & Larrinaga, 2011, p. 113)

“A Estratégia é a determinação dos objetivos básicos de longo prazo de uma empresa e a adoção das ações adequadas e afetação de recursos para atingir esses objetivos.” (Chandler, 1962 in Hax, Arnoldo C. e Nicolas S. Majluf, 1986).” (Paixão, 2013, p. 39)

“Convém explicitar, porém, que só existe necessidade de estratégia pela existência de um problema para o qual haja possibilidade de escolha ou alternativas em termos de solução.” (Carvalho & Filipe, 2008, p. 78)

¹¹ “Estratégia é o desdobramento de seus recursos de uma maneira que tem mais probabilidade de derrotar o inimigo” - Google Tradutor

¹² “Esta abordagem para definir estratégia foi sugerida pela primeira vez em P. Drucker “*The Theory of Business*”, *Harvard Business Review*, 75, set./out. 1994, p. 95-105” (Barney & Hesterly, 2007, p. 26)

¹³ “(…) Diremos que estratégia é, em sentido estrito, o conjunto de decisões que a empresa toma e põe em movimento em situação competitiva para atingir os objetivos que traçou”.

“Uma empresa só atinge desempenho superior se puder oferecer produtos e serviços que os clientes pagarão um valor maior do que a empresa gastou para fornecê-los. Isto é, a empresa deve ser capaz de criar valor. A criação de valor é o âmago de qualquer estratégia bem-sucedida.” (Saloner, Shepard, & Podolny, 2003, p. 25)

“Os gestores são os responsáveis pela elaboração e execução do plano estratégico, ainda que muitas vezes a sua implementação não seja realizada pelos mesmos.” (Valente, 2020, p. 35)

“A Gestão estratégica (...) refere-se ao processo pelo qual as organizações desenvolvem e definem a sua visão, missão, programas e desempenho a longo prazo.” (Valente, 2020, p. 41)

O desenvolvimento das capacidades de gestão estratégica da organização dará resposta às seguintes perguntas:

* Onde estamos?

- Análise externa;
- Análise interna;
- Análise da cadeia de valor;
- Integração da organização na envolvente.

* Para onde queremos ir?

- Definir a visão;
- Definir a missão;
- Clarificar valores;
- Objetivos (*SMART: Specific, Mesasurable, Achievable, Rewarding/results oriented e Time-bound.*)

* Qual o melhor caminho?

- Carteira de negócios;
- Para cada negócio;
- Integração de negócios.

* Como podemos assegurar que a escolha traduz o melhor caminho?

- Legitimidades;
- Critérios.

* Como podemos assegurar que chegamos ao destino?

- *BSC – Balanced Scorecard*

* Como se gere a mudança?

- Elementos essenciais à mudança.

(Carvalho & Filipe, 2008, p. 239 a 254)

“O processo de administração estratégica é um conjunto sequencial de análises e escolhas que podem aumentar a probabilidade de que uma empresa escolherá uma boa

estratégia, isto é, uma estratégia que gere vantagens competitivas.” (Barney & Hesterly, 2007, p. 5)

2.5.5. Modelos de Análise Estratégica

No que concerne à estratégia apresentamos, de seguida, alguns modelos utilizados e desenvolvidos na análise estratégica das organizações.

“Historicamente, o estudo da macro envolvente foi inicialmente impulsionado pela observação e análise das forças políticas, económicas, sociais e tecnológicas que afetavam a indústria. Deste modo, em 1967, através do seu livro “*Scanning the Business Environment*”, Francis J. Aguilar introduziu a “análise PEST” para estudar estas 4 grandes forças.” (Paixão, 2013, p. 18)

Figura 3 - Análise PEST



www.marketingteacher.com

Fonte: <https://www.marketingteacher.com/analise-pest/>

“A análise PESTEL é um acrónimo de análise Política, Económica, Social, Tecnológica, Ecológica e Legal, todos estes fatores macroambientais são usados como uma ferramenta na gestão estratégica das empresas. Embora estes fatores sejam exógenos à empresa, não precisam de ser vistos como algo que é incontroável. É de extrema importância, as empresas adaptarem-se às tendências e evoluções que ocorrem no ambiente externo. Quando bem executada, a análise PESTEL assegura que a atividade da empresa se coaduna com as alterações que estão a afetar o ambiente externo, permitindo ainda evitar ações condenadas a falhar por razões que escapam ao nosso controlo.” (Dias R. P., 2018, p. 11)

“Mais tarde, percebeu-se também que as normas legais tinham bastantes implicações para a formulação de planos e negócios pelo que esta análise passou a chamar-se de “PESTEL” com a inclusão de um “L” referente a “Legal”. Atualmente discute-se a inclusão

de mais um “E” a esta análise, referente a “Ética”. (Paixão, 2013, p. 18) Ou seja, passaria a chamar-se “PESTELE”.

“Competition in an industry is rooted in its underlying economic structure and goes well beyond the behavior of current competitors (Porter, 1980, p. 3)¹⁴”. (Paixão, 2013, p. 19)

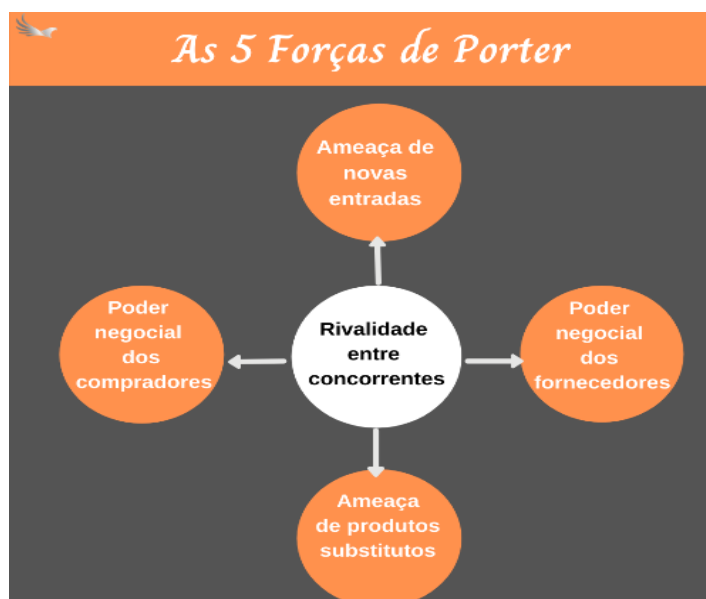
O Modelo das 5 Forças de Porter

“Competition in an industry is rooted in its underlying economic structure and goes well beyond the behavior of current competitors”¹⁵ (Porter, 1980, p. 3). (Paixão, 2013, p. 19)

“O ambiente da indústria consiste no conjunto de fatores que influenciam diretamente a empresa e as suas ações e respostas competitivas. Segundo Michael Porter (1990, p. 52). «Em qualquer indústria, nacional ou internacional, que produza um produto ou um serviço, as regras da concorrência estão personificadas em cinco forças: a entrada de novos concorrentes, a ameaça de substitutos, o poder de negociação dos compradores, o poder de negociação dos fornecedores, e a rivalidade entre os concorrentes existentes.» O modelo das cinco forças permite fazer a análise do grau de atratividade da indústria. Isto é, o executivo pode usar o modelo das cinco forças para avaliar em que medida cada uma das forças é importante na indústria e como influencia a rentabilidade dessa indústria. O poder conjunto destas cinco forças determina o potencial de lucro da indústria, mas importa fazer uma avaliação cuidada e específica para cada indústria.” (Dias R. P., 2018, p. 15)

¹⁴ “A concorrência numa indústria está enraizada na sua estrutura económica subjacente e vai muito além do comportamento dos concorrentes atuais” – Google Tradutor

Figura 4 - Análise da Concorrência, Modelo 5 Forças de Porter



Fonte: <https://bm-consultingservices.com/2021/03/21/plano-de-negocios-por-seccoes-analise-da-concorrenca/>

A Análise SWOT

“A análise SWOT é uma das ferramentas mais utilizadas na formulação da estratégia das empresas. A análise SWOT foi desenvolvida nos anos 60 por Kenneth Andrews e Roland Christensen, ambos professores da Harvard Business School. Este instrumento é um quadro de referência que propicia uma orientação para a procura de soluções, é simples, fácil de entender e consistente. A matriz ajuda a pensar e a tomar decisões sobre a informação disponível quer referente ao meio externo, quer ao meio interno. Esta análise consiste em relacionar sistematizadamente, numa tabela (designada por matriz SWOT) quais as forças e as fraquezas, as oportunidades e as ameaças a que a empresa está sujeita. O nome SWOT é um acrónimo que tem origem em quatro palavras do idioma inglês: Strengths, Weaknesses, Opportunities e Threats.” (Dias R. P., 2018, p. 22)

“As informações referidas abaixo, devem ser enquadradas nas categorias da matriz acima referida para a análise de cenários da empresa: – Strengths, vantagens internas da empresa em relação às concorrentes, exemplos disso são as competências ou know-how, ativos físicos, recursos humanos de que a empresa dispõe. – Weaknesses, desvantagens internas da empresa em relação às concorrentes, algo que a empresa não tem, que execute mal ou que a coloque numa situação de desvantagem relativamente aos concorrentes, exemplos disso pode ser um fraco know-how, canais de distribuição pouco desenvolvidos e/ou de competências. – Opportunities, aspetos externos positivos que podem potenciar a vantagem competitiva da empresa, estas podem ser oriundas de mudanças tecnológicas, de alterações de comportamento dos consumidores, alteração de políticas governamentais em matéria de ambiente, fiscal ou

monetário. – Threats, aspetos externos negativos que podem colocar em risco a vantagem competitiva da empresa, caso disso pode ser, novos competidores, perda de trabalhadores fundamentais.” (Dias R. P., 2018, pp. 23 - 24)

“Para Kotler (2000) a análise SWOT é uma avaliação global das forças, fraquezas, oportunidades e ameaças dentro da organização e é através dela que identificamos onde devem ser alteradas as estratégias para melhorar os processos ou manter caso esteja a ter um resultado positivo.” (Dias R. P., 2018, p. 24)

“Em suma e citando um líder vencedor, «Concentre-se nos pontos fortes, reconheça as fraquezas, agarre as oportunidades e proteja-se contra as ameaças.» (Tzu, 2011, p. 129).” (Dias R. P., 2018, p. 24)

Figura 5 - Modelo da Análise SWOT

	Fatores Positivos	Fatores Negativos
Ambiente Interno	FORÇAS • Força 01 • Força 02 • Força 03 • Força 04 • Força 05 S	Fraquezas • Fraqueza 01 • Fraqueza 02 • Fraqueza 03 • Fraqueza 04 • Fraqueza 05 W
Ambiente Externo	Oportunidades • Oportunidades 01 • Oportunidades 02 • Oportunidades 03 • Oportunidades 04 • Oportunidades 05 O	Ameaças • Ameaças 01 • Ameaças 02 • Ameaças 03 • Ameaças 04 • Ameaças 05 T

Fonte: <https://pt.linkedin.com/pulse/an%C3%A1lise-swot-o-que-%C3%A9-e-como-usar-seu-projeto-ou-danilo-orlando>

A Estratégia em Organizações da Economia Social

Escrevendo sobre as organizações da economia social, (Valente, 2020, p. 35), diz-nos que: “de uma forma resumida, inicialmente, a organização deve definir claramente os seus objetivos, as atividades, o público-alvo, os serviços e/ou produtos, bem como os valores.”

“Numa fase posterior dá-se a implementação da estratégia de forma efetiva e eficaz, sendo que as decisões devem ser tomadas tendo em conta toda a estrutura organizacional, tornando-a o mais participada possível.” (Valente, 2020, p. 36)

2.5.6. A Gestão de Marketing

“O mundo pode dividir-se em gente que consegue vender e gente que está condenada a comprar.” (Patten, 1993, p. 118)

“De uma forma geral, poder-se-á dizer que o *Marketing* é a preparação, a execução e o controlo de políticas de gestão integradas numa organização, de modo a servir o mercado com base nos desejos e necessidades dos consumidores.

Ou seja, o *Marketing* consiste na gestão da relação que qualquer organização tem com o mercado onde atua, a fim de alcançar os objetivos propostos e satisfazer os desejos ou necessidades dos consumidores.” (Cota & Marcos, 2009, p. 24)

“Portanto, quando nos referimos ao *marketing*, consideramos o conjunto dos meios e métodos de que a empresa dispõe para promover no(s) seu(s) segmento(s)-alvo os comportamentos que pretende.” (Ferreira, Reis, & Serra, 2009, p. 20)

“Conjunto de métodos e instrumentos destinados a definir, a conceber e a promover produtos adaptados à necessidades e desejos específicos dos segmentos de clientela visados e às condicionantes do meio envolvente.” (Machuret, Deloche, & D'Amart, 1996, p. 35)

“Todas as organizações, governamentais ou não governamentais, com ou sem fins lucrativos, aderem ao *Marketing*.” (Cota & Marcos, 2009, p. 30)

“É no plano de *marketing* que o empreendedor indica as ações que prevê usar para a afirmação da sua nova empresa no mercado, nomeadamente no que se refere às políticas de *marketing mix* (produto, preço, distribuição e comunicação), aos atributos e ao valor que oferece aos seus clientes, bem como o posicionamento que almeja para capturar o mercado-alvo que definiu.” (Ferreira, Reis, & Serra, 2009, p. 22)

“Outro dos locais onde o *Marketing* também é praticado é nas organizações sem fim lucrativos, já que qualquer organização só justifica a sua existência na sociedade se trocar com o exterior bens que a sociedade ou as suas partes valorizam.” (Cota & Marcos, 2009, p. 34)

Quem não se lembra da “(...) mobilização da sociedade portuguesa para a causa timorense marcou uma época em que o *marketing* se alargou às causas sociais e às organizações sem fins lucrativos, que passaram a apoiar as suas atividades com base nos mesmos princípios, metodologias e ferramentas utilizadas pelas empresas, para atraírem os seus «clientes», ajustarem a sua oferta de produtos e serviços e estabelecerem uma relação continuada com os seus públicos-alvo.” (Baynast, Lendrevie, Levy, Dionísio, & Rodrigues, 2018, p. 37)

Os 4 P's do *Marketing*

“Os 4 P's do *marketing*, que se caracterizam por ser a “combinação de um conjunto de ferramentas táticas de *marketing*, com o objetivo de produzir uma resposta pretendida no mercado-alvo” (Kotler & Armstrong, 2012, p. 51). Analisar a concorrência tendo em atenção o *marketing mix* de cada concorrente pode ser bastante útil, já que permite a identificação dos produtos que os rivais oferecem ao mercado, a que preço, através de que rede de distribuição e qual o investimento em comunicação que é feito. Assim, estas ferramentas enquadram-se em

quatro grandes variáveis principais: produto, preço, distribuição e comunicação.” (Paixão, 2013, pp. 31 - 32)

O Marketing Social

“Com todas as particularidades que as caracterizam, as OSFL¹⁶ têm no *marketing* social e na comunicação instrumentos valiosos que permitem alcançar de forma sustentada a missão que lhes compete.” (Henriques F. A., 2016, p. 10)

“Na elaboração de uma campanha de marketing social devem-se definir os elementos centrais. A correta definição do produto revela-se crucial, na fase de elaboração da estratégia de marketing, visto ser a base de todos os elementos de mesma. (Baynast, Lendrevie, Levy, Dionísio, & Rodrigues, 2018, pp. 592-593)

1. A causa

É o objetivo social, que dará resposta desejável ao problema.

2. Promotor da mudança

Pode ser um indivíduo, uma empresa, uma organização ou associação que promova a mudança social.

3. Segmentos-alvo

É necessário conhecer bem os alvos para garantir melhor eficácia nos resultados: toda a população, grupos ou indivíduos que constituem os alvos da mudança. O perfil do segmento deve ser definido essencialmente a três níveis:

- * características sociodemográficas (classe social, rendimento, educação, dimensão das famílias);
- * perfil psicológico (atributo, como atitude, valores, motivação e personalidade);
- * características comportamentais (padrões de comportamento, hábitos de compra e processo de decisão).

4. As estratégias de mudança

Existem várias estratégias para introduzir as transformações das atitudes e dos comportamentos dos segmentos-alvo:

- * *Tecnológica*: pretende introduzir alterações ao nível do produto;
- * *Económica*: aumentar os custos de comportamentos indesejáveis e recompensar os comportamentos saudáveis;
- * *Legal e política*: através de restrições na produção, na promoção, na venda ou no consumo;
- * *Estratégias educacionais*.”

¹⁶ OSFL – Organizações Sem Fins Lucrativos

2.5.7. A Gestão Financeira e a Avaliação da Performance

“A Gestão financeira é necessária para informar acerca da situação financeira, não só as autoridades fiscais como a todos os *stakeholders*.” (Valente, 2020, p. 42)

“Conseguir ter uma gestão financeira acertada é uma das coisas que define um negócio bem gerido. Não o conseguir leva invariavelmente à crise e frequentemente à falência - uma gestão financeira fraca é o fator comum por trás da maioria dos falhanços empresariais” (Likierman, 2006, p. 12)

“O cumprimento da regra do equilíbrio financeiro mínimo exige que os capitais permanentes sejam iguais ao imobilizado total líquido, ou seja, que o fundo de maneo seja nulo” (Menezes, 2010, p. 124)

De seguida, descrevemos alguns dos instrumentos necessários à gestão financeira das organizações.

Na Análise e Planeamento Financeiro:

- - O Balanço;
- - A Conta de Exploração;
- - Os Rácios;
- - Os Financiamentos;

Na Gestão do Fundo de Maneio:

- - O Fundo de Maneio.

“Os ativos e os passivos a curto prazo, ou circulantes, são designados coletivamente por fundo de maneo”. (Brealey, Myers, & Allen, 2007, p. 813)

Algumas das preocupações da gestão financeira das organizações, no que se refere ao planeamento financeiro de curto prazo:

- “- As Condições de Venda;
- A Promessa de Pagar;
- Análise de Crédito;
- A Decisão de Crédito;
- Política de Cobranças;
- Gestão das Existências;
- Disponibilidades;
- Utilização Eficiente das Disponibilidades;
- Transferência Eletrónica de Fundos;
- Pagamento pelos Serviços Bancários;
- Os Instrumentos do Mercado Monetário (Depósitos Bancários)

“As OES¹⁷, tal como todas as outras organizações, têm o dever de gerir as suas finanças e colocar em prática um sistema que dê conta dos aspetos financeiros (Anheier, 2005).” (Valente, 2020, p. 41)

“Regra geral, as organizações sem fins lucrativos têm mais consciência do dinheiro do que as empresas. Falam dele e preocupam-se com ele, a maior parte das vezes, porque é muito difícil de obter e porque têm muito menos do que precisam, mas não baseiam a sua estratégia no dinheiro, nem o tornam o centro dos seus planos, como fazem tantos executivos.” (Drucker, 1992, p. 192)

O Orçamento, a Gestão e o Controlo Orçamental

“O orçamento é um plano expresso em termos numéricos para alocação de recursos. Os termos numéricos geralmente se referem a dinheiro, mas podem também se referir a coisas como a quantidade de energia ou o número de fitas de impressora utilizadas. O orçamento geralmente envolve saídas e entradas.” (DuBrin, 1998, p. 238)

“Os orçamentos (*budgets*) são planos, usualmente expressos em termos financeiros, que procuram prever os rendimentos e gastos futuros, estabelecer prioridades e assegurar que as despesas não excedem os fundos e rendimentos disponíveis. As previsões (*forecasts*) têm a ver fundamentalmente com a avaliação de acontecimentos futuros.” (Mações, 2017, p. 87)

“Os orçamentos têm, sobretudo, uma conotação financeira. (...) O orçamento é a monetarização de um plano de atividades, que define as linhas de orientação para toda a organização, centro de responsabilidade a centro de responsabilidade, setor operacional a setor operacional.” (Rodrigues & Reis, 2015, pp. 8-9)

“Os orçamentos são usados pelas organizações como um método de planeamento financeiro e são preparados para as principais áreas de negócio, como as vendas, a produção, as compras, os salários, o marketing, os investimentos e a tesouraria.” (Mações, 2017, p. 85)

“A gestão orçamental é, em síntese, um modelo de gestão que se traduz em programas e planos de atividades quantificadas, os orçamentos, os quais resultam das decisões da gestão de topo em colaboração com os responsáveis das unidades orgânicas de nível intermédio.” (Rodrigues & Reis, 2015, p. 9)

¹⁷ OES – Organizações da Economia Social

Os orçamentos têm “(...) como funções (Rodrigues & Reis, 2015, p. 35):

- * Conceber e escolher planos de atividades pertinentes;
- * Apoiar a avaliação do desempenho da organização, face aos objetivos;
- * Servir de instrumento privilegiado de controlo, e como sinal de alerta para os gestores, em caso de desvios significativos.”

“Controlo orçamental é o processo de fixar objetivos para uma organização, monitorizar os resultados, comparar os resultados com o orçamento e tomar as ações corretivas quando necessárias.” (Mações, 2017, p. 97)

“O controlo orçamental é (...) uma técnica de suporte à gestão previsional, que se enquadra na metodologia de controlo por diagnóstico, constituindo um dos subsistemas do controlo de gestão.” (Rodrigues & Reis, 2015, p. 55)

“São os seguintes os princípios de um sistema de controlo orçamental:

1. Possibilitar o estabelecer planos a curto prazo;
2. Possibilitar o acompanhamento dos negócios, através do cumprimento dos planos;
3. Assegurar a coordenação entre as diversas áreas da organização.
4. Delegar responsabilidades nos gestores intermédios, sem perda de controlo;
5. Detetar necessidades de correções e possibilidades de adaptação periódica dos orçamentos em função das alterações das circunstâncias. A capacidade de adaptação dos orçamentos, bem como a possibilidade de tomar as medidas corretivas necessárias, constitui a essência do controlo orçamental.” (Mações, 2017, pp. 97-98)

“Um sistema de controlo orçamental tem os seguintes objetivos:

1. Avaliação de desempenho – é o mais poderoso instrumento para a gestão avaliar o desempenho das atividades da organização.
2. Planeamento das atividades – é um instrumento efetivo de planeamento das atividades da organização.
3. Definição de responsabilidades – um dos importantes objetivos de controlo orçamental é definir as responsabilidades dos responsáveis pelos diversos departamentos da organização.
4. Coordenação – ajuda a coordenação das atividades dos diversos departamentos no sentido de atingir os objetivos da organização.
5. Comunicação – atua como um meio de comunicação dos objetivos organizacionais entre os diferentes níveis hierárquicos da organização.
6. Motivação – atua como um instrumento útil de motivação dos diferentes executivos da organização, no sentido de desempenharem claramente as responsabilidades que lhes são atribuídas.
7. Controlo de custos – é útil como um instrumento de controlo dos custos da organização.” (Mações, 2017, pp. 101-102)

“(…) A análise de desvios deverá centrar-se em elementos que sejam avaliáveis, e deve corresponder a um sistema integrado e global. Não nos devemos esquecer, no entanto, que a determinação da responsabilidade pelos desvios implica que não se poderá dar a repercussão de qualquer desvio de forma a originar outros desvios, nomeadamente noutros centros de responsabilidade.” (Rodrigues & Reis, 2015, p. 72)

“No controlo orçamental, os gestores utilizam fundamentalmente dois tipos de relatórios: relatórios de informação e relatórios de avaliação de desempenho.

Os primeiros, destinam-se a informar o gestor sobre o que está a acontecer na sua área de responsabilidade e poderão indicar a necessidade de implementação de novas atividades, os segundos, destinam-se a mostrar a forma como o gestor gere a sua área de responsabilidade, comparando os resultados alcançados com os propostos inicialmente, para o mesmo período, indicando os desvios e as suas causas, bem como as medidas corretivas já tomadas ou propostas (Rodrigues & Reis, 2015, p. 89)

A Análise Financeira

“A análise financeira está vocacionada para a recolha, tratamento e análise de informação económico-financeira, de modo a fornecer elementos que sustentem a tomada de decisões por parte dos gestores. A análise financeira compreende (Silva E. S., 2016, p. 13):

- A utilização de um conjunto de técnicas;
- O estudo da situação económico-financeira;
- A análise de documentos, quer contabilísticos, essencialmente demonstrações financeiras, quer extracontabilísticos.

Podem-se elencar três vertentes de atuação:

- Estudo do equilíbrio financeiro (...);
- Rendibilidade dos capitais (...);
- Análise de risco (...)

“O Relatório de análise económico-financeira é o documento escrito em que o analista fundamenta a sua opinião sobre a situação económica e financeira da empresa e indica as recomendações adequadas às perspetivas de evolução” (Silva E. S., 2016, p. 16)

Os Sistemas de Avaliação da Performance

“Num processo de monitorização da performance (desempenho), os indicadores são, de facto, o elemento crítico. A sua função é simplesmente apurar o nível das realizações da organização (resultados) para que estas possam ser comparadas com as metas pré-estabelecidas e apurado o desvio e o respetivo nível de performance.” (Caldeira J. , 2020, p. 14)

“Os sistemas de avaliação e controlo da performance baseiam-se no sistema geral do termóstato em que acompanham os resultados por comparação com os objetivos e, caso haja desvios significativos, intervém-se com decisões corretivas de modo a conseguir alcançar-se os

objetivos ou, em última instância, a alteração da conjuntura ou outra, pode levar a gestão a pretender alterar a estratégia, o plano e/ou os objetivos.” (Neves, 2011, p. 147)

De seguida, deixamos os conceitos sobre: o *Balanced Scorecard* e o *Tableau de Bord*.

O *Balanced Scorecard* e o *Tableau de Bord*

“Consideram-se quatro perspetivas na observação de uma empresa, em relação a cada uma das quais são desenvolvidas métricas, colheita, registo e análise de dados, a saber (Silva E. S., 2017, p. 14):

- Financeira, que corresponde à análise de dados passados;
- Clientes, que corresponde à análise de dados atuais;
- Processo, que igualmente corresponde à análise de dados atuais;
- Aprendizagem e crescimento, que corresponde à análise de dados futuros.”

Caldeira J., em “100 Indicadores da Gestão” (2020, p. 13) identifica os 100 principais indicadores de gestão e liga-os às 10 principais áreas de uma organização: área financeira, tesouraria, recursos humanos, sistemas de informação, projetos, produção, marketing, marketing digital, armazém, ambiente e afirma que estes indicadores devem constar do “*tableau de bord*”¹⁸ utilizado pelas organizações na monitorização do desempenho da sua atividade.

2.5.8. A Gestão da Informação e da Comunicação

“Assim, a informação desloca-se para toda a parte e os seus efeitos são visíveis por todo o lado.” (Drucker, 1992, p. 306)

“A palavra “comunicação” tem origem no termo latino “*communicare*” que significa “entrar em relação” ou “pôr em comum.”” (Barbosa, 2012, p. 56)

“Comunicar é pôr em comum uma informação, é partilhar uma opinião, um sentimento, uma atitude, um comportamento. Tudo isto, frequentemente, com o objetivo de convencer, persuadir (mudar de opinião, adotar um comportamento diferente).” (Caetano & Rasquilha, 2007, p. 20)

“A comunicação é um processo que envolve emissores e recetores que codificam e descodificam mensagens, que são transmitidas de várias formas e que podem ser impedidas por interferências. A finalidade é provocar um *feedback* a fim de se criar um efeito ou resultado.” (O'Rourke, 2009, p. 6)

¹⁸ "Painel de controlo" – Google Tradutor

“Comunicação é o processo em que se compartilha um mesmo objeto de consciência; exprime a relação entre consciências. Qualquer unidade de comunicação é um acontecimento comunicativo. Qualquer acontecimento deste tipo é diádico (duplo) em pelo menos duas aceções:

Têm sempre de existir dois indivíduos: *x*, que é o emissor, aquele que deu origem à ação expressiva, e *y*, que é o recetor, o que interpreta o resultado da ação expressiva, *x* e *y* podem, ou não, encontrar-se no mesmo lugar e ao mesmo tempo.

A própria ação expressiva possui dois aspetos e isto deve-se ao simples facto de transmitir uma mensagem.¹⁹” (Monteiro, Caetano, Marques, & Lourenço, 2008, p. 19 e 20)

“A comunicação dentro das organizações desempenha vários propósitos (Monteiro, Caetano, Marques, & Lourenço, 2008, p. 343 e 344):

- - Permite uma eficiente interação entre gestores e a sua envolvente transacional e contextual;
- - Faculta a obtenção de informação junto dessas fontes, permitindo a sua consequente disseminação junto de entidades pertinentes;
- - Facilita a coordenação do trabalho entre os diversos membros organizacionais;
- - Permite que todos os elementos da organização manifestem opiniões, propostas e reclamações junto dos seus gestores;
- - Incrementa o envolvimento das pessoas na organização;
- - Funciona como fator de interação e integração social.”

“A comunicação pode e deve ser realizada através de um conjunto de técnicas que constituem o «*mix* da comunicação». Conceitos tão simples como «publicidade», «promoção», «*design*», «relações públicas», «*merchandising*» são partes integrantes desse *mix*.”. (Caetano & Rasquilha, 2007, p. 22)

“A partir de 1993, as tecnologias de informação revolucionam as relações e a velha pirâmide da hierarquia é fortemente questionada.” (Martins & Lopes, 2010, p. 30)

“A introdução das novas tecnologias nas esferas pública e privada da sociedade, mais do que uma reformulação, originou um novo campo sociocultural e, consequentemente, comunicacional.” (Amaral, 2016, p. 147)

“Um meio de comunicação de muitos para muitos, em escala global. É dessa forma que a Internet foi descrita em suas origens (Castells, 2004)” (Dias J. M., 2017, p. 22)

¹⁹ Conforme Leach, E., Cultura e Comunicação, Lisboa, Edições 70, 1992, p.22.

*A Percepção da Importância da Contabilidade como Sistema de Informação,
no Âmbito da Tomada de Decisão da Gestão
O caso das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários*

“Variadas organizações conseguem desenvolver uma comunidade e angariar apoios e financiamento exatamente devido à facilidade com que se estabelecem estas relações online com a comunidade e à facilidade que as pessoas têm em se ligarem à rede. Para grupos ativistas, organizações não-governamentais ou de caridade, que dependem de donativos, da participação do público e de *word of mouth* (divulgação da informação boca a boca) os novos media, as redes sociais, têm sido ferramentas valiosas.” (Cristovão, 2015, p. 34)

“Estamos na era dos novos *media* (a difusão da mensagem dos meios de comunicação profissionais através da rede), *self media* e *social media* (a informação não profissionalizada produzida pelo utilizador comum) e numa fase em que a individualização é uma evidência. O recetor foi agora convertido em utilizador, com possibilidade de personalizar e mediar a comunicação num contexto coletivo que se assume como um novo universo de interação e sociabilização: o ciberespaço.” (Amaral, 2016, p. 37)

“Podemos compreender os *media* sociais como um conjunto de instrumentos e ferramentas tecnológicas e digitais que ligam os utilizadores em rede destinando-se a facilitar a comunicação social e interativa entre pessoas, comunidades, organizações ou instituições e a partilha de conteúdos, ideias, imagens, vídeos, comentários, ou outro conteúdo e que, desta forma, criam e desenvolvem comunicação e relacionamentos.” (Cristovão, 2015, p. 37)

“Conexão permanente. Esse é um estado no qual a maior parte da sociedade encontra-se nos dias atuais. As redes sociais ocupam lugar de destaque nas atividades online mundiais e conjectura-se que, em 2020, um total de 2,95 bilhões de utentes mantenham acesso regular a tais estruturas²³.”²⁰ (Dias J. M., 2017, p. 25 e 26)

“O enfoque na comunicação que é estabelecida entre as organizações e a comunidade, no sentido de promover a missão e serviços disponíveis junto dela, é primordial para que as entidades que a compõem possam estar disponíveis para apoiar a causa da organização”, diz-nos Valente, em “Gestão Estratégica - Um Desafio do Sector Social” (2020, p. 35), referindo-se às OES.

As Associações de Bombeiros, como qualquer organização, interagem com públicos internos (sócios, dirigentes, bombeiros voluntários ou não e outros profissionais), e com públicos externos (população, empresas, municípios, freguesias, associações, entidades estatais e outros).

²⁰ ²³ Statista Ltd: Number of daily active Facebook users worldwide as of 1st quarter 2017 (in millions). Disponível em [Consult. 08 Maio 2017].

Google Tradutor: Número de utilizadores ativos diários do Facebook em todo o mundo no primeiro trimestre de 2017 (em milhões).

2.5.9. A Qualidade e o Sistema de Qualidade

O significado de qualidade é: maneira de ser boa ou má de uma coisa.²¹

“Tribus (1990) dá a seguinte versão:

«qualidade é o que torna possível a um consumidor ter uma paixão pelo produto ou serviço. Dizer mentiras, diminuir o preço, ou acrescentar propriedades pode criar um entusiasmo temporário. Isto permite à qualidade sustentar a paixão.

O amor é sempre instável. Portanto é necessário mantermo-nos próximos da pessoa cuja lealdade pretendemos manter. Devemos estar sempre alerta, no sentido de entender o que agrada ao cliente, porque somente o cliente define o que constitui a qualidade. O namoro ao cliente nunca acaba».” (Pires, 2007, p. 24)

A qualidade deve sustentar: a conceção, o fabrico ou a prestação de serviço e a utilização. (Pires, 2007, p. 21)

“Então a qualidade compreende um conjunto de características que de grosso modo podem ser divididas em duas categorias:

a) Características funcionais

Aquelas que são diretamente úteis ao consumidor e que permitem ao produto dar respostas ao quadro de necessidades do utilizador;

Exemplo: velocidade, comodidade, fiabilidade, manutibilidade...

b) Características técnicas

Aquelas que resultam da solução técnica encontrada.

Exemplo: material, peso, altura...”

(Pires, 2007, p. 21)

“O sistema da qualidade é o conjunto das medidas organizacionais capazes de transmitirem a máxima confiança de que um determinado nível de qualidade aceitável está sendo alcançado ao mínimo custo.” (Pires, 2007, p. 35)

(...)

“O sistema de qualidade é um subsistema da gestão porque atribui sistematicamente recursos e responsabilidades de modo a que a organização para a qualidade se torne viável, efetiva e competitiva” (Pires, 2007, p. 35)

“A expressão «qualidade total» desenvolve-se, implicando que a empresa se deve empenhar, na sua totalidade, na cruzada pela melhoria da qualidade” (Martins & Lopes, 2010, p. 28)

²¹ "QUALIDADE", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2021, <https://dicionario.priberam.org/qualidade> [consultado em 27-07-2021].

“Para que a qualidade total possa ser alcançada não é possível descurar o empenhamento organizacional, entendido como o vínculo psicológico que descreve a ligação do colaborador à organização e que minimiza a probabilidade de abandono.” (Caixeiro, 2014, p. 183)

“A qualidade total pode ser vista como a cultura da empresa que permite fornecer produtos e serviços capazes de satisfazer as necessidades e expectativas dos clientes.” (Pires, 2007, p. 46)

2.5.10. A Gestão dos Recursos Humanos e o Capital Intelectual

“As economias desenvolvidas hão-de enfrentar a estagnação económica se não aumentarem a produtividade do trabalho intelectual e dos serviços.” (Drucker, 1992, p. 112)

“Falar, hoje, em Gestão de Recursos Humanos – ou em Gestão das Pessoas ou em Facilitação dos Processos Humanos, conforme a perspectiva que se considere mais adequada – parece, inexoravelmente, conduzir-nos a alguns pontos aparentemente consensuais: o papel vital das pessoas para a organização, a importância do conhecimento e a capacidade de a organização gerir em seu proveito, nestes tempos, como usamos designá-los, de acelerada mudança, esta complexidade.” (Sousa, Duarte, Sanches, & Gomes, 2006, p. 1)

A definição de função de Recursos Humanos poderemos dizer que *“más concretamente, su finalidad es proporcionar a la organizacion la capacidad laboral que necesita, cuantitativamente, en el momento oportuno y bajo el principio de economicidad.”*²² (Gallastegi & Rodriguez, La Funcion de Recursos Humanos (FRRHH) contemporánea, 2011, p. 26; Gallastegi & Larrinaga, La Dirección Estratégica de la Empresa: Introducción, 2011)

“Assim, as atividades de Gestão de Recursos Humanos possuem um impacto muito significativo no desempenho e na performance individual e, por conseguinte, na produtividade global de qualquer organização” (Martins & Lopes, 2010, p. 80)

“A análise de funções consiste num processo de recolha, análise e sistematização de informação acerca de uma função, com o objetivo de identificar as tarefas ou atribuições, bem como as competências necessárias para o seu desempenho. (Sousa, Duarte, Sanches, & Gomes, 2006, p. 30)

²² “Mais especificamente, tem como objetivo dotar a organização das competências profissionais de que necessita, de forma quantitativa, no momento certo e sob o princípio da economia.”

“A descrição de funções constitui um sumário das tarefas, objetivos e responsabilidades de uma determinada função. Se for relevante, também inclui informação sobre condições de trabalho e a relação com outras funções” (Sousa, Duarte, Sanches, & Gomes, 2006, p. 30)

A análise e a descrição de funções dão contributo importante para: o recrutamento e seleção, a formação, a avaliação de desempenho e a política de remunerações. (Sousa, Duarte, Sanches, & Gomes, 2006, p. 44)

“(…) Numa sociedade globalizada, o conhecimento é, indubitavelmente, o fator decisivo do processo de criação de valor de todo e qualquer progresso social.” (Martins & Lopes, 2010, p. 13)

“Em 1991, Tom Stewart, na Fortune, definiu capital intelectual como a soma de tudo o que as pessoas da organização sabem que dá uma vantagem competitiva no mercado.” (Martins & Lopes, 2010, p. 53)

Referindo-se ao modelo dinâmico de gestão do capital intelectual apresentado pela Skandia, Martins & Lopes, em “Capital Intelectual e Gestão Estratégica de Recursos Humanos - Fundamento e Estrutura da Gestão do Conhecimento das Organizações” (2010, pp. 85 - 86), diz-nos que “assim, têm-se de:

1. Compreender os elementos do navegador com capacidade de criação de valor;
2. Fomentar a partilha de ideias, de forma a incrementar o valor afeto a capacidades subaproveitadas;
3. Colocar à disposição dos decisores uma tipificação de conhecimentos, facilitando o intercâmbio e fluxo de aptidões na organização;
4. Otimizar o processo através de reciclagem, intercâmbio, codificação e divulgação dos seus componentes.”

“A emergência do estudo do capital intelectual advém da necessidade de quantificar, para poder gerir, os ativos intangíveis, cada vez com maior peso, nas organizações da sociedade do conhecimento” (Martins & Lopes, 2010, p. 146)

“O aumento da produtividade no trabalho nos serviços não pode ser promovido pelo Governo, ou pela política conjuntural, é tarefa de gestores e de quadros nas próprias empresas e nas organizações não lucrativas, sendo, na verdade, a primeira responsabilidade social da gestão na sociedade do saber.” (Drucker, 1992, p. 115)

A Gestão Administrativa dos Recursos Humanos

“Espera-se que os profissionais de recursos humanos possam ser parceiros de negócio o que requer formação teórica e prática num conjunto amplo de saberes com vista ao desenvolvimento de competências funcionais que lhes garantam respeito e credibilidade nas organizações e lhes permitam acrescentar valor e contribuir para os resultados: exige-se que conheçam o negócio ou a atividade por forma a colaborarem no desenho da estratégia organizacional; exige-se que implementem políticas e processos que promovam a mudança,

acrescentem valor e contribuam para os resultados; exige-se que estejam na linha da frente na luta pelo desenvolvimento das competências individuais e pelo crescimento da qualificação da organização; exige-se que contribuam para o desenvolvimento de líderes na organização e exige-se que sejam consultores capazes de ajudar a organização a conseguir desempenhos de excelência.” (Seixo, 2009, p. XI)

De entre as tarefas administrativas atribuídas à gestão de recursos humanos salientam-se, entre outras, as ligadas a:

- Acolhimento e integração;
- Avaliação de desempenho.
- Condições de trabalho;
- Contraordenações laborais;
- Cultura da organização;
- Fiscalidade;
- Formação;
- Gestão e Desenvolvimento de competências e carreiras;
- Medicina no trabalho;
- Processamento de remunerações;
- Recrutamento e seleção;
- Segurança social;

O Relacionamento Interpessoal nas Organizações

“A partir do momento em que os colaboradores percecionam a forma justa e digna como são tratados pelos líderes, emerge uma espécie de sentido do dever de reciprocidade e evidencia-se, ainda, uma disponibilidade crescente em executar tarefas que, embora não integrando o rol das suas obrigações formais, são benéficas para o trabalho dos líderes e para o melhor funcionamento do grupo e da organização.” (Caixeiro, 2014, p. 184)

“A primeira lição a reter é que as organizações sem fins lucrativos necessitam de uma estrutura diretiva clara e funcional.” (Drucker, 1992, p. 205)

“As OES competem com outras entidades, ao nível dos recursos humanos, através de três tipos de incentivos: salários, benefícios e aspetos não salariais, sendo que tendem a apresentar melhores resultados no que diz respeito aos aspetos não salariais, como por exemplo a maior autonomia oferecida (Anheier, 2005).” (Valente, 2020, p. 40)

“Em teoria, bem como outras relacionadas, são aplicáveis também à gestão de recursos humanos voluntários, embora que estes recursos pretendam e necessitem de um tratamento bastante diferente, uma vez que não existe incentivo salarial.” (Valente, 2020, p. 41)

A Formação na Organização

“A formação é assim o conjunto de atividades que visa a aquisição ou a mudança de conhecimentos, capacidades ou formas de comportamento, que são exigidos para o exercício de uma função.” (Coelho, 2012, p. 8)

Em Portugal, o Decreto-Lei nº 396/2007 (Diário da República n.º 251/2007, Série I de 12-03, 2007) estabelece o regime jurídico do Sistema Nacional de Qualificações e na sua alínea e) do artigo 3º, (...) entende por «Educação e formação profissional» ou «formação profissional», como a formação com objetivo de dotar o indivíduo de competências com vista ao exercício de uma ou mais atividades profissionais; (...).”

“(...) Podem apontar-se três tipos de objetivos à formação:

- a) Desenvolver a capacidade profissional dos formandos para que possam desempenhar mais eficazmente as suas funções (curto prazo);
- b) Desenvolver nos formandos comportamentos e atitudes que lhes permitam ter maior satisfação profissional na atual função e prepará-los para a mudança (curto/médio prazo);
- c) Proporcionar ao formando a aquisição de conhecimentos necessários ao seu desenvolvimento de carreira previsto (médio prazo). (Marques, Câmara, & Martins, 1999, p. 24)

“A Formação é uma condição fundamental para que as pessoas mostrem bons desempenhos, para que as empresas possam ajustar-se eficazmente às necessidades mutantes da envolvente, ou para que prestem serviços que fortifiquem a lealdade dos clientes e realizem as tarefas de um modo mais eficiente e eficaz (Gomes et al, 2008).” (Soares E. C., 2013, p. 80)

“(...) Quanto maior for a perceção de utilidade acerca da formação, maior será a motivação para utilizar os conteúdos formativos no trabalho.” (Coelho, 2012, p. 34)

“As ações devem ser realizadas com carácter regular, para um melhor aproveitamento do seu conteúdo para o contexto laboral e sempre enquadradas com os objetivos da organização.” (Soares E. C., 2013, p. 88)

Referindo-se à motivação para transferir os conteúdos formativos, Coelho, em “A Formação nas Organizações: Motivação para Transferir os Conteúdos Formativos para o Local de Trabalho” (2012, pp. 16 - 17) diz-nos que “relativamente às atitudes para com a função, quanto mais positivas forem as mesmas, maior será a motivação para transferir a formação para o desempenho funcional. A satisfação com o trabalho, o envolvimento com a função e a

implicação ou vinculação organizacional, são atitudes que podem influenciar a motivação dos formandos para transferir.”

“(…) É fundamental que a formação integre conteúdos sobre a forma de transferir as aprendizagens para o local de trabalho e que inclua oportunidades para transferir.” (Coelho, 2012, p. 38)

A Liderança

“Em primeiro lugar, a liderança não é, por si só, boa ou desejável, é apenas um meio, e saber qual a sua finalidade será, por conseguinte, a questão crucial.” (Drucker, 1992, p. 120)

Existem muitas definições sobre o conceito de liderança, que no seu conjunto devem ser contextualizadas à época em que foram proferidas.

“A liderança é um fenómeno social que ocorre exclusivamente em grupos sociais.

Ela é definida como uma influência interpessoal exercida em uma dada situação e dirigida pelo processo de comunicação humana para a consecução de um ou mais objetivos específicos.” (Chiavenato, 2009, p. 129)

“A liderança é “o processo de influenciar o comportamento das pessoas para a realização de objetivos” (Jobber e Lancaster, 2009: 417)” (João, 2014, p. 13)

“O conceito da Liderança Total assenta em três princípios (Friedman, 2008, p. 142):

- * Ser verdadeiro: agir com autenticidade, esclarecendo o que é importante.
- * Ser íntegro: agir com integridade, respeitando a pessoa como um todo.
- * Ser inovador: agir com criatividade, experimentando novas formas de fazer as coisas.”

“Efetivamente, liderança e poder são processos de influência, a ligação entre os dois conceitos assenta na influência e a sua distinção reside na ação. Enquanto o poder é a influência em potência, a liderança envolve o exercício real do poder. A liderança não deixa, portanto, de ser um fenómeno de poder.” (Caixeiro, 2014, p. 141)

“Apesar da diversidade, são comumente aceites três paradigmas principais na conceptualização da liderança: o primeiro assenta no estudo dos traços da personalidade do líder, o segundo apela à observação dos comportamentos adotados pelo líder no exercício da liderança e o terceiro refere-se às variáveis situacionais ou contingenciais que condicionam a eficácia da liderança.” (Caixeiro, 2014, p. 148)

“Estilo de liderança é o padrão recorrente de comportamento exibido pelo líder.” (Chiavenato, 2009, p. 131)

É comumente aceite a existência de três estilos de liderança: liderança autocrática, liderança democrática e liderança liberal.

“A liderança emocional não consiste apenas em exibir uma cara alegre todos os dias, implica compreender o impacto que tem sobre os outros – para, em seguida, ajustar o seu estilo em conformidade.” (Goleman, Boyatzis, & McKee, 2001, p. 227)

“(…) A inteligência emocional de um líder origina uma certa cultura, ou um certo ambiente de trabalho.

(…) Níveis elevados de inteligência emocional criam climas nos quais florescem a partilha de informação, a confiança, a assunção saudável de riscos e a aprendizagem. Níveis reduzidos de inteligência emocional dão azo a climas repletos de medo e de ansiedade.” (Goleman, Boyatzis, & McKee, 2001, p. 226)

“Segundo Chiavenato (1993), sobre estes estudos foi possível concluir que em determinadas situações, a liderança autocrática tem efeitos positivos e funciona quando os demais estilos fracassam; noutras situações, a liderança democrática resulta quando os demais estilos falham e, finalmente, a liderança liberal supera os restantes estilos em certas ocasiões. Na verdade, o líder no seu quotidiano deve aplicar os três estilos de liderança, consoante a circunstância, os membros da organização e as tarefas em execução.” (Caixeiro, 2014, p. 154)

“(…) Os melhores líderes têm uma característica essencial em comum: todos possuem um grau elevado daquilo que se tornou conhecido como «inteligência emocional». Não é que o quociente de inteligência (QI) e as competências técnicas sejam irrelevantes. Ambos são, de facto, importantes, mas como «capacidades de base», principalmente; isto é, constituem os requisitos mínimos para cargos executivos.” (Goleman, 2019, p. 10 e 11)

Este autor (Goleman, 2019, p. 77 e 78), em “O que faz um Líder”, enumera os cinco elementos da inteligência emocional em ação: autoconhecimento, autodisciplina, motivação, empatia e aptidão social, definindo e caracterizando cada um deles.

“Para ser bem-sucedido como líder, o gestor deve saber lidar com aspetos relativos à motivação, à comunicação, às relações interpessoais, ao trabalho em equipa e à dinâmica do grupo.” (Chiavenato, 2009, p. 131)

2.5.11. A Teoria da Agência nas Organizações

“Há dois intervenientes fundamentais na Teoria da Agência, o principal e o agente, entenda-se o principal como o acionista e o agente como o gestor, à relação de ambos, dá-se o nome de relação de agência. Os intervenientes da relação de agência aspiram à maximização da utilidade, deste modo, é natural que surjam conflitos de interesse e que o agente nem sempre haja de acordo com as pretensões do principal, com vista à “defesa” dos seus próprios interesses.” (Martins I. I., 2012, p. 4)

“O problema reside fundamentalmente na ausência de sintonia de interesses entre o acionista e o gerente (...)” (Contreira, 2016, p. 7)

“(...) A Teoria da Agência, tem implícito o facto do capital e da gestão pertencerem a pessoas distintas, que se reflete na preocupação do bem-estar do principal não ser maximizado, fruto das diferenças de objetivos e preferências entre agente e principal (Saam, 2007). (Martins I. I., 2012, p. 4)

(...) A Teoria da Agência consiste na divergência entre os incentivos do agente face aos do principal, relação esta de onde decorrem necessariamente custos, designadamente, custos de agência associados ao exercício de discricionariedade pelo agente sobre bens do principal.” (Contreira, 2016, p. 11)

De acordo com a teoria da agência (...) um gestor atua como agente do acionista, isto é, as suas decisões são tomadas em conformidade com o mandato recebido daquele (o principal ou mandatário) por conta de quem atua e a quem tem de prestar contas. Se os gestores forem incompetentes ou desonestos, isso implica um custo para o acionista, o «custo de agência».” (Teixeira, 2013, p. 384)

“A teoria da agência é particularmente relevante para o estudo do conflito de agência enquanto elemento central das relações institucionais, isto é, enquanto conjunto de contratos, formais ou informais, entre as diversas partes dessa mesma relação.” (Azevedo, 2013, p. 29)

Ao contrário do que se poderia pensar o conflito de agência também existe na Economia Social como podemos depreender desta última afirmação e das que se seguem.

“Na realidade, existem vários tipos de conflitos de agência existentes entre as organizações do Terceiro Setor e os seus *Stakeholders*. A definição de contratos ótimos para cada uma destas relações depende do contexto e do desempenho exigido ao agente.” (Azevedo, 2013, p. 41)

Os conflitos de agência e os seus custos devem ser minimizados, para os quais Azevedo, em “Manual de Governo - O Desafio da Liderança nas Organizações do Terceiro Setor em Portugal” (2013, p. 65), parafraseando Jensen (1993), aconselha as seguintes medidas:

1. *Legislação e regulamentação* – penalizações ou barreiras ao poder discricionário dos gestores e ao conflito de interesses na gestão;
2. *Controlo externo* – um bom mecanismo que garante a minimização dos conflitos de agência é o próprio mercado de trabalho (na medida em que condiciona comportamentos oportunistas através de ameaças de despedimento), assim como a pressão dos media ou de financiadores externos, através da exigência de prestação de contas regular;
3. *Controlo interno* – através da implementação do modelo de governo certo com uma relação sustentável entre os diversos agentes.

No que se refere às associações de bombeiros e à Teoria da Agência fazemos as seguintes perguntas?

- Poder-se-á falar em teoria da agência nas associações de bombeiros?
- Haverá conflitos de agência entre os associados e os dirigentes das associações de bombeiros?
- Haverá conflitos de agência entre os corpos de bombeiros e os gestores das associações de bombeiros?
- E entre o comando e a gestão?

Questões muito interessantes e atuais, que merecem ser estudadas, mas que não cabem no trabalho deste projeto, que deixo para trabalho futuro, para quem as queira estudar.

2.5.12. A Gestão da Organização

A revisão da literatura tem, não só, o objetivo de rever os artigos mais relevantes escritos sobre as matérias a investigar, mas também o de enquadrar os temas objeto da investigação no conhecimento científico adquirido.

“As funções fundamentais da gestão são tão válidas para as organizações que têm na obtenção de lucro a sua principal finalidade, como para as que a não têm” (Santos (Coord.), et al., 2021, p. 13)

Cardoso & Rodrigues (2006, p. 83) no seu livro “Peter Drucker - O Essencial sobre a Vida e Obra do Homem que inventou a Gestão” lembram-nos uma frase deste escritor sobre a empresa e o gestor: “Nenhuma instituição pode sobreviver, se necessitar de génios e super-homens para a gerir.” (Cardoso & Rodrigues, 2006, p. 83).

Os gestores das Associações de Bombeiros, muitos deles sem qualquer formação em gestão, não são super-homens e muito menos génios, são tão só homens e mulheres, voluntários e voluntárias que se dedicam o seu tempo, de forma altruísta e graciosa, a uma das mais nobres causas, o de servir o próximo sem daí lhes advir qualquer vantagem.

“Existe uma organização sempre que um grupo de pessoas, trabalhando em conjunto, visa a prossecução de objetivos comuns, que seriam impossíveis de atingir caso trabalhassem isoladamente.” (Santos (Coord.), et al., 2021, p. 13)

“Pode definir-se organização sem fins lucrativos como «uma organização formal de iniciativa privada impedida de distribuir proveitos pelos seus fundadores ou diretores e capaz

de gerir automaticamente as suas atividades recorrendo ao trabalho voluntário no todo ou em parte.»” (Teixeira, 2013, p. 394).

As Associações de Bombeiros inserem-se no conceito de organizações sem fins lucrativos e desempenham, na sociedade portuguesa, um papel humanitário insubstituível.

“As organizações sem fins lucrativos, por definição não buscam o lucro, mas, tal como as organizações com fins lucrativos, procuram a satisfação plena dos seus clientes (utentes), satisfação cujo grau traduz em que medida a sua atividade está a ser bem sucedida. (Teixeira, 2013, p. 396).

Ou como nos diz Peter F. Drucker, no seu discurso *“Managing the Non-Profit Organization: Principles and Practices, 1990, pp. xiv-xv”* citado por Maciariello (2016, p. 116), em “Um ano com Peter Drucker - 52 semanas de coaching para uma liderança eficaz”, “o produto (de uma instituição sem fins lucrativos) não é um par de sapatos (empresarial) nem uma regulação eficaz (governo). O seu produto é um ser humano mudado. As instituições sem fins lucrativos são agentes de mudança humana. O seu produto é um paciente curado, uma criança que aprende, um jovem homem ou mulher que se transforma num adulto respeitador; uma vida humana completamente mudada. Há quarenta anos, «gestão» era uma palavra muito feia nas organizações sem fins lucrativos. Significava «negócio», e se havia coisa que não eram, era negócio. (...)”

“Na caracterização das organizações sem fins lucrativos, Salamon e Anheier (1997) identificaram cinco atributos estruturais ou operacionais que as distingue de outras organizações do terceiro setor:

- a) Formalismo (...).
- b) Iniciativa Privada (...).
- c) Autogoverno (...).
- d) Não distribuição dos proveitos (...).
- e) Voluntariado (...).

(Teixeira, 2013, p. 394)

“Para desempenharem os diferentes papéis pelos quais são responsáveis, os gestores, para além da qualidade que se exige a qualquer decisor, que é o bom senso, devem possuir as seguintes capacidades ou aptidões: capacidades concetuais, capacidades humanas e capacidades técnicas.” (Mações, 2017, p. 30)

A boa gestão será eficaz, eficiente e efetiva.

“Ser eficaz é atingir os objetivos. Pode contrapor à eficiência que se refere ao modo como se utilizam os recursos. Pode-se ser eficiente sem ser eficaz e ser eficaz sem ser

eficiente, muito embora o ideal seja ser eficaz e eficiente.” (Silva E. S., Dicionário de Gestão, 2013, p. 108).

“Eficácia é a medida em que os *outputs* produzidos pelo processo se aproximam dos objetivos propostos. Isto é, quanto menores forem os desvios entre o planeado e o realizado, maior é o grau de eficácia (...).” (Teixeira, 2013, p. 11).

Ferreira M. R. (2012, p. 16) citando Bilhim (2008) diz-nos que: “A eficiência preocupa-se com os meios, os procedimentos e os métodos utilizados, que precisam de ser planeados e organizados a fim de concorrerem para a otimização dos recursos disponíveis, não sendo dada relevância aos fins”.

“Eficiência é a relação proporcional entre a qualidade e a quantidade de *inputs* e a qualidade e quantidade de *outputs* produzidos. Assim, quanto maior for o volume de produção conseguido com um mínimo de fatores produtivos, maior é o grau de eficiência (...).” (Teixeira, 2013, p. 11).

“- Efetividade – É o resultado da ação conjunta da eficácia com a eficiência. É a consecução de objetivos e resultados (eficácia) através da melhor utilização dos métodos, técnicas e procedimentos (eficiência) no desenvolvimento da empresa como um todo.” (Carvalho J. E., 2019, p. 192).

“Sobretudo, a eficácia da empresa depende, da capacidade dos gestores gerarem comportamentos convergentes com os objetivos que se pretendem atingir.” (Carvalho J. E., 2019, p. 192).

A tarefa da gestão consiste em interpretar os objetivos propostos para a organização e transformá-los em ação, através do planeamento, da organização, da direção e do controlo de todos os seus recursos.” (Santos (Coord.), et al., 2021, p. 13)

“A boa gestão é necessária em todas as organizações e em todas as áreas de negócio ou níveis organizacionais.” (Mações, 2017, p. 10).

2.5.13. A Tomada de Decisões nas Organizações

Gerir ou Administrar como nos diz Peter Drucker, em “Prática de Administração de Empresas” (1972, p. 230) “(...) é sempre um processo de tomada de decisão.”

O significado de decidir é optar, dar a preferência²³

Decidir é escolher entre mais que uma alternativa.

“Algumas decisões que os gerentes enfrentam são difíceis porque não ocorrem com frequência. Essas decisões únicas são decisões não-programadas (ou decisões não rotineiras). Ao contrário, uma decisão programada é repetitiva, ou rotineira, e é feita de acordo com um procedimento específico.” (DuBrin, 1998, p. 79)

De acordo com (Teixeira, 2013, p. 99), “o processo de tomada de decisões consiste precisamente em gerar e avaliar alternativas, cuja escolha conduza a um curso de ação. A tomada de decisões é uma constante no dia a dia dos gestores, os quais são avaliados fundamentalmente pelos resultados dessas mesmas decisões”.

Segundo DuBrin, em “Princípios de Administração” (1998, pp. 80 - 82), as etapas na resolução de problemas e tomada de decisão são: identificar e diagnosticar o problema, desenvolver soluções alternativas criativas, avaliar as soluções alternativas, escolher uma solução alternativa, implementar a solução e avaliar e controlar.

“Tomar decisões implica fazer escolhas entre hipóteses alternativas, o que envolve algum risco. A informação, como suporte da decisão, permite minimizar o risco de uma escolha menos correta, assim como, a possibilidade de otimizar o resultado da decisão tomada.” (Carvalho J. E., 2019, p. 193)

Os gestores das organizações, todos os dias, tomam variadíssimas decisões, umas mais simples e outras mais complexas, que independentemente da sua menor ou maior dificuldade, terão sempre consequências para a organização e/ou para os *stakeholders*, sejam eles internos ou externos.

“O processo de tomada de decisões de forma racional envolve quatro etapas: identificação do problema, desenvolvimento de alternativas de solução, avaliação das alternativas selecionando a melhor, e implementação da alternativa escolhida.

(...) este só se considera completo com o necessário feedback sobre a resolução ou não do problema identificado.” (Teixeira, 2013, p. 99)

²³ "DECIDIR", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2020, <https://dicionario.priberam.org/decidir> [consultado em 07-11-2020].

“Os gestores das diversas áreas/departamentos e os empregados em relação direta com os clientes devem ter poder de decisão para implementar novas formas de organização das atividades com vista à criação de valor.” (Neves, 2011, p. 135)

“As informações fornecidas pela Contabilidade Geral (ou Financeira) e pela Contabilidade Analítica (ou de Gestão) são instrumentos essenciais ao serviço dos gestores para que possam analisar a situação económico-financeira, avaliar o desempenho, definir objetivos, planear a estratégia, tomar decisões e controlar e melhorar a utilização dos recursos nas diversas atividades das organizações” (Rodrigues, Martins, Costa, Cruz, & Silva, 2011, p. 447).

A informação contabilística é uma fonte importante para a tomada de decisão da gestão.

2.6. A Contabilidade nas Associações de Bombeiros

2.6.1. A Contabilidade e as suas Origens

“O homem criou instrumentos tanto para explorar e adaptar o mundo físico às suas necessidades – instrumentos materiais, ou de produção – como para interpretá-lo e explicá-lo. São estes últimos os instrumentos intelectuais, que compreendem as várias ciências e técnicas.

Foi neste mundo complexo do homem – mundo físico e social – que a Contabilidade nasceu, evoluiu e adquiriu a forma que hoje tem e o conteúdo que comporta.” (Monteiro M. N., 2004, p. 15).

“A palavra contabilidade provém etimologicamente de conta; esta, por sua vez, de cômputo, originária do latim *computum*, que significa cálculo e contagem.” (Borges, Rodrigues, & Rodrigues, 2014, p. 27).

E “... nasceu de uma necessidade prática: registar, de maneira mais perdurável do que a memória, certos factos da vida económica.” (Borges, Rodrigues, & Rodrigues, 2014, p. 27)

Não é consensual a paternidade da invenção da Contabilidade, nem sequer, da versão desta, das partidas dobradas ao Frade Franciscano Luca Pacioli.

Luca Pacioli terá sido o primeiro que, “... publicou um tratado de contabilidade impresso, compreendido, sob o título “*Tractatus particularis de computis et scriptis*”...” (Monteiro M. N., 2004, p. 22)

Para Guimarães, em *História da Contabilidade em Portugal*, 2005, p. 65, perfazendo Gonçalves da Silva (1948, p. 21), Luca Pacioli terá sido o primeiro a “... ter conseguido imprimir e publicar um livro de Contabilidade.”

“Ora hoje não restam mais dúvidas que por *partida dobrada, digrafia ou anfisografia* só se pode entender o registo duplo de um mesmo facto, respetivamente no débito de uma ou mais contas e no crédito de outra ou mais contas, de modo a constituir uma igualdade que conduz ao balanço. (Monteiro M. N., 2004, p. 58).

Será a Contabilidade uma ciência ou uma técnica?

“Citando Perroux, que disse ser a Contabilidade “uma das mais fecundas técnicas modernas”, Gonçalves da Silva, professor do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, de Lisboa, adere à afirmação e declara que “... salvo melhor opinião, não é mais do que uma técnica e mau serviço lhe prestam os que julgam enaltece-la atribuindo-lhe o carácter de ciência””. (Monteiro M. N., 2004, p. 92).

Para Guimarães, J.C. em “*História da Contabilidade em Portugal*” (2005, p. 72), “Lopes Amorim (1937, p. 13) referiu que a Contabilidade pode ser entendida como ciência e arte.”

E ainda, referindo-se a Lopes Amorim, que “o mestre definiu a Contabilidade como a ciência do equilíbrio patrimonial que estuda as modificações ocorridas na composição qualitativa e quantitativa do património de qualquer empresa e as repercussões que elas exercem sobre a consistência e o valor deste, num dado instante e na sucessão de instantes.

Por outro lado, Lopes Amorim define a Contabilidade como a arte de revelar as modificações ocorridas na composição qualitativa e quantitativa do património de qualquer empresa e de determinar periodicamente os aumentos ou diminuições que elas imprimem ao valor desse património.” (Guimarães, 2005, p. 72 e 73).

“A contabilidade nos dias de hoje é vista como um sistema de informação indispensável para a tomada de decisão...” (Borges, Rodrigues, & Rodrigues, 2014, p. 31).

A informação disponibilizada pela Contabilidade deve ser: compreensível, relevante, fiável e comparável.

“A contabilidade, *latu sensu*²⁴, é uma ciência dos processos descritivo-quantitativos utilizados na análise, registo, interpretação e controlo dos factos de gestão. Visa quantificar»

²⁴ em sentido muito geral - “LATO SENSU”, in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2021, <https://dicionario.priberam.org/lato+sensu> [consultado em 05-03-2021].

tudo o que ocorre numa unidade económica fornecendo, simultaneamente, dados para a tomada de decisão da gestão”. (Borges, Rodrigues, & Morgado, 2007, p. 23).

“A Contabilidade como processo de recolha, análise, registo e interpretação de tudo o que afeta a riqueza das unidades económicas é, sem dúvida, um dos mais poderosos – senão mesmo o maior – suportes de informação para a gestão.” (Borges, Rodrigues, & Rodrigues, 2014, p. 155).

Os dois grandes ramos da Contabilidade são: a Contabilidade Geral ou Financeira e a Contabilidade de Gestão ou Analítica.

“A Contabilidade Geral ou Financeira tem fundamentalmente por objetivo o controlo das relações com terceiros (clientes, fornecedores, devedores, credores, bancos,...), relevar as variações nas contas do balanço e proceder ao apuramento do resultado do período” (Caiado, 2009, p. 44).

Apesar da importância da informação da Contabilidade Financeira para a tomada de decisão da gestão, de acordo com o que nos diz, Caiado A. C. (2009, p. 45 a 48) “...muitas perguntas podem ser formalizadas e que não têm resposta” no seu âmbito, demonstrando-se assim “...insuficiente para dar resposta às necessidades de informação para gestão”, surgindo assim a necessidade de um outro tipo de Contabilidade que nos dê essas respostas, a chamada Contabilidade de Gestão ou Analítica.

“A Contabilidade Analítica e de Gestão tem em vista analisar o que acontece no interior das organizações, de modo, a que possa fornecer informações adequadas para a tomada de decisões por parte dos gestores” (Caiado, 2009, p. 435).

“Enquanto a Contabilidade Financeira fornece informações em termos monetários e, essencialmente, dirigidas aos investidores, clientes e público em geral, a Contabilidade Analítica divulga informações para os gestores das organizações, quer em valores monetários quer em valores não monetários” (Rodrigues, Martins, Costa, Cruz, & Silva, 2011, p. 463).

Em Portugal, com a necessidade da normalização contabilística foi aprovado o POC – Plano Oficial de Contabilidade, pelo Decreto-Lei nº 410/89, de 21 de novembro, que veio a ser substituído pelo SNC – Sistema de Normalização Contabilística, aprovado pelo Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, tendo este entrado em vigor a 1 de janeiro de 2010.

2.6.2. A Contabilidade das Entidades do Setor Não Lucrativo

“As ESNL – Entidades do Setor Não Lucrativo são entidades privadas, sem fins lucrativos, que perseguem fins de carácter social.” (Antão, Tavares, Marques, & Alves, 2012, p. 15).

As ESNL abarcam um conjunto muito lato de organizações e “... estão inseridas num setor económico, o cooperativo e social, situado entre o setor privado e o setor público, e que está em franco crescimento nas últimas décadas.” (Antão, Tavares, Marques, & Alves, 2012, p. 15).

O Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de março, no seu artigo 3.º já referia no n.º 2: “Até que sejam publicadas normas para as entidades sem fins lucrativos, são abrangidas pelo SNC outras entidades que, por legislação específica, se encontrem sujeitas ao Plano Oficial de Contabilidade, doravante designado POC, ou venham a estar sujeitas ao SNC”. (Diário da República n.º 133/2009, 1.ª série, de 07-13).

Mas foi a Decreto-lei n.º 36 – A/2011, de 09 de março, que veio aprovar o Regime de Normalização Contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo (ESNL), como fazendo parte integrante do SNC – Sistema de Normalização Contabilística, aprovado pelo já referido Decreto-lei n.º 158/2009, de 13 de março;

Pelo n.º 1, do art.º 5.º, do Decreto-lei n.º 36 – A/2011, “(...) a normalização contabilística para as Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL) aplica-se a todas as entidades que prossigam a título principal uma atividade sem fins lucrativos e que não possam distribuir pelos seus membros ou contribuintes qualquer ganho económico ou financeiro direto, designadamente as Associações, Fundações e pessoas Coletivas Públicas de tipo associativo.”.

Este regime não abrange as cooperativas que se regem pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de março. (Diário da República n.º 133/2009, 1.ª série, de 07-13).

O art.º 10.º, do já citado Decreto-lei n.º 36 – A/2011, diz-nos que apenas ficam “(...) dispensadas da aplicação de Normalização Contabilística estabelecida para as ESNL aquelas entidades cujas vendas ou outros rendimentos não excedam (euro) 150.000 em nenhum dos dois exercícios anteriores.”.

Posteriormente em 31/12/2013 o valor indicado em cima foi revisto para Euro 200.000, pela alteração introduzida pelo artigo 179.º, da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro. (Borges, Rodrigues, & Rodrigues, 2014, p. 170).

As entidades dispensadas da aplicação da normalização contabilística para a as ESNL e que não optem pela sua aplicação ficam obrigados à prestação de contas em regime de Caixa.” (Diário da República nº 48/2011, 1.ª série, de 11-03).

As entidades obrigadas a utilizar o SNC/ESNL - Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo devem apresentar as “... seguintes demonstrações financeiras (Silva & Soares, 2015, p. 108):

- a) Balanço;
- b) Demonstração dos Resultados por naturezas ou por funções;
- c) Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- d) Anexo.”

As Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntárias, enquanto Entidades do Setor não Lucrativo, estão obrigadas a aplicar o SNC/ESNL - Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo, desde 2011, naturalmente, se os seus proveitos excederem os referidos Euro 200.000 ou não excedendo, a prestar contas em regime de Caixa.

2.6.3. A Contabilidade e as Especificidades Patrimoniais e Contabilísticas das Associações de Bombeiros

A Contabilidade das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários, sendo estas ESNL's, é regulada pelo Decreto-lei n.º 36 – A/2011, de 09 de março – Anexo II, que veio aprovar o Regime de Normalização Contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo (ESNL). (Diário da República nº 48/2011, 1.ª série, de 11-03)

Percebendo e reconhecendo a importância da informação prestada pela Contabilidade Financeira e pela Contabilidade de Gestão para a Tomada de Decisão da Gestão, os gestores deverão utilizá-las para tomarem as suas decisões de gestão.

“A incerteza aplicada à tomada de decisão define-se como a possibilidade de um resultado futuro ser diferente do resultado esperado” (Caiado, 2009, p. 445).

Os utilizadores da informação contabilística e financeira das Associações de Bombeiros são os seus “*stakeholders*”: os sócios, os financiadores/doadores, os colaboradores (voluntários ou não), os fornecedores, os clientes, a administração pública (AT, ANEPC, o Município, as Juntas de Freguesia, as CIM's e outras entidades públicas) e a população.

O património de uma ESNL é muito diversificado, dependendo muito da sua natureza, ou seja, da atividade a que se dedica.

O património imobilizado (ativo fixo tangível) das AHBV é, na maioria das situações, o que é utilizado na prossecução dos seus fins estatutários, ou seja, dedicado em exclusivo à atividade, que no essencial, passa por duas grandes divisões: por um lado, o imóvel onde se encontra a sede e todos os seus serviços e por outro, pelas viaturas que compõem a frota da associação.

No que se refere às viaturas é importante diferenciá-las, entre as viaturas destinadas ao combate a incêndios que, na generalidade, são de muita idade e esporádica utilização, e as viaturas utilizadas no transporte de doentes, de menor idade e utilização intensiva.

Antes de 2011, a generalidade das AHBV's não utilizava o POC, nem o SNC. Era utilizada uma contabilidade rudimentar.

Os proveitos das AHBV's são, no essencial, provenientes dos serviços prestados ao SNS no transporte de doentes e de subsídios à exploração, que numa percentagem elevada, são tão só a contrapartida pelo pagamento devido pela ANEPC aos bombeiros voluntários e a reposição dos danos causados nos equipamentos e viaturas, em serviço na época dos fogos florestais (DECIR).

Para as AHBV's que não possuem financiamento bancário e, por esse facto, reduzidos custos financeiros, os custos subdividem-se, no essencial, pelas rubricas de FSE (Fornecimentos e Serviços Externos) e Custos com Pessoal.

Na rubrica de FSE têm um peso significativo, os custos com as reparações das viaturas destinadas ao transporte de doentes, pela utilização intensiva e desgaste rápido.

A Obrigatoriedade de Contabilidade Organizada

As principais vantagens da obrigatoriedade de contabilidade organizada, por parte das Entidades do Setor Não Lucrativo, pelo SNC (NCRF para as ESNL), são:

- A necessidade de homogeneidade na informação contabilística e financeira produzida pelas ESNL.
- A transparência no que se refere às atividades que as ESNL desenvolvem e aos recursos que utilizam (em muitos casos, parte deles públicos);
- A prestação de contas e a informação financeira fidedigna sobre a gestão dos recursos que lhes são confiados e dos resultados obtidos na sua atividade, para um maior conhecimento dos associados e de todos os *stakeholders*, em

especial, aqueles que despendem tempo e/ou dinheiro, como são os voluntários e os doadores.

- O facto de a generalidade das ESNL prestarem serviços de interesse coletivo, cuja importância e efeitos extravasam “as paredes” da organização.

Este facto veio permitir uma maior transparência e uma melhor leitura dos dados económico-financeiros, contribuindo assim para uma melhor gestão e um maior conhecimento da realidade destas organizações.

2.6.4. A Fiscalidade e as Associações de Bombeiros

Os gestores das Associações de Bombeiros devem conhecer as leis que as regem e neste particular a legislação tributária e os princípios que norteiam a fiscalidade da organização, como forma de adotarem os procedimentos mais adequados para obterem os melhores resultados na gestão dos vários recursos que lhes são confiados, ou em alternativa, capacidade para obter aconselhamento especializado na matéria, de preferência gracioso.

As Associações de Bombeiros são pessoas coletivas de direito privado, mas reconhecidas de utilidade pública administrativa com a sua constituição.

Nesta qualidade, as Associações de Bombeiros, gozam de alguns privilégios fiscais.

Os impostos devidos e as suas isenções ou reduções, no que se refere às Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários são regulados pelos vários Códigos e outra legislação fiscal existente.

De seguida trataremos do relacionamento destas organizações (Associações de Bombeiros) com os principais impostos e contribuições, do sistema fiscal e contributivo português (IRC, IMI, IMT, IS, IVA, ISV, IUC, IRS, SS).

O IRC - Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas

No seu artigo 1.º (Pressuposto do imposto), a Lei n.º 2/2014 que republica o atual CIRC – Código sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas refere que: “O imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) incide sobre os rendimentos obtidos, mesmo quando provenientes de atos ilícitos, no período de tributação, pelos respetivos sujeitos passivos, nos termos deste Código. ” (Diário da República n.º 11/2014, Série I de 16-01).

E no artigo 2º (Sujeitos passivos) “1 - São sujeitos passivos do IRC:

a) As sociedades comerciais ou civis sob forma comercial, as cooperativas, as empresas públicas e as demais pessoas coletivas de direito público ou privado, com sede ou direção efetiva em território português;

b) As entidades desprovidas de personalidade jurídica, com sede ou direção efetiva em território português, cujos rendimentos não sejam tributáveis em imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS) ou em IRC diretamente na titularidade de pessoas singulares ou coletivas;

c) As entidades, com ou sem personalidade jurídica, que não tenham sede nem direção efetiva em território português e cujos rendimentos nele obtidos não estejam sujeitos a IRS.

2 - Consideram-se incluídas na alínea b) do n.º 1, designadamente, as heranças jacentes, as pessoas coletivas em relação às quais seja declarada a invalidade, as associações e sociedades civis sem personalidade jurídica e as sociedades comerciais ou civis sob forma comercial, anteriormente ao registo definitivo.

3 - Para efeitos deste Código, consideram-se residentes as pessoas coletivas e outras entidades que tenham sede ou direção efetiva em território português.” (Diário da República n.º 11/2014, Série I de 16-01).

No artigo 4.º (Extensão da obrigação de imposto) no seu n.º 1, que: “Relativamente às pessoas coletivas e outras entidades com sede ou direção efetiva em território português, o IRC incide sobre a totalidade dos seus rendimentos, incluindo os obtidos fora desse território.”

O artigo 10.º do referido código, no seu n.º 1 (Pessoas coletivas de utilidade pública e de solidariedade social) refere que, entre outras entidades, “Estão isentas de IRC: a) As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa...” (Diário da República n.º 11/2014, Série I de 16-01).

E no n.º 3, que “A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;

b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50 % do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao da Autoridade Tributária e Aduaneira, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.” (Diário da República n.º 11/2014, Série I de 16-01)

Assim sendo, os rendimentos das Associações de Bombeiros provenientes do recebimento de donativos, da quotização dos seus associados, dos rendimentos auferidos pela atividade de prestação de serviços e outros rendimentos, não são tributados em sede de IRC – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, por estes se destinarem a manter os fins altruístas previstos nos estatutos, nomeadamente, a atividade do Corpo de Bombeiros.

Já no que se refere às tributações autónomas (artº 88º do CIRC9, as associações de bombeiros, enquanto entidades da Economia Social ou do Terceiro Setor, são objeto de um regime especial “(...) Assim: i) as despesas não documentadas são tributadas à taxa de 70% (e não 50%, como é a regra); ii) as despesas de representação são tributadas à taxa de 10% (neste caso, a taxa é idêntica para todos os sujeitos passivos); (...) (Silva & Soares, 2015, p. 93)

Resumindo, as Associações de Bombeiros estão isentas de IRC – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, no que concerne às atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o reconhecimento de pessoa coletiva de utilidade administrativa, com a exceção, no que se refere às tributações autónomas.

O IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis

De acordo com o artigo 1º (Incidência) do Anexo I, do CIMI - Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, constante do Decreto-Lei nº 287/2003, “... o imposto municipal sobre imóveis (IMI) incide sobre o valor patrimonial tributário dos prédios rústicos e urbanos situados no território português, constituindo receita dos municípios onde os mesmos se localizam (Diário da República n.º 262/2003, Série I-A de 12-11).

No seu n.º 1, do artigo 8.º (Sujeito passivo) diz-nos que “... o imposto é devido pelo proprietário do prédio em 31 de Dezembro do ano a que o mesmo respeitar”. (Diário da República n.º 262/2003, Série I-A de 12-11).

A legislação indicada no que se refere a isenções (Capítulo II) refere no artigo 11.º (Entidades públicas isentas) “(...) estão isentos de imposto municipal sobre imóveis o Estado, as Regiões Autónomas e qualquer dos seus serviços, estabelecimentos e organismos, ainda que personalizados, compreendendo os institutos públicos, que não tenham carácter empresarial, bem como as autarquias locais e as suas associações e federações de municípios de direito público.” (Diário da República n.º 262/2003, Série I-A de 12-11).

O CIMI – Código do Imposto Municipal sobre Imóveis nada nos diz sobre eventual isenção do seu pagamento, por parte das pessoas coletivas de utilidade pública administrativa, nem particularmente, no que se refere às Associações de Bombeiros.

É o EBF - Estatuto dos Benefícios Fiscais que vem colmatar essa, quanto a mim insuficiência legislativa, determinando no seu n.º 1, do artigo 44º (Isenções), na alínea e) que estão isentos do pagamento de IMI, “(...) as pessoas coletivas de utilidade pública administrativa e as de mera utilidade pública, quanto aos prédios ou parte de prédios destinados diretamente à realização dos seus fins (...)” (Diário da República n.º 149/1989, Série I de 01-07).

Podemos assim constatar que as Associações de Bombeiros ao abrigo do EBF e enquanto pessoas coletivas de utilidade pública administrativa estão isentas do pagamento de IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis, quanto aos imóveis destinados diretamente à realização dos seus fins estatutários e são tributados em IMI, por qualquer imóvel do qual sejam proprietárias e não esteja diretamente relacionado com esses mesmos fins.

O IMT - Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis

De acordo com o artigo 1º (Incidência geral) do Anexo II - Código do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis, constante do Decreto-Lei n.º 287/2003, o imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis (IMT) “... incide sobre as transmissões previstas nos artigos seguintes, qualquer que seja o título por que se operem.” (Diário da República n.º 262/2003, Série I-A de 12-11).

Conforme o estipulado no CIMT, alínea d) do n.º 1 do artigo 6º (Isenções) estão isentas de IMT – Imposto Municipal sobre a Transmissão Onerosa de Imóveis, as aquisições de imóveis efetuadas pelas “(...) pessoas coletivas de utilidade pública administrativa (...)”

quanto aos bens destinados, direta e imediatamente, à realização dos seus fins estatutários.” (Diário da República n.º 262/2003, Série I-A de 12-11).

No artigo 10.º (Reconhecimento das isenções), nº 1, diz-nos que “... as isenções são reconhecidas a requerimento dos interessados, a apresentar antes do ato ou contrato que originou a transmissão junto dos serviços competentes para a decisão, mas sempre antes da liquidação que seria de efetuar.” (Diário da República n.º 262/2003, Série I-A de 12-11).

No que se refere às Associações de Bombeiros, enquanto pessoas coletivas de utilidade pública administrativa, as aquisições dos imóveis destinados à realização dos fins estatutários, como são as sedes e os quartéis, estão isentas do pagamento de IMT.

Em contrapartida, qualquer aquisição de imóvel, não diretamente relacionado com os fins estatutários específicos das Associação de Bombeiros, é passível de incidência de IMT.

O IS - Imposto de Selo

De acordo com o nº 1, do artigo 1º (Incidência objetiva) do Anexo III - Código do Imposto de Selo, constante do Decreto-Lei nº 287/2003 (Diário da República n.º 262/2003, Série I-A de 12-11) “(...) o imposto do selo incide sobre todos os atos, contratos, documentos, títulos, livros, papéis, e outros factos previstos na Tabela Geral, incluindo as transmissões gratuitas de bens.”

E no nº 2 diz-nos que “(...) não são sujeitas a imposto as operações sujeitas a imposto sobre o valor acrescentado e dele não isentas”.

Já o artigo 6.º do mesmo diploma (Isenções subjetivas) que “são isentos de imposto do selo, quando este constitua seu encargo (...):”, “(...) c) As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa e de mera utilidade pública.”

No que se refere ao averbamento da isenção o artigo 8.º diz-nos que “... sempre que haja lugar a qualquer isenção, deve averbar-se no documento ou título a disposição legal que a prevê”. (Diário da República n.º 262/2003, Série I-A de 12-11).

As Associações de Bombeiros, enquanto pessoas coletivas de utilidade pública administrativa, estão isentas do pagamento de imposto de selo, em todos os atos previstos na Tabela Geral do Imposto de Selo, que sejam do seu encargo (exemplos: escrituras e outros atos notariais, transmissão de bens, letras e livranças, operações financeiras, contratos, cheques, garantias, procurações e depósitos em bancos).

O IVA - Imposto sobre o Valor Acrescentado

De acordo com o nº 1 artigo 1.º (Incidência objetiva) do CIVA – Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, constante do Decreto-Lei n.º 102/2008 – que procede à sua

republicação e inserto no Diário da República n.º 118/2008, Série I de 20-06 (2008) anteriormente aprovado pelo Decreto-Lei 394 -B/84, de 29 de junho. “(...) estão sujeitas a imposto sobre o valor acrescentado:

a) As transmissões de bens e as prestações de serviços efetuadas no território nacional, a título oneroso, por um sujeito passivo agindo como tal;

b) As importações de bens;

c) As operações intracomunitárias efetuadas no território nacional, tal como são definidas e reguladas no Regime do IVA nas Transações Intracomunitárias.”

As Associações de Bombeiros são sujeitos passivos de IVA, de acordo com a alínea a), do n.º 1, do art.º 2º (Incidência Subjetiva), do CIVA, que se transcreve:

“São sujeitos passivos do imposto: a) As pessoas singulares ou coletivas que, de um modo independente e com carácter de habitualidade, exerçam atividades de produção, comércio ou prestação de serviços, incluindo as atividades extrativas, agrícolas e as das profissões livres, e, bem assim, as que, do mesmo modo independente, pratiquem uma só operação tributável, desde que essa operação seja conexa com o exercício das referidas atividades, onde quer que este ocorra, ou quando, independentemente dessa conexão, tal operação preencha os pressupostos de incidência real do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS) ou do imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC); ...”. (Diário da República n.º 118/2008, Série I de 20-06)

De acordo com o n.º 5, do artigo 9º (Isenções nas operações internas), estão isentos de imposto (...) o transporte de doentes ou feridos em ambulâncias ou outros veículos apropriados, efetuado por organismos devidamente autorizados (...).”

Ainda de acordo com o n.º 19, do mesmo artigo 9º (Isenções nas operações internas), do CIVA, estão isentas de imposto “(...) as prestações de serviços e as transmissões de bens com elas conexas efetuadas no interesse coletivo dos seus associados por organismos sem finalidade lucrativa, desde que esses organismos prossigam objetivos de natureza política, sindical, religiosa, humanitária, filantrópica, recreativa, desportiva, cultural, cívica ou de representação de interesses económicos e a única contraprestação seja uma quota fixada nos termos dos estatutos.” (Diário da República n.º 118/2008, Série I de 20-06).

Para os efeitos de isenção de IVA (artigo 10.º - Conceito de organismos sem finalidade lucrativa do CIVA) (Diário da República n.º 118/2008, Série I de 20-06) “(...) apenas são considerados como organismos sem finalidade lucrativa os que, simultaneamente:

- a) Em caso algum distribuam lucros e os seus corpos gerentes não tenham, por si ou interposta pessoa, algum interesse direto ou indireto nos resultados da exploração;
- b) Disponham de escrituração que abranja todas as suas atividades e a ponham à disposição dos serviços fiscais, designadamente para comprovação do referido na alínea anterior;
- c) Pratiquem preços homologados pelas autoridades públicas ou, para as operações não suscetíveis de homologação, preços inferiores aos exigidos para análogas operações pelas empresas comerciais sujeitas de imposto;
- d) Não entrem em concorrência direta com sujeitos passivos do imposto.”.

Há que notar que, por regra, no IVA é a tipologia das operações que poderá levar à isenção do imposto e não a qualidade do sujeito passivo.

A tipologia de grande parte das operações realizadas pelas Associações de Bombeiros, que não têm qualquer finalidade lucrativa e prosseguem objetivos de natureza humanitária, são provenientes da prestação de serviços, de transporte de doentes ou feridos em ambulância ou outros veículos apropriados, de particulares, na sua grande maioria a cargo do SNS – Serviço Nacional de Saúde e ao INEM – Instituto Nacional de Emergência Médica.

As Associações de Bombeiros estão isentas de imposto nestas atividades.

Pelo contrário, as Associações de Bombeiros em todas as operações que realizem a título oneroso, não especificamente referidas no artigo 9º do CIVA, nomeadamente, as mais comuns, como são o enchimento de piscinas, a obtenção de patrocínios e outras, estão sujeitas a IVA, de acordo com o artigo 4º do CIVA. (Diário da República n.º 118/2008, Série I de 20-06)

As Associações de Bombeiros não gozam do direito à dedução, mas podem obter a restituição do imposto, em algumas operações, pela via prevista na alínea b) do n.º 1, do art.º 2º, do Decreto-Lei n.º 84/2017, de 21 de julho, “(...) as associações humanitárias de bombeiros e os municípios, relativamente a corpos de bombeiros, quanto aos bens móveis de equipamento diretamente destinados à prossecução dos respetivos fins, incluindo os serviços necessários à conservação, reparação e manutenção desse equipamento (...)”.

No seu artigo 3.º (Limites ao benefício) e no que se refere às Associações de Bombeiros, diz-nos que “Apenas pode ser objeto de restituição, ao abrigo do presente regime, o montante equivalente ao IVA suportado nas aquisições internas, nas importações

e nas aquisições intracomunitárias, cujo valor por fatura seja igual ou superior aos seguintes montantes:

a) Às entidades referidas nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo anterior, (euro) 1 000 com exclusão do IVA; (...)."

E no artigo 4.º do mesmo diploma (Montante a restituir) "(...) ao abrigo do presente regime o montante restituído é:

"(...) b) 100 % deste valor, nos restantes casos."

De acordo com o artigo 6.º (Decisão do pedido) do citado Decreto-Lei nº 84/2017, de 21 de julho, os pedidos de restituição do imposto "(...) são analisados pela Autoridade Tributária e Aduaneira no prazo de 90 dias, após confirmação da respetiva elegibilidade, por transmissão eletrónica de dados, com faculdade de delegação, pelas seguintes entidades:

(...) c) Quanto às associações humanitárias de bombeiros e aos municípios, pelo dirigente máximo da Autoridade Nacional de Proteção Civil ou dos serviços regionais de proteção civil em relação às entidades aí sedeadas; (...)" (Diário da República n.º 140/2017, Série I de 21-07, 2017).

O ISV - Imposto sobre Veículos

O ISV – Imposto sobre Veículos é devido pelas transações realizadas com a aquisição de determinado tipo de veículos, no momento de introdução destes no consumo e está regulado na Lei nº 22-A/2007 (Diário da República n.º 124/2007, Série I de 29-6).

O nº 1, do artigo 2.º (Incidência objetiva) do CISV descreve os veículos que estão sujeitos ao imposto e o nº 2 do mesmo artigo diz-nos quais os veículos que estão excluídos da incidência do imposto.

O nº 2 do citado artigo 2º (Incidência Objetiva) do CISV, no que se refere à isenção por parte das viaturas adquiridas pelas Associações de Bombeiros, diz-nos que estão excluídos da incidência de imposto:

"(...) b) Ambulâncias, considerando-se como tais os automóveis destinados ao transporte de pessoas doentes ou feridas dotados de equipamentos especiais para tal fim, bem como os veículos dedicados ao transporte de doentes, nos termos regulamentados; (...)" (Diário da República n.º 124/2007, Série I de 29-6, pp. 4164-(5)).

Segundo a Nota Informativa - Regime de Isenção do Imposto Sobre Veículos (ISV) (Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, 2019), os veículos considerados como dedicados ao transporte de doentes são:

- Ambulância de Transporte de Doentes - ABTD;

- Ambulância de Socorro – ABSC;
- Ambulância de Cuidados Intensivos – ABCI;
- Veículo Dedicado ao Transporte de Doentes - VDTD.

E o nº 1, do artigo 51º (Serviço de incêndio, funções de autoridade e afetação ao parque do Estado) da citada Lei 22-A/2007 vem dizer-nos que estão isentos de imposto: “(...) a) Os veículos identificados no Despacho n.º 7316/2016, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 107, de 3 de junho, com as classes L, M ou S, adquiridos para funções operacionais pela Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P., ou pelas associações humanitárias ou câmaras municipais para o conjunto das missões de proteção, socorro, assistência, apoio e combate aos incêndios, atribuídas aos seus corpos de bombeiros; (...)” e “(...) e) Os veículos adquiridos para o exercício de funções operacionais das equipas de sapadores florestais e da força de sapadores bombeiros florestais pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P., bem como os veículos adquiridos pelas corporações de bombeiros para o cumprimento das missões de proteção civil, nomeadamente socorro, assistência, apoio e combate a incêndios. (...)” (Diário da República n.º 124/2007, Série I de 29-6, pp. 4164-(19))

O Despacho n.º 7316/2016, da Autoridade Nacional de Proteção Civil (Diário da República n.º 107/2016, Série II de 06-03, 2016), no seu nº 1 do artigo 3º classifica “(...) os veículos de socorro e combate a incêndio dos Corpos de Bombeiros, atendendo à sua utilização principal e às disposições das EN 1846 - 1, 2 e 3²⁵, como:

- 1 - Veículos de combate a incêndio;
- 2 - Veículos com meios elevatórios;
- 3 - Veículos de socorro e assistência técnica;
- 4 - Veículos de socorro e assistência a doentes;
- 5 - Veículos de posto de comando;
- 6 - Veículos de proteção;
- 7 - Veículos de transporte de pessoal;
- 8 - Veículos de apoio logístico;
- 9 - Veículos motorizados específicos.”

(Diário da República n.º 107/2016, Série II de 06-03, 2016, p. 17549)

Segundo o Despacho n.º 7316/2016, de 3 de junho, que revogou o Despacho nº 3974/2013, de 15 de março, ambos da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil,

²⁵ Notas Técnicas Europeias – EN

a definição dos veículos citados na alínea a), do nº 1, do artigo 51, da Lei 22/2007, de 29 de junho, é efetuada da seguinte forma:

o) «Veículo classe L (Ligeiro)» — Veículo cuja MTC²⁶ é superior a 3 toneladas e inferior a 7,5 toneladas;

p) «Veículo classe M (Médio)» — Veículo cuja MTC²⁷ é superior a 7,5 toneladas e inferior a 16 toneladas;

q) «Veículo classe S (Super)» — Veículo cuja MTC²⁸ é superior a 16 toneladas.

O nº 2, do indicado artigo 51º indica que: “(...) O reconhecimento da isenção prevista no número anterior depende de pedido dirigido à Direção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo, anterior ou concomitante à apresentação do pedido de introdução no consumo, instruído com os seguintes documentos:

a) Declaração emitida pela Autoridade Nacional de Proteção Civil da qual conste o reconhecimento da entidade requerente e as características técnicas dos veículos, nos casos previstos na alínea a) do número anterior, bem como nos casos previstos na alínea e) do mesmo número no que diz respeito às corporações de bombeiros; (...)” (Diário da República n.º 124/2007, Série I de 29-6, pp. 4164-(19)).

Daqui se infere que para as Associações de Bombeiros apenas estão excluídas de ISV nas aquisições de ambulâncias (sem necessidade de reconhecimento dessa exclusão) e isentas do mesmo nos veículos que tenham por funções o combate a incêndios, legalmente tipificados no Despacho n.º 7316/2016, de 3 de junho, conforme o mencionado acima.

A aquisição de ambulâncias, por parte das Associações de Bombeiros, por esta estar excluída de imposto, ao abrigo do nº 2 do artigo 2º (Incidência Objetiva) do CISV, não necessita de qualquer reconhecimento da AT – Autoridade Tributária e Aduaneira.

O IUC - Imposto Único de Circulação

A Lei n.º 22-A/2007 aprovou o CIUC - Código do Imposto Único de Circulação que consta do Diário da República n.º 124/2007, Série I de 29-6 (2007), no seu artigo 1.º (Princípio da equivalência) refere que “(...) o imposto único de circulação obedece ao princípio da equivalência, procurando onerar os contribuintes na medida do custo ambiental

²⁶ Massa Total de Carga

²⁷ Massa Total de Carga

²⁸ Massa Total de Carga

e viário que estes provocam, em concretização de uma regra geral de igualdade tributária.” (Diário da República n.º 124/2007, Série I de 29-6).

O artigo 2.º (Incidência objetiva) descreve-nos quais os veículos que estão sujeitos a imposto e o artigo 3º (Incidência subjetiva) refere quais as pessoas singulares e coletivas sujeitas ao imposto.

O IUC – Imposto Único de Circulação tem incidência anualizada e a sua liquidação é efetuada no ano a que respeita.

A alínea a) do nº 1 do artigo 5º do CIUC - Código do Imposto Único de Circulação, diz-nos que estão isentos de imposto: “(...) Veículos da administração central, regional, local e das forças militares e de segurança, bem como os veículos adquiridos pelas associações humanitárias de bombeiros ou câmaras municipais para o cumprimento das missões de proteção, socorro, assistência, apoio e combate a incêndios, atribuídas aos seus corpos de bombeiros; (...)”. (Diário da República n.º 124/2007, Série I de 29-6).

O CIUC – Código do Imposto Único de Circulação, no seu clausulado, não obriga a qualquer reconhecimento devido pelas isenções a que respeita a alínea a) do nº 1 do seu artigo 5º.

Pelo atrás referido, as Associações de Bombeiros estão isentas do pagamento do IUC – Imposto Único de Circulação no que se refere aos veículos adquiridos para o cumprimento das suas missões, sem necessidade de qualquer reconhecimento.

O IRS – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares

O regime fiscal atualmente aplicado ao IRS – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares consta do CIRS – Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, republicado pela Lei nº 82-E/2014. (Diário da República n.º 252/2014, 2º Suplemento, Série I de 31-12, 2014)

No seu artigo 1º (Base do imposto) considera que:

“1 - O imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS) incide sobre o valor anual dos rendimentos das categorias seguintes, mesmo quando provenientes de atos ilícitos, depois de efetuadas as correspondentes deduções e abatimentos:

Categoria A - Rendimentos do trabalho dependente;

Categoria B - Rendimentos empresariais e profissionais;

Categoria E - Rendimentos de capitais;

Categoria F - Rendimentos prediais;

Categoria G - Incrementos patrimoniais;

Categoria H - Pensões.

2 - Os rendimentos, quer em dinheiro quer em espécie, ficam sujeitos a tributação, seja qual for o local onde se obtenham, a moeda e a forma por que sejam auferidos. (Diário da República n.º 252/2014, 2º Suplemento, Série I de 31-12)”

“No que respeita aos rendimentos do trabalho dependente, a retenção de IRS deve ser efetuada sobre as remunerações mensalmente pagas ou postas à disposição dos seus titulares...” (Ribeiro & Santos, 2013, p. 99)

De acordo com o nº 1 e 2 do artigo 2.º (Rendimentos da categoria A): “1 - Consideram-se rendimentos do trabalho dependente todas as remunerações pagas ou postas à disposição do seu titular provenientes de: a) Trabalho por conta de outrem prestado ao abrigo de contrato individual de trabalho ou de outro a ele legalmente equiparado (...); “(...) 2 - As remunerações referidas no número anterior compreendem, designadamente, ordenados, salários, vencimentos, gratificações, percentagens, comissões, participações, subsídios ou prémios, senhas de presença, emolumentos, participações em multas e outras remunerações acessórias, ainda que periódicas, fixas ou variáveis, de natureza contratual ou não. (...)”. (Diário da República n.º 252/2014, 2º Suplemento, Série I de 31-12).

As regras gerais da retenção na fonte constam do Artigo 98º do CIRS, que estabelecem, entre outras, as seguintes obrigações:

“1 - Nos casos previstos nos artigos 99.º a 101.º e noutros estabelecidos na lei, a entidade devedora dos rendimentos sujeitos a retenção na fonte, as entidades registadoras ou depositárias, consoante o caso, são obrigadas, no ato do pagamento, do vencimento, ainda que presumido, da sua colocação à disposição, da sua liquidação ou do apuramento do respetivo quantitativo, consoante os casos, a deduzir-lhes as importâncias correspondentes à aplicação das taxas neles previstas por conta do imposto respeitante ao ano em que estes ocorrem.

2 - As quantias retidas devem ser entregues em qualquer dos locais a que se refere o artigo 105º, nos prazos indicados nos números seguintes.

3 - As quantias retidas nos termos dos artigos 99.º a 101.º devem ser entregues até ao dia 20 do mês seguinte àquele em que foram deduzidas. (...)”.

No que se refere à retenção na fonte do imposto devido pelos rendimentos das categorias A e H (trabalho dependente e pensões) o Artigo 99º do CIRS, vem dizer-nos que:

“1 - São obrigadas a reter o imposto no momento do seu pagamento ou colocação à disposição dos respetivos titulares as entidades devedoras:

a) De rendimentos de trabalho dependente, com exceção dos rendimentos em espécie e dos previstos na alínea g) do nº 3 do artigo 2º; e

b) De pensões, com exceção das de alimentos.

2 - As entidades devedoras e os titulares de rendimentos do trabalho dependente e de pensões são obrigados, respetivamente:

a) A solicitar ao sujeito passivo, no início do exercício de funções ou antes de ser efetuado o primeiro pagamento ou colocação à disposição, os dados indispensáveis relativos à sua situação pessoal e familiar;

b) A apresentar declaração à entidade devedora dos rendimentos contendo a informação a que se refere a alínea anterior, bem como qualquer outra informação fiscalmente relevante ocorrida posteriormente.” (Diário da República n.º 252/2014, 2º Suplemento, Série I de 31-12).

“Atualmente, são publicadas as tabelas de retenção na fonte para os rendimentos do trabalho dependente e pensões, as quais têm em consideração a situação pessoal e familiar do titular dos rendimentos.

Por esse motivo, enquanto entidades devedoras de rendimentos do trabalho dependente e de pensões, as organizações de economia social são obrigadas a solicitar ao sujeito passivo, no início do exercício de funções ou antes de ser efetuado o primeiro pagamento ou colocação à disposição, os dados indispensáveis relativos à sua situação pessoal e familiar. (Ribeiro & Santos, 2013, p. 99).

“No que respeita ao pagamento de rendimentos da Categoria B, E, F, e G, a obrigação de retenção na fonte apenas se aplica a entidades a que disponham ou devam dispor de contabilidade organizada.

Nestes casos, as organizações da economia social deverão reter o imposto, mediante a aplicação, aos rendimentos ilíquidos de que sejam devedoras...” (Ribeiro & Santos, 2013, p. 100 e 101).

No nº 7 do artigo 12.º do CIRS (Delimitação negativa de incidência) determina que o IRS “... não incide sobre as compensações e subsídios, referentes à atividade voluntária, postos à disposição dos bombeiros pela Autoridade Nacional de Proteção Civil, municípios e comunidades intermunicipais e pagos pelas respetivas entidades detentoras de corpos de bombeiros, no âmbito do dispositivo especial de combate a incêndios florestais e do dispositivo conjunto de proteção e socorro na Serra da Estrela, nos termos do respetivo enquadramento legal.”

O artigo 13.º (Sujeito passivo) do CIRS diz-nos que:

“1. Ficam sujeitas a IRS as pessoas singulares que residam em território português e as que, nele não residindo, aqui obtenham rendimentos.

2. Quando exista agregado familiar, o imposto é apurado individualmente em relação a cada cônjuge ou unido de facto, sem prejuízo do disposto relativamente aos dependentes, a não ser que seja exercida a opção pela tributação conjunta.

3 - No caso de opção por tributação conjunta, o imposto é devido pela soma dos rendimentos das pessoas que constituem o agregado familiar, considerando-se como sujeitos passivos aquelas a quem incumbe a sua direção. (...) (Diário da República n.º 252/2014, 2º Suplemento, Série I de 31-12)

Resumindo, as Associações de Bombeiros estão obrigadas a reter e a entregar o IRS devido pelos seus colaboradores e prestadores de serviço singulares, nos termos das normas do CIRS, acima indicadas.

As Contribuições para a Segurança Social

De acordo com o artigo 1.º (Âmbito de aplicação), do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social – Lei n.º 110/2009, de 16/9, que consta do Diário da República n.º 180/2009, Série I de 16-09 (2009) diz-nos que o referido código “(...) regula os regimes abrangidos pelo sistema previdencial aplicáveis aos trabalhadores por conta de outrem ou em situação legalmente equiparada para efeitos de segurança social, aos trabalhadores independentes, bem como o regime de inscrição facultativa.”.

Nos seus n.ºs. 3 e 4, do artigo 8.º (Inscrição) determina que:

“3 - A inscrição dos beneficiários é obrigatória e vitalícia permanecendo independentemente dos regimes em cujo âmbito o indivíduo se enquadre.

4 - A inscrição das entidades empregadoras é obrigatória, única e definitiva.”

E o n.º 3 do artigo 27.º (Entidades empregadoras) (...)” O fim não lucrativo das entidades empregadoras, qualquer que seja a sua natureza jurídica, não as exclui do âmbito de aplicação do presente Código.” (Direção-Geral da Segurança Social, 2020, pp. 10, 11 e 15).

“Em sede de Segurança Social, as entidades empregadoras são consideradas entidades contribuintes, assumindo obrigações declarativas de comunicação da alteração de elementos de identificação, de admissão de trabalhadores, da cessação ou suspensão do contrato de trabalho e da alteração à modalidade do contrato de trabalho. Estas comunicações devem ser efetuadas online no site da Segurança Social (...)”. (Ribeiro & Santos, 2013, p. 110 e 111)

As entidades empregadoras, das organizações de economia social, são responsáveis pelo pagamento das suas contribuições e das quotizações dos trabalhadores ao seu serviço.

Devem as entidades empregadoras efetuar os descontos do valor das quotizações devidas, nas remunerações dos seus colaboradores e remetê-las, conjuntamente com o valor das suas próprias contribuições, à Segurança Social. (Ribeiro & Santos, 2013, p. 113).

Os empregadores devem remeter a declaração de remunerações até ao dia 10 do mês seguinte ao mês a que respeitam:

a) Obrigatoriamente, por transmissão eletrónica de dados, através do sítio da Segurança Social, na Internet, no caso dos empregadores com mais de 20 trabalhadores.

b) Os empregadores com menos de 20 trabalhadores podem entregar a Declaração de Remunerações pelas funcionalidades “Entregar ficheiro declaração de remunerações” ou por “Entregar formulário declaração de remunerações pré-preenchido” ou “Entregar formulário declaração de remunerações vazio”, no sítio da Segurança Social, na Internet.

Tabela 2 - Taxas contributivas para a Segurança Social aplicadas à generalidade dos empregadores e trabalhadores

Tipo de entidades		Taxa contributiva		
		Entidade Empregadora	Trabalhador	Global
Entidade com fins lucrativos		23,75 %	11 %	34,75 %
Entidade sem fins lucrativos	IPSS	22,3 %		33,3 %
	Outras entidades	22,3 %		33,3 %

Fonte: Segurança Social - <http://www.seg-social.pt/calculo-das-contribuicoes>

As contribuições e as quotizações para a Segurança Social são as seguintes:

- Às associações de bombeiros, enquanto entidade sem fins lucrativos, é aplicada uma contribuição, sobre as remunerações dos seus trabalhadores, à taxa de 22,3%;
- Aos trabalhadores das associações de bombeiros é aplicada uma quotização, sobre essas mesmas remunerações, à taxa de 11%.

O referido pagamento deve ser efetuado, todos os meses pelas associações de bombeiros, entre os dias 10 e 20 do mês seguinte a que respeitam.

E pode ser efetuado:

- Através do Banco do empregador, que tenha acordo com o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I.P, da seguinte forma: em dinheiro, por ordem de pagamento, por cheque, no serviço *online* do Banco;
- Na tesouraria da Segurança Social: em dinheiro (até 150,00 €), por cheque visado, cheque bancário ou emitido pela Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida, EPE ou no TPA – Terminal de Pagamento Automático;
- Enviado para qualquer tesouraria da Segurança Social, por correio registado, um cheque visado, cheque bancário ou cheque emitido pela Agência de Gestão

da Tesouraria e da Dívida Pública ou EPE, à ordem do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I.P.²⁹

2.6.5. As Associações de Bombeiros - Benefícios Fiscais e Mecenato

A motivação que leva, as pessoas singulares ou coletivas, a proceder a doações, em dinheiro ou em espécie, pode ter origem altruísta ou egoísta. Assim o façam com intenção de nada receber em troca da doação ou quando pretendem algo em troca dessa doação, por parte da pessoa singular ou coletiva a favor de quem a fazem.

As raízes da palavra mecenas datam ao Império Romano, a Caio Mecenas, conselheiro para as artes do imperador César Augusto.

O conceito tradicional de mecenato está ligado ao financiamento das artes e das letras, com espírito de liberalidade, pelos homens cultos e ricos.

No conceito atual, podemos considerar que os mecenas são as pessoas singulares ou coletivas que apoiam, através de donativos em dinheiro ou espécie, “...entidades públicas ou privadas que se dedicam a proporcionar o desenvolvimento da sociedade nas áreas social, cultural, ambiental, desportiva, educacional ou científica.” (Fernandes, 2013, p. 42).

Já para Antão, Tavares, Marques, & Alves, em “Novo Regime da Normalização Contabilística para Entidades do Sector não Lucrativo”, (2012, p. 239), “o mecenato consiste essencialmente em donativos, em dinheiro ou espécie, sem contrapartidas, concedidos por pessoas singulares ou coletivas a outras entidades, no sentido da prossecução dos seus fins estatutários, atendendo aos objetivos de interesse geral, em que o Estado concede um determinado benefício fiscal.”

Os Estados ao concederem benefícios fiscais às ações de Mecenato deixam de obter determinada receita fiscal, pelo que ao legislar sobre estas matérias, devem ponderar em balanço os custos e benefícios daí decorrentes para as três partes interessadas (estado, doador e beneficiário).

“O mecenato aproxima-se do patrocínio enquanto variável de comunicação, já que em ambos os casos, existe uma associação a um evento/entidade, exigindo apoio financeiro ou material de marca”. (Baynast *et al.*, 2018, p. 420).

²⁹ <https://www.seg-social.pt/como-pagar>

Na legislação portuguesa o conceito de benefício fiscal está definido no n.º 1, do artigo 2.º do EBF: “Consideram-se benefícios fiscais as medidas de carácter excecional instituídas para tutela de interesses públicos extrafiscais relevantes que sejam superiores aos da própria tributação que impedem.” (Diário da República n.º 149/1989, Série I de 01-07).

E Portugal, o regime fiscal do Mecenato é regulado pelo EBF - Estatuto dos Benefícios Fiscais criado pelo Decreto-Lei n.º 215/89 de 1/7, com as alterações e republicações constantes dos Decretos-Lei n.ºs 198/2001, de 3/7, 108/2008, de 26/6, 292/2009 de 13/10, da Lei n.º 64/2015, de 1/7 e legislação complementar, sobre o qual nos debruçaremos num dos próximos subcapítulos.

Uma parte, ainda que não muito significativa, do financiamento das associações de bombeiros é assegurado por donativos de pessoas singulares e pessoas coletivas.

Mecenato – Reflexão sobre o Donativo e o Patrocínio

Não confundir Mecenato com Patrocínio que podendo parecer sinónimos têm conceitos e tratamento fiscal distintos.

A linha que separa, do ponto de vista jurídico e fiscal, os conceitos de Donativo numa ação de Mecenato e o de Patrocínio, é por vezes muito ténue, pelo que há que diferenciá-los para que a análise efetuada às situações concretas seja a mais correta e rigorosa.

“Nesta matéria, revela-se ainda essencial distinguir, de forma clara, donativos e patrocínios.” (Ribeiro & Santos, 2013, p. 156).

Quanto ao patrocínio, Baynast *et al.*, em Mercator XXI 25 anos - O Marketing na Era Digital (2018, p. 418) dizem-nos que “... consiste no apoio (financeiro ou material) a uma entidade ou evento por parte da marca, obtendo esta, em contrapartida, a divulgação da sua imagem.”.

O patrocínio é parte de uma ação de marketing em que se pressupõe um benefício de carácter comercial para o patrocinador, quer seja na promoção da imagem da empresa e/ou da marca e dos seus produtos ou pela associação a eventos e/ou entidades de cariz social, beneméritas, humanitárias, desportivas ou culturais.

No patrocínio a motivação principal não é social, cultural ou filantrópica, mas sim de promoção da atividade comercial desenvolvida pelo patrocinador.

O patrocínio é caracterizado, no essencial, por uma relação comercial entre duas partes. O patrocinador concede os recursos financeiros (monetários ou em espécie) com o objetivo de conseguir, com essa ação de marketing, contrapartidas de carácter comercial, na promoção dos seus produtos ou serviços, e da sua imagem.

O que está em causa no Mecenato é a liberalidade do doador, ou seja, o dar com generosidade e sem a pretensão de receber qualquer contrapartida pelo ato.

O quadro que se segue está elaborado de acordo com a análise efetuada por Baynast *et al.*, no livro Mercator XXI 25 anos - O Marketing na Era Digital, 2018, p. 421.

Tabela 3 - Distinção entre Patrocínio e Mecenato

	Patrocínio	Mecenato
MOTIVAÇÃO	Comercial	Social e desinteressada
OBJETIVO	Criação de vínculos entre a marca produto e um acontecimento mediático	Busca de uma identidade para uma empresa enquanto instituição
MENSAGEM	Marketing	Cívica e social
PÚBLICO-ALVO	Os Potenciais consumidores	O Público em geral
EXPLORAÇÃO	A Valorização comercial imediata: antes, durante e depois do acontecimento. O acontecimento é rodeado de grande quantidade de suportes (cartazes, bandeiras, placas, ações paralelas	A Valorização discreta e de responsabilidade social
RESULTADOS	Curto e Médio Prazo	Longo Prazo

Fonte: Mercator XXI 25 anos - O Marketing na Era Digital

(Baynast, Lendrevie, Levy, Dionísio, & Rodrigues, 2018, p. 421)

Em Portugal, o tratamento fiscal dos donativos no Mecenato e dos Patrocínios é muito diferenciado, quer seja no IVA, no IRC ou no IRS, pelo que há que ter cautelas e ser rigoroso na classificação de eventual donativo para que não seja considerado um patrocínio pela AT – Autoridade Tributária e Aduaneira.

Os benefícios fiscais referentes ao Mecenato, o EBF (Diário da República n.º 149/1989, Série I de 01-07) trata-os no seu Capítulo X (Benefícios fiscais relativos ao Mecenato), nos artigos 61º a 66º, conforme se descreve:

- Artigo 61º - Noção de Donativo;
- Artigo 62º - Dedução para efeitos da determinação do lucro tributável das empresas;
- Artigo 62º A - Mecenato Científico;
- Artigo 62º B – Mecenato Cultural;
- Artigo 63º - Deduções à coleta do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares;
- Artigo 64º - Imposto sobre o valor acrescentado – Transmissões de bens e prestação de serviços a título gratuito;
- Artigo 65º - Mecenato para a sociedade de informação;
- Artigo 66º - Obrigações acessórias das entidades beneficiárias.

O conceito fiscal de donativo está estabelecido no artigo 61.º do EBF, “para efeitos fiscais, os donativos constituem entregas em dinheiro ou em espécie concedidos sem contrapartidas que configurem obrigações de carácter pecuniário ou comercial às entidades públicas ou privadas, cuja atividade consista predominantemente na realização de iniciativas nas áreas social, cultural, ambiental, desportiva ou educacional.” (Silva & Soares, 2015, p. 128).

Para explicar e clarificar o regime fiscal do mecenato e o conceito de donativo a AT – Autoridade Tributária e Aduaneira sentiu a necessidade lançar doutrina administrativa, que podemos encontrar nas seguintes circulares: Circular n.º 12/2002, de 19 de abril (Tratamento fiscal dos Donativos), emitida conjuntamente pela Direção de Serviços do IRC e Direção de Serviços do IVA e a Circular n.º 2/2004, de 20 de janeiro, emitida pela Direção de Serviços do IRC (Tratamento fiscal dos Donativos) sobre os critérios de enquadramento de um benefício como donativo e a Circular nº 9/2005, de 11 de agosto, emitida pela Direção de Serviços do IRC (Estatuto do Mecenato) que veio esclarecer sobre quais as obrigações acessórias do mecenas e da entidade beneficiária.

A Circular nº 12/2002, de 19 de abril, foi a que primeiro veio clarificar o enquadramento jurídico dos donativos, no que respeita ao IVA, ao IRC e ao IRS.

Mas foi a Circular 2/2004, de 20 de janeiro, da DSIRC (Direção de Serviços do IRS; 2004, p. 1) que, “subsistindo, ainda, algumas dúvidas e alguma margem de indefinição no que concerne ao enquadramento de certas realidades no âmbito do Estatuto do Mecenato (...)” veio aclarar e “(...) rever o conteúdo da Circular nº 12/2002, em ordem a concretizar, através da definição de critérios mais objetivos e, em alguns casos, da fixação de limites para o valor das contrapartidas concedidas (...)”, esclarecendo que “(...) estão abrangidos pelo Estatuto do Mecenato os donativos, ou seja, as prestações de carácter gratuito em que impera o espírito de liberalidade do doador.”

Para o enquadramento de uma doação enquanto donativo, são duas as linhas de orientação quanto às contrapartidas: por um lado, as contrapartidas de associação do nome do doador a certas iniciativas, que o identifiquem junto do público-alvo e por outro as contrapartidas de associação de certa iniciativa dos produtos comercializados pelo doador, promovendo, junto dos consumidores, os seus produtos. (Brito, 2013, p. 28)

“Relativamente à primeira vertente, as orientações tributárias estabelecem três critérios para que se possa enquadrar a doação no regime do mecenato. Em primeiro lugar, não permite a referência a marcas, produtos ou serviços do mecenas, sendo que apenas consente a referência ao nome ou designação social e logotipo. Em segundo lugar, esta divulgação deverá ser feita de forma igual e uniforme em relação a todos os mecenas, não havendo uma discriminação em

função do valor do donativo concedido. Por último, esta identificação do mecenas não deve ser realizada de forma publicitária, mas sim num plano secundário relativamente ao evento ou obra a que este esteja associado.

Na segunda vertente, a circular remete para todas as limitações da primeira contrapartida, por forma a que os produtos comercializados pelo doador, ou mesmo produtos com o seu nome, não sejam publicitados ou promovidos através das atividades da entidade beneficiária, sendo que basta não ser observado qualquer um dos critérios referidos no parágrafo anterior para que deixe de se considerar esta ação como enquadrável no regime do Mecenato, e se a enquadre na do patrocínio, pois fundamenta e bem a Administração Tributária, que a não ser assim o espírito de liberalidade do doador é secundarizado. O que afasta o enquadramento fiscal da ação realizada como mecenato. Embora o doador possa reagir, pois esta presunção é ilidível, sendo que dispõe dos meios administrativos e judiciais competentes para tal, será aconselhável alguma cautela na prática utilizada, pois se a bilateralidade observada for considerada relevante, o correspondente tratamento fiscal a aplicar será outro que não o regime do mecenato.” (Brito, 2013, p. 28 e 29)

“As pessoas singulares podem deduzir à coleta, parcialmente, o valor dos donativos concedidos em dinheiro, acrescido, em determinados casos, de uma majoração.” (Ribeiro & Santos, 2013, p. 141).

Os donativos por parte das pessoas singulares, para que possam beneficiar de benefício fiscal não poderão ser em espécie, mas somente em dinheiro ou equivalente.

“As pessoas coletivas podem deduzir o valor dos donativos na determinação do lucro tributável, acrescido, em determinados casos, de uma majoração.” (Ribeiro & Santos, 2013, p. 140).

Os donativos por parte das pessoas coletivas podem ser efetuados em dinheiro ou em espécie e estes últimos não terão qualquer benefício fiscal se forem na modalidade de prestação de serviços.

De acordo com o Decreto-Lei nº 215/89 (Estatuto dos Benefícios Fiscais), os donativos em dinheiro de montante superior a 200 €, para que possam ser considerados donativos e beneficiar do regime do mecenato, têm que ser efetuados através de um meio de pagamento que possibilite a identificação do doador/mecenas, nomeadamente, por cheque nominativo, transferência bancária ou débito direto (Diário da República n.º 149/1989, Série I de 01-07)

Os Mecenas, pessoas singulares ou pessoas coletivas, ao utilizarem as facilidades previstas no EBF – Estatuto dos Benefícios Fiscais concedendo donativos às Associações Humanitárias de Bombeiros beneficiam de vantagem fiscal, com redução na coleta, no caso das pessoas singulares ou na matéria coletável, no caso das pessoas coletivas.

Por tudo o que foi dito, poderemos então afirmar que as facilidades previstas no âmbito do Mecenato, quer os donativos sejam em dinheiro ou espécie e entregues pelos mecenas às Associações Humanitárias de Bombeiros, são benéficas para ambas as partes.

As Obrigações Acessórias no âmbito do Mecenato

Já quanto às obrigações acessórias das entidades beneficiárias do Mecenato o EBF estabelece, no seu artigo 66º, que estas “(...) são obrigadas a:

a) Emitir documento comprovativo dos montantes dos donativos recebidos dos seus mecenas, com a indicação do seu enquadramento no âmbito do presente capítulo e, bem assim, com a menção de que o donativo é concedido sem contrapartidas, de acordo com o previsto no artigo 60.º;

b) Possuir registo atualizado das entidades mecenas, do qual constem, nomeadamente, o nome, o número de identificação fiscal, bem como a data e o valor de cada donativo que lhes tenha sido atribuído, nos termos do presente capítulo;

c) Entregar à Autoridade Tributária e Aduaneira, até ao final do mês de fevereiro de cada ano, uma declaração de modelo oficial referente aos donativos recebidos no ano anterior.

2 - Para efeitos da alínea a) do número anterior, o documento comprovativo deve conter:

a) A qualidade jurídica da entidade beneficiária;

b) O normativo legal onde se enquadra, bem como, se for caso disso, a identificação do despacho necessário ao reconhecimento;

c) O montante do donativo em dinheiro, quando este seja de natureza monetária;

d) A identificação dos bens, no caso de donativos em espécie.

3 - Os donativos em dinheiro de valor superior a € 200 devem ser efetuados através de meio de pagamento que permita a identificação do mecenas, designadamente transferência bancária, cheque nominativo ou débito direto.” (Diário da República n.º 149/1989, Série I de 01-07).

A denominação social e o NIF – Número de Identificação Fiscal das entidades mecenas são elementos importantes para que:

a) Possam ser cumpridas as obrigações acessórias por parte da entidade beneficiária do donativo.

b) Bem assim como as obrigações fiscais e contabilísticas previstas no Código do IRC, por parte da entidade mecenas.

Se o mecenas pretender o anonimato ou não se identificar junto da entidade beneficiária do donativo, não poderá usufruir dos benefícios fiscais relativos ao mecenato, previstos no Capítulo X do EBF – Estatuto dos Benefícios Fiscais.

A declaração a que se refere a alínea c) do nº 1 do artigo 66º, designado por modelo 25, foi aprovado com as respetivas instruções de preenchimento pela Portaria nº 318/2015, de 1/10 e esteve em vigor até 31/12/2020.

A citada Portaria foi revogada pela Portaria n.º 296/2020, de 22 de dezembro, que entrou em vigor a 1 de janeiro de 2021 e aprovou uma nova versão do modelo 25 (a ver no Anexo 2) e as suas instruções de preenchimento, “... a utilizar pelas entidades que recebem donativos fiscalmente relevantes no âmbito do regime consagrado no Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF)...” a remeter por via eletrónica à AT – Autoridade Tributária e Aduaneira. (Diário da República nº 247/2020, 1.ª série, 22-12).

Resumindo: as entidades beneficiárias de donativos no âmbito do Mecenato são obrigadas a:

- Emitir documento comprovativo do donativo recebido, que indique o seu montante, nome e NIF da entidade mecenas, enquadramento fiscal, no caso de donativos em espécie a identificação dos bens doados e a indicação que é concedido sem contrapartidas;
- A possuir um registo atualizado de todos os donativos recebidos, de onde conste o nome e o NIF do mecenas, a data e o valor do donativo;
- A entregar por transmissão eletrónica de dados, anualmente durante o mês de fevereiro, modelo 25 com a relação de todos os donativos recebidos;

2.6.6. Benefícios Fiscais e as Associações de Bombeiros

Deduções para efeitos de IRC

O EBF estabelece no seu nº 3, artigo 62º (Dedução para efeitos da determinação do lucro tributável das empresas):

“(...) 3 - São considerados custos ou perdas do exercício, até ao limite de 8/1000 do volume de vendas ou dos serviços prestados, os donativos atribuídos às seguintes entidades:

(...) b) Pessoas coletivas de utilidade pública administrativa e de mera utilidade pública que prossigam fins de caridade, assistência, beneficência e solidariedade social e cooperativas de solidariedade social; (...)

4 - Os donativos referidos no número anterior são levados a custos em valor correspondente a 130 % do respetivo total (...).

Assim o caso em estudo (Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários) enquadra-se fiscalmente no Mecenato Social, tratado na alínea b), do nº 3, do artigo 62º do EBF, que estabelece que os donativos efetuados pelos sujeitos passivos de IRC a estas

associações são considerados como custos até ao limite de 8/1000 do volume de vendas ou dos serviços prestados para efeito de determinação do montante elegível do donativo, majorado em 30%, de acordo com o n.º 4 do mesmo artigo. (Diário da República n.º 149/1989, Série I de 01-07)

Realça-se que, no caso de o mecenas ser um sujeito passivo de IRC, os donativos elegíveis podem ser em dinheiro ou em espécie.

Consignação do IRS e IVA

Os contribuintes pessoas singulares podem consignar 0,5% do seu IRS liquidado, a favor das Associações de Bombeiros e de outras pessoas coletivas de utilidade pública administrativa, ao abrigo do n.º 6, do artigo 32.º da Lei n.º 16/2001, de 22 de junho (Lei da Liberdade Religiosa).

“6 - O contribuinte que não use a faculdade prevista no n.º 4 pode fazer uma consignação fiscal equivalente a favor de uma pessoa coletiva de utilidade pública de fins de beneficência ou de assistência ou humanitários ou de uma instituição particular de solidariedade social, que indicará na sua declaração de rendimentos.”

O n.º 4 do citado artigo refere-se à consignação de 0,5% do IRS do contribuinte, “(...) para fins religiosos ou de beneficência, a uma igreja ou comunidade religiosa radicada no País (...)” (Diário da República n.º 143/2001, 1ª Série de 06-22)

Para o efeito devem preencher na declaração modelo 3 do IRS, o quadro 11, campo 1101 e indicar o número de identificação da pessoa coletiva (NIPC) a quem querem consignar os 0,5% do seu imposto.

A Lei n.º 82-E/2014, de 31 de dezembro (Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares) no seu artigo 153.º (Consignações em sede de IRS) diz-nos que:

“(...) A escolha da entidade à qual o sujeito passivo pretende efetuar a consignação prevista no artigo anterior, bem como as consignações de IVA e IRS a que se referem os artigos 78.º-F e 152.º do CIRS, o artigo 32.º da Lei n.º 16/2001, de 22 de junho pode ser feita, previamente à entrega ou confirmação da declaração de rendimentos, no Portal das Finanças” e caso “(...) o sujeito passivo não confirme nem proceda à entrega de uma declaração de rendimentos será considerada a consignação que tiver sido previamente comunicada no Portal das Finanças (...)”. (Diário da República n.º 252/2014, 2º Suplemento, Série I de 31-12)

Ao consignar 0,5% do IRS o contribuinte está a doar, parte do seu imposto que deveria reverter a favor do Estado, a uma determinada entidade que pretende beneficiar.

Para o contribuinte sujeito passivo de IRS, esta indicação não tem qualquer custo, nem implica nenhuma redução ou acréscimo neste imposto a receber ou a pagar.

Ao consignar IVA, pago nas faturas de (Diário da República n.º 252/2014, 2º Suplemento, Série I de 31-12):

- - Atividades veterinárias;
- - Alojamento, restauração e similares (se não consideradas como despesas de educação);
- - Manutenção e reparação de veículos automóveis;
- - Manutenção e reparação de motociclos, de suas peças e acessórios;
- - Atividades de salões de cabeleireiros e institutos de beleza;
- - Ensinos desportivo e recreativo, Atividades dos clubes desportivos e atividades de ginásio – fitness; o contribuinte deixa de beneficiar da dedução de 15% do IVA prevista e conforme o artigo 78º-F, do CIRS.

E 100% do IVA pago nas faturas de passes sociais.

Neste caso ao consignar o IVA a favor da entidade a apoiar, o contribuinte deixa de usufruir da dedução referida no parágrafo anterior e o Estado encaminha esse montante para a entidade indicada por este.

Deduções para efeitos de IRS

O artigo 63º (Deduções à coleta do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares) do EBF estabelece quanto às deduções à coleta do IRS – Imposto sobre o rendimento de pessoas singulares que:

- “Os donativos em dinheiro atribuídos pelas pessoas singulares residentes em território nacional, são dedutíveis à coleta do IRS do ano a que digam respeito. Da seguinte forma:

a) Em valor correspondente a 25 % das importâncias atribuídas, nos casos em que não estejam sujeitos a qualquer limitação;

b) Em valor correspondente a 25 % das importâncias atribuídas, até ao limite de 15 % da coleta, nos restantes casos;

c) As deduções só são efetuadas no caso de não terem sido contabilizadas como custos.”

- “Quando o valor anual dos donativos seja superior a 50 000 (euro) e a dedução (...) não possa ser efetuada integralmente por insuficiência de coleta ou por terem sido atingidos os limites estabelecidos (...) a importância ainda não deduzida pode sê-lo nas liquidações

dos três períodos de tributação seguintes, até ao limite de 10 % da coleta de IRS apurada em cada um dos períodos de tributação.” (Diário da República n.º 252/2014, 2º Suplemento, Série I de 31-12, 2014)

Realça-se que, no mecenato social e no caso de o mecenas ser um sujeito passivo de IRS, não são elegíveis para dedução à coleta os donativos em espécie.

O IVA - Imposto sobre o Valor Acrescentado e o Mecenato

No seu artigo 64º, no que se refere ao IVA na transmissão de bens e prestações de serviços a título gratuito, o EBF vem considerar, que:

“Não estão sujeitas a IVA as transmissões de bens e as prestações de serviços efetuadas, a título gratuito, pelas entidades a quem sejam concedidos donativos abrangidos pelo presente Estatuto, em benefício direto das pessoas singulares ou coletivas que os atribuam, quando o correspondente valor não ultrapassar, no seu conjunto, 10 % do montante do donativo recebido.” (Diário da República n.º 149/1989, Série I de 01-07)

O que quer dizer que, os serviços prestados a título gratuito por uma AHBV a um mecenas, só estão isentos de IVA se não ultrapassarem 10% (percentagem que era de 5% e foi alterada pelo artigo 291.º da Lei n.º 71 de 31 de dezembro de 2018, em vigor a partir de 2019-01-01) dos donativos concedidos à Associação Humanitária pelo mesmo mecenas. (Diário da República n.º 251/2018, 1.ª série de 12-31)

“Já os donativos em dinheiro não estão sujeitos a IVA, uma vez que se trata de uma prestação fora do âmbito de incidência do imposto.” (Silva & Soares, 2015, p. 131)

A Tributação em IRC dos Donativos recebidos

Os donativos às Associações de Bombeiros, enquanto pessoas coletivas de utilidade pública administrativas, não se inserem nos rendimentos previstos no nº 3 do artigo 10º do CIRC (rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados, nem depositados...) pelo que estão isentos de IRC – Imposto sobre as Pessoas Coletivas pelo nº 1 do artigo 10º do CIRC. (Diário da República n.º 11/2014, Série I de 16-01).

2.6.7. As Subvenções Públicas

“O Decreto-Lei nº 167/2008, de 26 de agosto, alterado pela Lei nº64/2013, de 27 de agosto, regula o regime jurídico das subvenções públicas.” (Silva & Soares, 2015, p. 142).

A Lei nº 64/2013, de 27 de agosto, veio estabelecer o novo regime da publicitação das subvenções e benefícios concedidos por entidades públicas “...a favor de pessoas singulares ou coletivas dos setores privado, cooperativo e social, bem como das entidades públicas fora do perímetro do setor das administrações públicas no âmbito do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais” (artigo 2º, nº 1).

O mesmo nº 1, do artigo 2º, da Lei 64/2013, de 27 de Agosto, “... institui a obrigação de publicidade e de reporte de informação sobre os apoios, incluindo as transferências correntes e de capital e a cedência de bens do património público, concedidos pelas entidades obrigadas à publicidade e reporte...”, por parte de todas as entidades, de “... administração direta ou indireta do Estado, regiões autónomas, autarquias locais, empresas do setor empresarial do Estado e dos setores empresariais regionais, intermunicipais e municipais, entidades administrativas independentes, entidades reguladoras, fundações públicas de direito público e de direito privado, outras pessoas coletivas da administração autónoma, demais pessoas coletivas públicas e outras entidades públicas, bem como pelas entidades que tenham sido incluídas no setor das administrações públicas no âmbito do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais”. (Diário da República nº 164/2013, 1.ª série de 08-27, p. 1).

Para efeitos desta Lei, considera-se subvenção pública “toda e qualquer vantagem financeira ou patrimonial atribuída, direta ou indiretamente, pelas entidades obrigadas, qualquer que seja a designação ou modalidade adotada” (artigo 2º, nº 2). (Diário da República nº 164/2013, 1.ª série de 08-27, p. 1).

As verbas referentes a subvenções públicas estão sujeitas ao regime de publicidade e reporte previsto na citada Lei 64/2013, de 27 de agosto. (Silva & Soares, 2015, p. 142).

As subvenções públicas deverão ser publicitadas pelas entidades, legalmente, obrigadas:

- No sítio da Inspeção Geral de Finanças, até ao final do mês de fevereiro do ano seguinte a que as subvenções respeitam.
- Em listagem, no sítio na Internet da entidade obrigada, igualmente, até ao final do mês de fevereiro do ano seguinte a que as subvenções respeitam.

De acordo com o nº 1, do artigo 2º, da Lei 64/2013, de 27 de Agosto, são entidades obrigadas à publicidade e reporte: todas as entidade, de “... administração direta ou indireta do Estado, regiões autónomas, autarquias locais, empresas do setor empresarial do Estado e dos setores empresariais regionais, intermunicipais e municipais, entidades administrativas

independentes, entidades reguladoras, fundações públicas de direito público e de direito privado, outras pessoas coletivas da administração autónoma, demais pessoas coletivas públicas e outras entidades públicas, bem como pelas entidades que tenham sido incluídas no setor das administrações públicas no âmbito do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais”. (Diário da República nº 164/2013, 1.ª série de 08-27, p. 1).

As Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários são entidades recetoras de subvenções públicas de várias entidades, pelas quais estão obrigadas a publicidade e reporte, nomeadamente de:

- ANEPC - Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil;
- Municípios;
- Juntas de Freguesia;
- INEM.

2.7. As Tecnologias e os Sistemas de Informação nas Organizações

“Podemos assim sintetizar o conceito de organização, como uma combinação intencional de pessoas e tecnologia, integrados num todo inserido num enquadramento socioeconómico, com o propósito de realizar um determinado conjunto de objetivos.” (Varajão, 2002, p. 44)

“A organização consiste em estabelecer relações formais entre as pessoas, e entre estas e os recursos, para atingir os objetivos propostos. Um dos aspetos fundamentais desta função é assegurar que a pessoa certa, com as qualificações certas, está no local e no tempo certos para que melhor sejam cumpridos os objetivos.” (Teixeira, 2013, p. 7).

“Por tecnologias de informação entendemos o conjunto de processos cognitivos (*software*) e materiais (*hardware*) necessários para a realização de uma atividade de captação, processamento, memorização ou emissão de informação.” (Caldeira M. , 2008, p. 18)

Segundo Bertalanffy (1973, p. 62), que desenvolveu a TGS – Teoria Geral dos Sistemas, um sistema é “um conjunto complexo de elementos em interação”.

“Um sistema é um conjunto de elementos dinamicamente relacionados [Chiavenato 1983], formando uma atividade de transformação organizada (processamento) e interagindo com um dado ambiente, no qual obtém recursos (entradas) para poder operar e disponibiliza o resultado do seu processamento (saídas) [Semprevivo 1976], com o fim de alcançar uma determinada finalidade [Ribas 1989].” (Varajão, 2002, p. 45)

“O sistema de informação de uma organização é um sistema aberto, com objetivos bem definidos, funcionando em interligação com outros sistemas de informação. É um sistema organizacional que fornece informação sobre a organização e o seu ambiente, não só para os elementos da organização como também para os elementos do meio envolvente (administração fiscal, clientes, fornecedores, etc...).” (Caldeira M. , 2008, p. 17)

Um sistema de informação conforme o definem Laudon & Laudon (2013, p. 45), é de forma resumida, “...um conjunto de componentes interrelacionados, pessoas, dados, tecnologias de informação e procedimentos organizacionais, para recolher, armazenar, processar e distribuir a informação obtida, no sentido de suportar a tomada de decisão e os processos de controlo numa organização”.

“Os sistemas de informação desempenham um papel fundamental no processo de tomada de decisão das organizações” (Caldeira M. , 2008, p. 11).

“Qualquer sistema de informações deve, por um lado, fornecer aos gestores e informação necessária para poderem realizar o seu trabalho e, por outro, alimentar o sistema de apoio à decisão (SIAD)³⁰, que fornece aos dirigentes uma visão de conjunto da empresa, da sua posição em relação aos objetivos, assim como dos principais riscos envolvidos.” (Courtois, Pillet, & Martin-Bonnefous, 2007, p. 163)

“Quanto à sua natureza, os sistemas podem ser abertos ou fechados”. (Varajão, 2002, p. 46)

“(...) A quantidade de informação e os dados donde ela provém, são, para a organização, um importante recurso que necessita e merece ser gerido. E este constitui o objetivo da Gestão da Informação.” (Braga, 2005, p. 2)

Já no que se refere à gestão da informação e o que fazer com ela, Zorrinho, C. (1995, p. 146) diz que "gerir a informação é, assim, decidir o que fazer com base em informação e decidir o que fazer sobre informação. É ter a capacidade de selecionar, dum repositório de informação disponível aquela que é relevante para uma determinada decisão e, também, construir a estrutura e o *design* desse repositório”.

³⁰ Sistema de Informação de Apoio à Decisão

“(...) A gestão e a *governance*^{31 32} nas áreas de TI³³ devem enquadrar-se e suportar uma estratégia conjunta de negócio e de SI/TI³⁴ que, corporizando a missão e a visão da organização, permitem estudar alternativas, tomar decisões, definir metas e objetivos – identificando e percorrendo os melhores caminhos para os atingir e dirigindo e controlando a sua implementação.” (Henriques T. , 2019, p. 10)

A Contabilidade é uma componente importante enquanto sistema de informação para a gestão, na tomada de decisão.

2.8. A Ética, a Deontologia e a Responsabilidade Social

2.8.1. Introdução, Alguns Conceitos e a Cultura da Organização

“Veja a sua integridade pessoal como um dos seus ativos mais importantes.” (King, 2007, p. 70)

A ética, a deontologia e a responsabilidade social são condições essenciais para a inserção de qualquer organização no meio envolvente e junto dos seus “*stakeholders*”^{35 36}.

“Um ambiente ético é necessário para que uma sociedade funcione normalmente. Por muito que um Estado de direito queira elaborar leis que regulem todas as relações entre as pessoas, existem sempre relações não previstas na lei, ante as quais não se saberia como atuar. As normas éticas vêm cobrir esta lacuna dando as linhas orientadoras de comportamento perante situações cuja solução legal não está prevista” (Madeira, 2003, p. 213)

“No decorrer da instrução, para além dos ensinamentos técnicos, outra preocupação deve prender-se, certamente, com o comportamento ético dos futuros bombeiros voluntários. As regras deontológicas que estes devem seguir serão também fatores preponderantes no salvamento eficaz de pessoas em perigo de vida” (Monteiro, et al., 2017, p. 63)

³¹ Governança – Google Tradutor

³² Ato ou efeito de governar “GOVERNANÇA”, in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2021, <https://dicionario.priberam.org/governan%C3%A7a> [consultado em 18-07-2021].

³³ TI – Tecnologias de Informação

³⁴ SI/TI – Sistemas de Informação/Tecnologias de Informação

³⁵ Partes interessadas – Google Tradutor.

³⁶ Lopes, em “A Influência dos Stakeholders na Responsabilidade Social Empresarial Estratégica” (2015, p. 11) elenca várias definições, das quais se apresenta a seguinte, da autoria de Donaldson (2002): “O termo *stakeholder* é definido como uma pessoa ou grupo que beneficiarão ou poderão ser prejudicados pelas atividades da empresa.”

Para Teixeira, em “Gestão das Organizações” (2013, p. 275), parafraseando Mondy, R. W. *et al.* (1991) a cultura de uma organização pode definir-se como “um conjunto de valores, crenças e hábitos partilhados pelos membros de uma organização que interagem com a sua estrutura formal produzindo normas de comportamento.”

“Assim, para uma gestão da Cultura de Empresa, os valores divulgados devem estar alicerçados na sua missão, objetivos e estratégia em que, respeitando o seu histórico, a visão dos seus fundadores, os pressupostos básicos existentes, se atue ao nível dos artefactos, na gestão do simbólico, possibilitando o desenvolvimento de valores comuns partilhados pela organização.” (Câmara, Guerra, & Rodrigues, 2010, p. 172)

“Correndo o risco de simplificar, pode-se tentar apresentar uma síntese do conjunto dos trabalhos atuais que se reclamam da cultura da empresa. O conteúdo e o funcionamento da cultura podem ser apreendidos através de quatro categorias fundamentais (Ramanantsoa, Reitter, Dussange, Stora, & Lemattre, 1993, p. 356):

- As crenças, valores e normas prevalecentes nos grupos,
- Os mitos e histórias,
- Os ritos coletivos,
- Os tabus.”

“Uma organização social e humanitária só pode permanecer viva e atuante se no seu seio tiver cidadãos de elevada dimensão moral e ética, empenhados na defesa de valores fundamentais para a realização humana” (Almeida, 2011, p. 260)

2.8.2. A Moral, a Ética e a Deontologia

O significado de moral é: o “conjunto dos princípios e valores de conduta do homem.”³⁷

O significado de ética é: um “conjunto de regras de conduta de um indivíduo ou de um grupo.”³⁸

³⁷ "MORAL", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2021, <https://dicionario.priberam.org/moral> [consultado em 05-07-2021].

³⁸ "ÉTICA", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2021, <https://dicionario.priberam.org/%C3%A9tica> [consultado em 05-07-2021].

“Ética é a disciplina do conhecimento acerca do que é bom e mau, certo ou errado, dever moral ou obrigação” (Teixeira S., 2013, p. 376)

*“La ética es por tanto el estudio filosófico de la moral”*³⁹ (Garcia, 2012, p. 45)

“A ética é o estudo da obrigação moral, ou a separação do certo e do errado” (DuBrin, 1998, p. 32)

Já para Andreucci (1993, 225) parafaseado por Madeira em “Ética e Deontologia - Uma Visão Aplicada a Profissionais de Gestão e Contabilidade” (2003, p. 211) “a ética é um sentimento de dever pela missão pessoal a ser cumprida”

Gonçalves, Gonçalves, & Sequeira em “A profissão de Técnico Oficial de Contas - Enquadramento Normativo” (2014, p. 21) diz-nos que “a esse propósito, Blackburn (1997:145) define ética como: «estudo dos conceitos envolvidos no raciocínio prático: o bem, a ação correta, o dever, a obrigação, a virtude, a liberdade, a racionalidade, a escolha».”

“Assim, pensar a ética da justiça para o serviço social é pensar a ética do compromisso, da solidariedade e da tolerância, na complexidade das dinâmicas de um tempo e de um lugar.” (Tomé, 1999, p. 53)

“Podemos verificar a partir das definições de moral e ética, que fazem referência direta ou indireta ao mesmo objetivo – conseguir um comportamento digno através de regras de comportamento” (Madeira, 2003, p. 211)

“Ricoeur (1990) faz a distinção entre as noções de ética e de moral, vendo a ética como a reflexão acerca das ações e associando a moral às normas, obrigações e interdições universais que se constituem como constrangimento à ação, distinção partilhada pela generalidade dos académicos.” (Carmo & Esgaio, 2016, p. 167)

“(…) Podemos afirmar que a ética e a moral pertencem à esfera privada de cada pessoa e, cada indivíduo, de acordo com a sua formação, deve estar em condições de discernir o que é bom e o que é mau no seu comportamento, funcionando a norma ética como um freio moral perante determinadas atuações” (Madeira, 2003, p. 213)

“Ética, significa a teoria do certo e do errado na conduta e reporta-se aos valores que a ela presidem, moral, tem a ver com a prática, isto é, com os comportamentos efetivos das pessoas em articulação com os valores (Billington, 1998). Assim a ética refere-se aos

³⁹ "A ética é, portanto, o estudo filosófico da moralidade" – Google Tradutor

princípios, ao que deve ser em geral, enquanto a moral, remete-nos para a ação (...)” (Barbosa, 2012, p. 41)

“Ética profissional não é mais do que uma aplicação particular da ética em geral. Derivada da responsabilidade social, o exercício de uma atividade profissional, pela qual um indivíduo coloca ao serviço de terceiros os seus conhecimentos e capacidades, contempla ao mesmo tempo certas obrigações e responsabilidades perante aqueles que lhe confiam o trabalho.” (Madeira, 2003, p. 217)

“A ética centra-se no comportamento global do indivíduo, isto é, na sua relação com os outros, a família, amigos e terceiros, enquanto a deontologia tem como aspeto central o comportamento do indivíduo no que concerne à sua atuação profissional.” (Gonçalves, Gonçalves, & Sequeira, 2014, p. 22)

“Hoje em dia, os valores éticos do trabalho social fazem referência aos valores humanistas e democráticos. Os valores humanistas são: respeito e dignidade da pessoa, tolerância, empatia, compaixão, partilha, responsabilidade, autonomia, autodeterminação, confiança no ser humano e crescimento nas suas capacidades e potencialidades. Os valores democráticos e republicanos são aqueles em que se inspira a organização social francesa e que estão inscritos no frontão dos edifícios públicos: fraternidade (pertença à mesma família humana), liberdade (quanto às suas escolhas e opiniões) e igualdade (dos cidadãos perante a lei). Daí resultam outros valores de direito, de justiça social, de cidadania, de coesão social, de promoção e de solidariedade.”⁴⁰ (Robertis, 2011, pp. 255 - 256)

“Um código de ética é um documento que estabelece formalmente as políticas, princípios ou regras que servirão de guia às pessoas que integram uma organização, tendo em vista o desenvolvimento de ações e a tomada de decisões eticamente corretas.” (Teixeira, 2013, p. 379)

O significado de deontologia é: o “estudo ou tratado dos deveres ou das regras de natureza ética”.⁴¹

“Assim, a deontologia tem como objeto de estudo o comportamento profissional e como o objetivo a definição dos critérios de atuação mais adequada numa determinada atividade profissional.” (Gonçalves, Gonçalves, & Sequeira, 2014, p. 22)

⁴⁰ P. Bonjhour, F. Corvasier, *Réperes déontologiques pour les acteurs sociaux, le livre des avis du Comité national des avis déontologiques* (Google Tradutor - Relatórios oficiais de eventos sociais, o documento gratuito da Comissão Nacional do Ato Social,) Toulouse, Erès, 2003.

⁴¹ “DEONTOLOGIA”, in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2021, <https://dicionario.priberam.org/deontologia> [consultado em 05-07-2021].

“Um código deontológico expressa o reconhecimento das responsabilidades profissionais que os membros por ele regulados deverão respeitar perante os seus clientes, empregados e público em geral.” (Madeira, 2003, p. 218)

2.8.3. A Responsabilidade Moral e Social

*“La responsabilidad moral es exigible quando las decisiones adoptadas afectan a otras personas. En este sentido conviene recordar que la mayoría de las decisiones de las organizaciones y empresas afectan, para bien o para o mal, casi sempre a otras personas.”*⁴² (Garcia, 2012, p. 59)

Apesar de não se encontrar um consenso alargado, quando ao conceito de Responsabilidade Social, parafraseando Teixeira S., em Gestão das Organizações, (2013, p. 369), diremos: “(...) conceituar responsabilidade social como «o grau em que os gestores de uma organização levam a cabo atividades que protegem e desenvolvem a sociedade para além do estritamente necessário para servir diretamente os interesses económicos e técnicos da organização».”

“(…) Procurou-se esboçar brevemente o fundamento ético da responsabilidade social, que se pode por esse facto definir operacionalmente como um compromisso ético de atuar em benefício de outrem, decorrente do reconhecimento da interdependência dos seres humanos entre si e com a biosfera e da necessidade de contribuir para o bem comum, tendo em conta as circunstâncias específicas de atuação.” (Carmo & Esgaio, 2016, p. 174)

*“Asi, la finalidad empresarial sigue siendo obtener bienes y servicios, pero valorando cómo éstos son obtenidos y a qué coste social, ya que, desde la responsabilidad social de la empresa, se entiende que los recursos han de ser conservados y deben tenerse en cuenta los efectos de su utilización.”*⁴³ (Bueno, 2003, p. 51)

⁴² “A responsabilidade moral é exigível quando as decisões adotadas afetam outras pessoas. Nesse sentido, deve-se lembrar que grande parte das decisões das organizações e empresas afetam, para o bem ou para o mal, quase sempre as outras pessoas.” – Google Tradutor

⁴³ “Assim, o objetivo do negócio continua a ser a obtenção de bens e serviços, mas avaliando como são obtidos e a que custo social, visto que, desde a responsabilidade social da empresa, entende-se que os recursos devem ser conservados e captados considerando os efeitos da sua utilização.” – Google Tradutor

“A responsabilidade social é a ideia de que as empresas possuem obrigações para com a sociedade, além das suas obrigações económicas junto aos proprietários ou acionistas e também além daquelas prescritas por lei ou contrato” (DuBrin, 1998, p. 34)

“Em 2001, a Comissão Europeia (CE) lança o Livro Verde definindo RSE⁴⁴ como um conceito no qual as empresas integram preocupações sociais e ambientais nas suas operações e na sua interação com os *stakeholders* numa base voluntária. Diz respeito ao que as empresas decidem fazer para além das exigências mínimas legais e obrigações decorrente de acordos coletivos, a fim de atender às necessidades da sociedade.” (Lopes, 2015, p. 66)

“(…) A aprendizagem da responsabilidade social está profundamente ligada à educação para a cidadania, que visa a interiorização de um conjunto de direitos e deveres reconhecidos como legítimos, que permitam aos aprendentes participar ativamente na construção da sua história pessoal e serem igualmente sujeitos empenhados na história coletiva (Carmo, 2014: 38).” (Carmo & Esgaio, 2016, p. 176)

Lopes, em “A Influência dos *Stakeholders* na Responsabilidade Social Empresarial Estratégica” (2015, p. 67) considerando que melhor definição para a relação dos *stakeholders* com a RSE⁴⁵ e parafraseando Maon et al. (2010, p. 23) define Responsabilidade Social Empresarial como “(…) um construto orientado para os *stakeholders* que se centra nos compromissos voluntários de uma organização; que se estendem dentro e além dos seus limites; e que são movidos pela aceitação e reconhecimento por parte da organização das suas responsabilidades morais sobre os impactos das suas atividades e processos na sociedade.”

2.8.4. A Ética no Processo de Investigação

Sobre os princípios éticos que devem presidir ao processo de investigação acompanhamos os cuidados recomendados por Bäckström, em “Metodologia das Ciências Sociais Métodos Quantitativos - Caderno de apoio” (2008, pp. 88 - 89), os quais subscrevemos e utilizámos como princípios no presente trabalho de investigação:

“A realização de um trabalho de investigação implica da parte do investigador a observância de princípios éticos, geralmente aceites pela comunidade de investigadores em ciências sociais, que são os seguintes:

⁴⁴ RSE – Responsabilidade Social Empresarial

⁴⁵ RSE – Responsabilidade Social Empresarial

1. Obrigação de respeitar e garantir os direitos daqueles que participam voluntariamente no trabalho de investigação.
2. Obrigação de informar os participantes de todos os aspetos da investigação que podem ter influência na sua decisão de colaborar e explicar-lhes todos os aspetos da investigação sobre os quais eles(as) ponham questões.
3. Honestidade nas relações com os participantes. Põe-se muitas vezes o problema de dar a conhecer os verdadeiros ou a totalidade dos objetivos da investigação de tal maneira que esse conhecimento não vá afetar os próprios resultados do estudo. Nesse caso deverão ser explicadas aos participantes as razões porque não é conveniente indicar-lhes os verdadeiros ou a totalidade dos objetivos da investigação e eles(as) poderão então optar por colaborar ou não.
4. Obrigação de aceitar a decisão dos indivíduos em não colaborar na investigação ou desistir no decurso desta.
5. Obrigação de antes de iniciar a investigação estabelecer um acordo com os participantes onde fiquem explícitas as responsabilidades do investigador e dos participantes.
6. Obrigação do investigador proteger os participantes de quaisquer danos ou prejuízos físicos, morais e/ou profissionais que o decurso da investigação ou os seus resultados possam causar-lhes.
7. Obrigação de informar os participantes dos resultados da investigação e de quaisquer dúvidas que estes levantem aos participantes.
8. Obrigação de garantir a confidencialidade da informação obtida salvo se os participantes não se opuserem ou solicitarem a sua divulgação.
9. Obrigação de solicitar autorização das instituições a que pertencem os participantes para estes colaborarem no estudo. (Bäckström, 2008, pp. 88 - 89)”

2.9. A Investigação

A Investigação

“O objetivo da investigação é responder à pergunta de partida...” (Campenhoudt, Marquet, & Quivy, 2019, p. 287)

“A investigação é um processo, um conjunto hierarquizado de atividades interdependentes. O que se faz em cada passo deve ter em consideração o que já se fez, o que também se está a fazer e o que, previsivelmente, se fará.” (Gonçalves, 2004, p. 37).

“Uma investigação pode ser definida como sendo o melhor processo de chegar a soluções fiáveis para problemas, através de recolhas planeadas, sistemáticas e respetiva interpretação de dados.

Consideramos que, tal como Bell (1997), «uma investigação é conduzida para resolver problemas e para alargar conhecimentos sendo, portanto, um processo que tem por objetivo enriquecer o conhecimento já existente.»” (Miranda R. J., s. d., p. 33 e 34)

Os procedimentos a levar cabo para o bom êxito da investigação são (Bäckström, 2008, p. 90):

1. Plano de investigação (por exemplo, indicação e descrição do plano experimental escolhido);
2. Indicação do processo de amostragem;
3. Instrumentos;
4. Atividades (descrição em pormenor do que se vai fazer, quando, onde e como);
5. Validade (como vai ser assegurada a validade interna do estudo);
6. Análise dos dados (como vai ser feita a análise dos dados);
7. Calendarização.

Entende-se por instrumento de pesquisa aquilo que é utilizado para a coleta de dados;

Diremos que investigar é procurar soluções e novos conhecimentos com vista a dar respostas válidas para os problemas com que o investigador se depara.

Resume-se os requisitos que Umberto Eco (Como se faz uma Tese em Ciências Humanas, 2015, p. 58 a 63) considera para uma investigação seja científica e que são:

1. Debruçar-se sobre um objeto reconhecível e definido de tal modo que seja igualmente reconhecível pelos outros;
2. Dizer sobre este objeto coisas que não tenham sido ditas ou rever com uma ótica diferente coisas que já foram ditas;
3. Deve ser útil para os outros;
4. Deve fornecer os elementos para a confirmação e para a rejeição das hipóteses que apresenta.

Na investigação que pretendemos levar a cabo estarão presentes os quatro requisitos acima enumerados por Umberto Eco (2015, pp. 58 - 63).

O instrumento de investigação é aquele que é utilizado para a coleta de dados.

Os instrumentos de investigação mais utilizados são: a observação, a entrevista e o questionário.

A Ciência, o Conhecimento Científico, o Método e a Metodologia

Os significados de ciência e ciência social são os seguintes:

- Ciência é um “conjunto de conhecimentos fundados sobre princípios certos.”⁴⁶;

- Ciência social é a “ciência da organização e do desenvolvimento da sociedade”⁴⁷.

“A ciência é somente um modo possível de ver a realidade, nunca único e final.”
(Demo, 1995, p. 28).

Para Prodanov & Freitas, em “Metodologia do Trabalho Científico - Métodos e Técnicas de Pesquisa e do Trabalho Académico” (2013, p. 14), parafraseando Lakatos e Marconi (2007, p. 80), “ciência é um conjunto de proposições logicamente correlacionadas sobre o comportamento de certos fenómenos que se deseja estudar”.

“A ciência é uma sistematização de conhecimentos, um conjunto de proposições logicamente correlacionadas sobre o comportamento de certos fenómenos que se deseja estudar.” (Silva, Costa, & Costa, 2013, p. 3)

“Pode-se concluir que ciência é uma atividade que busca, de forma lógica, coerente, consistente e controlada, o conhecimento de fenómenos da natureza, por meio de métodos de observação e análise das evidências disponíveis ao pesquisador. É finalidade da pesquisa científica reduzir a área de incerteza e desconhecimento sobre determinado fenómeno ou evento, estabelecendo inferências, teorias e distinguindo características comuns ou leis gerais que o regem.” (Dias & Fernandes, 2000, p. 9)

E o que são conhecimento e conhecimento científico?

O significado de conhecimento diz-nos que é o “Ato ou efeito de conhecer”⁴⁸ e o significado de conhecer é “Ter noção de, saber”⁴⁹.

Os quatro tipos de conhecimento existentes são: o conhecimento popular ou empírico, mais conhecido por “senso comum”, o conhecimento religioso ou teológico, o conhecimento filosófico e o conhecimento científico.

⁴⁶ "CIÊNCIA", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2021, <https://dicionario.priberam.org/ci%C3%A2ncia> [consultado em 29-06-2021].

⁴⁷ "CIÊNCIA", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2021, <https://dicionario.priberam.org/ci%C3%A2ncia> [consultado em 29-06-2021].

⁴⁸ "CONHECIMENTO", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2021, <https://dicionario.priberam.org/conhecimento> [consultado em 29-06-2021].

⁴⁹ "CONHECER", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2021, <https://dicionario.priberam.org/conhecer> [consultado em 29-06-2021].

“O senso comum é um «conhecimento» evidente que pensa o que existe tal como existe e cuja função é conciliar a todo o custo a consciência comum consigo própria.” (Santos, 1998, p. 34)

“O conhecimento requer esforço para ser partilhado e compreendido, dependendo da capacidade de absorção (...)” (Sequeira, 2013, p. 14)

“Popper destaca que «todo o nosso conhecimento é impregnado de teoria, inclusive nossas observações (Popper, 1975, p. 75).»” (Silveira, 1996, p. 203)

“O conceito de gestão do conhecimento consubstancia-se no processo de criar, identificar e utilizar o conhecimento para maximizar a *performance* organizacional” (Martins & Lopes, 2010, p. 32)

Sequeira em “Gestão do Conhecimento em Empresas Multacionais: Estudo de Caso na SIEMENS Portugal” (2013, p. 12) parafraseando vários autores afirma que “o conhecimento consiste em «informação combinada com experiências pessoais, ideias e raciocínio lógico formado na mente das pessoas» (Kebede, 2010: 5), que «multifacetado e com várias camadas de significados, consiste num processo dinâmico e humano de justificar crenças pessoais» (Nonaka, 1994)”, é “«o fluxo criado e organizado de informação» (Nonaka, 1994: 15) «para responder a problemas» (Murteira, 2004), «tornando-se numa fonte de inovação e criação de valor» (Yang, 2010)” e que “todavia, é intangível, sem fronteiras e dinâmico e, se não utilizado num momento e lugar específico, é desprovido de valor (Nonaka & Konno, 1998)”. Caracterizando-se “(...) «pela sua transmissibilidade, apropriabilidade, especialização na sua aquisição e requisitos da sua produção» (Grant, 1996)”.

“As organizações alcançam os seus objetivos e mantêm as suas razões de ser por aquilo que sabem e pela forma como utilizam o seu conhecimento” (Martins & Lopes, 2010, p. 144)

Por outro lado, “o conhecimento tem de ser constantemente melhorado, desafiado e incrementado, caso contrário desaparece.” (Drucker, 2010, p. 7)

“Na verdade, o conhecimento é mais do que informação. A informação corresponde a dados organizados em arquivos lógicos. A informação é transformada em conhecimento quando uma pessoa lê, compreende, interpreta e aplica a informação a uma tarefa específica. O conhecimento torna-se visível quando pessoas experientes colocam em prática as lições aprendidas ao longo do tempo.” (Martins & Lopes, 2010, p. 16)

“A palavra método é de origem grega e significa o conjunto de etapas e processos a serem vencidos ordenadamente na investigação dos factos ou na procura da verdade. (Amorim, 2016, p. 26)

“A palavra método vem da palavra grega *méthodos*, formada por duas palavras *metá* que significa no meio de; através, entre, acrescida de *odós*, que significa «caminho». Assim, podemos dizer que método significa ao longo do caminho, ou seja, «forma de proceder ao longo de um caminho» (Ferrari, 1982, p. 19).” (Zanella, 2009, p. 57)

O significado de método é “maneira de proceder”⁵⁰.

“O método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo - conhecimentos válidos e verdadeiros -, traçando o caminho a ser seguido, detetando erros e auxiliando as decisões do cientista.” (Amorim, 2016, p. 26)

“O termo «método» refere-se a um processo ordenado e padronizado de execução de uma determinada atividade e, no presente contexto, implica um conjunto de regras que especificam o modo como o conhecimento deve ser adquirido e apresentado, e o modo de avaliação da verdade ou falsidade do mesmo.” (Pocinho, 2012, p. 31)

“Método científico é o conjunto de processos ou operações mentais que devemos empregar na investigação”, “(...) com o propósito de atingir o conhecimento.” (Prodanov & Freitas, 2013, p. 24)

Considerando que “(...) método é um procedimento ou caminho para alcançar determinado fim e que a finalidade da ciência é a busca do conhecimento, pode-se dizer que o método científico é um conjunto de procedimentos adotados com o propósito de atingir o conhecimento”. (Dias & Fernandes, 2000, p. 6)

“Pode-se definir método como caminho para se chegar a determinado fim. E método científico como o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento.” (Gil, 2008, p. 8)

“Método refere-se aos distintos procedimentos que o homem emprega para entender ou explicar algo. Pode-se definir como o caminho a seguir mediante uma série de operações, regras e procedimentos fixados de antemão de uma forma voluntária e reflexiva, para alcançar um determinado fim que pode ser material ou conceptual.

O termo metodologia emprega-se para designar o estudo dos métodos, isto é, a sua descrição, explicação e justificação. A metodologia constitui o conjunto dos procedimentos e instrumentos que se utilizam para encontrar caminhos para a realidade.” (Costa J. C., 2004-2006, p. 2).

⁵⁰ "MÉTODO", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2020, <https://dicionario.priberam.org/m%C3%A9todo> [consultado em 04-11-2020].

René Descartes ensinou-nos que:

“(…) assim, em vez desse grande número de preceitos de que se compõe a Lógica, julguei que me bastariam os quatro seguintes, desde que tomasse a firme e constante resolução de não deixar uma só vez de observá-los.

O primeiro era o de jamais acolher alguma coisa como verdadeira que eu não conhecesse evidentemente como tal; isto é, de evitar cuidadosamente a precipitação e a prevenção, e de nada incluir em meus juízos que não se apresentasse tão clara e tão distintamente a meu espírito, que eu não tivesse nenhuma ocasião de pô-lo em dúvida.

O segundo, o de dividir cada uma das dificuldades que eu examinasse em tantas parcelas quantas possíveis e quantas necessárias fossem para melhor resolvê-las.

O terceiro, o de conduzir por ordem meus pensamentos, começando pelos objetos mais simples e mais fáceis de conhecer, para subir, pouco a pouco, como por degraus, até o conhecimento dos mais compostos, e supondo mesmo uma ordem entre os que não se precedem naturalmente uns aos outros.

E o último, o de fazer em toda a parte enumerações tão completas e revisões tão gerais, que eu tivesse a certeza de nada omitir.” (Descartes, 1973, p. 12 e 13)

Para Costa J. C. (2004-2006, p. 2):

“Método refere-se aos distintos procedimentos que o homem emprega para entender ou explicar algo. Pode-se definir como o caminho a seguir mediante uma série de operações, regras e procedimentos fixados de antemão de uma forma voluntária e reflexiva, para alcançar um determinado fim que pode ser material ou conceptual. O termo metodologia emprega-se para designar o estudo dos métodos, isto é, a sua descrição, explicação e justificação. A metodologia constitui o conjunto dos procedimentos e instrumentos que se utilizam para encontrar caminhos para a realidade. (Costa J. C., 2004-2006, p. 2)”.

“O termo metodologia tem sua origem no grego (*méthodos* = caminho, ao longo de um caminho e *lógos* = estudo), ou seja, é o estudo dos caminhos a serem percorridos para se realizar uma pesquisa. Em ciências, metodologia é o caminho que o pesquisador percorre em busca da compreensão da realidade, do facto, do fenómeno.” (Zanella, 2009, p. 61)

“As metodologias quantitativas, tal como afirma Judith Bell, estão relacionadas com a recolha de factos e estudam a relação entre eles e as metodologias qualitativas tem como base compreender as percepções individuais do mundo. A autora refere ainda que a escolha do método de recolha de informação depende da natureza do estudo e do tipo de informação que se pretende obter (1997, p.20)” (Silva N. C., 2019, p. 38)

Considerando que o método é o caminho e os procedimentos necessários para chegar aos objetivos que nos propomos alcançar, a metodologia será uma das fases do processo de investigação onde são descritas as técnicas a utilizar para atingir esses mesmos objetivos.

De forma simples e com base no descrito, diremos que metodologia será, portanto, o trajeto que o investigador executa durante a investigação, ao encontro da compreensão da realidade, do facto ou do fenómeno.

A População e o Censo – A Amostra e a Amostragem

A População ou Universo é a totalidade das pessoas ou objetos com as características que necessitamos para a investigação.

“Sempre que se faz a observação exaustiva de uma população, diz-se que se realiza um recenseamento ou censo.” (Magalhães, Oliveira, & Silva, 2017, p. 14)

“Em Estatística, população designa um conjunto de unidades individuais (indivíduos ou resultados experimentais) com uma ou mais características comuns que se pretendem estudar.” (Hall, Neves, & Pereira, 2011, p. 1)

“Uma população é um conjunto de todos os objetos ou elementos sob consideração. Todas as crianças de 8 anos de Genebra, Suíça, são uma população. Todos os homens de um exército são uma população. Amostra é uma porção de uma população, geralmente aceita como representativa da população.” (Kerlinger, 1980, p. 90)

“Conjunto de unidades com características comuns” (Reis, Melo, Andrade, & Calapez, 2008, p. 19)

“O número de elementos de uma população designa-se por grandeza ou dimensão e representa-se por N .” (Bäckström, 2008, p. 36)

O Censo é fácil de utilizar quando estamos perante uma população não muito extensa e de fácil delimitação, mas não quando de maior dimensão ou grandeza.

“A unidade básica de uma população denomina-se elemento da população” (Reis, Melo, Andrade, & Calapez, 2008, p. 19)

Quando “(...) o número de elementos de uma população é demasiado grande para ser possível, (dado o custo e o tempo), observá-los na sua totalidade, sendo então necessário proceder-se à seleção de elementos pertencentes a essa população ou universo. A técnica designada por amostragem (processo de seleção de uma amostra) conduz à escolha de uma parte ou subconjunto de uma dada população ou universo que se denomina amostra, de tal maneira que os elementos que constituem a amostra representam a população a partir da qual foram selecionados. O número de elementos que fazem parte de uma amostra designa-se por dimensão ou grandeza da amostra e representa-se por n ” (Bäckström, 2008, p. 36)

A amostra é o “(...) subconjunto do universo ou população.” (Reis, Melo, Andrade, & Calapez, 2008, p. 19)

“A amostra é um subconjunto da população alvo, que tem de ser representativa de todas as suas características e sobre a qual será feito o estudo.” (Reis F. L., 2018, p. 87)

“Quando algumas, mas não todas, as entidades estão presentes, a coleção de valores obtidos denomina-se amostra.” (Ferreira P. L., 2009, p. 7)

A grandeza ou dimensão de uma população ou de uma amostra é o número de elementos que a formam.

A grandeza ou dimensão de uma população finita é representada pela letra maiúscula *N* e a de uma amostra pela letra minúscula *n*.

“A técnica designada por amostragem (processo de seleção de uma amostra) conduz à escolha de uma parte ou subconjunto de uma dada população ou universo que se denomina amostra, de tal maneira que os elementos que constituem a amostra representam a população a partir da qual foram selecionados.” (Bäckström, 2008, p. 36)

“Amostragem é o processo de seleção dos sujeitos que participam num estudo. Sujeito é o indivíduo de quem se recolhem os dados (participantes na investigação qualitativa). População é o conjunto de pessoas ou elementos a quem se pretende generalizar os resultados e quem partilham uma característica comum.” (Coutinho, 2015, p. 89)

“Amostragem é o processo de obtenção de amostras a partir de uma População. Este processo é, usualmente, realizado com o objetivo de estimar parâmetros da População como, por exemplo, média, μ , variância, 2σ , proporção, p , de uma determinada característica.” (Vieira M. T., 2008, p. 28)

A amostragem pode ser de dois tipos: probabilística (aleatória, aleatória sistemática, estratificada e por *clusters*) e não probabilística (por conveniência, criterial, por quotas, accidental e “bola de neve”). (Coutinho, 2015, pp. 91 - 98)

Nas investigações sociais “(...) é muito frequente trabalhar com uma amostra, ou seja, com uma pequena parte dos elementos que compõem o universo.” (Gil, 2008, p. 89)

“O ideal numa investigação, seja relativa a uma dissertação ou tese é o estudo dos elementos da população na sua totalidade, mas na maior parte dos casos isso não é possível. Desta forma surge a necessidade de recorrer a uma amostra, ou seja, apenas a uma parte dessa população estando a mesma associada a uma margem de erro.” (Reis F. L., 2018, p. 86 e 87)

“Nos métodos de amostragem aleatória, a seleção de elementos ou grupo de elementos da População é feita de um modo tal que dá, a cada elemento da População, uma probabilidade de inclusão na amostra, calculável e diferente de zero, ou seja, cada elemento

da População tem uma probabilidade conhecida de ser recolhido.” (Vieira M. T., 2008, p. 30)

“A construção da amostra propriamente dita envolve várias etapas igualmente importantes e que são (Reis, Melo, Andrade, & Calapez, 2008, p. 23):

1. A identificação da população alvo/população inquirida.
2. O método de seleção da amostra.
3. A dimensão da amostra.”

“O mais importante é obter estimativas próximas dos parâmetros a estimar e isto só se consegue, se tivermos uma amostra, a mais representativa possível do universo.” (Vieira M. T., 2008, p. 31)

“Existem dois grandes tipos de técnicas de amostragem: a probabilística e a não probabilística. Amostras probabilísticas são selecionadas de tal forma que cada um dos elementos da população tenha uma probabilidade real (conhecida e não nula) de ser incluído na amostra. Amostras não probabilísticas são selecionadas de acordo com um ou mais critérios julgados importantes pelo investigador tendo em conta os objetivos do trabalho de investigação que está a realizar (não está garantida uma probabilidade conhecida e não nula de cada um dos elementos da população ser selecionado para fazer parte da amostra).” (Bäckström, 2008, p. 37)

“A dimensão da amostra é significativamente inferior à dimensão da população, de forma a justificar a constituição da amostra. A amostragem é, por sua vez, um conjunto de procedimentos através dos quais se seleciona uma amostra de uma população. Pode-se dividir as técnicas de amostragem em vários tipos:

- Amostragem probabilística - procedimento em que todos os elementos da população têm uma probabilidade conhecida e superior a zero de integrar a amostra;
- Amostragem não probabilística:
 - Amostragem intencional - amostragem não probabilística subordinada a objetivos específicos do investigador;
 - Amostragem não intencional - amostragem não probabilística regida por critérios de conveniência e/ou de disponibilidade dos inquiridos.” (Brites, s.d., p. 4)

A Margem de Erro, o Nível de Confiança e o Tamanho da Amostra

“**A Margem de Erro** – uma amostra representa aproximadamente (e nunca exatamente) uma população. A medida deste “aproximadamente” é a chamada margem de erro (...).” (Pocinho, 2012, p. 55)

“**Nível de Confiança/Confiabilidade** – As pesquisas são feitas com um parâmetro chamado nível de confiança, geralmente, de 95%. Estes 95% querem dizer o seguinte: se realizarmos uma outra pesquisa, com uma amostra do mesmo tamanho, nas mesmas datas e locais, e com o mesmo questionário, há uma probabilidade de 95% de que os resultados

sejam os mesmos (e uma probabilidade de 5%, é claro, de que tudo difira).” (Pocinho, 2012, p. 56)

“**Tamanho da amostra** – é o número de pessoas que deve ser consultado. Depende da margem de erro e do nível de confiança. Utilizando a técnica de amostragem aleatória, para um nível de confiança de 95%, os tamanhos amostrais são calculados recorrendo a uma fórmula matemática que nos fornece o tamanho da amostra, dados a margem de erro e o nível de confiança. Estes números podem variar, dependendo do tipo de amostragem que é feito.” (Pocinho, 2012, p. 56)

“A dimensão da amostra necessária para obter uma determinada precisão nos resultados só pode ser calculada matematicamente se as amostras forem escolhidas por um processo aleatório.” (Bäckström, 2008, p. 41)

“Se a dimensão da amostra é demasiado grande, desperdiça-se tempo e talento; se a dimensão da amostra é demasiado pequena, desperdiça-se tempo e talento” (*Statistics: a Tool for the Social Sciences, Mendenhall et al.*, pág. 226).” (Vieira M. T., 2008, p. 79)

O investigador ao calcular o tamanho da amostra prevê, para um determinado nível de confiança e uma determinada margem de erro, quantos sujeitos da população são necessários, para que os resultados obtidos com as respostas aos questionários sejam consistentes e representativos da população ou universo.

“Para o cálculo do tamanho da amostra deve ter-se em consideração os seguintes fatores: o nível de confiança, a precisão desejada para os resultados obtidos, a variabilidade dos dados (o quanto estão dispersos, em relação à característica em estudo) e o custo.” (Vieira M. T., 2008, p. 79)

A Entidade, a Característica e a Variável

“Assim, entidade é uma pessoa, local, data, hora ou coisa que fornece o atributo, contagem, ou a medição de interesse.” (Ferreira P. L., 2009, p. 3)

“Característica é aquilo que caracteriza, é a propriedade específica de um ser ou de uma classe de seres; é o que se pretende estudar (exemplo: peso, idade, ...).” (Vieira M. T., 2008, p. 27)

“Variável é uma função, que toma valores eventualmente diferentes, de indivíduo para indivíduo, associada a uma característica comum que pode ser assumida pelos indivíduos.” (Vieira M. T., 2008, p. 27)

“As variáveis são as componentes testáveis da pesquisa, a partir das quais esta se desenvolverá. Os acontecimentos e as mudanças que nelas ocorrem serão a base das análises, que demonstrarão se a hipótese é aplicável ou não.” (Pocinho, 2012, p. 32)

“Define-se cientificamente a variável como o aspeto discernível de um objeto de estudo.” (Pocinho, 2012, p. 32)

“Segundo a terminologia mais comum, as variáveis podem ser classificadas em dependentes e independentes, podendo ser medidas em diferentes escalas e para os indivíduos mais variados: flores, animais, empresas, ações, aviões, famílias, consumidores ou qualquer outra unidade de análise”. (Reis E., 2001, p. 17)

“Uma variável independente é uma variável que se supõe influenciar outra variável, chamada variável dependente”. (Kerlinger, 1980, p. 24)

“As variáveis independentes, também chamadas de exógenas têm sobre as dependentes um efeito causal ou previsional” (Reis E., 2001, p. 17)

“A variável independente determina ou afeta uma outra variável, é fator manipulado pelo pesquisador para que se possa tentar assegurar a relação do fato observado a fim de ver qual a influência que exerce sobre um possível resultado.” (Alyrio, 2009, p. 171)

“A variável manipulada pelo investigador é conhecida como variável independente.” (Pocinho, 2012, p. 36)

“Dependentes: surgem da variável independente, são aqueles valores (dão uma ideia de quantidade) que devem ser explicados ou descobertos, já que são influenciados pela variável independente.” (Alyrio, 2009, p. 171)

“Assim as variáveis têm de adquirir diversos valores mensuráveis (pelo menos dois), pois é a amplitude da diferença ou efeito provocado pela variável independente à variável dependente que vai permitir aceitar ou rejeitar a hipótese experimental ou relação em estudo.” (Pocinho, 2012, p. 32)

As variáveis podem ser classificadas de acordo com vários critérios (Coutinho, 2015, p. 72):

- Teórico/explicativo – estímulo, resposta e intermediárias ou intervenientes;
- Metodológico – independentes, dependentes, estranhas e de controlo;
- Medição/matemático – qualitativas ou categóricas (dicotómicas ou politónicas) e quantitativas (discretas ou contínuas);
- Manipulação – ativas e atributivas.

“Relação é um “ir junto” de duas variáveis: é o que as duas variáveis têm em comum. A ideia é comparativa: uma relação é um elo, uma ligação entre dois fenómenos, duas variáveis.” (Kerlinger, 1980, p. 26).

“As variáveis (quantitativas) que surgem habitualmente podem ser de dois tipos, discretas e contínuas. São do primeiro tipo as variáveis que assumem, quanto muito, uma infinidade numerável de valores. Estão reservadas ao segundo tipo, as variáveis que podem tomar qualquer valor dentro de um (ou mais) intervalo(s) de números reais.” (Hall, Neves, & Pereira, 2011, p. 3)

“Os valores de uma variável quantitativa são representados através de números. As variáveis quantitativas podem ser discretas ou contínuas. Uma variável diz-se discreta quando os seus valores podem ser relacionados por uma correspondência biunívoca com um subconjunto de números inteiros. Uma variável diz-se contínua quando os seus valores podem ser relacionados por uma correspondência biunívoca com intervalos de números reais. Assim, as variáveis discretas assumem valores inteiros e as variáveis contínuas assumem valores reais.” (Morais, s. d., p. 4)

“Em estatística, uma variável é um atributo mensurável que varia entre indivíduos.

- Variável quantitativa: É aquela que é numericamente mensurável; por exemplo, a idade, a altura, o peso. Estas variáveis ainda se subdividem em:

Variável quantitativa contínua: É aquela que assume valores dentro de um conjunto contínuo, caso típico dos números reais. São exemplos o peso ou a altura de uma pessoa.

Variável quantitativa discreta: É aquela que assume valores dentro de um espaço finito ou enumerável, caso típico dos números inteiros. Um exemplo é o número de filhos de uma pessoa.

- Variável qualitativa: É aquela que se baseia em qualidades, e não é mensurável numericamente.

Estas variáveis ainda se subdividem em:

Variável qualitativa ordinal: É aquela que pode ser colocada em ordem; por exemplo, a classe social (A, B, C, D ou E) e a variável “peso”, medida em três níveis (pouco pesado, pesado, muito pesado).

Variável qualitativa nominal: É aquela que não pode ser hierarquizada ou ordenada, como a cor dos olhos, o local de nascimento.” (Gerhardt & Silveira, 2009, p. 59)

Diz-nos Ferreira P. L., em “Estatística Descritiva e Inferencial - Breves Notas” (2009, p. 4), que “de uma maneira mais geral pode dizer-se que sempre que as entidades conduzem a etiquetas, categorias, atributos ou códigos, os dados resultantes são considerados qualitativos. Quando as entidades produzem uma contagem ou uma medição, os dados são considerados quantitativos.

Por vezes, a introdução de códigos constitui uma exceção a esta dicotomia números-palavras. Outra exceção é o chamado dado ordenado.”

A Observação e o Inquérito por Questionário

“A observação compreende o conjunto de operações pelas quais o modelo de análise (constituído por hipóteses e por conceitos com as suas dimensões e os seus indicadores) é submetido ao teste dos factos e confrontado com dados observáveis.” (Campenhoudt, Marquet, & Quivy, 2019, p. 217)

A observação pode ser direta ou indireta.

“A observação direta é aquela em que o próprio investigador procede diretamente à recolha de informações, sem se dirigir aos sujeitos interessados” e “no caso da observação indireta, o investigador dirige-se ao sujeito para obter a informação procurada.” (Campenhoudt, Marquet, & Quivy, 2019, p. 230)

“Segundo Ludke e André (1986), a observação é um dos instrumentos básicos para a recolha de dados na investigação qualitativa. Na verdade, é uma técnica de recolha de dados, utilizando os sentidos, de forma a obter informação de determinados aspetos da realidade.” (Miranda R. J., s. d., p. 40)

“(…) O que realmente importa ao conhecimento científico é a observação. «Uma observação é uma percepção, mas uma percepção que é planeada e preparada.» (Popper, 1975, p. 314).” (Silveira, 1996, p. 210)

Segundo Campenhoudt, Marquet, & Quivy, em “Manual de Investigação em Ciências Sociais” (2019, p. 248 a 253), as três operações da observação são:

- a) Conceber o instrumento de observação;
- b) Testar o instrumento de observação;
- c) A recolha dos dados.

O instrumento de observação mais utilizado, na observação indireta, é o inquérito por questionário.

O inquérito por questionário é um instrumento de observação indireto.

Os questionários podem ser desenvolvidos com questões abertas ou questões fechadas, sendo que, no primeiro caso às perguntas não são dadas alternativas de respostas e, no segundo caso, o investigador indica alternativas de escolha para resposta à questão apresentada.

“O inquérito por questionário é uma técnica de observação não participante que se apoia numa sequência de perguntas ou interrogações escritas que se dirigem a um conjunto

de indivíduos (inquiridos), que podem envolver as suas opiniões, as suas representações, as suas crenças ou várias informações factuais sobre eles próprios ou o seu meio.” (Bäckström, 2008, p. 55)

Um questionário enquanto “(...) instrumento de recolha de dados é formado por uma série ordenada de perguntas a serem feitas, por escrito, aos respondentes, e tem como objetivo obter informações sobre opiniões, interesses, expectativas relativas às questões e objetivos da investigação.” (Reis F. L., 2018, p. 99)

Segundo Campenhoudt, Marquet, & Quivy, 2019, p. 255, o inquérito por questionário “consiste em fazer a um conjunto de inquiridos (uma população total ou uma amostra) uma série de perguntas relativas à sua situação social, profissional ou familiar, às suas opiniões, à sua atitude em relação a opções ou questões humanas e sociais, às suas expectativas, ao seu nível de conhecimentos ou consciência de um acontecimento ou de um problema, ou ainda sobre qualquer outro ponto que interesse aos investigadores”.

“Os objetivos da utilização de questionários são os seguintes:

- * Estimar grandezas relativas como, fazer estimativas para determinadas proporções da população;
- * Descrever uma população, como por exemplo, identificar as características dos leitores dos jornais de uma população que se pretende estudar;
- * Verificar hipóteses, relacionando duas ou mais variáveis;
- * Obter informações relativas às questões e objetivos da investigação.” (Reis F. L., 2018).

“O inquérito por questionário de perspetiva sociológica distingue-se da simples sondagem de opinião pelo facto de visar a verificação de hipóteses e a análise das correlações entre variáveis que essas hipóteses sugerem.” (Campenhoudt, Marquet, & Quivy, 2019, p. 255)

O inquérito por questionário detém vantagens e inconvenientes, como podemos ver no quadro seguinte:

Tabela 4 - Prós e Contras do Inquérito por Questionário

Técnica	Vantagens	Inconvenientes
<i>Inquérito por Questionário</i>	- Sistematização - Maior simplicidade de análise - Maior rapidez na recolha e análise de dados - Mais barato	- Dificuldades de conceção - Não é aplicável a toda a população - Elevada taxa de não respostas

Fonte: Elaborado pelo autor, com base no quadro semelhante existente em “Metodologia das Ciências Sociais Métodos Quantitativos - Caderno de apoio”, da Universidade Aberta (Bäckström, 2008, p. 78)

Segundo Sousa & Baptista (2011, p. 92) as etapas para a elaboração de um questionário “abrangem: formulação do problema, definição dos objetivos, revisão bibliográfica, formulação das hipóteses, identificação das variáveis e indicadores, definição da amostra e pré-teste”.

“Para a elaboração do questionário, é necessário ter a problemática da investigação bem explícita e a sua construção depende da forma como o mesmo será aplicado, do tema em estudo, da amostra e do tipo de análise.” (Reis F. L., 2018, p. 99)

“O questionário deve constituir um todo relativamente homogêneo, de tal modo que, obtidos os resultados, seja possível quase automaticamente confirmar ou infirmar essas hipóteses” (Albarelo, et al., 2005, p. 53)

“As questões de um questionário podem ser fechadas, abertas e semiabertas.” (Bäckström, 2008, p. 71)

“Validade de um instrumento diz respeito à sua adequação para medir o objeto em estudo.

A fiabilidade de um instrumento representa a sua capacidade para que diferentes investigadores obtenham resultados iguais.” (Carmo & Ferreira, 2008, p. 197)

Atualmente, com a evolução da informática, tornou-se rotina a construção dos questionários, através de formulários com programas específicos, como são: o *Google Forms* e o *Microsoft Forms*, e o seu envio por meio de correio eletrónico (*e-mail*).

No trabalho realizado nesta investigação foi utilizado um formulário construído no *Microsoft Forms*, que foi remetido por correio eletrónico (*e-mail*) para todos os dirigentes das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários portuguesas.

As Escalas de Medida

As escalas de medida servem para o entrevistado ajustar as suas respostas ao questionário, em alternativas pré-determinadas.

“As variáveis diferem em «quão bem» podem ser medidas, ou seja, em quanta informação o seu nível de mensuração pode gerar.” (Pocinho, 2012, p. 39)

“Existem quatro escalas de medição: nominal, ordinal, intervalar e de razão (ou proporcional)” (Ferreira P. L., 2009, p. 4)

“Os dois tipos de escala usados, com frequência, em questionários são as escalas nominais e as escalas ordinais. Mas há ainda outros tipos de escalas igualmente utilizadas: as escalas de intervalo e de rácio (são também denominadas escalas métricas).” (Vieira M. T., 2008, p. 114)

“Na investigação em CSH⁵¹, os resultados, quando quantificados, devem ser analisados dentro de um dos quatro tipos de escalas de medidas de variáveis: nominal, ordinal, intervalar e de razão.” (Coutinho, 2015, p. 77)

“Escala nominal

Este tipo de escala consiste num conjunto de categorias de resposta, qualitativamente diferentes e mutuamente exclusivas.” (Vieira M. T., 2008, p. 115)

“É importante notar que as operações aritméticas como a adição, a subtração, a multiplicação e a divisão não fazem qualquer sentido em dados nominais. Assim, mesmo quando os dados nominais são numéricos, cálculos como a soma ou a média não são admissíveis.” (Ferreira P. L., 2009, p. 5).

“As escalas nominais são meramente classificativas, permitindo descrever as variáveis ou designar os sujeitos, sem recurso à quantificação.” (Morais, s. d., p. 5)

“Escala ordinal

Estas escalas admitem uma ordenação numérica das respostas alternativas, estabelecendo uma relação de ordem entre elas não fazendo sentido a diferença entre valores.” (Vieira M. T., 2008, p. 115)

“As escalas ordinais possibilitam a introdução de uma ordem entre os valores da variável.” (Gonçalves A. , 2004, p. 106)

“A escala de medição para uma variável é ordinal quando (1) os dados têm propriedades nominais e (2) podem ser usados para ordenar as observações nessa variável. Um exemplo de uma escala ordinal é a utilizada em vários questionários de satisfação ou de avaliação da qualidade.” (Ferreira P. L., 2009, p. 5)

“Para as variáveis ordinais, também se utilizam categorias, existindo, no entanto, uma relação de ordem entre elas.” (Vieira M. T., 2008, p. 115)

“Para as variáveis ordinais, do mesmo modo que para as nominais, também se utilizam as categorias, mas, no entanto, existe uma relação de ordem entre elas.” (Bäckström, 2008, p. 86)

⁵¹ CSH = Ciências Sociais e Humanas

Escala intervalar ou de intervalos

“A escala de medição para uma variável é intervalar quando (1) os dados têm propriedades ordinais e (2) o intervalo entre as observações pode ser expresso em termos de uma unidade fixa de medida.” (Ferreira P. L., 2009, p. 6)

“As escalas de intervalos permitem aferir as distâncias, os intervalos, entre os valores.” (Gonçalves A. , 2004, p. 106)

“Uma escala de intervalos é aquela em que os intervalos entre valores da escala dizem a posição e quanto os sujeitos, objetos ou factos estão distantes entre si em relação a determinada característica. Permite comparar diferenças de medições, porque estas são calculadas a partir de um ponto zero fixado de forma arbitrária” (Coutinho, 2015, p. 79)

“A escala intervalar pode ser considerada como um caso particular das escalas métricas, em que é possível quantificar as distâncias entre as medições mas não existe um ponto zero natural.” (Morais, s. d., p. 6)

Escala Proporcionais ou de Razão

“A escala de medição para uma variável é de razão quando (1) os dados têm propriedades intervalares e (2) faz sentido dividir duas observações.” (Ferreira P. L., 2009, p. 7)

“Nas escalas de razão há um zero absoluto, e é nessa característica que reside a diferença, relativamente à escala de intervalo.” (Coutinho, 2015, p. 80)

“As escalas de proporções (de razão ou racionais) distinguem-se das escalas de intervalos precisamente pela existência de um zero absoluto.” (Gonçalves A. , 2004, p. 106)

“Nesta escala, além de ser possível quantificar as diferenças entre as medições, também estão garantidas certas propriedades matemáticas. Isto permite determinar o quociente de duas medições, independentemente da unidade de medida. É possível fazer diferenças e quocientes e, conseqüentemente, conversões entre medidas expressas em unidades diferentes.” (Morais, s. d., p. 6)

O Pré-teste

“Com a elaboração do pré-teste podemos avaliar a taxa de recusas, conhecer a forma como as pessoas reagem ao questionário e se a ordem das questões não coloca nenhum problema.” (Bäckström, 2008, p. 78)

Os Dados e as Etapas do Método Estatístico

“O conjunto de todas as observações recolhidas é, normalmente, designado por conjunto de dados, coleção de dados ou, mais simplesmente, por dados.” (Magalhães, Oliveira, & Silva, 2017, p. 12).

“Os dados podem ser primários, quando os dados são obtidos de uma fonte originária ou de forma indireta quando os dados recolhidos provêm já de uma recolha direta ou secundários, quando os valores não estão disponíveis nas fontes primárias, mas são calculados a partir dos dados primários. (Reis E. , 2008, p. 17)

Os dados podem ser qualitativos ou quantitativos.

“A organização e a apresentação de dados não são independentes da classificação das variáveis em quantitativas ou qualitativas. Enquanto que é possível agrupar os dados qualitativos numa só categoria genérica, os quantitativos são distribuídos em dados discretos e dados contínuos.” (Ferreira P. L., 2009, p. 19)

“Quando os dados representam alguma estatística cuja representação é feita em escala nominal, não podendo ser observada sob a forma numérica, diz-se que os dados são qualitativos.” (Magalhães, Oliveira, & Silva, 2017, p. 12).

Os dados quantitativos são representados por números e destinam-se á análise estatística com vista à validação das hipóteses colocadas pela pergunta de partida.

“Se, por outro lado, os dados observados são representados por uma escala numérica, estes dados são considerados quantitativos.” (Magalhães, Oliveira, & Silva, 2017, p. 12).

“As etapas que definem o método estatístico de resolução de problemas são as seguintes, por ordem de execução: identificação do problema, recolha de dados, crítica de dados, apresentação dos dados e análise e interpretação. (Reis E., 2008, p. 16).

“Os dados são os ingredientes básicos da estatística enquanto disciplina definida como a coleção, organização, sumário, análise e interpretação dos dados.” (Ferreira P. L., 2009, p. 3)

A Identificação do Problema

“Deverá ser claro, desde o início do estudo, qual o problema a analisar e, uma vez conhecido, qual o tipo de decisões que se pretendem tomar. Esta etapa requer já algum conhecimento estatístico pois os métodos a aplicar não são, de modo nenhum, independentes da informação que se pretende recolher.” (Reis E. , 2008, p. 16).

A Recolha de Dados

“Após a recolha de um conjunto, muitas vezes grande, de observações, têm-se uma lista de dados desorganizada, sendo difícil, ou mesmo impossível, analisá-la e interpretá-la.”

“(…) O primeiro passo que importa dar no sentido da análise exploratória de dados é organizá-los e estabelecer metodologias para os apresentar de modo a que as suas características ou tendências possam ser facilmente detetadas.” (Magalhães, Oliveira, & Silva, 2017, p. 23)

A Crítica dos Dados

“Um vez os dados recolhidos, quer sejam dados primários ou secundários, é necessário proceder-se a uma revisão crítica de modo a suprimir valores estranhos ou eliminar erros capazes de provocar futuros enganos de apresentação e análise ou mesmo de enviesar as conclusões obtidas.

Esta crítica é tanto ou mais necessária quando toda ou parte da informação provém de fontes secundárias, sujeitas a erros de reprodução e que nem sempre explicitam como os dados foram recolhidos ou quais os limites à sua utilização.” (Reis E. , 2008, p. 18)

O Tratamento dos Dados

“Após a recolha de um conjunto, muitas vezes grande, de observações, tem-se uma lista de dados desorganizada, sendo difícil, ou mesmo impossível, analisá-la e interpretá-la. Por esta razão, o primeiro passo que importa dar no sentido da análise exploratória de dados é organizá-los e estabelecer metodologias para os apresentar de modo, a que as suas características ou tendências possam ser facilmente detetadas.” (Magalhães, Oliveira, & Silva, 2017, p. 23)

A Apresentação dos Dados/A Representação Gráfica

“Uma vez classificados os dados, passa a ser possível sintetizar a informação neles contida com a ajuda de quadros, gráficos e valores numéricos descritivos que ajudem a compreender a situação e a identificar relações importantes entre variáveis.” (Reis E. , 2008, p. 19)

“O modo mais usual de apresentar, de forma organizada, a informação contida nos dados observados, consiste em construir uma tabela que integre a frequência absoluta ou relativa com que ocorre cada uma das diferentes modalidades ou categorias da característica (caso se trate de uma característica qualitativa) ou os diferentes valores da variável estatística (caso se trate de uma característica quantitativa). Estas tabelas designam-se, habitualmente, por distribuição de frequências.” (Magalhães, Oliveira, & Silva, 2017, p. 24)

Miranda em “Qual a relação entre o pensamento crítico e a aprendizagem de conteúdos de ciências por via experimental? Um estudo no 1.º Ciclo” (2009, p. 73), cita Quivy e

Campenhoudt (1998) que refere “apresentar dados sob expressões gráficas favorece incontestavelmente a qualidade das interpretações. Neste sentido, a estatística descritiva e a expressão gráfica são mais do que simples técnicas de exposição dos resultados”.

A Interpretação dos Resultados

“Depois da apresentação dos dados, a fase seguinte consiste na interpretação dos resultados. Esta tem como objetivo a procura do sentido mais amplo das respostas, e para isso analisam-se e interpretam-se os resultados do trabalho de investigação de acordo com o tipo de estudo e o enquadramento de referências utilizado, tendo em conta a verificação da relação entre fenómenos ou hipóteses. A interpretação dos resultados deve incluir uma descrição das variáveis e das suas relações bem como o teste e análise das hipóteses elaboradas, verificando se elas são ou não válidas com o desenvolvimento e as conclusões da investigação.” (Reis F. L., 2018, p. 119)

“Na interpretação de dados deveremos produzir um resumo verbal ou numérico ou usar métodos gráficos para descrever as suas principais características. O método mais apropriado dependerá da natureza dos dados, e aqui podemos distinguir dois tipos fundamentais: dados qualitativos e dados quantitativos.” (Morais, s. d., p. 8)

A Distribuição de Frequências

“O modo mais usual de apresentar, de uma forma organizada, a informação contida nos dados observados, consiste em construir uma tabela que integre a frequência absoluta ou relativa com que ocorre cada uma das diferentes modalidades ou categorias da característica (caso se trate uma característica qualitativa) ou os diferentes valores da variável estatística (caso se trate de uma característica quantitativa). Estas tabelas designam-se, habitualmente, por distribuição de frequência.” (Magalhães, Oliveira, & Silva, 2017, p. 24)

As tabelas e os gráficos são importantes na apresentação dos dados recolhidos na investigação.

Uma tabela é um “suporte onde se faz um registo de informações, organizado em linhas e colunas.”⁵²

⁵² "TABELA", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2021, <https://dicionario.priberam.org/tabela> [consultado em 07-07-2021].

As tabelas podem ser simples, com apenas duas colunas ou mais complexas, com mais de duas colunas.

“A tabela de frequências é uma tabela em que se sistematiza a descrição dos dados recolhidos, ou seja, o conjunto das observações.” (Ramos & Serranho, 2017, p. 4)

“Os dados da tabela de frequências podem ser apresentados graficamente, fazendo-se corresponder ao eixo horizontal dos x a variável independente, e ao eixo vertical dos y as frequências /ocorrências verificadas na variável dependente.” (Coutinho, 2015, p. 155)

Podem-se descrever os seguintes tipos de frequências:

- Frequência absoluta;
- Frequência relativa;
- Frequência absoluta acumulada. (Hall, Neves, & Pereira, 2011, p. 3)

“As frequências consideradas são geralmente a:

- frequência absoluta simples - representa o número de observações na amostra que são iguais a determinado valor da variável;
- frequência absoluta acumulada - representa o número de observações na amostra que são menores ou iguais a determinado valor da variável;
- frequência absoluta simples - representa a proporção (em relação ao número total de observações) de observações na amostra que são iguais a determinado valor da variável;
- frequência absoluta acumulada - representa a proporção (em relação ao número total de observações) de observações na amostra que são menores ou iguais a determinado valor da variável;” (Ramos & Serranho, 2017, pp. 4 - 5)

Os Gráficos

Do significado de gráfico “diz-se de tudo o que se refere à arte de representar os objetos por linhas ou figuras.”⁵³

“Que é um gráfico? Trata-se de uma ilustração que mostra como é que dois ou mais conjuntos de informação, ou duas variáveis, se relacionam mutuamente. As suas vantagens advêm do facto de se poder representar num espaço pequeno e de forma compreensível bastante informação.” (Samuelson & Nordhaus, 1989, p. 19)

“Gráfico é a tentativa de se expressar visualmente dados ou valores numéricos, de maneiras diferentes, assim facilitando a sua compreensão.” (Jensen & Anderson, 1992)⁵⁴

⁵³ "GRÁFICO", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2021, <https://dicionario.priberam.org/gr%C3%A1fico> [consultado em 10-08-2021].

⁵⁴ Wikipédia “Gráfico”

“Um gráfico de frequências consiste na imagem gráfica da tabela de frequências.” (Hall, Neves, & Pereira, 2011, p. 15)

Os tipos de gráficos mais comuns são: gráficos de barras, de colunas, de linhas, circulares, em anel, de área, de dispersão, de radar e histograma.

“O modo mais habitual de representar graficamente um conjunto de dados de natureza qualitativa é através de um gráfico de barras.” (Magalhães, Oliveira, & Silva, 2017, p. 26)

“A representação gráfica de dados qualitativos pode, ainda, ser feita recorrendo à construção de um gráfico circular.” (Magalhães, Oliveira, & Silva, 2017, p. 27)

“A apresentação dos dados pode ser feita de várias maneiras. Por exemplo, numa abordagem inicial, os dados podem ser apresentados em tabelas de frequências, diagramas de barras, diagramas circulares, histogramas, etc.” (Bäckström, 2008, p. 80)

“(…) A adoção do gráfico apenas se pode consumir após serem formuladas, e convenientemente respondidas, as seguintes perguntas:

- O gráfico é fácil de ler?
- O gráfico pode ser mal interpretado?
- O gráfico tem o tamanho e a forma certa?
- O gráfico está localizado no sítio certo?
- O gráfico beneficia por ser a cores?
- A compreensão do gráfico foi testada com alguém?” (Silva A. A., s. d., p. 4)

Existem várias formas de apresentar os dados graficamente, cada uma delas mais ou menos adequada ao tipo de informação que se pretende divulgar.

A escolha do gráfico mais apropriado para transmitir determinada informação é importante, a fim de evitar leituras incorretas dessa mesma informação.

Um gráfico deve possuir toda a informação considerada relevante para o que se pretende divulgar, mas há que considerar que informação excessiva pode dificultar a leitura e compreensão do gráfico.

A Validade e a Fiabilidade do Estudo

“A validade do estudo consiste no “grau de adequação entre o que se pretende fazer (avaliar ou recolher informação) e o que se faz realmente (Ketele & Roegiers, 1993, p. 81)” (Adão, 2009, p. 130)

“A fiabilidade diz respeito à aplicação do estudo, isto é, à necessidade de assegurar que os resultados obtidos seriam idênticos aos que se alcançariam caso o estudo fosse repetido.” (Adão, 2009, p. 131)

2.10. O Software Utilizado no Estudo

O Microsoft 365

Os programas de *software* do *Microsoft 365* utilizados neste trabalho de projeto foram:

- O *Microsoft 365*:
 - *Microsoft Outlook* (receção e remessa de mensagens escritas - *e-mail*);
 - *Microsoft Word* (Processamento de texto);
 - *Microsoft Excel* (Folha de Cálculo)
 - *Microsoft Forms* (Edição de Formulários).

O SPSS – Statistical Package for the Social Sciences

Hall, Neves, & Pereira, em “Grande Maratona de Estatística no SPSS” (2011, p. 325), dizem-nos que o *software SPSS – Statistical Package for the Social Sciences* “(...) é um *software* estatístico que permite a utilização de dados em diversos formatos para gerir relatórios, calcular estatísticas descritivas, conduzir análises estatísticas complexas e elaborar gráficos.”

Já de acordo com Laureano & Botelho, em *IBM SPSS Statistics - O meu Manual de Consulta Rápida*, 2017, p. 17, o *software SPSS – Statistical Package for the Social Sciences* engloba várias funcionalidades, como sejam: acesso e gestão de elevada quantidade de dados, preparação dos dados para análise, análise estatística de dados, construção de gráficos e ligação a outro *software* de tratamento estatístico.

O Adobe Acrobat Reader

“*Adobe Acrobat* é um *software* desenvolvido pela Adobe⁵⁵.

O *software Adobe Acrobat* permite a conversão de documentos de diversos formatos em um arquivo de formato PDF (*Portable Document Format*).

O *software Adobe Acrobat* proporciona a capacidade de converter o documento de maneira fiel ao original independente do seu conteúdo.⁵⁶

⁵⁵ A Adobe Inc. é uma multinacional americana que desenvolve programas de computador com sede em San José, Califórnia.

⁵⁶ Wikipédia: https://pt.wikipedia.org/wiki/Adobe_Acrobat.

2.11. A Definição de Percepção

O significado de Percepção entende-se como o “ato ou efeito de perceber”.⁵⁷

“A percepção é uma função cortical de fundamental importância para o desenvolvimento adaptativo, porém de difícil conceituação. Muitas teorias foram criadas para explicar a percepção.” (Oliveira & Mourão-Júnior, 2013, p. 51).

“A percepção é a forma como damos sentido às informações, selecionando o que nos interessa, analisando, interpretando” (Costa & Mendes, 1995, p. 161).

Para Endo & Roque, 2017, p. 83 parafraseando Lamb, C W., Hair, J. F.; McDaniel, C., a percepção pode ser definida:

- “...como o processo pelo qual selecionamos, organizamos e interpretamos estímulos, traduzindo-os em uma imagem significativa e coerente.”

- E que “... na essência, a percepção é a forma como vemos o mundo ao nosso redor...”.

⁵⁷ "PERCEÇÃO", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2020 [consultado em 07-11-2020].

CAPÍTULO III - Metodologia do Estudo

3.1 Descrição da Metodologia Geral

3.1.1 A Introdução, a Motivação e o Problema de Investigação

Neste capítulo pretende-se descrever, para dar a conhecer, todo o percurso do trabalho desenvolvido durante a investigação.

Fazem parte deste capítulo, os seguintes subcapítulos:

1. Descrição da metodologia (a introdução, a motivação e o problema de investigação, o cronograma do projeto e o modelo de investigação);
2. O contexto, o local de Investigação e os participantes;
3. O projeto de investigação (a população ou universo e o processo de amostragem);
4. Os instrumentos de recolha de dados (o inquérito por questionário, os constrangimentos com o questionário e as escalas de medida);
5. A apresentação dos dados – as tabelas e os gráficos;
6. A redação do relatório final;

A proposta do projeto de investigação foi entregue e aprovada, pelos órgãos competentes da ESTG - Escola Superior de Tecnologia e Gestão, do IPP - Instituto Politécnico de Portalegre, no ano letivo 2016/2017.

Tinha por base as dúvidas suscitadas ao investigador sobre utilização ou não da contabilidade como sistema de informação para a tomada de decisão, por parte dos gestores (diretores) das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários (AHBV's) e da percepção destes para a importância dessa utilização.

Complementarmente, pretendia conhecer as características principais das associações de bombeiros, o perfil dos seus gestores, como é elaborada a sua contabilidade e os custos associados à sua prestação.

Por se tratar de um trabalho inédito nesta área do conhecimento aplicado às AHBV's detinha alguns riscos pela atualidade, inovação e pioneirismo.

Apesar dos riscos associados a uma investigação pioneira no tema e todos os constrangimentos, a motivação de partida (ligação do investigador a uma associação de bombeiros há dezenas de anos e o ineditismo do tema) foram suficientes para atingir um ponto de chegada.

3.1.2 O Cronograma do Projeto

A proposta deste trabalho de projeto foi entregue e aprovado em dezembro de 2016, sendo interrompido durante os anos letivos de 2017/2018 e 2018/2019, vindo a ser reiniciado no ano letivo de 2019/2020.

Face a vários condicionalismos, só no ano letivo de 2020/2021 teve o seu incremento e terá o seu termino.

O trabalho de projeto realizado passou pelas fases que constam do quadro seguinte:

Tabela 5 -Cronograma do Projeto

Fases	Trabalhos realizados	Duração
1ª Fase	Identificação do Problema e Hipóteses	Até dezembro de 2016
	Identificação dos Objetivos do Trabalho	Até dezembro de 2016
	Identificação da População e Definição da Amostra	Até dezembro de 2016
	Redação da Proposta de Trabalho de Projeto	Dezembro de 2016
	Entrega da Proposta de Trabalho de Projeto	Dezembro de 2016
	Redação da Introdução e da Revisão da Literatura	De outubro 2020 a julho de 2021
2ª Fase	Identificação das Variáveis	Outubro de 2020
	Elaboração e Remessa dos Questionários	De novembro de 2020 a fevereiro de 2021
	Receção dos Questionários	De novembro de 2020 a fevereiro de 2021
	Redação e Descrição da Metodologia	Julho e agosto de 2021
	Descrição dos Resultados Obtidos	Setembro e outubro de 2021
4ª Fase	Apresentação e Discussão dos Resultados	Outubro de 2021
	Conclusões, Limites à Investigação e Trabalhos Futuros	Outubro de 2021
	Redação Final do Trabalho	Outubro de 2021
	Revisão Final do Trabalho	Outubro de 2021
	Entrega do Trabalho de Projeto	Novembro de 2021

Fonte: Elaborado pelo autor

3.2 O Contexto, o Local de Investigação e os Participantes

Com a investigação realizada o investigador pretende apresentar-se ao júri para a obtenção do grau de Mestre em Contabilidade e Finanças, no IPP – Instituto Politécnico de Portalegre.

A investigação decorreu na habitação do investigador, em Estremoz, e estendeu-se às 436 (quatrocentas e trinta e seis) associações de bombeiros utilizando meios eletrónicos.

Os participantes foram, para além do investigador e do orientador do projeto, os 3.052 (três mil e cinquenta e dois) gestores das citadas associações de bombeiros.

3.3 O Projeto de Investigação

O inquérito por questionário foi o instrumento de recolha de dados utilizado na investigação.

A unidade de análise é a individual e o tipo de investigação foi de uma só vez.

A População ou Universo

A População ou Universo é a totalidade das pessoas ou objetos com as características que necessitamos para a investigação.

Tabela 6 -Distribuição por Distrito/Região da População ou Universo

Federação de Distrito/Região	Nº AHBV's	Nº Gestores
Região dos Açores	17	119
Distrito de Aveiro	25	175
Distrito de Beja	15	105
Distrito de Braga	20	140
Distrito de Bragança	15	105
Distrito de Castelo Branco	12	84
Distrito de Coimbra	21	147
Distrito de Évora	14	98
Distrito de Faro	13	91
Distrito da Guarda	23	161
Distrito de Leiria	24	168
Distrito de Lisboa	56	392
Região da Madeira	7	49
Distrito de Portalegre	15	105
Distrito de Porto	45	315
Distrito de Santarém	21	147
Distrito de Setúbal	24	168
Distrito de Viana do Castelo	11	77
Distrito de Vila Real	26	182
Distrito de Viseu	32	224
Total	436	3052

Fonte: O autor por consulta à lista de endereços da LBP – Liga dos Bombeiros Portugueses e na premissa da composição dos órgãos executivos, em média, com sete elementos.

A população ou o universo envolvido na investigação é finito e correspondeu à totalidade da dos gestores das 436 (quatrocentos e trinta e seis) Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários, dos 20 (vinte) distritos e regiões de Portugal, com um total de 3.052 gestores (7 diretores em cada associação de bombeiros).

Para a recolha e construção da base de dados em *Microsoft Excel* recorreremos à consulta da lista dos contactos (sócios) da LBP – Liga dos Bombeiros Portugueses, tendo-se expurgado os contactos que não correspondiam a associações de bombeiros.

O Processo de Amostragem

“Amostragem é o processo de seleção dos sujeitos que participam num estudo. Sujeito é o indivíduo de quem se recolhem os dados (participantes na investigação qualitativa). População é o conjunto de pessoas ou elementos a quem se pretende generalizar os resultados e quem partilham uma característica comum.” (Coutinho, 2015, p. 89)

O processo de amostragem possui uma extensão geográfica de âmbito nacional. Todos os distritos ou regiões do país estão representados na amostra.

O método de amostragem: amostragem probabilística, ou seja, todos os elementos da população tiveram a probabilidade de inclusão na amostra.

Para isso bastava que respondessem ao inquérito por questionário, remetido por *email* para todas as AHBV's, a todos os seus gestores.

“O objetivo, na extração de uma amostra, é obter uma representação “honesta” da População que conduza a estimativas das características da População com “boa” precisão, relativamente aos custos de amostragem.” (Vieira M. T., 2008, p. 30)

“A amostra é um subconjunto da população alvo, que tem de ser representativa de todas as suas características e sobre a qual será feito o estudo.” (Reis F. L., 2018, p. 87)

Conforme se pode verificar, por consulta ao **Tabela 6** no presente trabalho de investigação, a população é constituída pelos 3.052 gestores, das 436 associações de bombeiros.

Para o cálculo da margem de erro e do tamanho da amostra necessária, foi utilizada a “calculadora amostral” inserta no site <https://comentto.com/calculadora-amostal/>. (Comentto Pesquisa de Mercado;, 2018)

Os resultados obtidos, para a população homogénea dos 3.052 gestores das associações de bombeiros portuguesas e a amostra correspondentes às respostas recebidas (200), constam do quadro seguinte:

Tabela 7 -Cálculo da Margem de Erro e da Amostra

Nível de Confiança	Margem de Erro	Tamanho da Amostra
95%	6,70%	162
99%	8,82%	158

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados obtidos no site <https://comentto.com/calculadora-amostal/>

(Comentto Pesquisa de Mercado;, 2018)

Para a população indicada, a amostra recolhida, um nível de confiança de 95% e uma margem de erro de 6,70% (obtida pela calculadora) seria necessária uma amostra mínima de 162 sujeitos.

E para um nível de confiança de 99% e uma margem de erro de 8,82% (obtida pela calculadora) obtivemos a necessidade de uma amostra mínima de 158 sujeitos.

Para uma margem de erro de 5%, um nível de confiança de 95%, seriam necessários 228 respondentes, um pouco acima do número de respostas obtidas.

Os gestores e gestoras respondentes, que constituem a amostra, foram 200 (duzentos/as), ou seja, 6,55% do total de todos os gestores (3052), de todas as associações humanitárias de bombeiros voluntários (436), dos 20 distritos e regiões de Portugal.

Dado o problema a investigar e a população envolvida possuir as mesmas características principais (gestores das associações humanitárias de bombeiros voluntários, terem responsabilidades diretivas colegiais, o regime de voluntariado e a ligação às comunidades locais), e uma distribuição geográfica nacional que reflete uma homogeneidade na amostra a trabalhar, julgamo-la adequada para obter respostas aos problemas de investigação.

A amostra é constituída por todos os gestores que responderam ao inquérito por questionário, ou seja, pelo conjunto de dados correspondentes a um total de 200 (duzentos) sujeitos respondentes, com distribuição geográfica regular no todo nacional e que pode ser consultada na **Tabela 8**.

Portanto, consideramos que a amostra é representativa da população alvo e passível de extrapolar os resultados da investigação para o universo das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários de portuguesas.

As trinta e sete (37) perguntas e respetivos itens constantes do questionário que construímos (para consulta no **Apêndice 2**), que foram colocadas à consideração dos inquiridos e respondidas pela amostra, vai permitir caracterizar:

1. As organizações (as associações de bombeiros) - questões 1 a 6;

2. Os gestores das organizações (os diretores) - questões 7 a 14;
3. A elaboração da contabilidade da organização – questões 15 a 19;
4. Os custos com a contabilidade da organização – questões 20 a 24;
5. A utilização ou não da informação contabilística – questões 25 e 26;
6. A utilização da informação contabilística da organização – questões 27 a 32;
7. As razões da não utilização da informação contabilística – questões 33 a 34;
8. A perceção do gestor para a importância da contabilidade, enquanto sistema de informação para a tomada de decisão – questões 35 a 37.

3.4. O Instrumento de Recolha de Dados

O instrumento de observação mais utilizado, na observação indireta, é o questionário.

O instrumento de recolha de dados escolhido e que julgámos mais adequado ao trabalho a realizar foi o inquérito por questionário.

Num questionário podem existir e coexistir perguntas: abertas, fechadas e semifechadas.

O inquérito por questionário teve por base, um questionário elaborado por Gouveia H. M. (2014, pp. 99 - 114) para a sua dissertação de Mestrado em Contabilidade, na Faculdade de Economia, da Universidade do Algarve, subordinada ao tema: “A Utilidade da Contabilidade para as Microempresas”⁵⁸

No seguimento da análise efetuada ao questionário indicado foram introduzidas as alterações de adaptação necessárias ao tema da investigação a realizar.

O Questionário – Elaboração, Remessa e Recolha

No questionário podem coexistir grupos de perguntas de resposta única ou de resposta múltipla, inclusive em escala.

Foram introduzidos, no questionário, grupos de 37 (trinta e sete) perguntas com a finalidade de caracterizar: as organizações (as associações de bombeiros), os gestores das organizações (os diretores), a elaboração da contabilidade da organização, os custos com a contabilidade da organização, a utilização ou não da informação contabilística, as razões da

⁵⁸ <https://sapientia.ualg.pt/bitstream/10400.1/7229/1/A%20utilidade%20da%20Contabilidade%20para%20as%20Microempresas.pdf>

utilização da informação contabilística da organização, as razões da não utilização da informação contabilística da organização e a percepção do gestor para a importância da contabilidade, enquanto sistema de informação para a tomada de decisão.

As trinta e sete perguntas constam do **Apêndice 2** e dividem-se por oito (8) grandes grupos:

A1 - Caracterização da Associação de Bombeiros;

A2 – Caracterização da Direção da Associação de Bombeiros;

B1 – A Elaboração da Contabilidade da Associação de Bombeiros;

B2 – Os Custos com a Contabilidade da Associação de Bombeiros;

C1 – A Utilização da Informação Contabilística na Associação de Bombeiros;

C2 – Utiliza a informação Contabilística da Associação de Bombeiros;

C3 – Não Utiliza a Informação Contabilística da Associação de Bombeiros;

D – A importância da Contabilidade, como Sistema de Informação para a Tomada de Decisão.

O inquérito por questionário foi elaborado no *Microsoft Forms* (edição e receção de formulários) e remetido através de email do *Microsoft Outlook* (receção e remessa de mensagens escritas), ambos do *Windows 365*.

No presente trabalho e no questionário elaborado, a quase totalidade das questões perguntadas são fechadas, sendo apenas uma aberta.

As questões colocadas são: umas de resposta única e outras de resposta múltipla.

- Clareza – Devem ser claras, concisas e unívocas;
- Coerência – Devem corresponder à intenção da própria pergunta;
- Neutralidade – Não devem induzir uma dada resposta, mas sim libertar o inquirido do referencial de juízos de valor ou de preconceito do próprio autor.

(Sousa & Baptista, 2011, p. 93)

Foi com estes princípios que foi elaborado o questionário.

Elaboração - na elaboração foi utilizada a aplicação *Microsoft Forms* (produto da *Microsoft* de elaboração de formulários/questionários online).

Remessa - os questionários foram remetidos, através *email* da aplicação *Microsoft Outlook*, para o *email* (Apêndice 1 - Mensagem Eletrónica) de todos os gestores de todas as associações de bombeiros portuguesas (3.045), através de uma ligação criada pela aplicação *Microsoft Forms*.

Recolha - os questionários foram recolhidos pela aplicação *Microsoft Forms* e os resultados transferidos por esta aplicação, para um ficheiro em folha de cálculo *Microsoft Excel*.

Arco Temporal - a remessa e consequente recolha decorreu, em duas fases, entre 21/11/2020 e 26/02/2021.

Na primeira fase, que decorreu entre 21/11/2020 e 14/12/2020, foram obtidas 92 (noventa e duas) respostas, consideradas insuficientes para o estudo a efetuar.

Após insistência, numa segunda fase, que decorreu entre 07/01/2021 e 26/02/2021, foram obtidas as restantes 108 respostas, o que fez a totalidade das 200 respostas. Número que considerámos suficiente.

Pré-teste - O pré-teste “(...) consiste num estudo preliminar a uma parte da população alvo em estudo, para avaliar se o mesmo foi elaborado de forma clara, se responde às questões e objetivos da investigação.” (Reis F. L., 2018, p. 114)

Para o pré-teste, o questionário foi remetido, recolhido e analisado, durante o mês de outubro de 2020.

Os destinatários e respondentes foram um reduzido número de gestores de associações de bombeiros, mais precisamente a 10 (dez), dos distritos de Évora, Castelo Branco, Portalegre e região dos Açores, pertencentes à população a estudar e que aceitaram responder às questões colocadas.

Do *feedback* recebido dos intervenientes resultou na necessidade de proceder a pequenas alterações às questões colocadas no questionário, nomeadamente, no que se refere à linguagem utilizada e à redução do tempo do seu preenchimento, com simplificação do conteúdo de algumas perguntas.

O questionário não suscitou dúvidas ou imprecisões, foi bem aceite e compreendido por todos.

Constrangimentos com o Questionário

O trabalho de construção, remessa e recolha dos questionários à totalidade dos gestores das 436 (quatrocentos e trinta e seis) associações de bombeiros, que estava programado para se iniciar em março/abril de 2020, sofreu um atraso na sua concretização pelo surgimento da pandemia do COVID 19 e pelo *stress* pandémico que envolveu toda a população portuguesa, inclusive no que ao autor diz respeito.

Este facto dificultou inclusive a remessa e a recolha dos questionários, pela existência neste período de: restrições à mobilidade, confinamentos, ausências dos gestores nas sedes das associações de bombeiros e ao *stress* pandémico de toda a sociedade.

A remessa e consequente recolha dos questionários sofreu atrasos, tendo o investigador, em última instância, recorrido inclusive à LPB – Liga dos Bombeiros Portugueses, que se prontificou a ajudar, tomando a iniciativa de remeter às Direções de todas as Associações de Bombeiros, um ofício informando da realização do inquérito, no qual incluía um *link*⁵⁹ direcionado para o *Microsoft Forms*, que permitia aos gestores das associações de bombeiros responderem ao questionário.

Pelo facto, a quantidade de respostas obtidas, ficaram aquém do que inicialmente projetado.

3.5. A Apresentação dos Dados – As Tabelas e os Gráficos

Empiricamente, foi efetuada uma análise preliminar aos dados recolhidos tendo-se verificado que os resultados poderiam corresponder às expectativas iniciais da investigação.

As técnicas de apresentação dos dados recolhidos utilizadas, após a receção das respostas aos questionários, foram: as tabelas e os gráficos.

As tabelas e os gráficos são importantes na apresentação dos dados recolhidos na investigação.

Uma tabela é um “suporte onde se faz um registo de informações, organizado em linhas e colunas.”⁶⁰

As tabelas podem ser simples, com apenas duas colunas ou mais complexas, com mais de duas colunas.

“Gráfico é a tentativa de se expressar visualmente dados ou valores numéricos, de maneiras diferentes, assim facilitando a sua compreensão.” (Jensen & Anderson, 1992)⁶¹

“Um gráfico de frequências consiste na imagem gráfica da tabela de frequências.” (Hall, Neves, & Pereira, 2011, p. 15)

⁵⁹ Ligação – Google Tradutor

⁶⁰ “TABELA”, in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2021, <https://dicionario.priberam.org/tabela> [consultado em 07-07-2021].

⁶¹ Wikipédia “Gráfico”

Existem várias formas de apresentar os dados graficamente, cada uma delas mais ou menos adequada ao tipo de informação que se pretende divulgar.

A escolha do gráfico mais apropriado para transmitir determinada informação é importante, a fim de evitar leituras incorretas dessa mesma informação.

Um gráfico deve possuir toda a informação considerada relevante para o que se pretende divulgar, mas há que considerar que informação excessiva pode dificultar a leitura e compreensão do gráfico.

Os tipos de gráficos mais comuns são: gráficos de barras, de colunas, de linhas, circulares, em anel, de área, de dispersão, de radar e histograma.

As tabelas utilizadas na apresentação dos resultados deste trabalho são tabelas de frequência absoluta trabalhadas pelo *software da IBM, SPSS – Statistical Package for the Social Sciences* e os gráficos trabalhados pelo *software Microsoft Excel*, posteriormente transcritos para o relatório do projeto.

3.6. A Redação do Relatório Final

“É extremamente importante o investigador estar ciente de que os resultados alcançados pela investigação (positivos e negativos), constituem a parte substantiva de qualquer relatório.” (Carmo & Ferreira, 2008, p. 178)

Na redação do relatório utilizámos, preferencialmente, as Normas Orientadoras para a Elaboração de Trabalhos Académicos (Romacho, Coelho, Alves, & Ascensão, 2011) e adicionalmente, o modelo adaptado de Glatthorn (1998) apresentado por Correia & Mesquita, em “Mestrados & Doutoramentos - Estratégias para a elaboração de trabalhos científicos: o desafio da excelência” (2014)

O relatório do projeto foi sendo descrito ao longo do tempo em que se realizou o trabalho de investigação, tendo sido concluído no final do mês de outubro de 2021, com a redação: das conclusões, das limitações ao estudo encontradas e das recomendações e sugestões para trabalho futuro.

CAPÍTULO IV – Apresentação e Discussão dos Resultados

4.1. Visão Panorâmica do Capítulo - Introdução

Neste capítulo IV são apresentados os resultados alcançados pelo estudo, e analisados e discutidos esses mesmos resultados.

Este capítulo constará dos seguintes subcapítulos: Visão Panorâmica do Capítulo, Apresentação de Resultados e Discussão dos Resultados.

No primeiro subcapítulo será dada uma visão da descrição dos subcapítulos seguintes, no segundo subcapítulo serão apresentados os resultados conseguidos e o do terceiro capítulo consta a discussão dos resultados obtidos.

4.2. Apresentação de Resultados

Neste subcapítulo apresentamos os resultados obtidos.

As tabelas de frequências e os gráficos foram elaborados pelo autor, as primeiras através do software *IBM SPSS – Statistical Package for the Social Sciences* e os segundos através da aplicação de *software Microsoft Excel 365*.

Com base nos dados recolhidos foram obtidos os resultados que a seguir se indicam, se descrevem nos quadros de tabelas de frequência e gráficos e se analisam os resultados.

A1 - Caracterização da Organização (Associação de Bombeiros) - População e Amostra

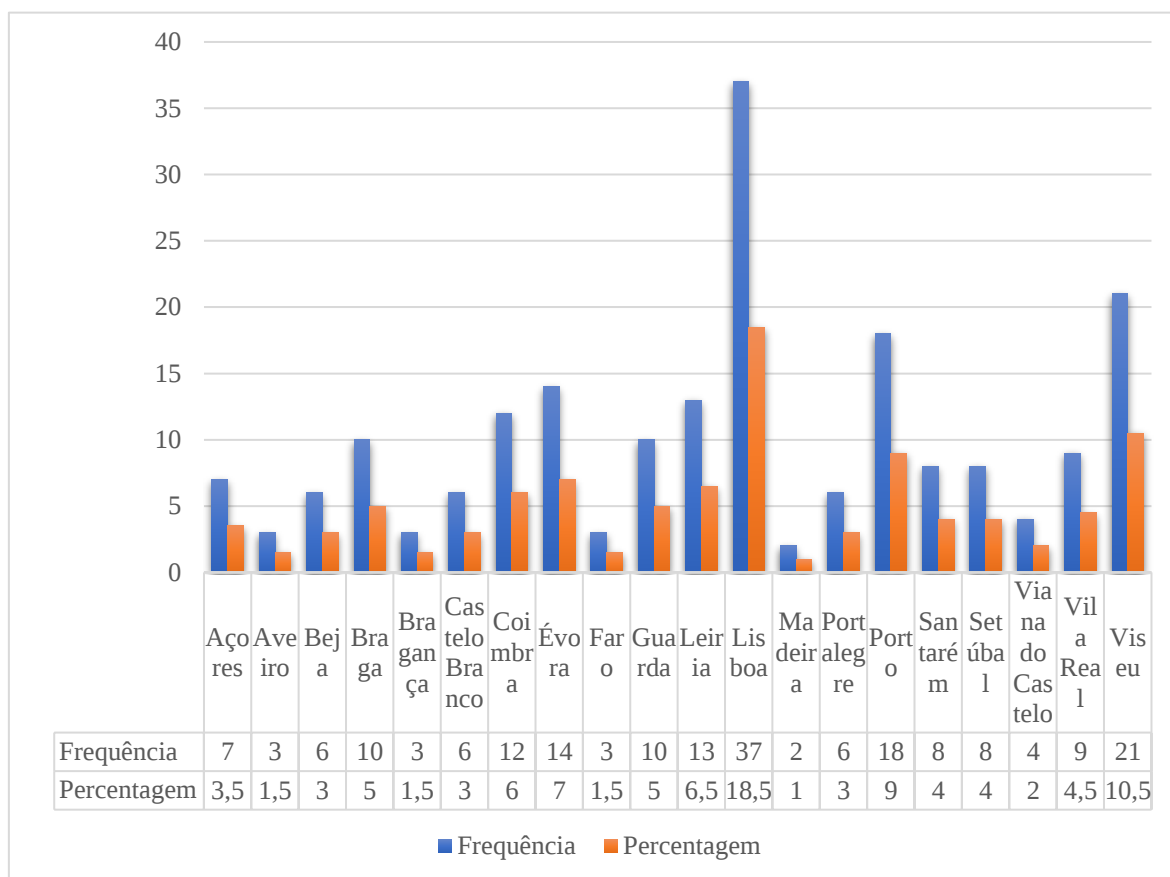
Tabela 8 – A1 - 1 Distribuição de Frequências da Amostra (Respondentes) - Distrito ou Região

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida		Percentagem cumulativa
Válido	Açores	7	3,5	3,5	3,5
	Aveiro	3	1,5	1,5	5,0
	Beja	6	3,0	3,0	8,0
	Braga	10	5,0	5,0	13,0
	Bragança	3	1,5	1,5	14,5
	Castelo Branco	6	3,0	3,0	17,5
	Coimbra	12	6,0	6,0	23,5
	Évora	14	7,0	7,0	30,5
	Faro	3	1,5	1,5	32,0
	Guarda	10	5,0	5,0	37,0
	Leiria	13	6,5	6,5	43,5
	Lisboa	37	18,5	18,5	62,0
	Madeira	2	1,0	1,0	63,0
	Portalegre	6	3,0	3,0	66,0
	Porto	18	9,0	9,0	75,0
	Santarém	8	4,0	4,0	79,0
	Setúbal	8	4,0	4,0	83,0
	Viana do Castelo	4	2,0	2,0	85,0
	Vila Real	9	4,5	4,5	89,5
	Viseu	21	10,5	10,5	100,0
	Total	200	100,0	100,0	

Fonte: Elaborado pelo autor, através do software SPSS

*A Perceção da Importância da Contabilidade como Sistema de Informação,
no Âmbito da Tomada de Decisão da Gestão
O caso das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários*

Gráfico 1 - Distrito ou Região



Fonte: Elaborado pelo autor, através do *software* Excel

Tabela 9 – A1 – 2 Total de Bombeiros e Bombeiras Voluntários(as)

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Até 20	3	1,5	1,5	1,5
	De 21 a 50	54	27,0	27,0	28,5
	De 51 a 85	76	38,0	38,0	66,5
	De 86 a 120	52	26,0	26,0	92,5
	Mais de 120	15	7,5	7,5	100,0
	Total	200	100,0	100,0	

Fonte: Elaborado pelo autor, através do software SPSS

Tabela 10 – A1 – 3 - Colaboradores(as) remunerados

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	De 1 a 10	7	3,5	3,5	3,5
	De 11 a 20	79	39,5	39,5	43,0
	De 21 a 50	105	52,5	52,5	95,5
	Mais de 50	9	4,5	4,5	100,0
	Total	200	100,0	100,0	

Fonte: Elaborado pelo autor, através do software SPSS

Tabela 11 – A1 – 4 - N° de Diretores da Associação

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	0 a 5	50	25,0	25,0	25,0
	Mais de 5	150	75,0	75,0	100,0
	Total	200	100,0	100,0	

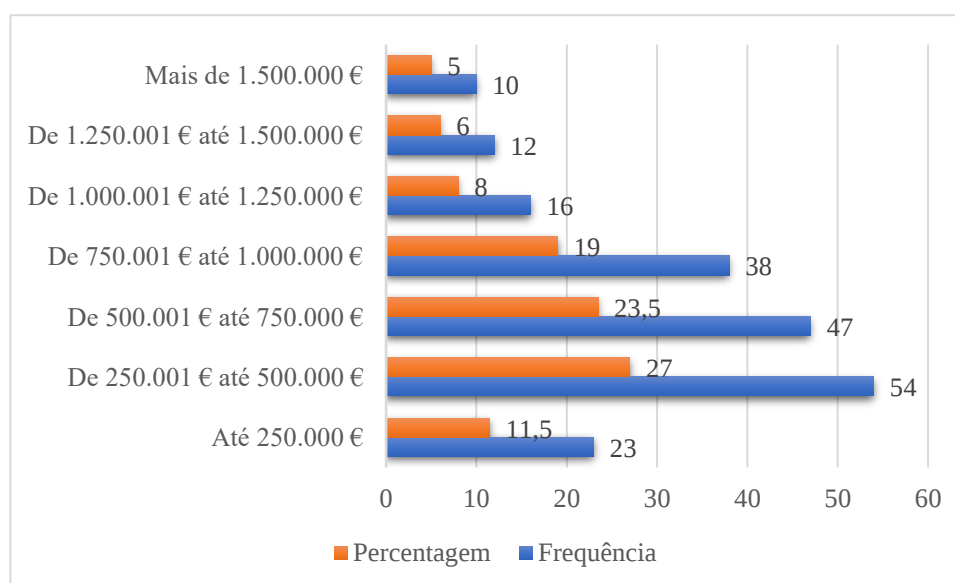
*A Percepção da Importância da Contabilidade como Sistema de Informação,
no Âmbito da Tomada de Decisão da Gestão
O caso das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários*

Tabela 12 – A1 – 5 - Total dos Rendimentos em 2019

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Até 250.000 €	23	11,5	11,5	11,5
	De 250.001 € até 500.000 €	54	27,0	27,0	38,5
	De 500.001 € até 750.000 €	47	23,5	23,5	62,0
	De 750.001 € até 1.000.000 €	38	19,0	19,0	81,0
	De 1.000.001 € até 1.250.000 €	16	8,0	8,0	89,0
	De 1.250.001 € até 1.500.000 €	12	6,0	6,0	95,0
	Mais de 1.500.000 €	10	5,0	5,0	100,0
	Total	200	100,0	100,0	

Fonte: Elaborado pelo autor, através do *software* SPSS

Gráfico 2 - Total dos Rendimentos em 2019



Fonte: Elaborado pelo autor, através do *software* Excel

Tabela 13 – A1 – 6 - Em 2019 apresentou Resultados: Positivos ou Negativos

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
VálidoNegativos	61	30,5	30,5	30,5
Positivos	139	69,5	69,5	100,0
Total	200	100,0	100,0	

Fonte: Elaborado pelo autor, através do *software* SPSS

Caracterização da Organização (Associação de Bombeiros) - População e Amostra

- a) O efetivo de bombeiros voluntários por associação situa-se entre 21 e 85 bombeiros 65,0% (130 respostas) e o dos colaboradores remunerados (bombeiros e não bombeiros) por associação é de entre 11 e 50 colaboradores 82,0% (184 respostas);
- b) Que o número de diretores (gestores) por associação é superior a 5 em 75,0% (150 respostas);
- c) O nível de rendimentos das associações é muito variável, mas mais de metade das respostas (101 e 50,5%) situam-no entre 250.000,00 € e 750.000,00 €;
- d) Sobre o resultado alcançado no ano fiscal de 2019, 139 respondentes, ou sejam 69,5%, dizem que foram positivos e apenas 61 (30,5%) responderam que foram negativos;

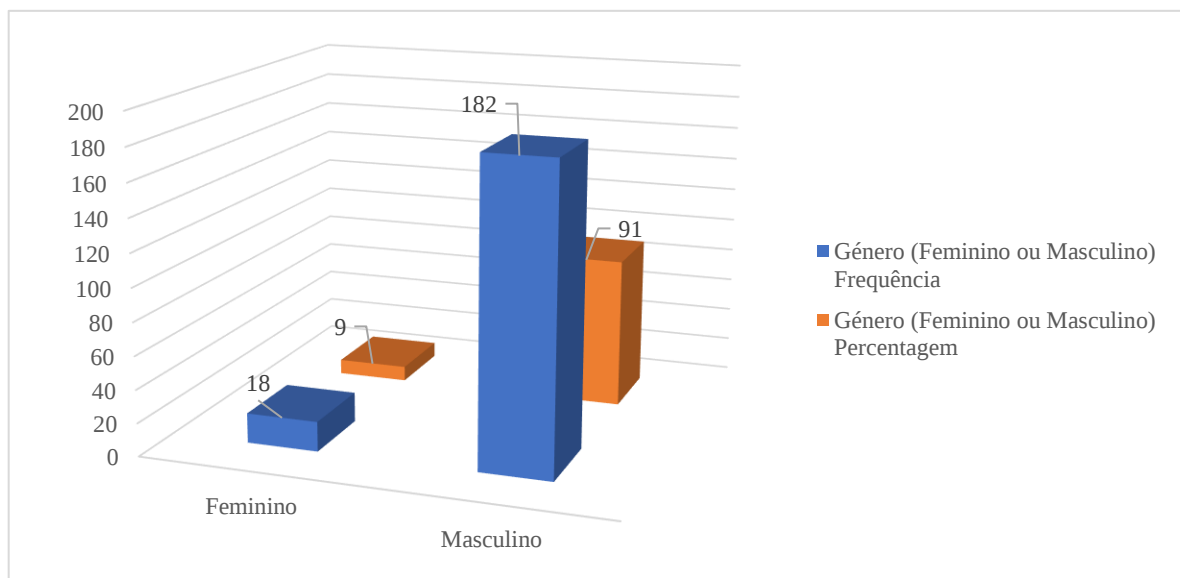
A2 - Caracterização dos Gestores (Diretores) da Associação de Bombeiros

Tabela 14 – A2 – 7 - Género (Feminino ou Masculino)

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido Feminino	18	9,0	9,0	9,0
Masculino	182	91,0	91,0	100,0
Total	200	100,0	100,0	

Fonte: Elaborado pelo autor, através do *software* SPSS

Gráfico 3 - Género (Feminino ou Masculino)



Fonte: Elaborado pelo autor, através do *software* Excel

*A Percepção da Importância da Contabilidade como Sistema de Informação,
no Âmbito da Tomada de Decisão da Gestão
O caso das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários*

Tabela 15 – A2 – 8 - Escalão de idade

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido				
De 18 a 30	4	2,0	2,0	2,0
De 31 a 45	41	20,5	20,5	22,5
De 46 a 55	61	30,5	30,5	53,0
De 56 a 65	56	28,0	28,0	81,0
Mais de 65	38	19,0	19,0	100,0
Total	200	100,0	100,0	

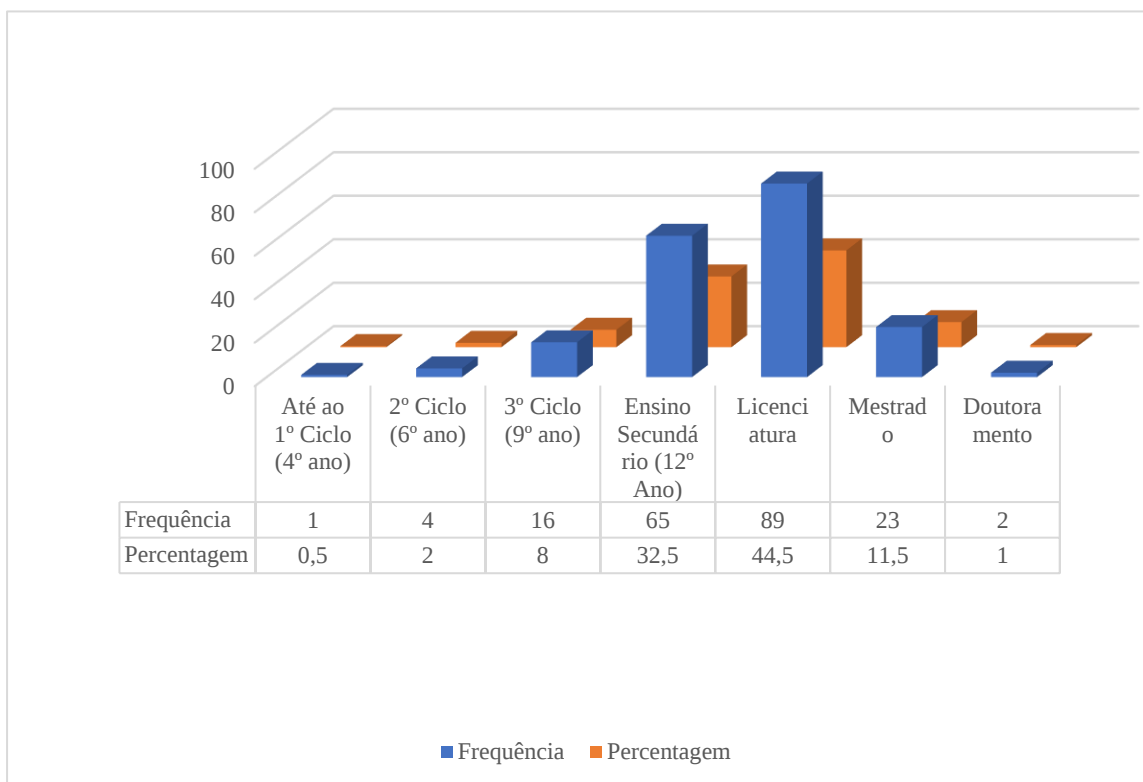
Fonte: Elaborado pelo autor, através do *software* SPSS

Tabela 16 – A2 – 9 - Habilitações Académicas

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido				
Até ao 1º Ciclo (4º ano)	1	,5	,5	,5
2º Ciclo (6º ano)	4	2,0	2,0	2,5
3º Ciclo (9º ano)	16	8,0	8,0	10,5
Ensino Secundário (12º Ano)	65	32,5	32,5	43,0
Licenciatura	89	44,5	44,5	87,5
Mestrado	23	11,5	11,5	99,0
Doutoramento	2	1,0	1,0	100,0
Total	200	100,0	100,0	

Fonte: Elaborado pelo autor, através do *software* SPSS

Gráfico 4 - Habilitações Académicas



Fonte: Elaborado pelo autor, através do software Excel

Tabela 17 – A2 – 10 - Em Atividade

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Não (Reformado/Aposentado/Desempregado, etc.)	55	27,5	27,5	27,5
	Sim	145	72,5	72,5	100,0
	Total	200	100,0	100,0	

Fonte: Elaborado pelo autor, através do software SPSS

*A Percepção da Importância da Contabilidade como Sistema de Informação,
no Âmbito da Tomada de Decisão da Gestão
O caso das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários*

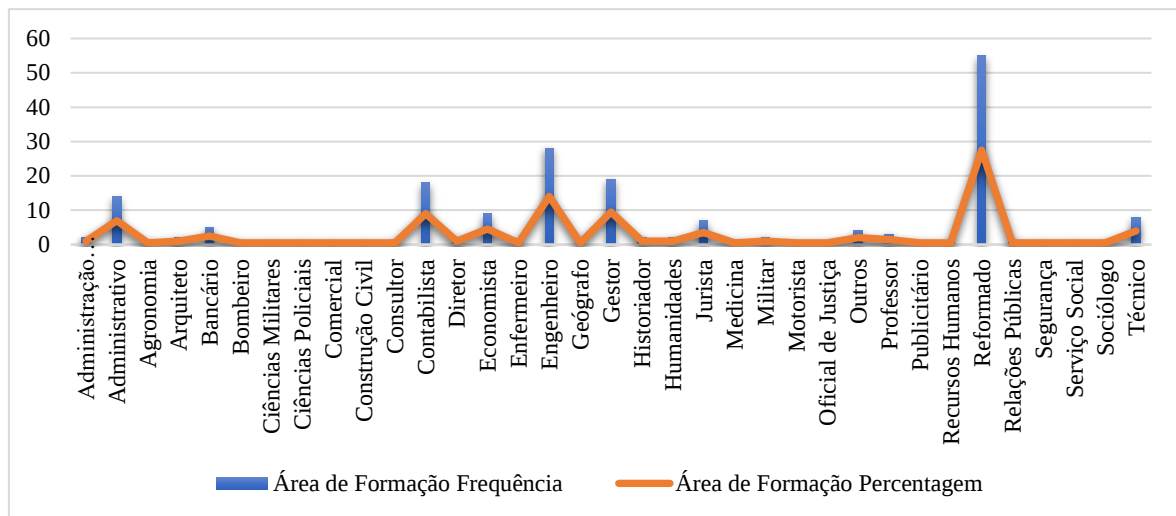
Tabela 18 – A2 – 11 - Área de Formação
Frequência **Percentagem** **Percentagem válida** **Percentagem cumulativa**

Válido	Administração Pública	2	1,0	1,0	1,0
	Administrativo	14	7,0	7,0	8,0
	Agronomia	1	,5	,5	8,5
	Arquiteto	2	1,0	1,0	9,5
	Bancário	5	2,5	2,5	12,0
	Bombeiro	1	,5	,5	12,5
	Ciências Militares	1	,5	,5	13,0
	Ciências Policiais	1	,5	,5	13,5
	Comercial	1	,5	,5	14,0
	Construção Civil	1	,5	,5	14,5
	Consultor	1	,5	,5	15,0
	Contabilista	18	9,0	9,0	24,0
	Diretor	2	1,0	1,0	25,0
	Economista	9	4,5	4,5	29,5
	Enfermeiro	1	,5	,5	30,0
	Engenheiro	28	14,0	14,0	44,0
	Geógrafo	1	,5	,5	44,5
	Gestor	19	9,5	9,5	54,0
	Historiador	2	1,0	1,0	55,0
	Humanidades	2	1,0	1,0	56,0
	Jurista	7	3,5	3,5	59,5
	Medicina	1	,5	,5	60,0
	Militar	2	1,0	1,0	61,0
	Motorista	1	,5	,5	61,5
	Oficial de Justiça	1	,5	,5	62,0
	Outros	4	2,0	2,0	64,0
	Professor	3	1,5	1,5	65,5
	Publicitário	1	,5	,5	66,0
	Recursos Humanos	1	,5	,5	66,5
	Reformado	55	27,5	27,5	94,0
	Relações Públicas	1	,5	,5	94,5
	Segurança	1	,5	,5	95,0
	Serviço Social	1	,5	,5	95,5
	Sociólogo	1	,5	,5	96,0
	Técnico	8	4,0	4,0	100,0
	Total	200	100,0	100,0	

Fonte: Elaborado pelo autor, através do software SPSS

*A Percepção da Importância da Contabilidade como Sistema de Informação,
no Âmbito da Tomada de Decisão da Gestão
O caso das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários*

Gráfico 5 - Área de Formação



Fonte: Elaborado pelo autor, através do *software* Excel

*A Percepção da Importância da Contabilidade como Sistema de Informação,
no Âmbito da Tomada de Decisão da Gestão
O caso das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários*

Tabela 19 – A2 – 12 - Experiência em Direção ou Administração
Frequência Percentagem Percentagem válida Percentagem cumulativa

Válido	Menos de 1	5	2,5	2,5	2,5
	De 1 a 5	33	16,5	16,5	19,0
	De 6 a 10	40	20,0	20,0	39,0
	De 11 a 20	56	28,0	28,0	67,0
	Mais de 20	66	33,0	33,0	100,0
	Total	200	100,0	100,0	

Fonte: Elaborado pelo autor, através do *software* SPSS

Tabela 20 – A2 – 13 - Frequentou, procura ou já procurou frequentar cursos de formação em
Gestão?

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Não	73	36,5	36,5	36,5
	Sim	127	63,5	63,5	100,0
	Total	200	100,0	100,0	

Fonte: Elaborado pelo autor, através do *software* SPSS

Tabela 21 – A2 – 14 - Porque não tem procurado frequentar formação em Gestão

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	127	63,5	63,5	63,5
Não acrescentam nada ao conhecimento;	1	,5	,5	64,0
Não existe informação exterior sobre estes tipos de cursos;	7	3,5	3,5	67,5
Não existe informação exterior sobre estes tipos de cursos; Não existem recursos financeiros suficientes;	2	1,0	1,0	68,5
Não existem recursos financeiros suficientes;	5	2,5	2,5	71,0
Não existem recursos financeiros suficientes; Não existe informação exterior sobre estes tipos de cursos;	2	1,0	1,0	72,0
Não existem recursos financeiros suficientes; Não tenho disponibilidade ou oportunidade;	2	1,0	1,0	73,0
Não tenho disponibilidade ou oportunidade;	34	17,0	17,0	90,0
Não tenho disponibilidade ou oportunidade; Não existem recursos financeiros suficientes;	1	,5	,5	90,5
Não tenho disponibilidade ou oportunidade; Não tenho interesse;	1	,5	,5	91,0
Não tenho interesse;	17	8,5	8,5	99,5
Não tenho interesse; Não tenho disponibilidade ou oportunidade; Não acrescentam nada ao conhecimento;	1	,5	,5	100,0
Total	200	100,0	100,0	

Fonte: Elaborado pelo autor, através do software SPSS

Caracterização dos Gestores (Diretores) da Associação de Bombeiros:

a) A grande maioria dos gestores (diretores), das associações de bombeiros, são homens (182 e 91,0% dos respondentes), enquanto apenas 9,0% (18 dos respondentes) serão mulheres;

- b) A grande maioria, ou sejam 77,5% dos gestores (diretores) das associações de bombeiros tem mais de 46 anos (155 respostas);
- c) No que às habilitações académicas diz respeito, 57,0% (114 respostas) possui habilitações académicas de licenciatura ou superior;
- d) Quando perguntado se ainda estão em atividade, 145 (72,5%) responderam que sim e 55 (27,5%) responderam que não;
- e) A área de formação dos inquiridos é muito variada, sendo os reformados o maior contingente (55 respostas, correspondentes à percentagem de 27,5%), seguidos dos engenheiros, com 28 respostas e 14,0%, os gestores, com 19 respostas e 9,5%, os contabilistas, com 18 respostas e 9,0% e ainda os administrativos com 14 respostas e 7,0%;
- f) Quando se pergunta os anos de experiência em direção ou administração, a grande maioria responde que tem mais de 6 anos de experiência (162 respostas e 81,0%) e apenas 38 responde ter 5 ou menos (38 respostas e 19,0%);
- g) À pergunta se frequentou, procura ou já procurou frequentar cursos de formação relacionados com gestão, a maioria dos respondentes diz que sim (127 respostas e 63,5%);
- h) À pergunta efetuada aos 73 respondentes, que responderam “não” a “porque não tem procurado frequentar cursos relacionados com gestão”, as respostas mais comuns foram: “não tenho disponibilidade ou oportunidade” responderam 34 gestores e 17 responderam “não tenho interesse”.

B1 – A Elaboração da Contabilidade da Associação de Bombeiros

Tabela 22 - B1 - 15 Onde está sediado o serviço de contabilidade da Associação?

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido Em Empresa de Contabilidade (externamente)	95	47,5	47,5	47,5
Na Associação (internamente)	60	30,0	30,0	77,5
Parte Internamente e Parte Externamente	45	22,5	22,5	100,0
Total	200	100,0	100,0	

Fonte: Elaborado pelo autor, através do software SPSS

Tabela 23 - B1 - 16 Algum(a) colaborador(a) prepara e fornece a documentação à contabilidade?

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido Não	5	2,5	2,5	2,5
Sim	195	97,5	97,5	100,0
Total	200	100,0	100,0	

Fonte: Elaborado pelo autor, através do software SPSS

Contabilidade Geral ou Financeira

Tabela 24 - B1 - 17 Contabilidade Geral ou Financeira

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido Desconheço	10	5,0	5,0	5,0
Na Associação	82	41,0	41,0	46,0
Na empresa de Contabilidade	106	53,0	53,0	99,0
Não aplicável	2	1,0	1,0	100,0
Total	200	100,0	100,0	

Fonte: Elaborado pelo autor, através do software SPSS

Contabilidade Analítica ou de Gestão:

Tabela 25 - B1 - 17 Contabilidade Analítica ou de Gestão

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Desconheço	15	7,5	7,5	7,5
	Na Associação	68	34,0	34,0	41,5
	Na empresa de Contabilidade	93	46,5	46,5	88,0
	Não aplicável	24	12,0	12,0	100,0
	Total	200	100,0	100,0	

Fonte: Elaborado pelo autor, através do *software SPSS*

Contabilidade Orçamental:

Tabela 26 - B1 - 17 Contabilidade Orçamental

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Desconheço	14	7,0	7,0	7,0
	Na Associação	91	45,5	45,5	52,5
	Na empresa de Contabilidade	70	35,0	35,0	87,5
	Não aplicável	25	12,5	12,5	100,0
	Total	200	100,0	100,0	

Fonte: Elaborado pelo autor, através do *software SPSS*

Tabela 27 - B1 - 18 Periodicidade da Remessa da Informação à Associação

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Raramente ou Nunca	2	1,0	1,0	1,0
	Anualmente	5	2,5	2,5	3,5
	Semestralmente	19	9,5	9,5	13,0
	Trimestralmente	71	35,5	35,5	48,5
	Mensalmente	103	51,5	51,5	100,0
	Total	200	100,0	100,0	

Fonte: Elaborado pelo autor, através do *software SPSS*

Tabela 28 - B1 - 19 O contabilista toma a iniciativa de entregar a informação contabilística ou tem de lhe ser pedida

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Não é entregue	1	,5	,5	,5
	Por iniciativa do responsável pela Contabilidade	73	36,5	36,5	37,0
	Por solicitação da Direção da Associação	51	25,5	25,5	62,5
	Ambos os casos anteriores	75	37,5	37,5	100,0
	Total	200	100,0	100,0	

Fonte: Elaborado pelo autor, através do software SPSS

a) Sobre onde está sediado o serviço de contabilidade da associação, obtivemos 95 respostas, com 47,5%, em como a contabilidade está sediada na empresa de contabilidade e 60 respostas, com 30,0%, em como está sediada na Associação, tendo obtido ainda 45 respostas, com 22,5%, em como a contabilidade estaria repartida entre a associação e a empresa de contabilidade;

b) À pergunta se “algum colaborador prepara e fornece a documentação à contabilidade”, obtivemos 195 respostas (97,5%) afirmativas e apenas 5 respostas (2,5%) negativas;

c) À pergunta “que tipos de aplicações contabilísticas é que existem na associação e onde é que a contabilidade é elaborada, obtivemos as seguintes respostas:

1 Quanto à contabilidade geral ou financeira, 106 respondentes (53,0%) dizem que é elaborada na empresa de contabilidade, enquanto 82 respondentes (41,0%) dizem que é elaborada na associação;

2 Quanto à contabilidade analítica ou de gestão, 93 respondentes (46,5%) informam que é elaborada na empresa de contabilidade e 68 respondentes (34,0%) dizem que é elaborada na associação. Ainda foram obtidas 24 respostas (12,0%) em como “não aplicável” (a associação não terá este tipo de contabilidade) e ainda 15 respostas (7,5%) com “desconheço”;

3 Quanto à contabilidade orçamental, 70 respondentes (35,0%) informam que é elaborada na empresa de contabilidade e 91 respondentes (45,5%) dizem que é elaborada na associação. Ainda foram obtidas 25 respostas (12,5%) em como “não aplicável” (a

associação não terá este tipo de contabilidade) e ainda 14 respostas (7,0%) com “desconheço”.

d) Sobre a periodicidade da remessa da informação contabilística à associação, apenas pouco mais de metade das associações recebem mensalmente a informação contabilística do contabilista (103 respondentes, com 51,5%). Havendo ainda 5 (2,5%) respostas indicando que só anualmente recebem essa informação;

e) Quando foi perguntado se “o contabilista toma a iniciativa de entregar a informação contabilística ou tem que lhe ser pedida”, obtivemos 73 respostas (36,5%), em como é o contabilista que toma a iniciativa de entregar a informação contabilística e 51 respostas (25,5%) em como essa entrega é por solicitação da contabilidade. Ainda obtivemos 75 respostas (37,5%) em que a iniciativa tanto pode ser do contabilista ou da associação. Houve ainda uma resposta (0,5%) em que diz que não é entregue.

B2 - Os Custos com a Contabilidade da Associação de Bombeiros

Tabela 29 - B2 - 20 Vê a contabilidade como uma mais-valia ou um custo desnecessário?

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Um custo desnecessário	2	1,0	1,0	1,0
	Uma mais-valia	198	99,0	99,0	100,0
	Total	200	100,0	100,0	

Fonte: Elaborado pelo autor, através do software SPSS

Tabela 30 - B2 - 21 O custo que suporta mensalmente com a Contabilidade (IVA incluído)?

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Menos de 100 €	10	5,0	5,0	5,0
	Entre 101 € e 250 €	57	28,5	28,5	33,5
	Entre 251 € e 500 €	86	43,0	43,0	76,5
	Entre 501 € e 1.000 €	31	15,5	15,5	92,0
	Mais de 1.000 €	16	8,0	8,0	100,0
	Total	200	100,0	100,0	

Fonte: Elaborado pelo autor, através do software SPSS

*A Percepção da Importância da Contabilidade como Sistema de Informação,
no Âmbito da Tomada de Decisão da Gestão
O caso das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários*

Tabela 31 - B2 - 22 Como considera o nível do custo que suporta com a elaboração da Contabilidade?

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Muito reduzido	10	5,0	5,0	5,0
	Reduzido	22	11,0	11,0	16,0
	Valor Justo	152	76,0	76,0	92,0
	Elevado	14	7,0	7,0	99,0
	Muito elevado	2	1,0	1,0	100,0
	Total	200	100,0	100,0	

Fonte: Elaborado pelo autor, através do *software SPSS*

Tabela 32 - B2 - 23 Considera o responsável pela contabilidade, um criador de valor para a Associação?

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Não	15	7,5	7,5	7,5
	Sim	185	92,5	92,5	100,0
	Total	200	100,0	100,0	

Fonte: Elaborado pelo autor, através do *software SPSS*

Tabela 33 - B2 - 24 Prefiro pagar mais pelo serviço de Contabilidade, para ter uma informação de confiança e qualidade

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Discordo totalmente	2	1,0	1,0	1,0
	Discordo parcialmente	4	2,0	2,0	3,0
	Não concordo, nem discordo	17	8,5	8,5	11,5
	Concordo parcialmente	54	27,0	27,0	38,5
	Concordo totalmente	123	61,5	61,5	100,0
	Total	200	100,0	100,0	

Fonte: Elaborado pelo autor, através do *software SPSS*

Tabela 34 - B2 - 24 Prefiro pagar pouco pelo serviço de Contabilidade e que sejam cumpridas as obrigações legais mínimas

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Discordo totalmente	103	51,5	51,5	51,5
	Discordo parcialmente	45	22,5	22,5	74,0
	Não concordo, nem discordo	29	14,5	14,5	88,5
	Concordo parcialmente	16	8,0	8,0	96,5
	Concordo totalmente	7	3,5	3,5	100,0
	Total	200	100,0	100,0	

Fonte: Elaborado pelo autor, através do software SPSS

Tabela 35 - B2 - 24 Prefiro pagar o mínimo possível pelo serviço de Contabilidade, sujeitando-se a eventuais coimas da Autoridade Tributária por incumprimentos

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Discordo totalmente	167	83,5	83,5	83,5
	Discordo parcialmente	12	6,0	6,0	89,5
	Não concordo, nem discordo	8	4,0	4,0	93,5
	Concordo parcialmente	7	3,5	3,5	97,0
	Discordo totalmente	6	3,0	3,0	100,0
	Total	200	100,0	100,0	

Fonte: Elaborado pelo autor, através do software SPSS

Tabela 36 - B2 - 24 Já deixei de ter ou fazer algo importante para a Associação, para poder cumprir com os pagamentos pelo serviço de Contabilidade

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Discordo totalmente	131	65,5	65,5	65,5
	Discordo parcialmente	13	6,5	6,5	72,0
	Não concordo, nem discordo	33	16,5	16,5	88,5
	Concordo parcialmente	14	7,0	7,0	95,5
	Concordo totalmente	9	4,5	4,5	100,0
	Total	200	100,0	100,0	

Fonte: Elaborado pelo autor, através do software SPSS

Os Custos com a Contabilidade das Associações de Bombeiros

a) Ao ser perguntado se vê a contabilidade como uma mais-valia ou um custo desnecessário, a grande maioria dos respondentes diz que é uma mais-valia (198 respostas e 99,0%) e apenas duas respostas (1,0%) diz que é um custo desnecessário;

b) Sobre quanto o custo suportado mensalmente com a contabilidade, 86 respondentes (43,0%) dizem que pagam entre 251,00 € e 500,00 €, 57 respondentes (28,5%) dizem que pagam entre 101,00€ e 250,00 €, 31 respondentes (15,5%) entre 501,00 € e 1.000,00 €, 16 respondentes (8,0%) mais de 1.000,00 €. Apenas 10 respondentes (5,0%) dizem pagar menos de 100,00 €;

c) À pergunta “como considera o nível de custo que suporta com a elaboração da contabilidade” uma grande maioria dos inquiridos considera esse custo um “Valor Justo”, 152 dos respondentes (76,0%). Apenas 14 dos respondentes (7,0%) o considera elevado e 2 respondentes (1,0%) o considera muito elevado;

d) À pergunta se “considera o responsável pela contabilidade, um criador de valor para a associação” uma grande parte dos respondentes (185 com 92,5%) considera esse responsável como um “criador de valor” e apenas 15 respondentes (7,5%) não o considera um “criador de valor”;

e) Ao ser pedido para escolher o grau de concordância com as afirmações que se seguem obtivemos as seguintes respostas:

1 Ao ser perguntado “prefiro pagar mais pelo serviço de contabilidade, para ter uma informação de confiança e qualidade”, 123 respondentes (61,5%) concorda totalmente, 54 respondentes (27,0%) concorda parcialmente;

2 Ao ser perguntado “prefiro pagar pouco pelo serviço de contabilidade e que sejam cumpridas as obrigações legais mínimas”, 103 (51,5%) discordam totalmente e 45 respondentes (22,5%) discordam parcialmente;

3 À pergunta “prefiro pagar o mínimo possível pelo serviço de contabilidade, sujeitando-se a eventuais coimas da Autoridade Tributária por incumprimentos”, 167 respondentes (83,5%) discordam totalmente, havendo ainda 12 respondentes (6,0%) que discordam parcialmente;

4 À pergunta “já deixei de ter ou fazer algo importante para a associação, para poder cumprir com os pagamentos pelo serviço de contabilidade”, a maioria de 131 respostas (65,5%) discorda totalmente, havendo ainda 33 respostas de “não concorda nem discorda” e 13 respostas (6,5%) que a discordar parcialmente. Inversamente, apenas 14 respondentes (7,0%) concorda parcialmente e 9 respondentes (4,5%) concorda totalmente.

C1 - A Utilização da Informação Contabilística na Associação de Bombeiros

Tabela 37 - C1 - 25 Possuir contabilidade é uma obrigação legal. Se não o fosse, continuaria a ter esse serviço?

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Não	3	1,5	1,5	1,5
	Sim	197	98,5	98,5	100,0
	Total	200	100,0	100,0	

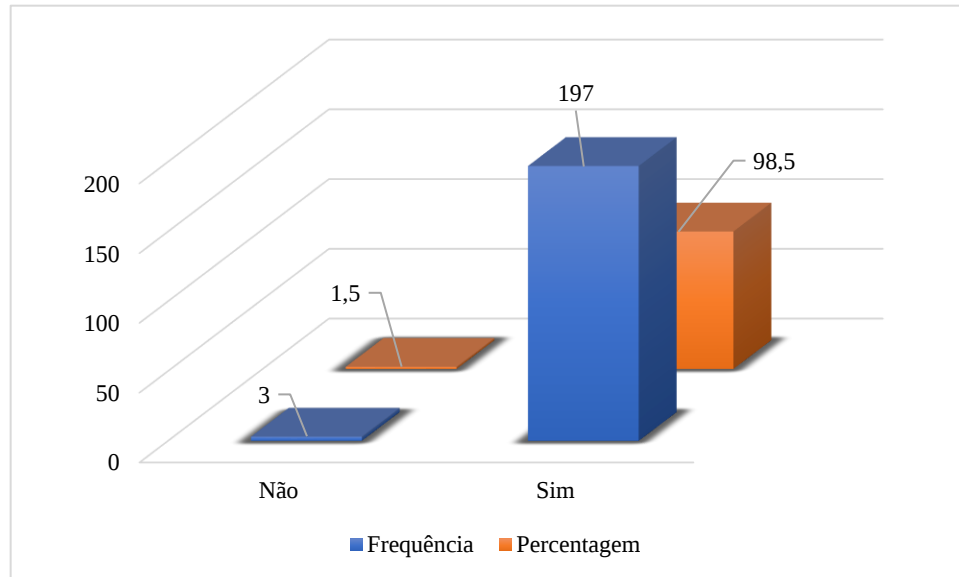
Fonte: Elaborado pelo autor, através do *software* SPSS

Tabela 38 - C1 - 26 Utiliza a informação da Contabilidade na Gestão da Associação?

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Não	3	1,5	1,5	1,5
	Sim	197	98,5	98,5	100,0
	Total	200	100,0	100,0	

Fonte: Elaborado pelo autor, através do *software* SPSS

Gráfico 6 - Utiliza a informação da Contabilidade na Gestão da Associação



Fonte: Elaborado pelo autor, através do *software Excel*

A Utilização da Informação Contabilística na Associação de Bombeiros

a) Ao ser perguntado se “possuir contabilidade é uma obrigação legal, se não fosse, continuaria a ter esse serviço, a grande maioria, 197 respondentes (98,5%) respondeu afirmativamente, enquanto apenas 3 respondentes (1,5%) respondeu negativamente;

b) Ao ser perguntado se “utiliza a informação da contabilidade na gestão da vossa associação, a grande maioria, 197 respondentes (98,5%) respondeu afirmativamente, enquanto apenas 3 respondentes (1,5%) respondeu negativamente;

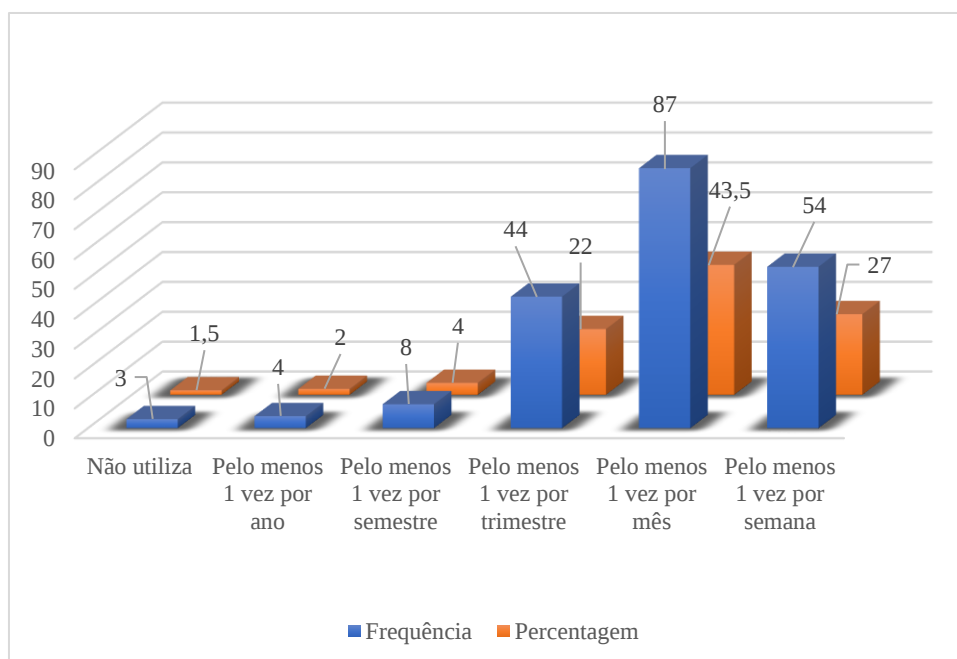
C2 - Utiliza a Informação Contabilística da Associação de Bombeiros

Tabela 39 - C2 - 27 Com que frequência utiliza a informação da Contabilidade na Gestão

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Não utiliza	3	1,5	1,5	1,5
	Pelo menos 1 vez por ano	4	2,0	2,0	3,5
	Pelo menos 1 vez por semestre	8	4,0	4,0	7,5
	Pelo menos 1 vez por trimestre	44	22,0	22,0	29,5
	Pelo menos 1 vez por mês	87	43,5	43,5	73,0
	Pelo menos 1 vez por semana	54	27,0	27,0	100,0
	Total	200	100,0	100,0	

Fonte: Elaborado pelo autor, através do *software* SPSS

Gráfico 7 - Com que frequência utiliza a informação da Contabilidade na Gestão



Fonte: Elaborado pelo autor, através do *software* Excel

Tabela 40 - C2 - 28 Selecione quais os tipos de informação contabilística que utiliza

Números de Frequências para os 200 respondentes		
Tipos de Informação Contabilística Utilizada	Frequência	Respostas
		200
Balanço	166	
Demonstração de Resultados do Período	176	
Desvios Orçamentais (análises a balancetes, etc.)	106	
Mapas e Gráficos Personalizados	79	
Fluxos de Caixa	112	
Rácios Económico-Financeiros	57	
Outra informação a)	34	

a) 3 respondentes indicam que só utilizam outra informação

Fonte: Elaborado pelo autor, através do software Excel

De destacar:

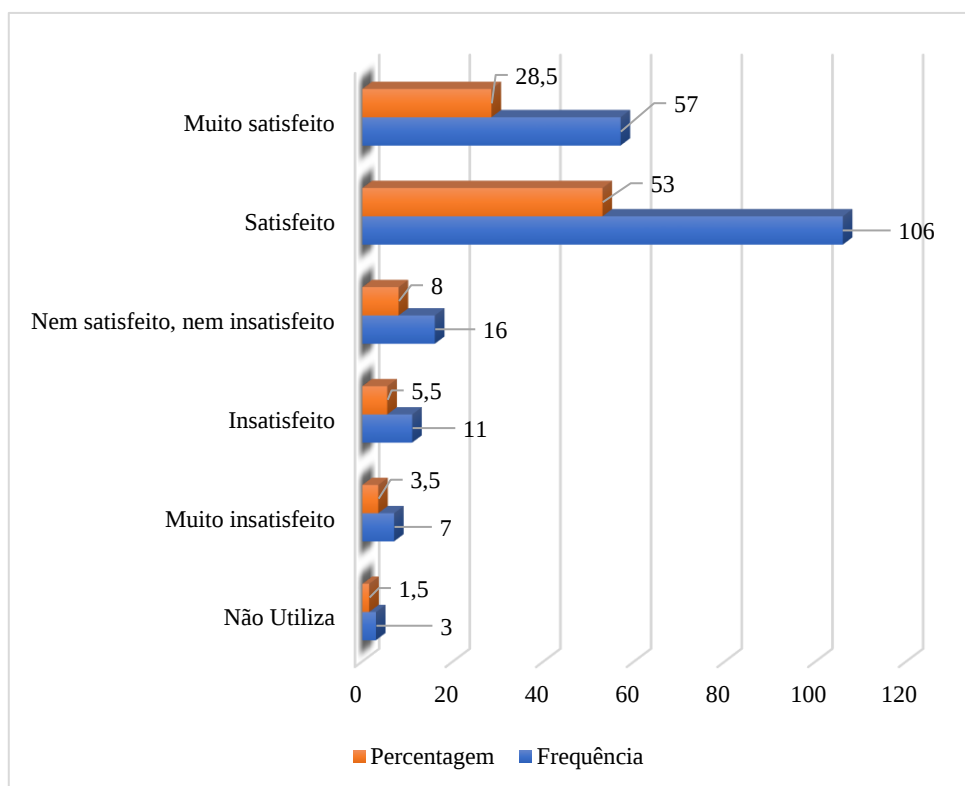
- ✓ O Balanço e a Demonstração de Resultados do Período são os mapas de informação contabilística mais utilizados pelos gestores das associações das associações de bombeiros, que responderam ao inquérito;
- ✓ Mais de $\frac{3}{4}$ dos gestores utiliza-os;
- ✓ Mais de metade dos gestores das associações de bombeiros utiliza também os mapas de Fluxos de Caixa e dos desvios Orçamentais (análise a balancetes, etc.).

Grau de satisfação com a informação da contabilidade quanto ao prazo de entrega e qualidade

Tabela 41 – C2 – 29 Prazo de Entrega				
	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	3	1,5	1,5	1,5
Muito insatisfeito	7	3,5	3,5	5,0
Insatisfeito	11	5,5	5,5	10,5
Nem satisfeito, nem insatisfeito	16	8,0	8,0	18,5
Satisfeito	106	53,0	53,0	71,5
Muito satisfeito	57	28,5	28,5	100,0
Total	200	100,0	100,0	

Fonte: Elaborado pelo autor, através do *software SPSS*

Gráfico 8 - Prazo de Entrega da Informação Contabilística



Fonte: Elaborado pelo autor, através do *software* Excel

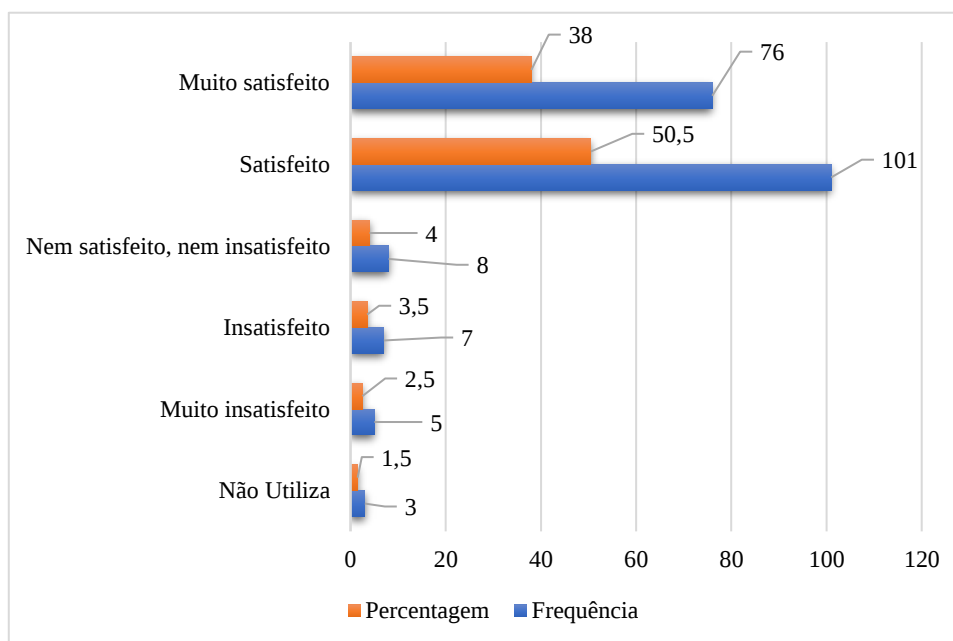
Tabela 42 – C2 - 29 Qualidade do Trabalho

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Não utiliza	3	1,5	1,5	1,5
	Muito insatisfeito	5	2,5	2,5	4,0
	Insatisfeito	7	3,5	3,5	7,5
	Nem satisfeito, nem insatisfeito	8	4,0	4,0	11,5
	Satisfeito	101	50,5	50,5	62,0
	Muito satisfeito	76	38,0	38,0	100,0
	Total	200	100,0	100,0	

Fonte: Elaborado pelo autor, através do *software* SPSS

*A Percepção da Importância da Contabilidade como Sistema de Informação,
no Âmbito da Tomada de Decisão da Gestão
O caso das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários*

Gráfico 9 - Qualidade do Trabalho



Fonte: Elaborado pelo autor, através do *software* Excel

Classifique o seu grau de concordância nas seguintes afirmações:

Tabela 43 - C2 - 30 A informação da Contabilidade é importante para compreender os resultados do final do ano

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Não Utiliza	3	1,5	1,5	1,5
	Discordo totalmente	2	1,0	1,0	2,5
	Não concordo, nem discordo	10	5,0	5,0	7,5
	Concordo parcialmente	39	19,5	19,5	27,0
	Concordo totalmente	146	73,0	73,0	100,0
	Total	200	100,0	100,0	

Fonte: Elaborado pelo autor, através do *software* SPSS

Tabela 44 - C2 - 30 A informação da Contabilidade é importante nas decisões de investimentos, novos negócios, etc. (estratégicas)

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Não Utiliza	3	1,5	1,5	1,5
	Discordo totalmente	3	1,5	1,5	3,0
	Discordo parcialmente	2	1,0	1,0	4,0
	Não concordo, nem discordo	10	5,0	5,0	9,0
	Concordo parcialmente	52	26,0	26,0	35,0
	Concordo totalmente	130	65,0	65,0	100,0
	Total	200	100,0	100,0	

Fonte: Elaborado pelo autor, através do *software* SPSS

Tabela 45 - C2 - 30 A informação da Contabilidade é importante nas decisões do dia a dia (operacionais) da Associação

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Não Utiliza	3	1,5	1,5	1,5
	Discordo totalmente	5	2,5	2,5	4,0
	Discordo parcialmente	3	1,5	1,5	5,5
	Não concordo, nem discordo	20	10,0	10,0	15,5
	Concordo parcialmente	62	31,0	31,0	46,5
	Concordo totalmente	107	53,5	53,5	100,0
	Total	200	100,0	100,0	

Fonte: Elaborado pelo autor, através do *software* SPSS

*A Percepção da Importância da Contabilidade como Sistema de Informação,
no Âmbito da Tomada de Decisão da Gestão
O caso das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários*

Tabela 46 - C2 - 30 A informação da Contabilidade é importante para o controlo orçamental

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Não Utiliza	3	1,5	1,5	1,5
	Discordo totalmente	2	1,0	1,0	2,5
	Não concordo, nem discordo	11	5,5	5,5	8,0
	Concordo parcialmente	48	24,0	24,0	32,0
	Concordo totalmente	136	68,0	68,0	100,0
	Total	200	100,0	100,0	

Fonte: Elaborado pelo autor, através do *software SPSS*

**Tabela 47 - C2 - 30 A informação da Contabilidade é importante para planear os objetivos a
atingir**

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Não Utiliza	3	1,5	1,5	1,5
	Discordo totalmente	3	1,5	1,5	3,0
	Não concordo, nem discordo	14	7,0	7,0	10,0
	Concordo parcialmente	62	31,0	31,0	41,0
	Concordo totalmente	118	59,0	59,0	100,0
	Total	200	100,0	100,0	

Fonte: Elaborado pelo autor, através do *software SPSS*

Tabela 48 - C2 - 30 Através da informação da Contabilidade, é possível prever crises financeiras e o eventual risco de insolvência

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Não Utiliza	3	1,5	1,5	1,5
	Discordo totalmente	2	1,0	1,0	2,5
	Discordo parcialmente	3	1,5	1,5	4,0
	Não concordo, nem discordo	28	14,0	14,0	18,0
	Concordo parcialmente	57	28,5	28,5	46,5
	Concordo totalmente	107	53,5	53,5	100,0
	Total	200	100,0	100,0	

Fonte: Elaborado pelo autor, através do software SPSS

Tabela 49 - C2 - 31 A informação contabilística é essencialmente um meio para apurar impostos para o Estado

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Não Utiliza	3	1,5	1,5	1,5
	Discordo totalmente	45	22,5	22,5	24,0
	Discordo parcialmente	29	14,5	14,5	38,5
	Não concordo, nem discordo	28	14,0	14,0	52,5
	Concordo parcialmente	53	26,5	26,5	79,0
	Concordo totalmente	42	21,0	21,0	100,0
	Total	200	100,0	100,0	

Fonte: Elaborado pelo autor, através do software SPSS

**Tabela 50 - C2 - 31 A utilização da informação contabilística permite um melhor
relacionamento com os clientes externos da Associação**

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Não Utiliza	3	1,5	1,5	1,5
	Discordo totalmente	3	1,5	1,5	3,0
	Discordo parcialmente	5	2,5	2,5	5,5
	Não concordo, nem discordo	51	25,5	25,5	31,0
	Concordo parcialmente	83	41,5	41,5	72,5
	Concordo totalmente	55	27,5	27,5	100,0
	Total	200	100,0	100,0	

Fonte: Elaborado pelo autor, através do software SPSS

**Tabela 51 - C2 - 31 A utilização da informação contabilística permite um melhor
relacionamento com os clientes internos das Associação**

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Não Utiliza	3	1,5	1,5	1,5
	Discordo totalmente	3	1,5	1,5	3,0
	Discordo parcialmente	6	3,0	3,0	6,0
	Não concordo, nem discordo	56	28,0	28,0	34,0
	Concordo parcialmente	77	38,5	38,5	72,5
	Concordo totalmente	55	27,5	27,5	100,0
	Total	200	100,0	100,0	

Fonte: Elaborado pelo autor, através do software SPSS

Tabela 52 - C2 - 31 A utilização da informação contabilística permite uma melhor gestão da Associação

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Não Utiliza	3	1,5	1,5	1,5
	Discordo totalmente	2	1,0	1,0	2,5
	Discordo parcialmente	1	,5	,5	3,0
	Não concordo, nem discordo	7	3,5	3,5	6,5
	Concordo parcialmente	69	34,5	34,5	41,0
	Concordo totalmente	118	59,0	59,0	100,0
	Total	200	100,0	100,0	

Fonte: Elaborado pelo autor, através do *software* SPSS

Tabela 53 - C2 - 31 A utilização da informação contabilística permite uma obtenção de melhores resultados da Associação

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Não Utiliza	3	1,5	1,5	1,5
	Discordo totalmente	3	1,5	1,5	3,0
	Discordo parcialmente	3	1,5	1,5	4,5
	Não concordo, nem discordo	22	11,0	11,0	15,5
	Concordo parcialmente	82	41,0	41,0	56,5
	Concordo totalmente	87	43,5	43,5	100,0
	Total	200	100,0	100,0	

Fonte: Elaborado pelo autor, através do *software* SPSS

Tabela 54 - C2 - 31 O tempo despendido com o elevado número de obrigações declarativas, reduziu a qualidade da informação contabilística

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Não Utiliza	3	1,5	1,5	1,5
	Discordo totalmente	23	11,5	11,5	13,0
	Discordo parcialmente	27	13,5	13,5	26,5
	Não concordo, nem discordo	67	33,5	33,5	60,0
	Concordo parcialmente	57	28,5	28,5	88,5
	Concordo totalmente	23	11,5	11,5	100,0
	Total	200	100,0	100,0	

Fonte: Elaborado pelo autor, através do *software* SPSS

Tabela 55 - C2 - 31 Tem uma relação de confiança com quem elabora a Contabilidade

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Não Utiliza	3	1,5	1,5	1,5
	Discordo totalmente	4	2,0	2,0	3,5
	Discordo parcialmente	3	1,5	1,5	5,0
	Não concordo, nem discordo	15	7,5	7,5	12,5
	Concordo parcialmente	47	23,5	23,5	36,0
	Concordo totalmente	128	64,0	64,0	100,0
	Total	200	100,0	100,0	

Fonte: Elaborado pelo autor, através do *software* SPSS

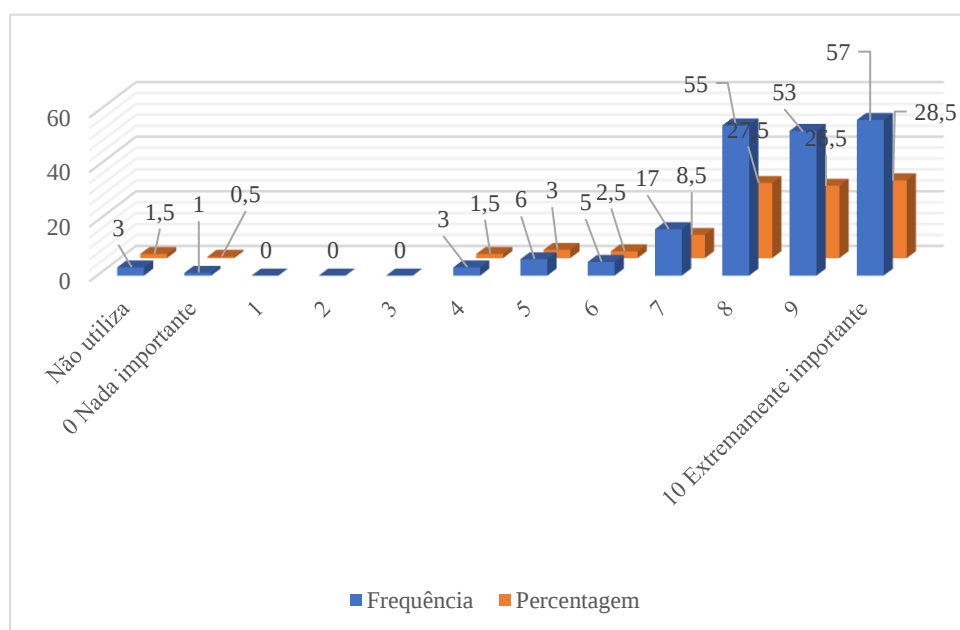
*A Percepção da Importância da Contabilidade como Sistema de Informação,
no Âmbito da Tomada de Decisão da Gestão
O caso das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários*

Tabela 56 – C2 – 32 - De modo geral, qual é o nível de importância que atribui à informação contabilística quando toma decisões

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	0 Nada importante	1	,5	,5	,5
	1	0			
	2	0			
	3	0			
	4	3	1,5	1,5	2,0
	5	6	3,0	3,0	5,1
	6	5	2,5	2,5	7,6
	7	17	8,5	8,6	16,2
	8	55	27,5	27,9	44,2
	9	53	26,5	26,9	71,1
	10 Extremamente importante	57	28,5	28,9	100,0
	Total	197	98,5	100,0	
Omisso	Não utiliza	3	1,5		
	Total	200	100,0		

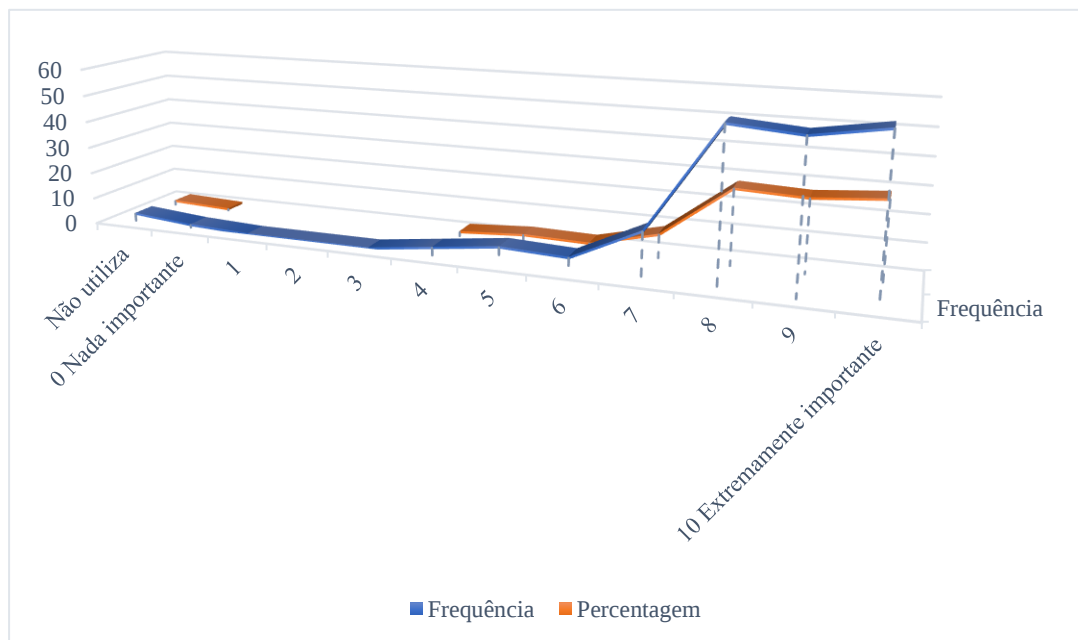
Fonte: Elaborado pelo autor, através do software SPSS

Gráfico 10 - Qual é o nível de importância que atribui à informação contabilística, quando toma decisões - 1



Fonte: Elaborado pelo autor, através do software Excel

Gráfico 11 - Qual é o nível de importância que atribui à informação contabilística, quando toma decisões - 2



Fonte: Elaborado pelo autor, através do software Excel

Utiliza a Informação Contabilística da Associação de Bombeiros

a) Ao ser perguntado com que frequência utiliza a informação da contabilidade, obtivemos 87 respostas (43,5%) de “pelo menos uma vez por mês” e 54 respostas (27,0%) de “pelo menos uma vez por semana”, como as respostas mais significativas;

b) Quanto aos tipos de informação contabilística mais utilizados verifica-se que a que o Balanço e a Demonstração de Resultados do Período, são os documentos mais utilizados pelos gestores;

c) Ao ser pedido para classificar o grau de satisfação com a informação contabilística, obtivemos os seguintes resultados:

1 Quanto ao prazo de entrega, 106 respondentes (53,0%) estavam satisfeitos e 57 respondentes (28,5%) muito satisfeitos;

2 Quanto à qualidade do trabalho, 101 respondentes (50,5%) estavam satisfeitos e 76 respondentes (38,0%) muito satisfeitos;

d) Ao ser pedido para classificar o seu grau de concordância com algumas afirmações, obtivemos as seguintes respostas:

1. À afirmação “A informação da contabilidade é importante para compreender os resultados do final do ano”, 146 respondentes (73,0%) concordam totalmente e 39 respondentes (19,5%) concordam parcialmente;

2. À afirmação a informação da contabilidade é importante nas decisões de investimentos, novos negócios, etc. (estratégicas), 130 respondentes (65,0%) concordam totalmente e 52 respondentes (26,0%) concordam parcialmente;

3. À afirmação a informação da contabilidade é importante nas decisões do dia a dia (operacionais), 107 respondentes (53,5%) concordam totalmente e 62 respondentes (31,0%) concordam parcialmente;

4. À afirmação a informação da contabilidade é importante para o controlo orçamental, 136 respondentes (68,0%) concordam totalmente e 48 respondentes (24,0%) concordam parcialmente;

5. À afirmação a informação da contabilidade é importante para planear os objetivos a atingir, 118 respondentes (59,0%) concordam totalmente e 62 respondentes (31,0%) concordam parcialmente;

6. À afirmação através da informação da contabilidade, é possível prever crises financeiras e o eventual risco de insolvência, 107 respondentes (53,5%) concordam totalmente e 57 respondentes (28,5%) concordam parcialmente;

e) Ao ser pedido para classificar o seu grau de concordância com algumas afirmações, obtivemos as seguintes respostas:

1. À afirmação “a informação contabilística é essencialmente um meio para apurar impostos para o estado”, as respostas não são homogéneas, tendo-se obtido os seguintes resultados: 53 respondentes (26,5%) que concordam parcialmente, 42 respondentes (21,0%) que concordam totalmente, 45 respondentes (22,5%) discordam totalmente, 29 respondentes (14,5%) que discordam parcialmente e 28 respondentes (14,0%) nem concordam, nem discordam;

2. À afirmação “a utilização da informação contabilística permite um melhor relacionamento com os clientes externos da associação”, foram obtidos os seguintes resultados: 83 respondentes (41,5%) que concordam parcialmente, 55 respondentes (27,5%) que concordam totalmente;

3. À afirmação “a utilização da informação contabilística permite um melhor relacionamento com os clientes internos da associação”, foram obtidos os seguintes

resultados: 77 respondentes (38,5%) concordam parcialmente e 55 respondentes (27,5%) concordam totalmente;

4. À afirmação “a utilização da informação contabilística permite uma melhor gestão da associação”, foram obtidos os seguintes resultados: 69 respondentes (34,5%) concordam parcialmente e 118 respondentes (59,0%) concordam totalmente;

5. À afirmação “a utilização da informação contabilística permite uma obtenção de melhores resultados da associação”, foram obtidos os seguintes resultados: 82 respondentes (41,0%) concordam parcialmente e 87 respondentes (43,5%) concordam totalmente;

6. À afirmação “o tempo despendido com o elevado número de obrigações declarativas, reduziu a qualidade da informação contabilística”, não obtivemos resultados homogéneos. Foram obtidos os seguintes resultados: 67 respondentes (33,5%) não concordam, nem discordam, 57 respondentes (28,5%) concordam parcialmente, 23 respondentes (11,5%) concordam totalmente e outros 23 respondentes (11,5%) discordam totalmente, e ainda 27 respondentes (13,5%) discordam parcialmente;

7. À afirmação “tem uma relação de confiança com quem elabora a contabilidade”, foram obtidos os seguintes resultados: 47 respondentes (23,5%) concordam parcialmente e 128 respondentes (64,0%) concordam totalmente;

f) Foi pedido para classificar de 0 a 10, de “nada importante” até “extremamente importante” “... qual é o nível de importância que atribui à informação contabilística, quando toma decisões”, a grande maioria, 165 respondentes (82,5%) indica-nos que o nível de importância é elevado. Nível 8, 55 respostas (27,5%), nível 9, 53 respostas (26,5%) e nível 10, 57 respostas (28,5%).

C3 - Não Utiliza a Informação Contabilística da Associação de Bombeiros

Este ponto pretende analisar os motivos, porque não utiliza a informação contabilística

Tabela 57 - C3 - 33 A informação contabilística é, essencialmente, um meio para apurar impostos para o Estado

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Utiliza	197	98,5	98,5	98,5
	Não concordo, nem discordo	2	1,0	1,0	99,5
	Concordo parcialmente	1	,5	,5	100,0
	Total	200	100,0	100,0	

Fonte: Elaborado pelo autor, através do *software SPSS*

Tabela 58 - C3 - 33 A informação da Contabilidade não é entregue em tempo útil

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Utiliza	197	98,5	98,5	98,5
	Discordo parcialmente	1	,5	,5	99,0
	Não concordo, nem discordo	1	,5	,5	99,5
	Concordo parcialmente	1	,5	,5	100,0
	Total	200	100,0	100,0	

Fonte: Elaborado pelo autor, através do *software SPSS*

Tabela 59 - C3 - 33 A informação da Contabilidade não é de confiança

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Utiliza	197	98,5	98,5	98,5
	Discordo totalmente	1	,5	,5	99,0
	Não concordo, nem discordo	2	1,0	1,0	100,0
	Total	200	100,0	100,0	

Fonte: Elaborado pelo autor, através do *software SPSS*

Tabela 60 - C3 - 33 A linguagem e a forma como é apresentada a informação contabilística é difícil de entender

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Utiliza	197	98,5	98,5	98,5
	Discordo totalmente	1	,5	,5	99,0
	Discordo parcialmente	1	,5	,5	99,5
	Não concordo, nem discordo	1	,5	,5	100,0
	Total	200	100,0	100,0	

Fonte: Elaborado pelo autor, através do software SPSS

Tabela 61 - C3 - 33 Como trabalhador ativo, tenho pouca disponibilidade para as tarefas de gestão da Associação

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Utiliza	197	98,5	98,5	98,5
	Não concordo, nem discordo	3	1,5	1,5	100,0
	Total	200	100,0	100,0	

Fonte: Elaborado pelo autor, através do software SPSS

Tabela 62 - C3 - 33 Desconheço as potencialidades da informação Contabilística

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Utiliza	197	98,5	98,5	98,5
	Não concordo, nem discordo	2	1,0	1,0	99,5
	Concordo parcialmente	1	,5	,5	100,0
	Total	200	100,0	100,0	

Fonte: Elaborado pelo autor, através do software SPSS

*A Percepção da Importância da Contabilidade como Sistema de Informação,
no Âmbito da Tomada de Decisão da Gestão
O caso das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários*

Tabela 63 - C3 - 33 Não necessito da informação contabilística para tomar decisões na Associação

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Utiliza	197	98,5	98,5	98,5
	Discordo totalmente	1	,5	,5	99,0
	Não concordo, nem discordo	1	,5	,5	99,5
	Concordo parcialmente	1	,5	,5	100,0
	Total	200	100,0	100,0	

Fonte: Elaborado pelo autor, através do *software SPSS*

Tabela 64 - C3 - 33 O responsável pela Contabilidade não entrega a informação ou esta é insuficiente

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Utiliza	197	98,5	98,5	98,5
	Discordo totalmente	1	,5	,5	99,0
	Não concordo, nem discordo	1	,5	,5	99,5
	Concordo totalmente	1	,5	,5	100,0
	Total	200	100,0	100,0	

Fonte: Elaborado pelo autor, através do *software SPSS*

Tabela 65 - C3 - 34 Com conhecimentos em Contabilidade, em Gestão e em Finanças seria possível obter melhores resultados na Associação

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Utiliza	197	98,5	98,5	98,5
	Discordo parcialmente	1	,5	,5	99,0
	Não concordo, nem discordo	1	,5	,5	99,5
	Concordo parcialmente	1	,5	,5	100,0
	Total	200	100,0	100,0	

Fonte: Elaborado pelo autor, através do software SPSS

Tabela 66 - C3 - 34 Com uma linguagem e apresentação mais simples passaria a utilizar a informação da Contabilidade

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Utiliza	197	98,5	98,5	98,5
	Não concordo, nem discordo	2	1,0	1,0	99,5
	Concordo parcialmente	1	,5	,5	100,0
	Total	200	100,0	100,0	

Fonte: Elaborado pelo autor, através do software SPSS

Tabela 67 - C3 - 34 Não são apresentados todos os elementos da Associação à Contabilidade, logo a informação não é fiável

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Utiliza	197	98,5	98,5	98,5
	Discordo totalmente	2	1,0	1,0	99,5
	Não concordo, nem discordo	1	,5	,5	100,0
	Total	200	100,0	100,0	

Fonte: Elaborado pelo autor, através do software SPSS

**Tabela 68 - C3 - 34 O responsável pela Contabilidade não conhece a realidade da Associação,
logo não pode dar uma informação adequada**

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Utiliza	197	98,5	98,5	98,5
	Discordo totalmente	2	1,0	1,0	99,5
	Não concordo, nem discordo	1	,5	,5	100,0
	Total	200	100,0	100,0	

Fonte: Elaborado pelo autor, através do *software SPSS*

**Tabela 69 - C3 - 34 Para compreender melhor a informação é necessário ter alguns
conhecimentos de Contabilidade, de Gestão e de Finanças**

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Utiliza	197	98,5	98,5	98,5
	Discordo parcialmente	1	,5	,5	99,0
	Não concordo, nem discordo	1	,5	,5	99,5
	Concordo parcialmente	1	,5	,5	100,0
	Total	200	100,0	100,0	

Fonte: Elaborado pelo autor, através do *software SPSS*

Tabela 70 - C3 - 34 Tem relação de confiança com quem elabora a Contabilidade

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Utiliza	197	98,5	98,5	98,5
	Discordo totalmente	1	,5	,5	99,0
	Não concordo, nem discordo	1	,5	,5	99,5
	Concordo parcialmente	1	,5	,5	100,0
	Total	200	100,0	100,0	

Fonte: Elaborado pelo autor, através do *software SPSS*

Não Utiliza a Informação Contabilística da Associação de Bombeiros

a) Para analisar os motivos por que, entre 200 respondentes, apenas 3 deles, não utilizam a informação contabilística foram introduzidas no inquérito 7 (sete) questões, às quais foram dadas as seguintes respostas:

1. Perguntado se “a informação contabilística é, essencialmente, um meio para apurar impostos para o Estado”, 1 dos respondentes disse que concordava parcialmente e 2 deles que não concordavam, nem discordavam;

2. Perguntado se “a informação da contabilidade não é entregue em tempo útil”, 1 dos respondentes disse que concordava parcialmente, 1 dos respondentes disse que discordava parcialmente e o restante disse que não concordava, nem discordava;

3. Perguntado se “a informação da contabilidade não é de confiança”, essencialmente, um meio para apurar impostos para o Estado”, 1 dos inquiridos disse que discordava parcialmente e os 2 restantes que não concordavam, nem discordavam;

4. Perguntado se “a linguagem e a forma como é apresentada a informação contabilística é difícil de entender”, 1 dos respondentes disse que discordava totalmente, 1 dos respondentes disse que discordava parcialmente e o restante disse que não concordava, nem discordava;

5. Perguntado se “como trabalhador ativo, tem pouca disponibilidade para as tarefas de gestão da associação”, os 3 respondentes disseram que não concordavam, nem discordavam;

6. Perguntado se “desconhecia as potencialidades da informação contabilística”, 1 dos inquiridos disse que concordava parcialmente e os 2 restantes que não concordavam, nem discordavam;

7. Perguntado se “não necessitava da informação contabilística para tomar decisões na associação”, 1 dos respondentes disse que discordava totalmente, 1 dos respondentes disse que concordava parcialmente e o restante disse que não concordava, nem discordava;

8. Perguntado se “o responsável pela contabilidade não entrega a informação ou esta é insuficiente”, 1 dos respondentes disse que discordava totalmente, 1 dos respondentes disse que concordava totalmente e o restante disse que não concordava, nem discordava;

b) Para aprofundar outras razões para a não utilização da contabilidade pelos 3 inquiridos, que afirmaram não a utilizarem, foram-lhes colocadas outras 6 (seis) questões, às quais foram obtidas as seguintes respostas:

1. Perguntado se “com conhecimentos em contabilidade, em gestão e em finanças seria possível obter melhores resultados na associação” 1 dos respondentes disse que discordava parcialmente, 1 dos respondentes disse que concordava parcialmente e o restante disse que não concordava, nem discordava;

2. Perguntado se “com uma linguagem e apresentação mais simples passaria a utilizar a informação da contabilidade” 1 dos respondentes disse que concordava parcialmente e os 2 restantes disseram que não concordavam, nem discordavam;

3. Perguntado se “não são apresentados todos os elementos da associação à contabilidade, logo a informação não é fiável” 1 dos respondentes disse que discordava totalmente e os 2 restantes disseram que não concordavam, nem discordavam;

4. Perguntado se “o responsável pela contabilidade não conhece a realidade da associação, logo não pode dar uma informação adequada” 2 dos respondentes disseram que discordavam totalmente e o restante disse que não concordava, nem discordava;

5. Perguntado se “para compreender melhor a informação é necessário ter alguns conhecimentos de contabilidade, de gestão e de finanças” 1 dos respondentes disse que discordava parcialmente, 1 dos respondentes disse que concordava parcialmente e o restante disse que não concordava, nem discordava;

6. Perguntado se “tem uma relação de confiança com quem elabora a contabilidade” 1 dos respondentes disse que discordava parcialmente, 1 dos respondentes disse que concordava totalmente e o restante disse que não concordava, nem discordava;

D - A importância da Contabilidade, como Sistema de Informação para a Tomada de Decisão

D - 35 Classifique o grau de importância dos seguintes fatores, na tomada de decisão de gestão na vossa Associação

Tabela 71 - D - 35 Conselhos de outros profissionais (advogados, economistas ...)

				Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Nada Importante	3	1,5	1,5	1,5
	Pouco Importante	7	3,5	3,5	5,0
	Mais ou menos Importante	35	17,5	17,5	22,5
	Importante	101	50,5	50,5	73,0
	Muito importante	54	27,0	27,0	100,0
	Total	200	100,0	100,0	

Fonte: Elaborado pelo autor, através do *software SPSS*

Tabela 72 - D - 35 Conselhos de pessoas próximas (amigos, familiares e outros)

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Nada Importante	10	5,0	5,0	5,0
	Pouco Importante	31	15,5	15,5	20,5
	Mais ou menos Importante	70	35,0	35,0	55,5
	Importante	70	35,0	35,0	90,5
	Muito importante	19	9,5	9,5	100,0
	Total	200	100,0	100,0	

Fonte: Elaborado pelo autor, através do *software SPSS*

*A Percepção da Importância da Contabilidade como Sistema de Informação,
no Âmbito da Tomada de Decisão da Gestão
O caso das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários*

Tabela 73 - D - 35 Experiência profissional

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Nada Importante	2	1,0	1,0	1,0
	Pouco Importante	0			
	Mais ou menos Importante	16	8,0	8,0	9,0
	Importante	94	47,0	47,0	56,0
	Muito importante	88	44,0	44,0	100,0
	Total	200	100,0	100,0	

Fonte: Elaborado pelo autor, através do *software* SPSS

Tabela 74 - D - 35 Formação pessoal e académica

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Nada Importante	1	,5	,5	,5
	Pouco Importante	3	1,5	1,5	2,0
	Mais ou menos Importante	33	16,5	16,5	18,5
	Importante	98	49,0	49,0	67,5
	Muito importante	65	32,5	32,5	100,0
	Total	200	100,0	100,0	

Fonte: Elaborado pelo autor, através do *software* SPSS

Tabela 75 - D - 35 Informação da Contabilidade e contabilista

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Nada Importante	2	1,0	1,0	1,0
	Pouco Importante	2	1,0	1,0	2,0
	Mais ou menos Importante	14	7,0	7,0	9,0
	Importante	90	45,0	45,0	54,0
	Muito importante	92	46,0	46,0	100,0
	Total	200	100,0	100,0	

Fonte: Elaborado pelo autor, através do *software* SPSS

Tabela 76 - D - 35 Informação de meios de comunicação (TV, jornais, internet ...)

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Nada Importante	20	10,0	10,0	10,0
	Pouco Importante	52	26,0	26,0	36,0
	Mais ou menos Importante	77	38,5	38,5	74,5
	Importante	40	20,0	20,0	94,5
	Muito importante	11	5,5	5,5	100,0
	Total	200	100,0	100,0	

Fonte: Elaborado pelo autor, através do *software* SPSS

Tabela 77 - D - 35 Intuição

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Nada Importante	24	12,0	12,0	12,0
	Pouco Importante	43	21,5	21,5	33,5
	Mais ou menos Importante	77	38,5	38,5	72,0
	Importante	40	20,0	20,0	92,0
	Muito importante	16	8,0	8,0	100,0
	Total	200	100,0	100,0	

Fonte: Elaborado pelo autor, através do *software* SPSS

Classifique o grau de interesse que cada um dos abaixo indicados possui na informação contabilística da vossa Associação

Tabela 78 - D - 36 AT - Autoridade Tributária e Aduaneira

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Desinteresse total	6	3,0	3,0	3,0
	Desinteresse	5	2,5	2,5	5,5
	Nem interesse, nem desinteresse	37	18,5	18,5	24,0
	Interesse	73	36,5	36,5	60,5
	Muito interesse	79	39,5	39,5	100,0
	Total	200	100,0	100,0	

Fonte: Elaborado pelo autor, através do *software* SPSS

*A Percepção da Importância da Contabilidade como Sistema de Informação,
no Âmbito da Tomada de Decisão da Gestão
O caso das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários*

Tabela 79 - D - 36 Autarquias e População

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Desinteresse total	6	3,0	3,0	3,0
	Desinteresse	13	6,5	6,5	9,5
	Nem interesse, nem desinteresse	38	19,0	19,0	28,5
	Interesse	88	44,0	44,0	72,5
	Muito interesse	55	27,5	27,5	100,0
	Total	200	100,0	100,0	

Fonte: Elaborado pelo autor, através do *software* SPSS

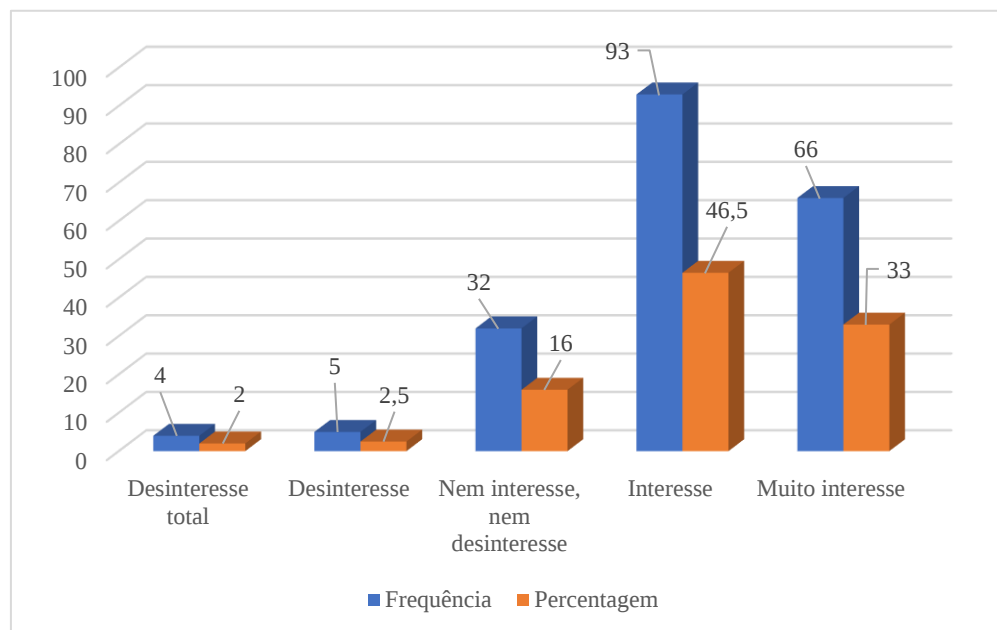
*A Percepção da Importância da Contabilidade como Sistema de Informação,
no Âmbito da Tomada de Decisão da Gestão
O caso das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários*

Tabela 80 - D - 36 Bancos

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Desinteresse total	4	2,0	2,0	2,0
	Desinteresse	5	2,5	2,5	4,5
	Nem interesse, nem desinteresse	32	16,0	16,0	20,5
	Interesse	93	46,5	46,5	67,0
	Muito interesse	66	33,0	33,0	100,0
	Total	200	100,0	100,0	

Fonte: Elaborado pelo autor, através do *software* SPSS

Gráfico 12 - Bancos



Fonte: Elaborado pelo autor, através do *software* Excel

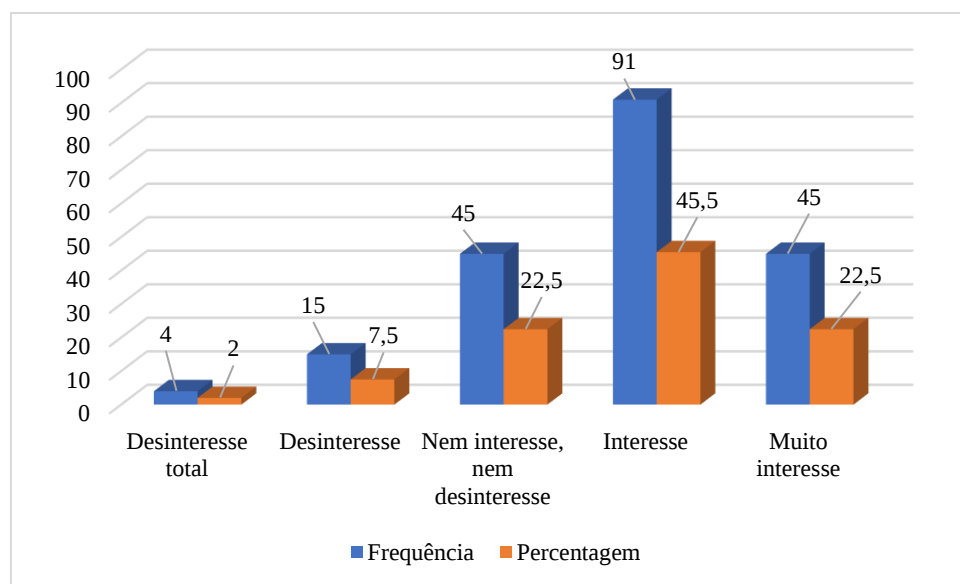
*A Percepção da Importância da Contabilidade como Sistema de Informação,
no Âmbito da Tomada de Decisão da Gestão
O caso das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários*

Tabela 81 - D - 36 Bombeiros e outros colaboradores

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Desinteresse total	4	2,0	2,0	2,0
	Desinteresse	15	7,5	7,5	9,5
	Nem interesse, nem desinteresse	45	22,5	22,5	32,0
	Interesse	91	45,5	45,5	77,5
	Muito interesse	45	22,5	22,5	100,0
	Total	200	100,0	100,0	

Fonte: Elaborado pelo autor, através do *software* SPSS

Gráfico 13 – Bombeiros e outros colaboradores



Fonte: Elaborado pelo autor, através do *software* Excel

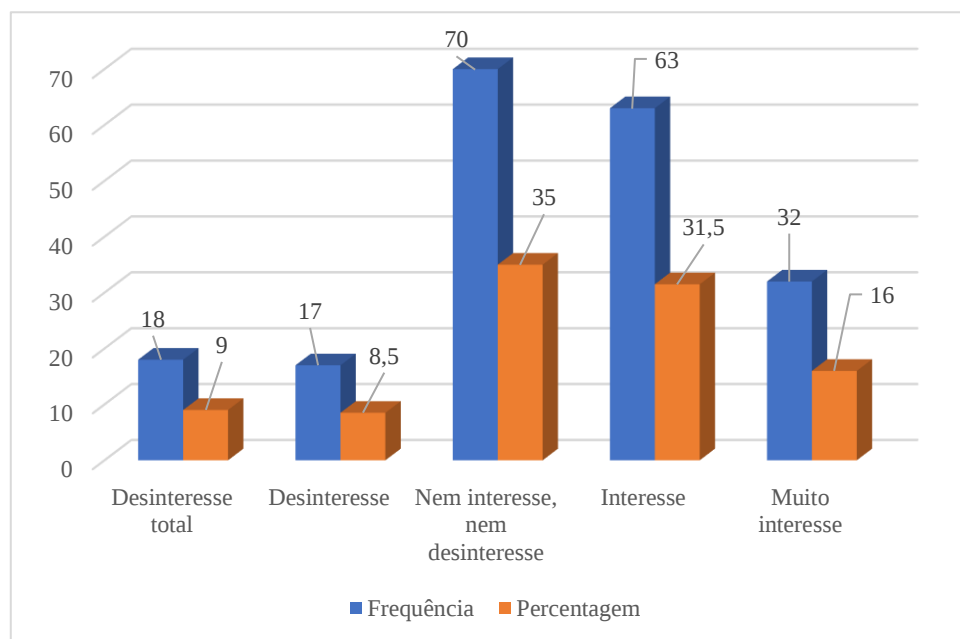
*A Percepção da Importância da Contabilidade como Sistema de Informação,
no Âmbito da Tomada de Decisão da Gestão
O caso das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários*

Tabela 82 - D - 36 Clientes a quem prestamos serviços

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Desinteresse total	18	9,0	9,0	9,0
	Desinteresse	17	8,5	8,5	17,5
	Nem interesse, nem desinteresse	70	35,0	35,0	52,5
	Interesse	63	31,5	31,5	84,0
	Muito interesse	32	16,0	16,0	100,0
	Total	200	100,0	100,0	

Fonte: Elaborado pelo autor, através do *software* SPSS

Gráfico 14 – Clientes a quem prestamos serviços



Fonte: Elaborado pelo autor, através do *software* Excel

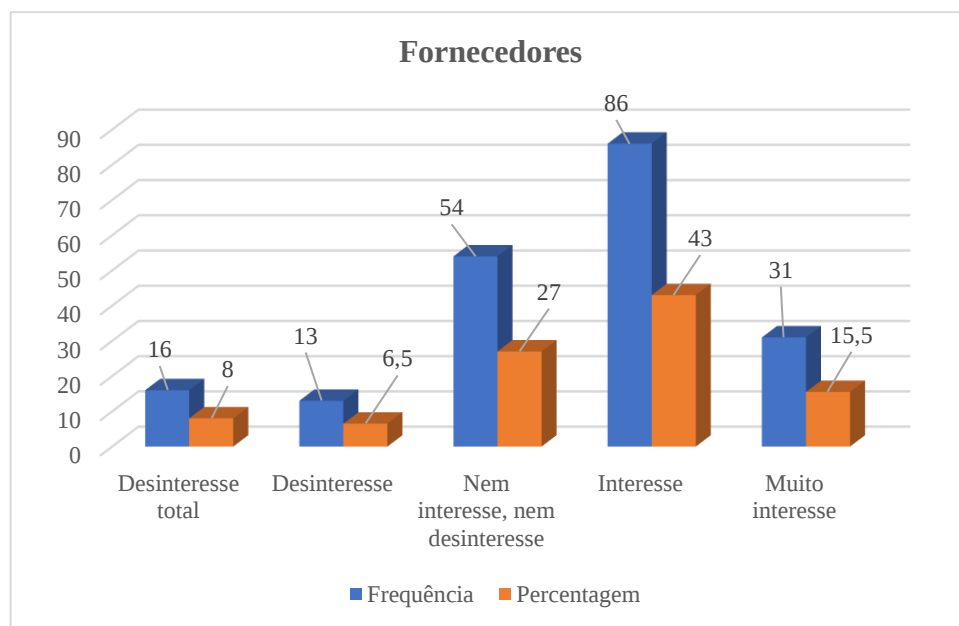
*A Percepção da Importância da Contabilidade como Sistema de Informação,
no Âmbito da Tomada de Decisão da Gestão
O caso das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários*

Tabela 83 - D - 36 Fornecedores

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Desinteresse total	16	8,0	8,0	8,0
	Desinteresse	13	6,5	6,5	14,5
	Nem interesse, nem desinteresse	54	27,0	27,0	41,5
	Interesse	86	43,0	43,0	84,5
	Muito interesse	31	15,5	15,5	100,0
	Total	200	100,0	100,0	

Fonte: Elaborado pelo autor, através do *software* SPSS

Gráfico 15 - Fornecedores



Fonte: Elaborado pelo autor, através do *software* Excel

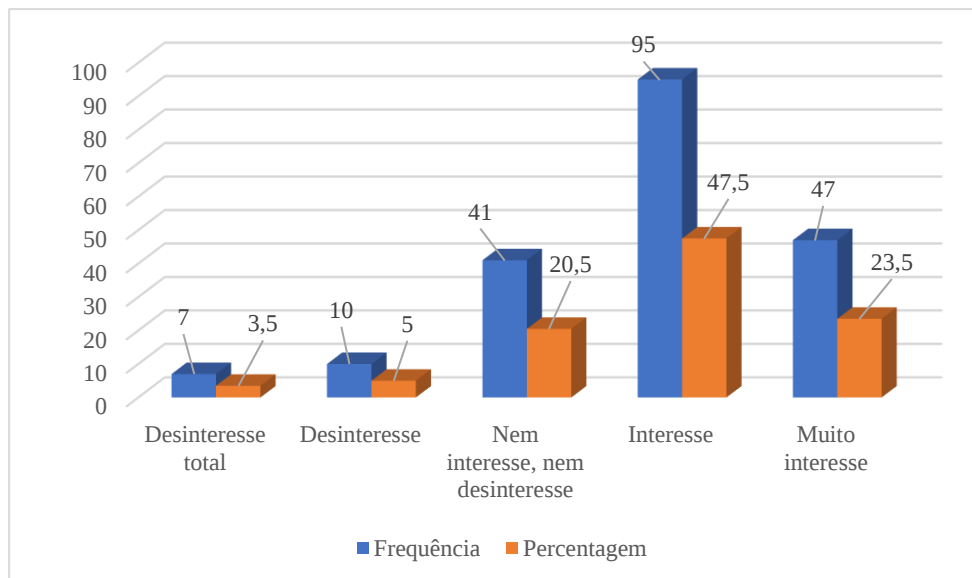
*A Percepção da Importância da Contabilidade como Sistema de Informação,
no Âmbito da Tomada de Decisão da Gestão
O caso das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários*

Tabela 84 - D - 36 Sócios

			Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Desinteresse total		7	3,5	3,5	3,5
	Desinteresse		10	5,0	5,0	8,5
	Nem interesse, nem desinteresse		41	20,5	20,5	29,0
	Interesse		95	47,5	47,5	76,5
	Muito interesse		47	23,5	23,5	100,0
	Total	200	100,0			

Fonte: Elaborado pelo autor, através do *software* SPSS

Gráfico 16 - Sócios



Fonte: Elaborado pelo autor, através do *software* Excel

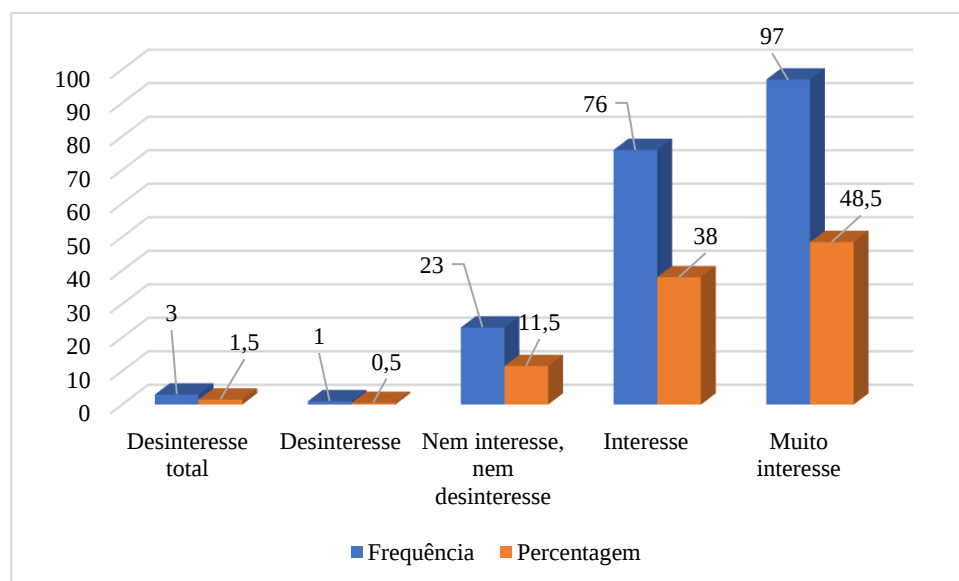
*A Percepção da Importância da Contabilidade como Sistema de Informação,
no Âmbito da Tomada de Decisão da Gestão
O caso das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários*

Tabela 85 - D - 36 Órgãos Sociais

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Desinteresse total	3	1,5	1,5	1,5
	Desinteresse	1	,5	,5	2,0
	Nem interesse, nem desinteresse	23	11,5	11,5	13,5
	Interesse	76	38,0	38,0	51,5
	Muito interesse	97	48,5	48,5	100,0
	Total	200	100,0	100,0	

Fonte: Elaborado pelo autor, através do *software* SPSS

Gráfico 17 – Órgãos Sociais



Fonte: Elaborado pelo autor, através do *software* Excel

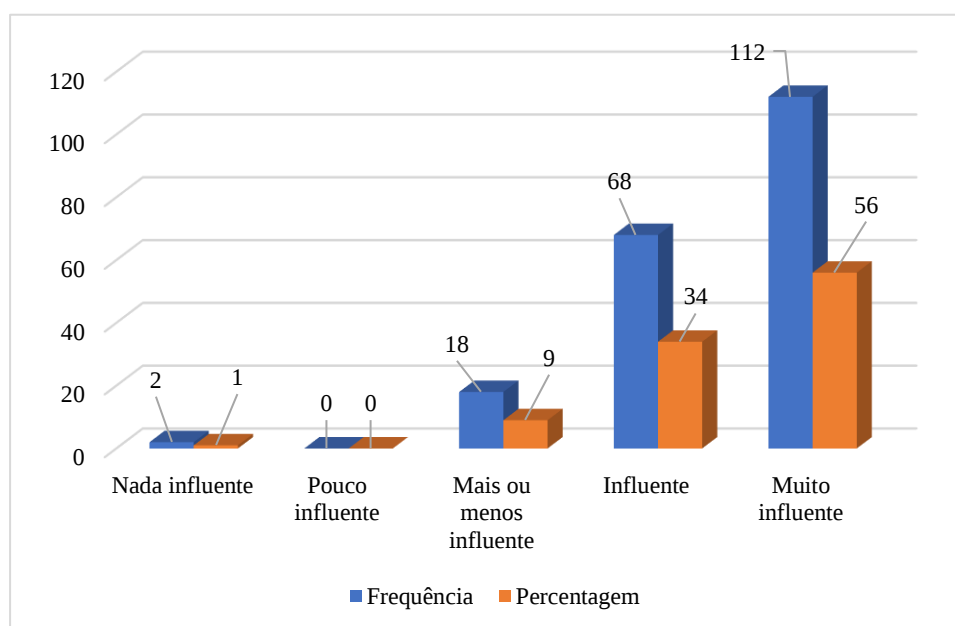
Classifique a influência dos seguintes fatores na tomada de decisão de Gestão na vossa Associação:

Tabela 86 - D - 37 A Tesouraria corrente

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Nada influente	2	1,0	1,0	1,0
	Mais ou menos influente	18	9,0	9,0	10,0
	Influente	68	34,0	34,0	44,0
	Muito influente	112	56,0	56,0	100,0
	Total	200	100,0	100,0	

Fonte: Elaborado pelo autor, através do *software* SPSS

Gráfico 18 – Tesouraria corrente



Fonte: Elaborado pelo autor, através do *software* Excel

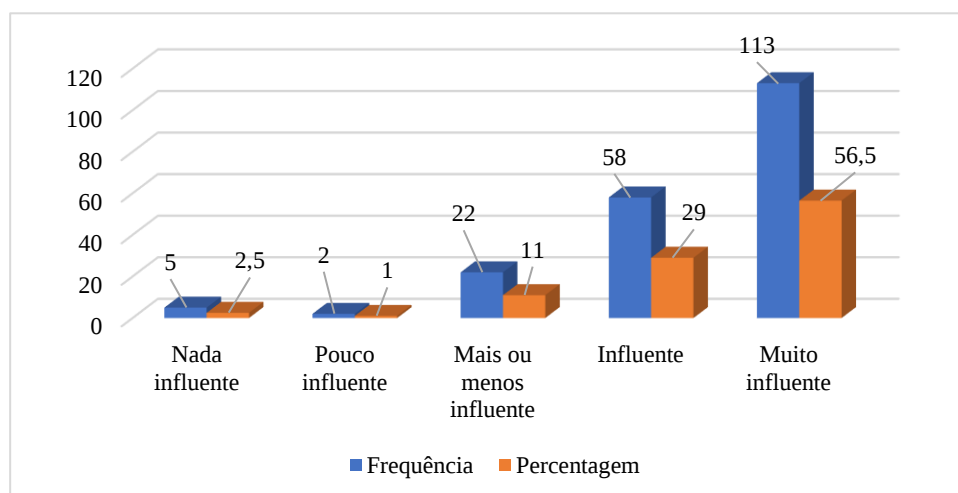
*A Percepção da Importância da Contabilidade como Sistema de Informação,
no Âmbito da Tomada de Decisão da Gestão
O caso das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários*

Tabela 87 - D - 37 O Nível de endividamento

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Nada influente	5	2,5	2,5	2,5
	Pouco influente	2	1,0	1,0	3,5
	Mais ou menos influente	22	11,0	11,0	14,5
	Influente	58	29,0	29,0	43,5
	Muito influente	113	56,5	56,5	100,0
	Total	200	100,0	100,0	

Fonte: Elaborado pelo autor, através do *software* SPSS

Gráfico 19 – Nível de endividamento



Fonte: Elaborado pelo autor, através do *software* Excel

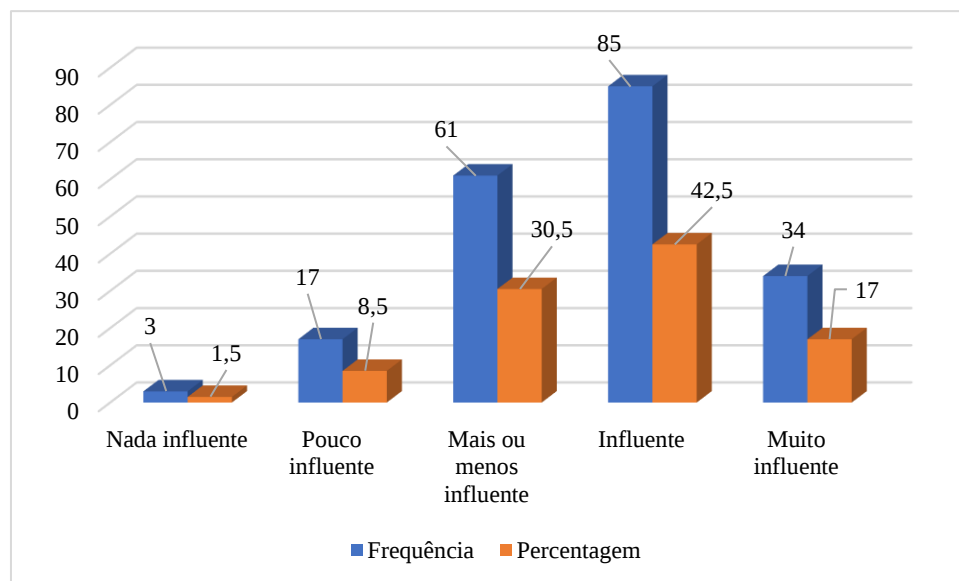
*A Percepção da Importância da Contabilidade como Sistema de Informação,
no Âmbito da Tomada de Decisão da Gestão
O caso das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários*

Tabela 88 - D - 37 Os Fatores ambientais

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Nada influente	3	1,5	1,5	1,5
	Pouco influente	17	8,5	8,5	10,0
	Mais ou menos influente	61	30,5	30,5	40,5
	Influente	85	42,5	42,5	83,0
	Muito influente	34	17,0	17,0	100,0
	Total	200	100,0	100,0	

Fonte: Elaborado pelo autor, através do *software* SPSS

Gráfico 20 – Fatores ambientais



Fonte: Elaborado pelo autor, através do *software* Excel

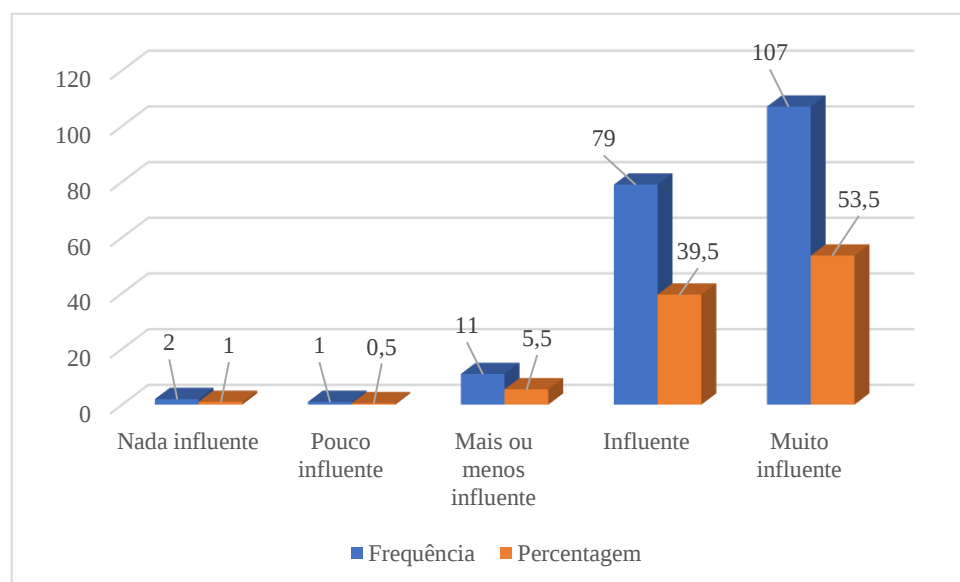
*A Percepção da Importância da Contabilidade como Sistema de Informação,
no Âmbito da Tomada de Decisão da Gestão
O caso das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários*

Tabela 89 - D - 37 Os Fatores económicos

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Nada influente	2	1,0	1,0	1,0
	Pouco influente	1	,5	,5	1,5
	Mais ou menos influente	11	5,5	5,5	7,0
	Influente	79	39,5	39,5	46,5
	Muito influente	107	53,5	53,5	100,0
	Total	200	100,0	100,0	

Fonte: Elaborado pelo autor, através do *software* SPSS

Gráfico 21 – Fatores económicos



Fonte: Elaborado pelo autor, através do *software* Excel

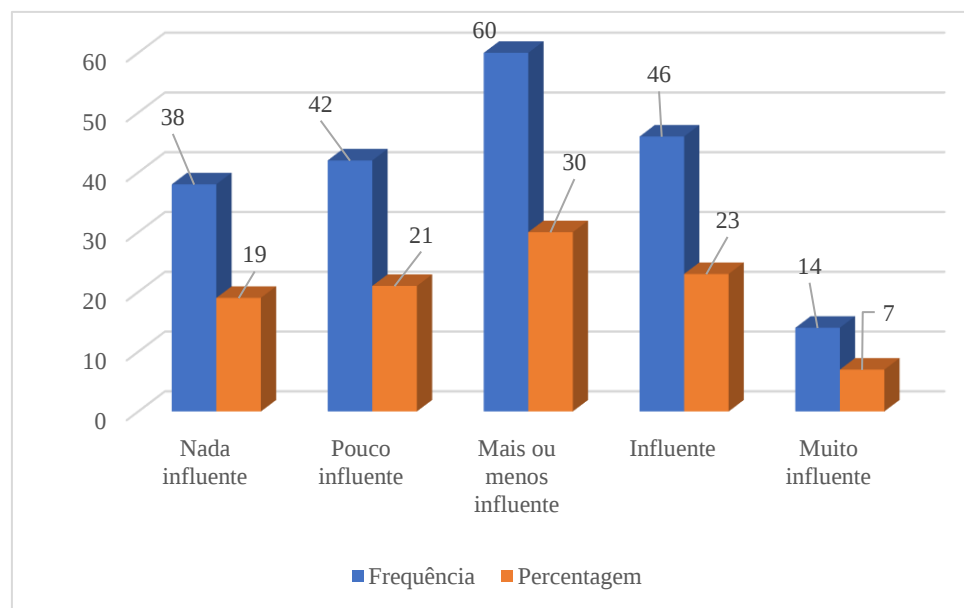
*A Percepção da Importância da Contabilidade como Sistema de Informação,
no Âmbito da Tomada de Decisão da Gestão
O caso das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários*

Tabela 90 - D - 37 Os Fatores políticos

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Nada influente	38	19,0	19,0	19,0
	Pouco influente	42	21,0	21,0	40,0
	Mais ou menos influente	60	30,0	30,0	70,0
	Influente	46	23,0	23,0	93,0
	Muito influente	14	7,0	7,0	100,0
	Total	200	100,0	100,0	

Fonte: Elaborado pelo autor, através do *software* SPSS

Gráfico 22 – Fatores políticos



Fonte: Elaborado pelo autor, através do *software* Excel

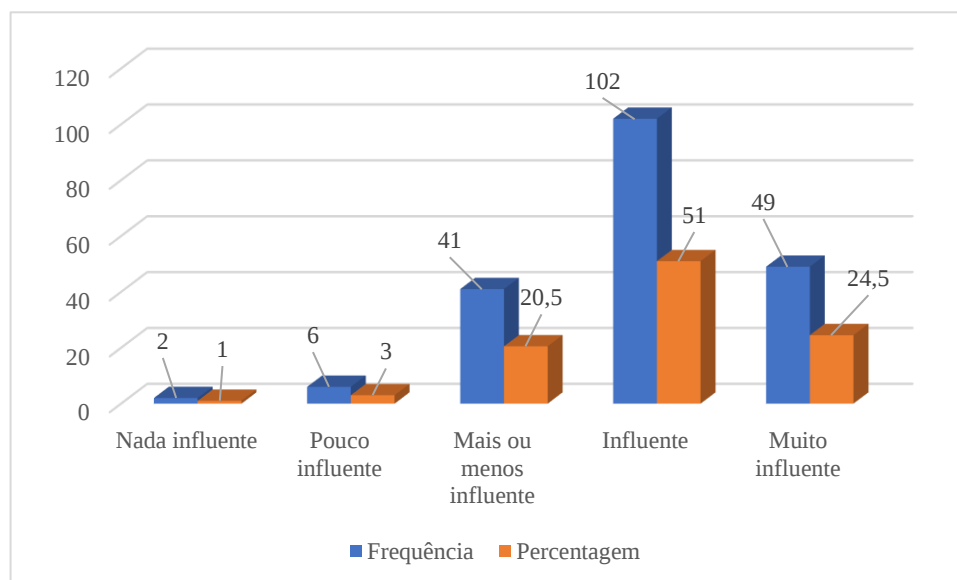
*A Percepção da Importância da Contabilidade como Sistema de Informação,
no Âmbito da Tomada de Decisão da Gestão
O caso das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários*

Tabela 91 - D - 37 Os Fatores sociais

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Nada influente	2	1,0	1,0	1,0
	Pouco influente	6	3,0	3,0	4,0
	Mais ou menos influente	41	20,5	20,5	24,5
	Influente	102	51,0	51,0	75,5
	Muito influente	49	24,5	24,5	100,0
	Total	200	100,0	100,0	

Fonte: Elaborado pelo autor, através do *software* SPSS

Gráfico 23 – Fatores sociais



Fonte: Elaborado pelo autor, através do *software* Excel

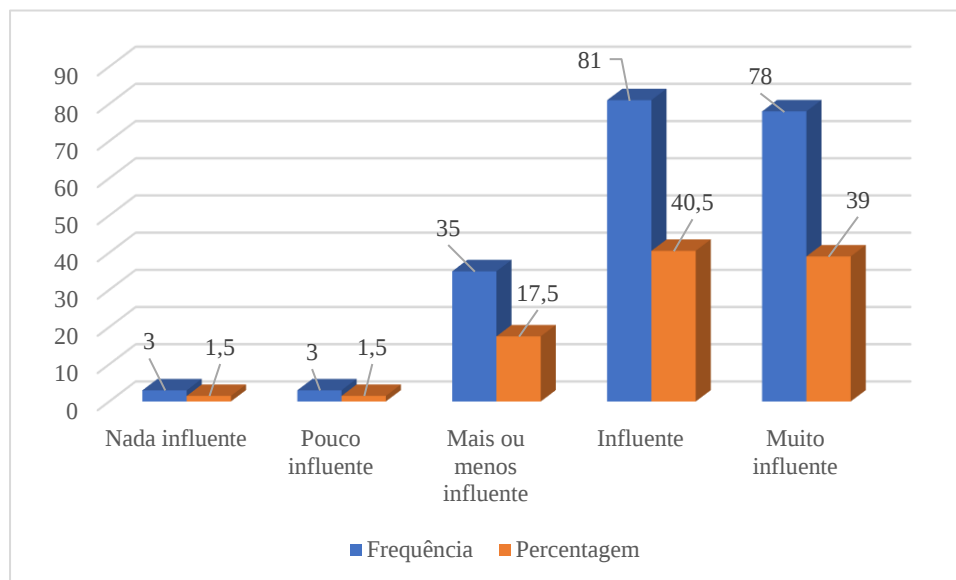
*A Percepção da Importância da Contabilidade como Sistema de Informação,
no Âmbito da Tomada de Decisão da Gestão
O caso das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários*

Tabela 92 - D - 37 Os Resultados do período

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Nada influente	3	1,5	1,5	1,5
	Pouco influente	3	1,5	1,5	3,0
	Mais ou menos influente	35	17,5	17,5	20,5
	Influente	81	40,5	40,5	61,0
	Muito influente	78	39,0	39,0	100,0
	Total	200	100,0	100,0	

Fonte: Elaborado pelo autor, através do *software* SPSS

Gráfico 24 – Resultados do período



Fonte: Elaborado pelo autor, através do *software* Excel

Importância da Contabilidade, no Sistema de Informação para a Tomada de Decisão

a) Ao ser pedido para classificar o grau de importância dos seguintes fatores na tomada de decisão de gestão da associação, foram dadas as seguintes respostas:

1. Ao ser perguntado, sobre o grau de importância, se são os “conselhos de outros profissionais (advogados, economistas...), mais de metade (50,5%), correspondentes a 101 respondentes disseram que eram importantes, 54 respondentes (27,0%) disseram que eram muito importantes e ainda 35 respondentes (17,5%) disseram que eram mais ou menos importantes.

2. Ao ser perguntado, sobre o grau de importância, se são os “conselhos de pessoas próximas (amigos, familiares e outros), 19 respondentes (9,5%) disseram que eram muito importantes, 70 respondentes (35,0%) disseram que eram importantes e 70 respondentes (27,0%) disseram que eram mais ou menos importantes;

3. Ao ser perguntado, sobre o grau de importância, se é a “experiência profissional”, uma grande maioria respondeu que era muito importante (88 respondentes, correspondentes a 44,0%) ou importante (94 respondentes, correspondentes a 47,0%);

4. Ao ser perguntado, sobre o grau de importância, se é a “formação pessoal e académica”, uma larga maioria respondeu que era muito importante (65 respondentes, correspondentes a 32,5%) ou importante (98 respondentes, correspondentes a 49,0%);

5. Ao ser perguntado, sobre o grau de importância, se é a “informação da contabilidade e contabilista”, uma grande maioria respondeu que era muito importante (92 respondentes, correspondentes a 46,0%) ou importante (90 respondentes, correspondentes a 45,0%);

6. Ao ser perguntado, sobre o grau de importância, se é a “intuição”, apenas 56 respondentes responderam que era muito importante (16 respondentes, correspondentes a 8,0%) ou importante (40 respondentes, correspondentes a 20,0%), havendo ainda 77 respostas (38,5%) que a consideram mais ou menos importante;

b) Ao ser pedido para classificar “o grau de interesse que cada um dos abaixo indicados possui na informação contabilística da associação, obtivemos as seguintes respostas:

1. Ao ser perguntado, sobre qual o grau de interesse da “Autoridade Tributária e Aduaneira” uma larga maioria respondeu que tinha muito interesse (79 respondentes, correspondentes a 39,5%) ou interesse (73 respondentes, correspondentes a 36,5%);

2. Ao ser perguntado, sobre qual o grau de interesse da “Autarquias e População” a maioria respondeu que tinha muito interesse (55 respondentes, correspondentes a 27,5%) ou interesse (88 respondentes, correspondentes a 44,0%);

3. Ao ser perguntado, sobre qual o grau de interesse dos “Bancos” uma larga maioria respondeu que tinha muito interesse (66 respondentes, correspondentes a 33,0%) ou interesse (93 respondentes, correspondentes a 46,5%);

4. Ao ser perguntado, sobre qual o grau de interesse dos “Bombeiros e outras colaboradores” uma maioria respondeu que tinham muito interesse (45 respondentes, correspondentes a 22,5%) ou interesse (91 respondentes, correspondentes a 45,5%);

5. Ao ser perguntado, sobre qual o grau de interesse dos “Clientes a quem prestamos serviços”, 32 respondentes (16,0%) responderam que tinham muito interesse e 63 respondentes (31,5%) que tinham interesse, havendo ainda um número significativo de respostas (70 respondentes, correspondentes a 35,0%) que responderam que tinham nem interesse, nem desinteresse;

6. Ao ser perguntado, sobre qual o grau de interesse dos “Fornecedores”, 31 respondentes (15,5%) responderam que tinham muito interesse e 86 respondentes (43,0%) que tinham interesse, havendo ainda 70 respondentes (35,0%) que responderam que tinham nem interesse, nem desinteresse;

7. Ao ser perguntado, sobre qual o grau de interesse dos “Sócios” uma maioria respondeu que tinham muito interesse (47 respondentes, correspondentes a 23,5%) ou interesse (95 respondentes, correspondentes a 47,5%);

8. Ao ser perguntado, sobre qual o grau de interesse dos “Órgãos Sociais” uma grande maioria respondeu que tinham muito interesse (97 respondentes, correspondentes a 48,5%) ou interesse (76 respondentes, correspondentes a 38,0%);

c) Ao ser pedido para classificar “a influência dos fatores que se indicam abaixo na tomada de decisão de gestão da associação, obtivemos as seguintes respostas:

1. Ao ser perguntado, sobre qual o grau de influência na tomada de decisão do fator “Nível de endividamento” uma grande maioria respondeu que era muito influente (113 respondentes, correspondentes a 56,5%) ou influente (58 respondentes, correspondentes a 29,0%);

2. Ao ser perguntado, sobre qual o grau de influência na tomada de decisão dos “Fatores ambientais” a maioria respondeu que era muito influente (34 respondentes,

correspondentes a 17,0%) ou influente (85 respondentes, correspondentes a 34,0%), havendo ainda 61 respostas que consideram mais ou menos influente;

3. Ao ser perguntado, sobre qual o grau de influência na tomada de decisão dos “Fatores económicos” uma grande maioria respondeu que era muito influente (107 respondentes, correspondentes a 53,5%) ou influente (79 respondentes, correspondentes a 39,5%);

4. Ao ser perguntado, sobre qual o grau de influência na tomada de decisão dos “Fatores políticos” existe uma variedade de respostas. Consideram muito influente (14 respostas, correspondentes a 7,0%), influente (46 respostas, correspondentes a 23,0%), mais ou menos influente (60 respostas, correspondentes a 30,0%), pouco influente (42 respostas, correspondentes a 21,0%) e nada influente (38 respostas, correspondentes a 19,0%);

5. Ao ser perguntado, sobre qual o grau de influência na tomada de decisão dos “Fatores sociais” uma grande maioria respondeu que era muito influente (49 respondentes, correspondentes a 24,5%) ou influente (102 respondentes, correspondentes a 51,0%);

6. Ao ser perguntado, sobre qual o grau de influência na tomada de decisão dos “Resultados do período” uma larga maioria respondeu que era muito influente (78 respondentes, correspondentes a 39,0%) ou influente (81 respondentes, correspondentes a 40,5%), havendo ainda 35 respostas (17,5%) que os consideram mais ou menos influente.

CAPÍTULO V – Conclusões e Trabalho Futuro

5.1. Conclusões

5.1.1. Introdução

Chegados a esta fase, parafraseando Rene Descartes em “O Discurso do Método, 1973, p. 4” dir-se-à que: “assim, o meu desígnio não é ensinar aqui o método que cada qual deve seguir para bem conduzir sua razão, mas apenas mostrar de que maneira me esforcei por conduzir a minha.”

Também aqui neste trabalho, não se pretende retirar conclusões absolutas, mas tão só, contribuir para um melhor conhecimento da realidade que são as associações de bombeiros, em concreto sobre a sua contabilidade e os seus gestores, bem assim como demonstrar o esforço despendido para “levar de vencida” a tarefa que foi a conclusão deste projeto de investigação.

Os objetivos para os quais se pretendia obter resposta, pelas dúvidas surgidas, eram:

1 - Os Gestores das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários utilizam a Contabilidade como Sistema de Informação para a Tomada de Decisão de Gestão?

2 - Os Gestores das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários têm a percepção da importância da Contabilidade como Sistema de Informação para a Tomada de Decisão de Gestão?

Complementarmente, pretendia-se conhecer as características principais das AHBV's - Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários, o Perfil da sua Gestão, como é elaborada a sua Contabilidade, os Custos desta e a Importância da Contabilidade, no Sistema de Informação para a Tomada de Decisão.

O inquérito por questionário remetido a todos os gestores das associações de bombeiros era composto pelas seguintes partes, ao qual os respondentes, que constituíram a amostra responderam e que abaixo se discriminam:

A1 - A Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários

A2 - O Perfil da Direção da Associação

B1 - A Elaboração da Contabilidade da Associação

B2 - Os Custos da Contabilidade para a Associação

C1 - A Utilização da Informação Contabilística da Associação

C2 - Utiliza a Informação Contabilística da Associação

C3 - Não Utiliza a Informação Contabilística da Associação

D - A Importância da Contabilidade, no Sistema de Informação para a Tomada de Decisão.

No próximo subcapítulo serão descritas as conclusões a que a investigação chegou sobre os temas inquiridos.

5.1.2. Descrição das Conclusões

Caracterização da Organização - A Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários

Conclusões:

- O efetivo de bombeiros voluntários por associação situa-se entre 21 e 85 bombeiros (65% das respostas obtidas);
- O efetivo de colaboradores remunerados (bombeiros e não bombeiros) por associação situa-se entre 11 e 50 colaboradores (82,0% das respostas obtidas);
- Em 75% das associações, o número de diretores (gestores) é superior a 5;
- O nível de rendimentos no ano fiscal de 2019 foi muito variável, sendo que em 50,5% das associações, se situa entre 250.000,00 € e 750.000,00 €;
- 69,5% das associações obtiveram, no ano fiscal de 2019, resultados positivos.

Caracterização das Direções das Associações – O Perfil dos Gestores

Conclusões:

- A grande maioria dos gestores das associações de bombeiros, são homens (91,0%) do total, representando as mulheres apenas 9,0% (18) do total;
- A grande maioria, ou sejam 77,5% dos gestores das associações de bombeiros possui mais de 46 anos;
- 57,0% dos gestores das associações de bombeiros possui habilitações académicas de licenciatura ou superior, havendo 25 com mestrado ou doutoramento;
- 72,5% dos gestores terão em atividade profissional, enquanto 27,5% já não terão;
- No que se refere à área de formação, ela é muito variada, sendo os reformados o maior contingente (27,5%), seguidos dos engenheiros, com 14,0%, os gestores, com 9,5%, os contabilistas, com 9,0% e ainda os administrativos 7,0%;

- Quando à experiência em direção ou administração, 33,0% terão mais de 20 anos de experiência. A grande maioria terá mais de 6 anos de experiência (81,0%) e apenas 19% terá 5 ou menos anos de experiência;
- 63,5% dos gestores das associações já frequentou, procura ou já procurou frequentar cursos de formação relacionados com gestão;
- Em relação aos que responderam “não” à pergunta anterior e no que se refere à razão por não terem procurado frequentar cursos relacionados com gestão, 47,0% dos gestores invocam não ter disponibilidade ou oportunidade, 23,5% não terem interesse e os restantes 29,5% invocam outros motivos.

A Elaboração da Contabilidade nas Associações de Bombeiros

Conclusões:

- Em cerca de metade (47,5%) das associações os serviços de contabilidade estão sedeados numa empresa de contabilidade, sendo que em cerca de um terço das associações (30,0%) esse serviço está sediado nas associações;
- Na grande maioria, ou seja, em 97,5% dos casos existe um colaborador ou colaboradora que prepara e fornece a documentação à contabilidade;
- No que se refere à elaboração da contabilidade geral ou financeira, existe na maioria dos casos estará sediada na empresa de contabilidade (53,0%), sendo que, em cerca de 41,0% dos casos a sua elaboração estará a cargo da associação;
- No que se refere à elaboração da contabilidade analítica ou de gestão, constatamos que em quase metade das associações (46,5%), a contabilidade é elaborada na empresa de contabilidade, sendo que, em 34,0% dos casos é elaborada na associação;
- No que se refere à elaboração da contabilidade orçamental, constatamos que em quase cerca de metade das associações (45,5%), a contabilidade é elaborada na empresa de contabilidade, sendo que, em 35,0% dos casos é elaborada na associação;
- Na maioria das associações (51,5%), a informação contabilística é-lhes remetida mensalmente, havendo ainda, em 48,5% dos casos que a periodicidade dessa remessa é mais dilatada no tempo;
- Apenas em cerca de um terço dos casos (36,5%) é que o responsável pela contabilidade toma a iniciativa em remeter a informação contabilística à associação, havendo ainda em 25,5% dos casos, em que tem de ser a direção da associação a solicitar a remessa dessa informação;

Os Custos com a Contabilidade para Associações

Conclusões:

- A quase totalidade dos gestores das associações de bombeiros (99,0%) vê a contabilidade como uma mais-valia para a associação;
- O custo que as associações de bombeiros suportam mensalmente com a contabilidade varia, mas mais de três quartos dos gestores (76,5%) afirma que não é superior a 500,00 €;
- Mais de três quartos dos gestores das associações de bombeiros (76,0%) considera que o custo com a contabilidade é um valor justo;
- 92,5% dos gestores das associações de bombeiros consideram o responsável pela contabilidade como um criador de valor para a associação;
- Mais de metade (61,5%) dos gestores das associações de bombeiros prefere pagar mais pelo serviço de contabilidade, para ter uma informação de confiança e qualidade;
- Quase três quartos dos gestores das associações de bombeiros (74,0%) não concorda em pagar pouco pelo serviço de contabilidade, ainda que, sejam cumpridas as obrigações legais mínimas;
- 89,5% dos gestores das associações de bombeiros não concorda em pagar o mínimo possível pelo serviço de contabilidade, sujeitando-se a eventuais coimas da AT por incumprimentos;
- 65,5% dos gestores das associações de bombeiros afirma que não deixou de ter ou fazer algo importante para a associação para poder pagar o serviço de contabilidade;

Utiliza ou não a Informação Contabilística da Associação

Conclusões:

- A quase totalidade dos gestores das associações de bombeiros (98,5%) afirma que continuaria a possuir contabilidade, mesmo que não fosse uma obrigação legal;
- A quase totalidade dos gestores das associações de bombeiros (98,5%) afirma que utiliza a informação da contabilidade na gestão da associação;

A Utilização da Informação Contabilística da Associação

Conclusões:

- Mais de 70,0% dos gestores das associações de bombeiros utiliza a informação contabilística, pelo menos uma vez por mês ou pelo menos uma vez por semana;

- Quanto aos tipos de informação contabilística mais utilizados, constatamos que o Balanço e a Demonstração de Resultados do Período, são os documentos mais consultados;
- Mais de três quartos dos gestores das associações de bombeiros (81,5%) afirma que se encontram satisfeitos ou muito satisfeitos com o prazo de entrega da informação contabilística;
- Mais de três quartos dos gestores das associações de bombeiros (88,5%) afirma que se encontram satisfeitos ou muito satisfeitos com a qualidade do trabalho apresentado na informação contabilística;
- Quanto à importância da contabilidade:
 - a) 73,0% dos gestores concorda totalmente com a afirmação que a informação da contabilidade é importante para compreender os resultados do final do ano;
 - b) 65,0% dos gestores concorda totalmente com a afirmação que a informação da contabilidade é importante para as decisões de investimento ou novos negócios;
 - c) 53,5% dos gestores concorda totalmente com a afirmação que a informação da contabilidade nas decisões do dia a dia;
 - d) 68,0% dos gestores concorda totalmente com a afirmação que a informação da contabilidade é importante para o controlo orçamental;
 - e) 59,0% dos gestores concorda totalmente com a afirmação que a informação da contabilidade é importante para planear os objetivos a atingir;
 - f) 53,5% dos gestores concorda totalmente com a afirmação que através da informação da contabilidade é possível prever crises financeiras e o eventual risco de insolvência.
- Quanto ao grau de concordância com algumas afirmações:
 - a) Os gestores das associações de bombeiros não estão de acordo com a classificação da informação contabilística como sendo ou não, essencialmente, um meio para apurar impostos para o estado;
 - b) 69,0% dos gestores concordam totalmente ou parcialmente, que a utilização da informação contabilística permite um melhor relacionamento com os clientes externos da associação;
 - c) 66,0% dos gestores concordam totalmente ou parcialmente, que a utilização da informação contabilística permite um melhor relacionamento com os clientes internos da associação;

d) 93,5% dos gestores concordam totalmente ou parcialmente, que a utilização da informação contabilística permite uma melhor gestão da associação;

e) 84,5% dos gestores concordam totalmente ou parcialmente, que a utilização da informação contabilística permite melhores resultados da associação;

f) 87,5% dos gestores concordam totalmente ou parcialmente, que têm uma relação de confiança com quem elabora a contabilidade;

g) Os gestores das associações de bombeiros não estão de acordo com a afirmação que o tempo despendido com o elevado número de obrigações declarativas, reduziu a qualidade da informação contabilística;

- A grande maioria dos gestores das associações de bombeiros (82,5%) atribui um elevado nível de importância (nível 8 ou acima, numa escala de 0 a 10) à informação contabilística quando toma decisões de gestão.

Não Utiliza a Informação Contabilística da Associação

Conclusões:

- Analisados os motivos pelos quais 1,5% dos gestores das associações de bombeiros não utilizam a informação contabilística, constatámos que não existe uma razão que seja preponderante em relação às restantes;
- Aprofundadas outras razões para a não utilização da contabilidade, constatámos não existir uniformidade nas respostas.

A Importância da Contabilidade, no Sistema de Informação para a Tomada de Decisão.

Conclusões:

- Sobre o grau de importância de vários fatores na tomada de decisão da gestão:
 - a) Mais de três quartos dos gestores das associações de bombeiros (77,5%) consideram muito importante ou importante, os conselhos de outros profissionais, como são os advogados ou os economistas;
 - b) 44,5% dos gestores consideram muito importante ou importante, os conselhos de pessoas próximas, como são os amigos ou os familiares;
 - c) Uma grande maioria dos gestores (91,0%) consideram que é importante ou muito importante a experiência profissional;
 - d) Uma maioria (81,5%) dos gestores considera importante ou muito importante a formação pessoal e académica;

- e) Uma grande maioria (91,0%) dos gestores considera importante ou muito importante a informação da contabilidade e do contabilista;
- f) Apenas 28,0% dos gestores consideram importante ou muito importante a intuição.
- Sobre o grau de interesse que alguns dos *stakeholders*⁶² possuem na informação contabilística da associação de bombeiros:
 - a) Uma larga maioria dos gestores (76,0%) considera que a AT tem interesse ou muito interesse na informação contabilística da associação;
 - b) Uma maioria dos gestores (71,5%) considera que as Autarquias e a População têm interesse ou muito interesse na informação contabilística da associação;
 - c) Uma larga maioria dos gestores (79,5%) considera que os Bancos têm interesse ou muito interesse na informação contabilística da associação;
 - d) Uma maioria dos gestores (68,0%) considera que os Bombeiros e outros colaboradores têm interesse ou muito interesse na informação contabilística da associação;
 - e) Apenas 47,5% dos gestores considera que os Clientes a quem prestam serviços tem interesse ou muito interesse na informação contabilística da associação;
 - f) Uma maioria dos gestores (58,5%) considera que os Fornecedores têm interesse ou muito interesse na informação contabilística da associação;
 - g) Uma maioria dos gestores (71,0%) considera que os Sócios têm interesse ou muito interesse na informação contabilística da associação;
 - h) Uma larga maioria dos gestores (86,5%) considera que os Órgãos Sociais têm interesse ou muito interesse na informação contabilística da associação;
- Sobre a influência de determinados fatores na tomada de decisão de gestão da associação:
 - a) Uma larga maioria dos gestores (85,5%) considera que o Nível de endividamento é influente ou muito influente na tomada de decisão de gestão;

⁶² partes interessadas – Tradutor Google

b) A maioria dos gestores (51,0%) considera que os Fatores ambientais são influentes ou muito influentes na tomada de decisão de gestão;

c) Uma grande maioria dos gestores (95,0%) considera que os Fatores económicos são influentes ou muito influentes na tomada de decisão de gestão;

d) Apenas 30,0% dos gestores consideram que os Fatores políticos são influentes ou muito influentes na tomada de decisão de gestão;

e) Uma larga maioria dos gestores (75,5%) considera que os Fatores sociais são influentes ou muito influentes na tomada de decisão de gestão;

f) Uma larga maioria dos gestores (79,5%) considera que os Resultados do período são influentes ou muito influentes na tomada de decisão de gestão.

Convém lembrar aqui, agora e trazer “à lide” as perguntas de partida, para as quais a presente investigação pretendeu dar resposta:

1 - Os Gestores das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários utilizam a Contabilidade como Sistema de Informação para a Tomada de Decisão de Gestão?

2 - Os Gestores das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários têm a percepção da importância da Contabilidade como Sistema de Informação para a Tomada de Decisão de Gestão?

Da amostra, constituída pelos 200 respondentes, representativa da população ou universo estudado, salientamos que:

1.

b) Apenas 3 (três) dos respondentes, indicaram que não utilizam a contabilidade como sistema de informação para a tomada de decisão de gestão;

b) Mais de 70% dos gestores utiliza a informação contabilística, pelo menos, uma vez por mês ou uma vez por semana;

2.

a) Mais de 90% dos gestores considera a informação contabilística importante ou muito importante;

b) , A grande maioria dos gestores das associações de bombeiros (82,5%) atribui um nível de importância elevado (nível 8 ou acima, numa escala de 0 a 10) à informação contabilística quando toma decisões de gestão;

Respondendo diretamente às perguntas de partida concluímos que:

A. Os Gestores das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários utilizam a Contabilidade como Sistema de Informação para a Tomada de Decisão de Gestão;

- B. Os Gestores das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários têm a percepção da importância da Contabilidade como Sistema de Informação para a Tomada de Decisão de Gestão.

5.1.3. Contributo da Investigação para o Conhecimento Científico

Numa área do conhecimento científico (a gestão das associações de bombeiros) pouco ou nada estudada, reconhecemos que, apesar das dificuldades sentidas pelo pioneirismo e inovação, este trabalho contribui para um avanço, mesmo que ténue, para o conhecimento científico da gestão das associações de bombeiros.

Contribuindo ainda para o conhecimento e divulgação da realidade das associações de bombeiros e dos seus voluntários.

Por outro lado, reconhecemos que, por se tratar de uma área do conhecimento pouco estudada, poderá levar a que outros investigadores a estudem mais profundamente e obtenham mais e melhores conhecimentos.

5.2. Limitações do Estudo

Dada a extensão, a complexidade e o pioneirismo do tema proposto, ficámos com a sensação de que, noutro tipo de estudo, poderíamos aprofundar mais a temática, que embora parecendo que não, é muito vasta.

O trabalho de construção, remessa e recolha dos questionários à totalidade dos gestores das 436 Associações de Bombeiros e que estava programado para se iniciar em março/abril de 2020 foi difícil de concretizar pelo surgimento da pandemia do COVID 19 e pelo *stress* pandémico que envolveu toda a população portuguesa, inclusive no que ao autor diz respeito.

Este facto dificultou inclusive a remessa e a recolha dos questionários, pela existência neste período de: restrições à mobilidade, confinamentos, ausências dos gestores nas sedes das associações de bombeiros e o *stress* pandémico.

Em última instância, recorremos inclusive à LPB – Liga dos Bombeiros Portugueses, que se prontificou a ajudar, tomando a iniciativa de remeter aos gestores de todas as Associações de Bombeiros, um ofício informando da realização do inquérito, no qual incluía

um *link*⁶³ direcionado para o *Microsoft Forms*, que permitia aos gestores das associações de bombeiros responderem ao questionário.

5.3. Sugestões para Trabalho Futuro

Neste momento, cabe-nos sugerir futuras investigações, relacionadas com a gestão das associações de bombeiros, que podem complementar e aprofundar o trabalho de projeto realizado.

Apresentamos as seguintes propostas de trabalho de investigação, que consideramos interessantes e merecedoras de serem estudadas:

1. A gestão das associações de bombeiros e as suas especificidades;
2. O relacionamento interpessoal nas organizações da Economia Social, focado no caso das associações de bombeiros;
3. O trabalho voluntário nas associações de bombeiros, a base teórica e casos práticos;
4. A mensuração e contabilização do trabalho voluntário e do serviço prestado pelos bombeiros voluntários, nas associações de bombeiros, investigando a necessidade ou não de uma separação do registo contabilístico do trabalho e do serviço prestado, por um lado, dos bombeiros em trabalho profissional e por outro, dos bombeiros em trabalho voluntário, já que nas organizações dos bombeiros subsistem as duas componentes, com vista a um maior rigor nas várias avaliações que se façam, de que são exemplos, o desempenho e desenvolvimento dos recursos humanos e a análise económico financeira da organização.
5. A teoria da agência nas associações de bombeiros, ao encontro de respostas para as seguintes perguntas?
 - Poder-se-á falar em teoria da agência nas associações de bombeiros?
 - Haverá conflitos de agência entre os associados e os dirigentes das associações?
 - Haverá conflitos de agência entre os corpos de bombeiros e os gestores?
 - E entre o comando e a gestão?

⁶³ Ligação – Google Tradutor

*A Percepção da Importância da Contabilidade como Sistema de Informação,
no Âmbito da Tomada de Decisão da Gestão
O caso das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários*

Trata-se de questões muito interessantes e atuais, sobre as associações de bombeiros, que merecem ser estudadas e suscitam a dúvida, mas porque não cabem no trabalho deste projeto, deixo para trabalho futuro aos investigadores que os queiram investigar.

Bibliografia

- Adão, M. E. (2009). *Contratos de Autonomia – descentralização, desconcentração, (re)centralização - Que poderes conferiu às escolas? - Estudo de Caso*. Universidade Portucalense Infante D. Henrique . Porto: Repositório da Universidade Portucalense. Obtido em 11 de agosto de 2021, de <http://repositorio.upt.pt/jspui/bitstream/11328/141/2/TME%20383%20%28corpo%29.pdf>
- Albarelo, L., Digneffe, F., Hiernaux, J.-P., Maroy, C., Ruquoy, D., & Saint-Georges, P. (2005). *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais* (2ª ed., Vol. 1). (G. Valente, Ed., & L. Baptista, Trad.) Lisboa, Lisboa, Portugal: Gradiva - Publicações.
- Almeida, J. A. (2011). *Memórias dos Bombeiros Voluntários do Peso da Régua* (1ª ed., Vol. 1). Rio Tinto, Porto, Portugal: Mosaico de Palavras Editora.
- Alyrio, R. D. (2009). *Métodos e Técnicas de Pesquisa em Administração* (1ª ed.). Rio de Janeiro, RJ, Brasil: Fundação Cecierj / Consórcio Ceder. Obtido em 12 de novembro de 2020, de https://www.academia.edu/41287002/Livro_M%C3%A9todos_e_Pesquisa_em_Administra%C3%A7%C3%A3o_Rovigati_Danilo_Alyrio?email_work_card=view-paper
- Amaral, I. (2016). *Redes Sociais na Internet - Sociabilidades Emergentes* (1ª ed.). (F. e.-U. LABCOM.IFP - Comunicação, Ed.) Covilhã, Castelo Branco, Portugal: Editora LabCom.IFP - Universidade da Beira Interior. Obtido em 20 de julho de 2021, de https://labcom.ubi.pt/ficheiros/201701311021-201619_redessociais_iamaral.pdf
- Amaro, A. D. (2009). *O Socorro em Portugal - Organização, formação e cultura de segurança nos Corpos de Bombeiros, no Quadro da Proteção Civil*. Universidade do Porto, Faculdade de Letras. Porto: Repositório aberto - Faculdade de Letras da Universidade do Porto. doi:<https://hdl.handle.net/10216/23116>
- Amorim, A. P. (2016). *Metodologia do Trabalho Científico - Você vai à Faculdade e a Faculdade vai até você* (1ª ed., Vol. 1). Bahia, Brasil: Instituto Mantenedor de Ensino Superior da Bahia S/C Ltda. Obtido de https://www.academia.edu/32022939/Metodologia_do_trablho_cient%C3%ADfico
- Antão, A. A., Tavares, A., Marques, J. P., & Alves, S. (2012). *Novo Regime da Normalização Contabilística para Entidades do Sector não Lucrativo* (1ª ed.). Lisboa, Lisboa, Portugal: Áreas Editora.

- António, N., Rosa, Á., Santos, A., Cândido, C., Martins, J., Cardoso, E., . . . Rodrigues, J. (2012). *Estratégia Organizacional: do mercado à ética* (1ª ed.). (s. n., Ed.) Lisboa, Lisboa, Portugal: Escolar Editora.
- Associação Amigos Bombeiros Distrito Guarda.com;. (2004 - 2020). *História dos Bombeiros Portugueses*. (Â. Santos, Editor) Obtido em 10 de dezembro de 2020, de Portal Bombeiros.pt: <https://www.bombeiros.pt/historial/historial.html>
- Associação Humanitária de Bombeiros dos Estoris. (s.d.). (Associação Humanitária de Bombeiros dos Estoris) Obtido em 15 de 09 de 2021, de <https://www.ahbe.pt/https://www.ahbe.pt/historia/>
- Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil;. (26 de julho de 2019). *Nota Informativa - Regime de Isenção do Imposto Sobre Veículos (ISV)*. Obtido em 12 de 02 de 2021, de PROCIV - http://www.prociv.pt/http://www.prociv.pt/bk/BOMBEIROS/CB/VEICULOS/Documents/NOTA%20INFORMATIVA_2019.pdf
- Azevedo, C. (2013). *Manual de Governo - O Desafio da Liderança nas Organizações do Terceiro Setor em Portugal* (1ª ed.). (s. n., Ed.) Porto, Porto, Portugal: Positiagenda - Edições Periódicas e Multimédias.
- Bäckström, B. (2008). *Metodologia das Ciências Sociais Métodos Quantitativos - Caderno de apoio*, 104. (Repositório Aberto da UAB, Compilador) Lisboa, Lisboa, Portugal: Universidade Aberta. Obtido em 12 de setembro de 2021, de https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/9499/1/MetodologiaCienciasSociais_Caderno_Apoio.pdf
- Barbosa, A. M. (2012). *A Relação e a Comunicação Interpessoais entre o Supervisor Pedagógico e o Aluno Estagiário*. Relatório apresentado à Escola Superior João de Deus com vista à obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação na especialidade de Supervisão Pedagógica, Escola Superior de Educação João de Deus, Lisboa. Obtido em 14 de maio de 2021, de <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/2472/1/AnaMariaBarbosa.pdf>
- Barney, J. B., & Hesterly, W. S. (2007). *Administração Estratégica e Vantagem Competitiva* (1ª ed.). (s. n., Ed., & M. Rosemberg, Trad.) São Paulo, SP, Brasil: Pearson Education Brasil.

- Baynast, A., Lendrevie, J., Levy, J., Dionísio, P., & Rodrigues, V. (2018). *Mercator XXI 25 anos - O Marketing na Era Digital* (17ª ed.). (M. Ramires, Ed.) Alfragide, Setubal, Portugal: Publicações Dom Quixote.
- Borges, A., Rodrigues, A., & Rodrigues, R. (2014). *Elementos de Contabilidade Geral* (26ª ed.). Lisboa, Lisboa, Portugal: Áreas Editora.
- Borges, A., Rodrigues, J. A., & Morgado, J. (2007). *Contabilidade e Finanças para a Gestão* (3ª ed.). (s. n., Ed.) Lisboa, Lisboa, Portugal: Áreas Editora.
- Braga, A. (2005). *A Gestão da Informação*. Trabalho realizado a partir de Tese de Mestrado em Gestão - Universidade da Beira Interior (1996), Instituto Politécnico da Guarda., Departamento de Gestão da Escola Superior de Tecnologia e Gestão, Guarda. Obtido em 30 de setembro de 2021, de http://jmab.planetaclix.pt/GesInf/Aula1/A_Gestao_da_Informacao.pdf
- Brealey, R., Myers, S., & Allen, F. (2007). *Princípios de Finanças Empresariais* (8ª ed.). (s. n., Ed., M. C. Figueira, & N. Carvalho, Trans.) Madrid, Madrid, Espanha: McGraw-Hill Interamericana de España.
- Brites, R. (s.d.). (s. n., Ed.) *Noções de Amostragem*, p. 18. Obtido em 31 de 05 de 2017
- Brito, B. V. (2013). *O Tratamento Fiscal do Mecenato Social no Direito Português: Breves Notas Sobre a Noção de Bilateralidade*. Dissertação de Mestrado, Universidade Católica Portuguesa, Centro Regional do Porto – Pólo da Foz - Escola de Direito, Porto. Obtido em 2 de novembro de 2020, de <https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/16806/1/Tese%20-%20Bernardo%20Vieira%20e%20Brito.pdf>
- Bueno, M. I. (2003). *La Responsabilidad Social de la Empresa: Implicaciones Contables* (1ª ed.). (s. n., Ed.) Madrid, Comunidade de Madrid, Espanha: Edisofer - Livros Jurídicos.
- Caetano, J., & Rasquilha, L. (2007). *Gestão da Comunicação* (3ª ed.). (s. n., Ed.) Vila Franca de Xira, Lisboa, Portugal: Quimera Editores.
- Caiado, A. C. (2009). *Contabilidade Analítica e de Gestão* (5ª ed.). (s. n., Ed.) Lisboa, Lisboa, Portugal: Áreas Editora.
- Caixeiro. (2014). *Capítulo III - A Liderança*. (s. n., Ed.) Obtido em 22 de julho de 2021, de https://dspace.uevora.pt/https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/11416/22/Cap%C3%ADtulo%20III_A%20LIDERAN%C3%A7A.pdf

- Caldeira, J. (2020). *100 Indicadores da Gestão* (1ª ed.). (s. n., Ed.) Coimbra, Coimbra, Portugal: Conjuntura Actual Editora.
- Caldeira, M. (2008). *Sistemas de Informação para a Gestão* (1ª ed.). (s. n., Ed.) Lisboa, Lisboa, Portugal: Universidade Aberta.
- Câmara, P. B., Guerra, P. B., & Rodrigues, V. J. (2010). *Novo Humanator - Recursos Humanos e Sucesso Empresarial* (3ª ed.). (s. n., Ed.) Alfragide, Setubal, Portugal: Publicações Dom Quixote.
- Campenhoudt, L. V., Marquet, J., & Quivy, R. (2019). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (5ª ed.). (G. Valente, Ed., J. M. Marques, M. A. Mendes, M. Carvalho, & I. Lopes, Trans.) Lisboa, Lisboa, Portugal: Gradiva Publicações.
- Cardoso, J. F., & Rodrigues, J. N. (2006). *Peter Drucker - O Essencial sobre a Vida e Obra do Homem que inventou a Gestão* (1ª ed.). (s. n., Ed.) Vila Nova de Famalicão, Braga, Portugal: Centro Atlântico.
- Carmo, H. D., & Esgaio, A. C. (2016). *Ética, Responsabilidade Social e Serviço Social: um imperativo de educação para a cidadania*. Comunicação, Universidades Lusíada, s. l. Obtido em 3 de julho de 2021, de http://repositorio.ulusiada.pt/bitstream/11067/4014/4/is_47_48_2016_20.pdf
- Carmo, H. D., & Ferreira, M. M. (2008). *Metodologia de Investigação - Guia para Auto-Aprendizagem* (2ª ed.). (s. n., Ed.) Lisboa, Lisboa, Portugal: Universidade Aberta.
- Carvalho, J. C., & Filipe, J. C. (2008). *Manual de Estratégia - Conceitos, Prática e Roteiro* (2ª ed.). Lisboa, Lisboa, Portugal: Edições Sílabo.
- Carvalho, J. E. (2019). *Gestão de Empresas - Princípios Fundamentais - O futuro da gestão é a gestão do futuro* (5ª ed.). (M. Robalo, Ed.) Lisboa, Lisboa, Portugal: Edições Sílabo.
- Carvalho, M. I., & Pinto, C. (2014). *Serviço Social - Teorias e Práticas* (1ª ed.). (s. n., Ed.) Lisboa, Lisboa, Portugal: Factor - Edições de Ciências Sociais, Forenses e da Educação.
- Certo, S. C., & Peter, J. P. (1993). *Administração Estratégica: Planeamento e Implantação da Estratégia* (1ª ed.). (s. n., Ed.) São Paulo, SP, Brasil: Makron Books.
- Chiavenato, I. (2009). *Administração Geral e Pública* (2ª Edição ed.). (s. n., Ed.) Rio de Janeiro, RJ, Brasil: Editora Elsevier/Campos. Obtido em 12 de junho de 2021, de <https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=ZGVmYXVsdGRvbWVpbnxlc3R1ZGFudGVkb3JhdXNqdHxneDo2NDIyMGNkNzA3YTU5NmU>

- Coelho, A. R. (2012). *A Formação nas Organizações: Motivação para Transferir os Conteúdos Formativos para o Local de Trabalho*. Instituto Superior Miguel Torga, Escola Superior de Altos Estudos. Coimbra: Universidade Lusíada do Porto. Obtido em 22 de julho de 2021, de <https://repositorio.ismt.pt/jspui/bitstream/123456789/324/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20de%20Mestrado%20-%20GRHCO%20-%20Ana%20Raquel%20Coelho.pdf>
- Comentto Pesquisa de Mercado;. (2018). *Calculadora Amostral*. Obtido em 30 de setembro de 2021, de Comentto Pesquisa de Mercado: <https://comentto.com/calculadora-amostal/>
- Contreira, M. S. (2016). *Os Desafios da Teoria da Agência no Seio das Sociedades Comerciais*. Escola de Ciências Sociais e Humanas - ISCTE IUL, Departamento de Economia Política. Lisboa: s. n. Obtido em 26 de fevereiro de 2021, de https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/12585/1/2016_ECSH_DEP_Disserta%C3%A7%C3%A3o_Mariana%20Silva%20M%C3%A1ximo%20Contreira.pdf
- Correia, A. M., & Mesquita, A. (2014). *Mestrados % Doutoramentos - Estratégias para a elaboração de trabalhos científicos: o desafio da excelência* (2ª ed.). Porto, Porto, Portugal: Vida Económica - Editorial.
- Costa, A., & Mendes, V. (1995). *Psicologia - 12º ano* (5ª ed.). (s. n., Ed.) Odivelas, Lisboa, Portugal: Lua Viajante.
- Costa, J. C. (2004-2006). *Métodos e Técnicas de Análise Antropológica - (Curso lecionado a estudantes de saúde)*, p. 126. Obtido em 30 de 08 de 2020, de https://www.academia.edu/8357994/O_procedimento_cient%C3%ADfico_passo_a_passo?email_work_card=view-paper
- Cota, B. V., & Marcos, G. P. (2009). *Marketing Inovador - Temas Emergentes* (2ª ed.). Lisboa, Lisboa, Portugal: Universidade Católica Editora.
- Courtois, A., Pillet, M., & Martin-Bonnefous, C. (2007). *Gestão da Produção* (6ª ed.). (s. n., Ed.) Lisboa, Lisboa, Portugal: Lidel - Edições Técnicas.
- Coutinho, C. P. (2015). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática* (2ª ed., Vol. 1). Coimbra, Coimbra, Portugal: Edições Almedina, S. A.

- Cristovão, T. F. (2015). *Cultura Organizacional: Influência da Cultura Organizacional na Moderação dos Comentários em Websites de Jornais Diários*. Dissertação defendida em provas públicas, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Escola de Comunicação, Arquitetura, Artes e Tecnologias da Informação, Lisboa. Obtido em 12 de julho de 2020, de https://recil.grupolusofona.pt/bitstream/10437/7605/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o_FINAL_v2.pdf
- Demo, P. (1995). *Metodologia do Conhecimento Científico* (3ª ed.). (s. n., Ed.) São Paulo, SP, Brasil: Atlas Editora. Obtido em 28 de junho de 2021, de <https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=ZGVmYXVsdGRvbWVpbnxhZG1lbWZvY28yMDEzMDEzMXxneDo0YjQxNzY5Nm4Y2YyNjk2>
- Descartes, R. (1973). *O Discurso do Método* (2ª ed.). (s. n., Ed., G. Jacob , & B. Prado Jr, Trans.) São Paulo, SP, Brasil: Difel – Difusão Européia do Livro,. Obtido em 30 de agosto de 2020, de <https://www.netmundi.org/filosofia/2018/rene-descartes-biografia-filosofia/>
- Diário da República n.º 107/2016, Série II de 06-03. (03 de junho de 2016). *Despacho n.º 7316/2016, da ANEPC*, 17548/17603. Lisboa, Lisboa, Portugal: INCM - Imprensa Nacional - Casa da Moeda. Obtido em 12 de 01 de 2021, de <https://dre.pt/application/conteudo/74604981>
- Diário da República n.º 107/2016, Série II de 06-03. (2016). *Despacho n.º 7316/2016, DRE - Diário da República Eletrónico*. Lisboa, Lisboa, Portugal: INCM - Imprensa Nacional Casa da Moeda. Obtido em 12 de maio de 2020, de <https://dre.pt/home/-/dre/74604981/details/maximized>
- Diário da República n.º 11/2014, Série I de 16-01. (2014). *Lei n.º 2/2014 - Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas*. Lisboa, Lisboa, Portugal: INCM - Imprensa Nacional - Casa da Moeda. Obtido em 14 de dezembro de 2020, de <https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada/-/lc/view?cid=122178578>
- Diário da República n.º 118/2007, Série I de 21-06. (2007). *Decreto-Lei n.º 241/2007, Regime jurídico aplicável aos bombeiros portugueses no território continental, atualizado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 64/2019, de 16 de maio, no Diário da República, 1.ª série — N.º 94 — 16 de maio de 2019, Consolidada*. Lisboa, Lisboa, Portugal: INCM - Imprensa Nacional - Casa da Moeda. Obtido em 1 de setembro de

- 2021, de <https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada/-/lc/34562975/view?consolidacaoTag=Prote%C3%A7%C3%A3o+Civil+e+Socorro>
- Diário da República n.º 118/2008, Série I de 20-06. (2008). *Decreto-Lei n.º 102/2008 - republicação do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, aprovado pelo Decreto-Lei 394 -B/84, de 29 de Junho*. Lisboa, Lisboa, Portugal: INCM - Imprensa Nacional - Casa da Moeda. Obtido em 11 de novembro de 2020, de https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada/-/lc/117352449/202101171349/exportPdf/normal/1/cacheLevelPage?_LegislacaoConsolidada_WAR_drefrontofficeportlet_rp=indice
- Diário da República n.º 122/2007, Série I de 06-27. (2007). *Decreto-Lei n.º 247/2007, Regime jurídico aplicável à constituição, organização, funcionamento e extinção dos corpos de bombeiros*, 13. Lisboa, Lisboa, Portugal: INCM - Imprensa Nacional - Casa da Moeda. Obtido em 30 de Novembro de 2020, de https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada/-/lc/75386702/201705260156/exportPdf/normal/1/cacheLevelPage?_LegislacaoConsolidada_WAR_drefrontofficeportlet_rp=diplomasModificantes
- Diário da República n.º 124/2007, Série I de 29-6. (2007). *Lei n.º 22-A/2007 - Código do Imposto sobre Veículos e o Código do Imposto Único de Circulação*, 4164-(2)/4164-(30). Lisboa, Lisboa, Portugal: INCM Imprensa Nacional - Casa da Moeda. Obtido em 20 de novembro de 2019, de https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada/-/lc/105737309/201704281143/exportPdf/normal/1/cacheLevelPage?_LegislacaoConsolidada_WAR_drefrontofficeportlet_rp=indice
- Diário da República n.º 126/2006, Série I de 03-07. (2006). *Lei nº 27/2006*. Lisboa, Lisboa, Portugal: INCM - Imprensa Nacional - Casa da Moeda. Obtido em 10 de 12 de 2020, de <https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada/-/lc/69738106/201508030100/69973230/diploma/indice>
- Diário da República n.º 140/2017, Série I de 21-07. (2017). *Decreto-Lei n.º 84/2017*. Lisboa, Lisboa, Portugal: INCM - Imprensa Nacional - Casa da Moeda. Obtido em 27 de dezembro de 2020, de https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada/-/lc/139991590/202008151203/exportPdf/normal/1/cacheLevelPage?_LegislacaoConsolidada_WAR_drefrontofficeportlet_rp=indice
- Diário da República n.º 149/1989, Série I de 01-07. (1989). *Decreto-Lei n.º 215/89 - Estatuto dos Benefícios Fiscais*. Lisboa, Lisboa, Portugal: INCM - Imprensa Nacional - Casa

da Moeda. Obtido em 12 de setembro de 2020, de

<https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada/->

[/lc/131552176/202012262136/73807208/exportPdf/normal/1/cacheLevelPage?_Le](https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada/-/lc/131552176/202012262136/73807208/exportPdf/normal/1/cacheLevelPage?_Le)

[gislacaoConsolidada_WAR_drefrontofficeportlet_rp=diploma](https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada/-/lc/131552176/202012262136/73807208/exportPdf/normal/1/cacheLevelPage?_Le)

Diário da República n.º 155/2007, Série I de 08-13. (2007). *Lei n.º 32/2007 - Regime jurídico*

das associações humanitárias de bombeiros, 3. Lisboa, Lisboa, Portugal: INCM -

Imprensa Nacional - Casa da Moeda. Obtido em 11 de dezembro de 2020, de

<https://dre.pt/legislacao-consolidada/->

[/lc/69750612/201704152202/diploma?rp=indice](https://dre.pt/legislacao-consolidada/-/lc/69750612/201704152202/diploma?rp=indice)

Diário da República n.º 180/2009, Série I de 16-09. (2009). *Lei n.º 110/2009 - Código dos*

Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social. Lisboa,

Lisboa, Portugal: INCM Imprensa Nacional - Casa da Moeda. Obtido em 15 de 09

de 2021, de <https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada/->

[/lc/34514575/view?q=lei+110%2F2009](https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada/-/lc/34514575/view?q=lei+110%2F2009)

Diário da República n.º 225/2012, Série I de 11-21. (2012). *Decreto-Lei n.º 249/2012*, 18.

Lisboa, Lisboa, Portugal: DRE, Diário da República Eletrónico. Obtido em 12 de

fevereiro de 2021, de <https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada/->

[/lc/56935779/201704091521/exportPdf/normal/1/cacheLevelPage?_LegislacaoCon](https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada/-/lc/56935779/201704091521/exportPdf/normal/1/cacheLevelPage?_LegislacaoCon)

[solidada_WAR_drefrontofficeportlet_rp=indice](https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada/-/lc/56935779/201704091521/exportPdf/normal/1/cacheLevelPage?_LegislacaoCon)

Diário da República n.º 229/1999, Série I-A de 09-30. (1999). *Decreto-Lei n.º 389/99*, 6694

- 6698. Lisboa, Lisboa, Portugal: INCM - Imprensa Nacional - Casa da Moeda.

Obtido em 12 de fevereiro de 2020, de <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/249->

[2012-191076](https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/249-2012-191076)

Diário da República n.º 251/2007, Série I de 12-03. (2007). *Decreto-Lei n.º 396/2007*.

Lisboa, Lisboa, Portugal: INCM - Imprensa Nacional - Casa da Moeda. Obtido em

22 de julho de 2021, de <https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada/->

[/lc/105813575/202107261712/73368722/diploma/indice?q=Decreto-](https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada/-/lc/105813575/202107261712/73368722/diploma/indice?q=Decreto-)

[Lei+n.%C2%BA%20396%2F2007](https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada/-/lc/105813575/202107261712/73368722/diploma/indice?q=Decreto-)

Diário da República n.º 252/2014, 2º Suplemento, Série I de 31-12. (2014). *Lei n.º 82-E/2014*

- Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares. Lisboa, Lisboa,

Portugal: INCM - Imprensa Nacional - Casa da Moeda. Obtido em 10 de outubro de

2020, de <https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada/->

[/lc/141078385/202012281149/exportPdf/normal/1/cacheLevelPage?_LegislacaoConsolidada_WAR_drefrontofficeportlet_rp=indice](#)

Diário da República n.º 262/2003, Série I-A de 12-11. (2003). *Decreto-Lei n.º 287/2003 - Código do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis*. Lisboa, Lisboa, Portugal: INCM - Imprensa Nacional - Casa da Moeda. Obtido em 10 de Outubro de 2020, de https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada/-/lc/105825575/200606230500/73369131/exportPdf/normal/1/cacheLevelPage?_LegislacaoConsolidada_WAR_drefrontofficeportlet_rp=diploma

Diário da República n.º 88/2013, 1ª Série de 08-05. (2013). *Lei 30/2013*, 1. Lisboa, Lisboa, Portugal: INCM - Imprensa Nacional - Casa da Moeda. Obtido em 10 de dezembro de 2020, de <https://dre.pt/pesquisa/-/search/260892/details/normal?q=Lei+n.%C2%BA%2030%2F2013%2C%20de+8+de+maio>

Diário da República nº 133/2009, 1.ª série, de 07-13. (2009). *Decreto-Lei nº 158/2009*. Lisboa, Lisboa, Portugal: INCM - Imprensa Nacional - Casa da Moeda. Obtido em 12 de junho de 2020, de <https://dre.pt/application/file/a/492366>

Diário da República nº 143/2001, 1ª Série de 06-22. (2001). *Lei nº 16/2001 - Lei da Liberdade Religiosa*, 3666-3675. Lisboa, Lisboa, Portugal: INCM - Imprensa Nacional - Casa da Moeda. Obtido em 17 de janeiro de 2021, de <https://dre.pt/application/file/a/362670>

Diário da República nº 164/2013, 1.ª série de 08-27. (2013). *Lei n.º 64/2013*. Lisboa, Lisboa, Portugal: INCM - Imprensa Nacional - Casa da Moeda. Obtido em 20 de dezembro de 2020, de <https://dre.pt/application/file/a/499460>

Diário da República nº 247/2020, 1.ª série, 22-12. (2020). *Portaria n.º 296/2020*. Lisboa, Lisboa, Portugal: INCM - Imprensa Nacional - Casa da Moeda. Obtido em 3 de janeiro de 2021, de <https://dre.pt/application/conteudo/151865083>

Diário da República nº 251/2018, 1.ª série de 12-31. (2018). *Lei n.º 71/2018 - Orçamento do Estado para 2019*. Lisboa, Lisboa, Portugal: INCM - Imprensa Nacional - Casa da Moeda. Obtido em 30 de dezembro de 2020, de <https://dre.pt/application/file/a/117514660>

Diário da República nº 254/98, série I-A, de 11-03. (1998). *Lei nº 71/98*, 3. Lisboa, Lisboa, Portugal: INCM - Imprensa Nacional - Casa da Moeda. Obtido em 10 de dezembro de 2020, de <https://dre.pt/dre/detalhe/lei/71-1998-223016>

- Diário da República n.º 48/2011, 1.ª série, de 11-03. (2011). *Decreto-Lei n.º 36-A/2011 - Sistema de Normalização Contabilística para as ESNL*, 10. Lisboa, Lisboa, Portugal: INCM - Imprensa Nacional - Casa da Moeda. Obtido em 30 de 11 de 2020, de <https://dre.pt/application/file/a/647200>
- Diário do Governo n.º 274/1966, Série I de 25-11. (1966). *Decreto-Lei n.º 47344 - Código Civil*. Lisboa, Lisboa, Portugal: INCM Imprensa Nacional - Casa da Moeda. Obtido em 15 de setembro de 2021, de <https://dre.pt/legislacao-consolidada/-/lc/106487514/201703311058/73407055/diploma/indice/8>
- Dias, C., & Fernandes, D. (2000). *Pesquisa e método científicos*, 1, 10. Brasília, Brasil. Obtido em 7 de julho de 2021, de https://docs.ufpr.br/~niveam/micro%20da%20sala/aulas/tecnicas_de_pesquisa/pesquisacientifica.pdf
- Dias, J. M. (2017). *A Influência do Marketing de Conteúdo no Comportamento do Consumidor: Análise do Engagement nas Redes Sociais*. Dissertação Submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Publicidade e Marketing, Instituto Politécnico de Lisboa, Escola Superior de Comunicação Social, Lisboa. Obtido em 20 de julho de 2021, de <https://repositorio.ipl.pt/bitstream/10400.21/8342/1/FINAL%20-%20FINAL.pdf>
- Dias, R. P. (2018). *Estratégias de Desenvolvimento para o Sucesso - Estudo de Caso: TAP AIR PORTUGAL*. Universidade Europeia. Lisboa: RCAAP - Repositório Comum. Obtido em 30 de julho de 2021, de <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/23188/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20de%20M-GEE%20-%20Rui%20Chiti%20Dias%2050026363.pdf>
- Direção de Serviços do IRS;. (20 de janeiro de 2004). Circular 2/2004, de 20 de janeiro. 5. Lisboa, Lisboa, Portugal. Obtido em 08 de janeiro de 2019, de https://www.oficina.org.pt/uploads/7/0/6/1/70619115/circular_2_2004_de_20_de_janeiro_da_dsirc.pdf
- Direção-Geral da Segurança Social;. (abril de 2020). *Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial da Segurança Social - Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro*. (<http://www.seg-social.pt/dgss-direccao-geral-da-seguranca-social>, Editor) Obtido em 20 de outubro de 2020, de Segurança Social: [http://www.seg-social.pt/documents/10152/15009350/C%C3%B3digo%20contributivo%20-](http://www.seg-social.pt/documents/10152/15009350/C%C3%B3digo%20contributivo%20)

[%20reda%C3%A7%C3%A3o%20em%20vigor/1e56fad5-0e2a-42c2-b94c-](#)

[194c4aa64f74](#)

- Drucker, P. F. (1972). *Prática de Administração de Empresas* (1ª ed., Vol. 2). (H. H. Company, Ed., & J. A. Fortes, Trad.) Rio de Janeiro, RJ, Brasil: Editora Fundo de Cultura.
- Drucker, P. F. (1992). *Gerindo para o Futuro* (1ª ed.). (s. n., Ed., & F. Velez, Trad.) Lisboa, Lisboa, Portugal: Difusão Cultural - Sociedade Editorial e Livreira.
- Drucker, P. F. (2010). *As Lições de Peter F. Drucker* (1ª ed.). (R. Wartzman, Ed., & C. Pedro, Trad.) Lisboa, Lisboa, Portugal: Edições Babel - Verbo.
- DuBrin, A. J. (1998). *Princípios de Administração* (4ª ed.). (C. A. Guedes, Ed., & R. Minadeo, Trad.) Rio de Janeiro, RJ, Brasil: LTC - Livros Técnicos e Científicos Editora.
- Eco, U. (2015). *Como se faz uma Tese em Ciências Humanas* (19ª ed.). (s. n., Ed., A. F. Bastos, & L. Leitão, Trans.) Barcarena, Lisboa, Portugal: Editorial Presença.
- Fayol, H. (1917). *Administração Industrial e Geral* (10ª de 1990 - 4ª Tiragem ed.). (s. n., Ed.) São Paulo, SP, Brasil: Atlas. Obtido em 2 de fevereiro de 2019, de <http://administracao-online.com/wp-content/uploads/2017/08/ebook-adm-industrial-geral.pdf>
- Fernandes, M. d. (2013). *Gestão Fiscal e Benefícios Fiscais*. Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto. Porto: ISCAP. Obtido em 20 de dezembro de 2020, de http://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/2051/1/DM_MartinaFernandes_2013.pdf
- Ferrari, A. T. (1982). *Metodologia da Pesquisa Científica* (2ª ed.). (s. n., Ed.) Rio de Janeiro, RJ, Brasil: Mcgraw-hill Brasil. Obtido em 10 de julho de 2021
- Ferreira, M. P., Reis, N. R., & Serra, F. R. (2009). *Marketing para Empreendedores e Pequenas Empresas* (1ª ed.). (s. n., Ed.) Lisboa, Lisboa, Portugal: Lidel - Edições Técnicas.
- Ferreira, P. L. (2009). *Estatística Descritiva e Inferencial - Breves Notas*, 120. Coimbra, Coimbra, Portugal: Faculdade de Economia - Universidade de Coimbra. Obtido em 12 de julho de 2021, de <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/9961/1/AP200501.pdf>
- Fialho, J., Silva, C. A., & Saragoça, J. (2020). *Diagnóstico Social - Teoria, Metodologia e Casos Práticos* (2ª ed.). (M. Robalo, Ed.) Lisboa, Lisboa, Portugal: Edições Sílabo.

- Friedman, S. D. (2008). Seja um líder melhor, tenha uma vida mais plena. (HBR - Harvard Business Review, Ed.) *Gestão de Pessoal - 10 Artigos Essenciais*, 1, pp. 136 - 157.
- Gallastegi, E. A., & Larrinaga, O. V. (2011). La Dirección Estratégica de la Empresa: Introducción. Em E. A. Gallastegui, J. L. Rodriguez, I. B. Markaida, A. L. Lertxundi, F. J. Diez, A. S. Iribar, . . . O. V. Larrinaga, *Dirección Estratégica de los Recursos Humanos* (2ª ed., pp. 104 - 151). Madrid, Madrid, Espanha: Ediciones Pirâmide.
- Gallastegi, E. A., & Rodriguez, J. L. (2011). La Funcion de Recursos Humanos (FRRHH) contemporánea. Em E. A. Gallastegui, J. L. Rodriguez, I. B. Markaida, A. L. Lertxundi, F. J. Diez, A. S. Iribar, . . . O. V. Larrinaga, & M. S. Mestre (Ed.), *Dirección Estratégica de los Recursos Humanos - Teoria y práctica* (2ª ed., pp. 23 - 38). Madrid, Madrid, Espanha: Ediciones Pirâmide.
- Garcia, N. F. (2012). *Responsabilidad Social Corporativa* (2ª ed.). (s. n., Ed.) Madrid, Comunidade de Madrid, Espanha: ESIC Editorial.
- Gerhardt, T. E., & Silveira, D. T. (2009). *Métodos de pesquisa*, 1(1ª). (L. Delani, Ed., & C. d.-P. SEAD/UFRGS, Compilador) Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil: Editora da UFRGS. Obtido em 21 de agosto de 2021, de <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/52806>
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social* (6ª ed.). (s. n., Ed.) São Paulo, SP, Brasil: Atlas. Obtido de <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf>
- Glatthorn, A. (1998). *Writing a winning dissertation: a step by step guide*. (s. n., Ed.) Thousand Oaks, CA, USA: Corwin Press.
- Goleman, D. (2019). *O que faz um Líder* (1ª ed.). (João Quina Edições, Ed., P. Sequeira, & M. Pereira, Trans.) Coimbra, Coimbra, Portugal: Conjuntura Actual Editora.
- Goleman, D., Boyatzis, R., & McKee, A. (2001). Liderança primordial: a razão oculta para o desempenho excelente. (HBR - Harvard Business Review, Ed.) *Gestão de Pessoal - 10 artigos essenciais*, 1, pp. 225 - 251.
- Gonçalves, A. (2004). *Métodos e Técnicas de Investigação Social I - Programa, Conteúdo e Métodos de Ensino Teórico e Prático*. para Provas de Agregação no Grupo Disciplinar de Sociologia, Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais. Obtido em 24 de 07 de 2020, de <https://tendimag.files.wordpress.com/2012/09/mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-investigac3a7c3a3o-social-i.pdf>

- Gonçalves, C., Gonçalves, G., & Sequeira, L. (2014). *A profissão de Técnico Oficial de Contas - Enquadramento Normativo* (1ª ed.). Porto, Porto, Portugal: Vida Económica - Editorial.
- Gouveia, A. R. (2009-2010). *Cooperação e Orientação motivacional em Corporações de Bombeiros*. Tese submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de: Mestre em Psicologia Social e das Organizações, ISPA - Instituto Superior de Psicologia Aplicada, Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida, Lisboa. Obtido em 16 de julho de 2021, de <https://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/3895/1/13630.pdf>
- Gouveia, H. M. (2014). *A Utilidade da Contabilidade para as Microempresas*. Universidade do Algarve, Faculdade de Economia. Faro: Sapientia/Universidade do Algarve. Obtido em 25 de janeiro de 2017, de <https://sapientia.ualg.pt/bitstream/10400.1/7229/1/A%20utilidade%20da%20Contabilidade%20para%20as%20Microempresas.pdf>
- Guerrinha, J. (2004). *Bombeiros de Gouveia (1904 - 2004)* (1ª ed.). (s. n., Ed.) Gouveia, Guarda, Portugal: Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Gouveia.
- Guimarães, J. C. (2005). *História da Contabilidade em Portugal* (1ª ed.). (s. n., Ed.) Braga, Braga, Portugal: Áreas Editora.
- Hall, A., Neves, C., & Pereira, A. (2011). *Grande Maratona de Estatística no SPSS* (1ª ed.). Lisboa, Lisboa, Portugal: Escolar Editora.
- Henriques, F. A. (2016). *O Marketing Social em Organizações Sem Fins Lucrativos: Uma Campanha de Sensibilização na APSI*. Relatório de Estágio apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciências da Comunicação – Comunicação Estratégica, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa. Obtido em 1 de julho de 2021, de https://run.unl.pt/bitstream/10362/18679/1/Mestrado_Filipa_Henriques.pdf
- Henriques, T. (2019). *Gestão de Sistemas de Informação - Frameworks, Modelos e Processos* (1ª ed.). Lisboa, Lisboa, Portugal: FCA - Editora de Informática.
- INE - Instituto Nacional de Estatística. (19 de julho de 2019). *Conta Satélite da Economia Social 2016*. Obtido em 10 de dezembro de 2020, de CASES - Cooperativa António Sérgio para a Economia Social: https://cases.pt/wp-content/uploads/2019/07/19ContaSatEconSocial_2016.pdf

- INE - Instituto Nacional de Estatística;. (19 de julho de 2019). *Inquérito ao Trabalho Voluntário 2018*. (INE, Editor) Obtido em 15 de Novembro de 2020, de CASES - Cooperativa António Sérgio da Economia Social: https://cases.pt/wp-content/uploads/2019/07/19InqTrabVol2018_.pdf
- INE, Instituto Nacional de Estatística;. (2018). *Inquérito ao Trabalho Voluntário 2018*. Obtido em 10 de 12 de 2020, de CASES - Cooperativa António Sérgio para a Economia Social: <https://www.cases.pt/inquerito-ao-trabalho-voluntario/>
- Jensen, C., & Anderson, L. (1992). *Harvard graphics 3: the complete reference*. (s. n., Ed., E. t.-C.-S. Commons, Trad., & W. -A. Livre, Compilador) Osborne McGraw-Hill. Obtido em 10 de julho de 2021, de Cary Jensen, Loy Anderson (1992). *Harvard graphics 3: the complete reference*. Osborne McGraw-Hill: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Gr%C3%A1fico>
- João, P. J. (2014). *Gestão da Força de Vendas: Coordenação de uma Equipa Comercial no Âmbito do Negócio das Telecomunicações Públicas*. Universidade do Algarve, Faculdade de Economia. Faro: Universidade do Algarve. Obtido em 26 de julho de 2021, de <https://sapientia.ualg.pt/bitstream/10400.1/7911/1/RAP%20-%20Gest%C3%A3o%20da%20For%C3%A7a%20de%20Vendas%20-%20Paulo%20Jo%C3%A3o%20-%20Sem%20Anexos.pdf>
- Jordan, H., Neves, J. C., & Rodrigues, J. A. (2008). *O Controlo de Gestão - Ao Serviço da Estratégia e dos Gestores* (8ª ed.). (s. n., Ed.) Lisboa, Lisboa, Portugal: Áreas Editora.
- Kerlinger, F. N. (1980). *Metodologia da Pesquisa em Ciências Sociais - Um tratamento conceitual* (11ª Reimpressão ed.). (R. W. Holt, Ed., & H. M. Rotundo, Trad.) São Paulo, SP, Brasil: E.P.U. - Editora Pedagógica e Universitária Ltda. Obtido em 04 de 11 de 2020, de https://www.academia.edu/36891447/_Kerlinger_Metodologia_da_Pesquisa_em_Ci%C3%Ancias_Sociais_Cap
- Ketele, J. M., & Roegiers, X. (1993). *Méthodologie du recueil d'informations*. (s. n., Ed.) Bruxelles: Boeck-Wesmael.
- King, W. J. (2007). *As Leis "não escritas" da Gestão* (1ª ed.). (s. n., Ed., & C. Espadinha, Trad.) Lisboa, Lisboa, Portugal: Actual Editora - Conjuntura Actual Editora.
- Kotler, P. (2000). *Administração de Marketing* (10ª ed.). São Paulo, SP, Brasil: Prentice Hall.

- Kotler, P., & Armstrong, G. (2012). *Principles of Marketing* (14ª edição ed.). (s. n., Ed.) s. l.: Prentice Hal.
- Laudon, K., & Laudon, J. (2013). *Essentials of Management Information Systems* (10ª ed.). (s. n., Ed.) New York: Pearson.
- Liga dos Bombeiros Portugueses. (2019). (<http://www.streamline.pt/>, Produtor) Obtido em 12 de dezembro de 2020, de <https://www.lbp.pt/>: <https://www.lbp.pt/#/sobre>
- Likierman, A. (2006). Agarrar as rédeas da boa Gestão Financeira. Em Financial Times , & Diário Económico, *Dominar a Gestão Financeira - Mastering Financial Management* (s. d., Trad., 1ª ed., Vol. 1, p. 207). Lisboa, Lisboa, Portugal: S. F. & S. F. - Sociedade de Publicações.
- Lopes, M. M. (2015). *A Influência dos Stakeholders na Responsabilidade Social Empresarial Estratégica*. Tese submetida como requisito parcial de obtenção do grau de Doutor em Marketing, ISCTE - IUL Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa - Instituto Universitário de Lisboa, Departamento de Marketing, Lisboa. Obtido em 12 de fevereiro de 2021, de https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/10038/1/Tese_Out_2015_Final_Juri.pdf
- Mações, M. A. (2017). *Da Gestão Tradicional à Gestão Contemporânea*. (s. n., Ed.) Coimbra, Coimbra, Portugal: Conjuntura Actual Editora.
- Mações, M. A. (2017). *Gestão Financeira, Orçamentação e Controlo Orçamental* (1ª ed.). (s. n., Ed.) Coimbra, Coimbra, Portugal: Conjuntura Actual Editora.
- Mações, M. A. (2017). *Planeamento, Estratégia e Tomada de Decisão* (1ª ed.). (s. n., Ed.) Coimbra, Coimbra, Portugal: Conjuntura Actual Editora.
- Machado, C., Oliveira, T. C., & Davim, J. P. (2015). *Evolução do Pensamento em Gestão - Análise Histórica e Modernas Abordagens* (1ª ed.). Porto, Porto, Portugal: Publindústria, Edições Técnicas.
- Machuret, J.-J., Deloche, D., & D'Amart, J. C. (1996). *Comerciator - Teoria e Prática da via da Qualidade nos Sistemas de Venda* (1ª ed.). (M. J. Rodrigues, P. Dionísio, J. P. Esperança, Edits., & L. Barros, Trad.) Lisboa, Lisboa, Portugal: Publicações Dom Quixote.
- Maciariello, J. A. (2016). *Um ano com Peter Drucker - 52 semanas de coaching para uma liderança eficaz* (1ª ed., Vol. 1). (J. Neves, Ed., & R. Figueiredo, Trad.) Lisboa, Lisboa, Portugal: Bertrand Editora. Obtido em 10 de 02 de 2020

- Madeira, P. J. (Junho de 2003). Ética e Deontologia - Uma Visão Aplicada a Profissionais de Gestão e Contabilidade. *Jornal do Técnico de Contas e da Empresa*, 453. Obtido em 24 de junho de 2021, de <https://repositorio.ipcb.pt/bitstream/10400.11/963/1/Etica.pdf>
- Magalhães, F. M., Oliveira, C. T., & Silva, E. S. (2017). *Estatística Descritiva Aplicada à Gestão - Uma Análise Exploratória de Dados* (Vol. 1). Porto, Porto, Portugal: Vida Económica - Editorial SA.
- Marques, J., Câmara, P. B., & Martins, P. (1999). *Novas Perspetivas da Gestão* (1ª ed.). Lisboa, Lisboa, Portugal: Editora Pergaminho.
- Martins, A. E., & Lopes, A. (2010). *Capital Intelectual e Gestão Estratégica de Recursos Humanos - Fundamento e Estrutura da Gestão do Conhecimento das Organizações* (1ª - Edição (Sebenta Exclusiva para alunos da Universidade Aberta) ed.). (A. L. Neves, Ed.) Lisboa, Lisboa, Portugal: Editora RH.
- Martins, I. I. (2012). *Contribuições das Teorias da Agência e dos Recursos e Capacidades no Corporate Entrepreneurship e Implicações no Desempenho*. Dissertação de Mestrado em Gestão, Universidade da Beira Interior, Ciências Sociais e Humanas, Covilhã.
doi:https://ubibliorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/3002/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o_In%C3%AAs%20Martins_Contribui%C3%A7%C3%B5es%20das%20Teorias%20da%20Ag%C3%Aancia%20e%20dos%20Recursos%20e%20Capacidades%20no%20Corporate%20Entrepreneurship%20~1.pdf
- McGrath, J., & Bates, B. (2014). *O Pequeno Livro das Grandes Teorias de Gestão... e de Como Usá-las* (1ª ed.). (C. Atlântico, Ed., & J. P. Oliveira, Trad.) Vila Nova de Famalicão, Braga, Portugal: Centro Atlântico.
- Menezes, H. C. (2010). *Princípios de Gestão Financeira* (12ª ed.). Barcarena, Lisboa, Portugal: Editorial Presença.
- Miranda, R. J. (2009). *Qual a relação entre o pensamento crítico e a aprendizagem de conteúdos de ciências por via experimental? Um estudo no 1.º Ciclo*. Faculdade de Ciências, Departamento da Educação. Lisboa: Universidade de Lisboa. Obtido em 27 de junho de 2021, de <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/5489>
- Miranda, R. J. (s. d.). *Metodologia*. Universidade de Lisboa. Lisboa: s. n. Obtido em 08 de 07 de 2021, de https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/5489/9/ulfc096328_3_metodologia.pdf

- Monteiro, A. C., Caetano, J., Marques, H., & Lourenço, J. (2008). *Fundamentos de Comunicação* (1ª ed.). Lisboa, Lisboa, Portugal: Edições Sílabo.
- Monteiro, A. M., Cunha, A. G., Lavender, C. B., Lopes, F., Abrunhosa, F. C., Santos, J., & Costa, L. (2017). *Ser Bombeiro* (1ª ed., Vol. 1). Vila Nova de Famalicão, Braga, Portugal: Editorial Novembro.
- Monteiro, M. N. (2004). *Pequena História da Contabilidade* (2ª ed.). Póvoa de Santo Adrião, Lisboa, Portugal: Europress - Editores e Distribuidores de Publicações.
- Morais, C. (s. d.). *Descrição, análise e interpretação de informação quantitativa - Escalas de medida, estatística descritiva e inferência estatística*. Instituto Politécnico de Bragança, Escola Superior de Educação. Bragança: Instituto Politécnico de Bragança - <http://www.ipb.pt/>. Obtido em 31 de agosto de 2021, de <http://www.ipb.pt/~cmmm/discip/ConceitosEstatistica.pdf>
- Neves, J. C. (2011). *Avaliação e Gestão da Performance Estratégica da Empresa* (2ª ed.). (s. n., Ed.) Alfragide - Amadora, Lisboa, Portugal: Texto Editora.
- Oliveira, A. O., & Mourão-Júnior, C. A. (2013). *Estudo teórico sobre percepção na filosofia e nas neurociências*, 5(1), pp. 41-53. doi:10.5579/rnl.2012.0083
- O'Rourke, J. S. (2009). *Manuais de Gestão - Comunicar com Eficácia* (1ª ed.). (D. Mills, Ed., & G. Castro, Trad.) Porto, Porto, Portugal: Dorling Kindersley - Civilização Editores.
- Paixão, J. R. (2013). *Análise estratégica da indústria de veículos pesados de mercadorias em Portugal*. Relatório de Estágio, de Mestrado em Gestão, Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Economia e Gestão, Porto. Obtido em 02 de agosto de 2021, de <https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/15877/1/Relat%C3%B3rio%20de%20Est%C3%A1gio%20-%20Jo%C3%A3o%20Paix%C3%A3o.pdf>
- Patten, D. (1993). *Marketing para a Pequena Empresa* (3ª ed.). (s. n., Ed., & J. S. Pereira, Trad.) Lisboa, Lisboa, Portugal: Editorial Presença.
- Pereira, A. D. (2011). *Os Bombeiros de Carcavelos e a sua Freguesia - Contributos para o seu Estudo* (1ª ed., Vol. 1). (s. n., Ed.) Cascais, Lisboa, Portugal: Cascais Editora.
- Pires, A. R. (2007). *Qualidade - Sistemas de Gestão da Qualidade* (3ª ed.). Lisboa, Lisboa, Portugal: Edições Sílabo.
- Pocinho, M. (2012). *Metodologia de Investigação e Comunicação do Conhecimento Científico* (1ª ed.). Lisboa, Lisboa, Portugal: Lidel - Edições Técnicas.

- Porter, M. (1980). *On Competitive Strategy – Techniques For Analyzing Industries And Competitors*. (s. n., Ed.) Nova Iorque, NY, USA: The Free Press.
- Porter, M. (1990). *Vantagem Competitiva* (s. n. ed.). (s. d., Ed.) Rio de Janeiro, RJ, Brasil: Editora Campus.
- Prodanov, C. C., & Freitas, E. C. (2013). *Metodologia do Trabalho Científico - Métodos e Técnicas de Pesquisa e do Trabalho Académico* (2ª ed.). (I. V. Ramos, Ed.) Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul, Brasil: Universidade Feevale. Obtido em 28 de junho de 2020
- Ramanantsoa, B., Reitter, R., Dussange, P., Stora, J., & Lemattre, P. (1993). Identidade. Em J.-P. Détrie, J.-P. Anastassopoulos, M. J. Rodrigues, P. Dionísio, & J. P. Esperança (Edits.), *Strategor - Política Global da Empresa* (L. Barros, Trad., 1ª ed., pp. 354 - 413). Lisboa, Lisboa, Portugal: Publicações D. Quixote.
- Ramos, M. R., & Serranho, P. (2017). *Bioestatística com SPSS - Notas de Apoio*. (Universidade de Coimbra, & Universidade Aberta, Editores) Obtido em 21 de setembro de 2021, de Repositório Aberto - UAB: <https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/9386/1/NotasBioestatisticaSPSS.pdf>
- Realinho, T. S. (2017). *A relação entre os benefícios e os níveis de motivação dos colaboradores: Estudo nas empresas Novadelta e Delta Serviços do Grupo Nabeiro – Delta Cafés*. Instituto Politécnico de Portalegre, Escola Superior de Tecnologia e Gestão. Portalegre: RCAAP - Repositório Aberto. Obtido em 22 de setembro de 2021, de <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/19855/1/ProjetoMestrado.TeresaRealinho..pdf>
- Rebelo, M. I. (2015). *O Trabalho Voluntário - Uma Reflexão Jurídica e Social* (1ª ed.). (s. n., Ed.) Lisboa, Lisboa, Portugal: Chiado Editora.
- Reis, E. (2001). *Estatística Multivariada Aplicada* (2ª ed.). Lisboa, Lisboa, Portugal: Edições Sílabo.
- Reis, E. (2008). *Estatística Descritiva* (7ª ed.). Lisboa, Lisboa, Portugal: Lisboa.
- Reis, E., Melo, P., Andrade, R., & Calapez, T. (2008). *Estatística Aplicada - Vol. 2* (4ª ed., Vol. 2). (M. Robalo, Ed.) Lisboa, Lisboa, Portugal: Edições Sílabo.
- Reis, F. L. (2018). *Investigação Científica e Trabalhos Académicos - Guia Prático* (1ª ed., Vol. 1). (M. Robalo, Ed.) Lisboa, Lisboa, Portugal: Edições Sílabo.

- Ribeiro, F. M., & Santos, S. F. (2013). *A Fiscalidade e as Organizações de Economia Social* (1ª ed.). Porto, Porto, Portugal: Vida Económica Editorial.
- Robertis, C. (2011). *Metodologia da Intervenção em Trabalho Social* (1ª ed.). (s. n., Ed., & R. D. Carvalho, Trad.) Porto, Porto, Portugal: Porto Editora.
- Rodrigues, A., Martins, A., Costa, B., Cruz, I., & Silva, P. P. (2011). Contabilidade e Finanças. Em J. Lisboa, A. Coelho, F. Coelho, & F. Almeida, *Introdução à Gestão das Organizações* (3ª ed., p. 716). Porto, Porto, Portugal: Vida Económica - Editorial SA.
- Rodrigues, J., & Reis, H. (2015). *Gestão Orçamental* (2ª ed.). (J. Costa, Ed.) Lisboa, Lisboa, Portugal: Escolar Editora.
- Romacho, J., Coelho, M., Alves, M. P., & Ascensão, M. J. (2011). *Normas Orientadoras para a Elaboração de Trabalhos Académicos*. ESTG - Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Portalegre - IPP - Instituto Politécnico de Portalegre, Ciências Empresariais, Sociais e Humanas. Portalegre: ESTG/IPP. Obtido em 15 de janeiro de 2019, de www.estgp.pt
- Saloner, G., Shepard, A., & Podolny, J. (2003). *Administração Estratégica* (1ª ed.). (s.n., Ed., & S. M. Ferreira, Trad.) Rio de Janeiro, RJ, Brasil: LTC - Livros Técnicos e Científicos Editora.
- Samuelson, P. A. (1964). *Economia - Uma análise introdutória* (6ª ed., Vol. 1). (s. n., Ed., & J. R. Garret, Trad.) Lisboa, Lisboa, Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Samuelson, P. A., & Nordhaus, W. D. (1989). *Economia* (12ª ed.). (s. d., Ed., & M. F. Godinho, Trad.) Lisboa, Lisboa, Portugal: Editora McGraw-Hill de Portugal.
- Santos (Coord.), P. M., Baía, A., Paiva, E., Silva, I., Gomes, J., Ferreira, J., . . . Conde, M. S. (2021). *Gestão de Organizações Sociais - Diagnóstico, Planeamento, Acompanhamento e Avaliação - Manual Prático* (1ª ed.). Lisboa, Lisboa, Portugal: Edições Esgotadas.
- Santos, B. S. (1998). *Introdução a uma Ciência Pós-Moderna* (5ª ed.). Porto, Porto, Portugal: Edições Afrontamento.
- Seixo, J. M. (2009). *Gestão Administrativa dos Recursos Humanos - Manual Prático Lidel* (7ª ed.). Lisboa, Lisboa, Portugal: Lidel - Edições Técnicas.
- Sekaran, U. (2003). *Research Methods for Business - A Skill-Building Approach* (4ª ed.). (P. McFadden, Ed., & s. n., Trad.) New York, NY, United States of America: John Wiley & Sons, Inc.

- Sequeira, A. F. (2013). *Gestão do Conhecimento em Empresas Multacionais: Estudo de Caso na SIEMENS Portugal*. Lisboa School of Economics & Management, Mestrado de Gestão e Estratégia Industrial. Lisboa: Repositório UTL. Obtido em 27 de junho de 2021, de <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/6305/1/DM-AFS-2013.pdf>
- Shiller, R. J. (2015). *A Ética das Finanças* (1ª ed.). (s. n., Ed., P. C. Guerra, & R. C. Guerra, Trans.) Lisboa, Lisboa, Portugal: Bertrand Editora.
- Silva, A. A. (s. d.). IX – *Representações Gráficas - Notas sobre a criação e apresentação de alguns tipos de gráficos*. (<http://alea-estp.ine.pt>, Editor, & Escola Secundária Tomaz Pelayo e Instituto Nacional de Estatística) Obtido em 20 de setembro de 2021, de www.alea.pt: http://www.alea.pt/images/dossies_pdf/dossier9.pdf
- Silva, E. S. (2013). *Dicionário de Gestão* (1ª ed.). (s. n., Ed.) Porto, Porto, Portugal: Vida Económica - Editorial. Obtido em 2 de março de 2020
- Silva, E. S. (2016). *Relatório Económico-Financeiro - Análise de Casos* (1ª ed.). Porto, Porto, Portugal: Vida Económica - Editorial.
- Silva, E. S. (2017). *O Balanced Scorecard (BSC) e os Indicadores de Gestão* (1ª ed.). Porto, Porto, Portugal: Vida Económica - Editorial.
- Silva, M. A., Costa, E. S., & Costa, A. A. (2013). *Conhecimento Científico e Senso Comum: uma Abordagem Teórica*(ISSN 1982-3657), p. 7. Obtido em 11 de junho de 2021, de <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/9718/96/95.pdf>
- Silva, N. C. (2019). *A Metodologia de Trabalho de Projeto na Área de Estudo do Meio do 1º Ciclo do Ensino Básico*. Instituto Politécnico de Setúbal, Escola Superior de Educação. Setúbal: Instituto Politécnico de Setúbal- RCAAP - Repositório Comum. Obtido em 30 de setembro de 2021, de <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/27772/1/Vers%c3%a3o%20definitiva-%20Projeto%20de%20Investiga%c3%a7%c3%a3o.pdf>
- Silva, S. T., & Soares, C. D. (2015). *Regime Fiscal das Entidades da Economia Social e Civil* (1ª ed.). Porto, Porto, Portugal: Vida Económica Editorial.
- Silveira, L. F. (1996). (s. n., Ed.) *A Filosofia da Ciência de Karl Popper: O Racionalismo Crítico*, p. 197 a 218. Obtido em 10 de junho de 2021, de <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:5-YxYVemxtIJ:https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5166086.pdf+&cd=28&hl=pt-PT&ct=clnk&gl=pt>

- Soares, E. C. (2013). Comunicação e Ciências Empresariais. (ESEC - Escola Superior de Educação de Coimbra, Ed.) *A Formação e o investimento das organizações nos seus Capitais Humanos: um estudo de caso sobre a importância da Avaliação da Formação*, pp. 77 - 89. Obtido em 20 de julho de 2021, de <http://exedra.esec.pt/wp-content/uploads/2014/09/06.pdf>
- Soares, J. C. (2011). *Dicionário de Gestão* (1ª ed., Vol. 1). Corroios, Setúbal, Portugal: Plátano Editora.
- Sousa, M. J., & Baptista, C. S. (2011). *Como fazer Investigação, Dissertações, Teses e Relatórios - Segundo Bolonha* (1ª ed., Vol. 1). (P. -E. Contemporânea, Ed.) Lisboa, Lisboa, Portugal: Lidel - Edições Técnicas.
- Sousa, M. J., Duarte, T., Sanches, P. G., & Gomes, J. (2006). *Gestão de Recursos Humanos - Métodos e Práticas* (7ª ed.). Lisboa, Lisboa, Portugal: Lidel - Edições Técnicas.
- Taylor, F. W. (1911). *Os Princípios da Gestão Científica* (1ª de 2011 ed.). (A. Rego, M. Robalo, M. Ceitil, M. Pina e Cunha, Edits., & M. Robalo, Trad.) Lisboa, Lisboa, Portugal: Sílabo. Obtido em 12 de junho de 2020
- Teixeira, S. (2013). *Gestão das Organizações* (3ª ed.). (J. Costa, Ed.) Lisboa, Lisboa, Portugal: Escolar Editora. Obtido em 13 de março de 2020
- Tomé, M. R. (1999). (s. n., Ed.) *Intervenção Social - Ética e Deontologia para o Serviço Social*, p. 47 a 54. Obtido em 20 de janeiro de 2020, de http://repositorio.ulusiada.pt/bitstream/11067/4083/1/is_19_1999_6.pdf
- Trocado, P. A. (2009). (D. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Ed.) *Dissertação de Mestrado - Os Corpos de Bombeiros no Distrito do Porto: Assimetrias Regionais*, p. 131. Obtido em 11 de dezembro de 2020, de <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/20346/2/mestpatriciatrocadocorpos000085082.pdf>
- Tzu, S. (2009). *A Arte da Guerra* (1ª ed.). (s. n., Ed., & C. C. Oliveira, Trad.) Lisboa, Lisboa, Portugal: Relógio D'Água Editores.
- Tzu, S. (2011). *A Arte da Guerra* (1ª ed.). (s. n., Ed.) Lisboa, Lisboa, Portugal: Vogais Editora.
- Valente, J. (2020). *Gestão Estratégica - Um Desafio do Sector Social* (1ª ed.). (s. n., Ed.) Lisboa, Lisboa, Portugal: Editorial Cáritas.
- Varajão, J. E. (2002). *Função de Sistemas de Informação - Contributos para a melhoria do sucesso da adopção de tecnologias de informação e desenvolvimento de sistemas de informação nas organizações*. Universidade do Minho, Departamento de Sistemas

- de Informação. Guimarães: Universidade do Minho. Obtido em 12 de julho de 2021, de <http://repositorium.uminho.pt/bitstream/1822/25960/1/TesePhdJoaoVarajao.pdf>
- Vieira, M. T. (2008). *Amostragem*. Universidade de Aveiro, Departamento de Matemática. Aveiro: Universidade de Aveiro. Obtido em 2 de agosto de 2021, de <https://ria.ua.pt/bitstream/10773/2909/1/2009000495.pdf>
- Vieira, N. d., Parente, C., & Barbosa, A. C. (01 de julho de 2017). (Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Instituto de Sociologia da Universidade do Porto, & Universidade Federal de Minas Gerais, Edits.) *Terceiro Setor, Economia Social e Economia Solidária: Laboratório por Excelência de Inovação Social*, p. 22 (101 a 121). doi:<http://dx.doi.org/10.21747/08723419/soctem2017a4>
- Vilar, D. G. (2003). Intervenção Social. *Ciência, Sociedade e Serviço Social*, 191 a 199. Lisboa, Lisboa, Portugal: Universidade Lusitana. Obtido em 2 de julho de 2021, de http://repositorio.ulusiada.pt/bitstream/11067/4185/1/is_27_2003_9.pdf
- Zanella, L. C. (2009). *Metodologia de Estudo e de Pesquisa em Administração* (1ª ed.). (D. d. UFSC, & [Brasília], Edits.) Macapá, Amapá, Brasil: Universidade Aberta do Brasil - UAB / Universidade Federal do Amapá. Obtido em 11 de junho de 2021, de <https://www2.unifap.br/clauidiomarcio/files/2015/12/LIVRO-Metodologia-de-Estudo-e-Pesquisa-em-Administra%C3%A7%C3%A3o.pdf>
- Zorrinho, C. (1995). *Gestão da Informação - Condição para Vencer*. (s. n., Ed.) Évora, Évora, Portugal: IAPMEI.

Apêndices

Apêndice 1 - Mensagem Eletrónica

Exmo(a). Sr(a).

Diretor(a)

da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários

O meu nome é José Francisco Capitão Pardal, de 69 anos de idade, sou estudante de Mestrado em Contabilidade e Finanças, do Instituto Politécnico de Portalegre.

Estou ligado como dirigente à Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da minha terra (Estremoz) há quase quatro dezenas de anos, o que representa uma motivação extra para o trabalho de projeto que pretendo apresentar.

É meu orientador de mestrado o Sr. Professor, Dr. Nuno Miguel Costa Tavares, docente do citado **Instituto Politécnico de Portalegre**.

O objetivo principal do trabalho de projeto é estudar a perceção da importância da contabilidade como sistema de informação, no âmbito da tomada de decisão da gestão.

O instrumento utilizado para inquirir sobre o tema do estudo é **um questionário** elaborado com 4 grupos (A, B, C, D), sendo que as perguntas de cada grupo têm os seguintes objetivos: caracterização da Associação (grupo A), caracterização da elaboração e dos custos da Contabilidade (grupo B), caracterização da utilização da Contabilidade (grupo C) e a importância da Contabilidade (grupo D).

Tomei a liberdade de enviar o questionário a todos os Diretores da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários que dirige, através da *Internet*, em *link*, para o *email* da Associação. Agradeço que **abra** (clique em cima com o rato), **preencha** (menos de 10 minutos) e **submeta** (não esquecer).

Apelo à vossa colaboração e sensibilidade para a ajuda que me vão prestar.

A informação prestada nos questionários é estritamente **confidencial** e só serão conhecidos os resultados globais e estatísticos do somatório das respostas devolvidas pelos diretores das várias Associações.

Um **muito obrigado** pela colaboração e pelo tempo que lhe tomei.

Os meus cumprimentos a V. Exa. e a toda a Associação que dirige.

A Percepção da Importância da Contabilidade como Sistema de Informação,

no Âmbito da Tomada de Decisão da Gestão

O caso das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários

Eis a ligação para o formulário "A Contabilidade, como Sistema de Informação, no Âmbito da Tomada de Decisão"

":

https://forms.office.com/Pages/ResponsePage.aspx?id=DQSIkWdsW0yxEjajBLZtrQAAA_AAAAAAAAAAANAAbhKd5tUMFc4RjYxMkk3OUJSOFAwTUy5MFE4QzBXUy4u

Apêndice 2 - Questionário

Inquérito

QUESTIONÁRIO

A1 - Caracterização da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários

1 Indique em que Distrito ou Região Autónoma está situada a Associação Humanitária de Bombeiros da qual é dirigente:

Açores	
Aveiro	
Beja	
Braga	
Bragança	
Castelo Branco	
Coimbra	
Évora	
Faro	
Guarda	
Leiria	
Lisboa	
Madeira	
Portalegre	
Porto	
Santarém	
Setúbal	
Viana do Castelo	
Vila Real	
Viseu	

2 Número total de Bombeiros e Bombeiras Voluntários(as), incluindo os que estão empregados(as) na Associação:

Até 20	
De 21 a 50	
De 51 a 85	
De 86 a 120	
Mais de 120	

3 Número de Colaboradores(as) remunerados, incluindo os Bombeiros e Bombeiras empregados(as), na Associação:

0	
De 1 a 10	
De 11 a 20	
De 21 a 50	
Mais de 50	

4 Indique qual o número atual de Diretores da vossa Associação:

0 a 5	
Mais de 5	

5 Indique o nível total dos Rendimentos (incluindo quotas, faturação, subsídios, etc.) atingidos no Período fiscal de 2019, pela vossa Associação:

Até 250.000 €	
De 250.001 € até 500.000 €	
De 500.001 € até 750.000 €	
De 750.001 € até 1.000.000 €	
De 1.000.001 € até 1.250.000 €	
De 1.250.000 € até 1.500.000 €	
Mais de 1.500.001 €	

6 No Período fiscal de 2019 a Associação que gere, apresentou Resultados:

Positivos	
Negativos	

A2 - Caracterização da Direção da Associação

7 Indique qual o seu Género (Feminino ou Masculino):

Feminino	☐
Masculino	☐

8 Indique o escalão da sua idade:

De 18 a 30	☐
De 31 a 45	☐
De 46 a 55	☐
De 56 a 65	☐
Mais de 65	☐

9 Indique as suas Habilitações Académicas:

Até ao 1º Ciclo (4º ano)	☐
2º Ciclo (6º ano)	☐
3º Ciclo (9º ano)	☐
Ensino Secundário (12º ano)	☐
Licenciatura	☐
Mestrado	☐
Doutoramento	☐

10 Em atividade:

Sim	☐
Não (Reformado/Aposentado/Desempregado)	☐

11 Qual a sua área de formação: No caso de coexistirem várias áreas de formação indicar aquela a que mais recorre no exercício das funções (Ex.: Forças de Segurança, Militar, Banca, Engenharia Civil, Gestão, Economia, Contabilidade, Informática, Telecomunicações, Administrativas, etc.)

Se faz favor, responda aqui: _____

12 Anos de experiência em Direção ou Administração de Associações/Empresas:

Menos de 1	☐
De 1 a 5	☐
De 6 a 10	☐
De 11 a 20	☐
Mais de 20	☐

13 F r e q u e n t o u , procura ou já procurou frequentar cursos de formação relacionado com Gestão?

Sim	☐
Não	☐

Se escolheu **SIM**, passe para a **questão 15**.

14 Indique porque não tem procurado frequentar cursos relacionados com a Gestão?

Para quem respondeu “**NÃO**” na pergunta 13 (Procura ou já procurou frequentar cursos de formação relacionado com Gestão?)

Por favor, selecione **todas** as que se aplicam:

Não tenho disponibilidade ou oportunidade	☐
Não existem recursos financeiros suficientes	☐
Não acrescentam nada ao conhecimento	☐
Não existe informação exterior sobre estes tipos de cursos	☐
Não tenho interesse	☐

B1 - A Elaboração da Contabilidade da Associação

15 Local onde está centralizado o serviço da contabilidade da Associação

(Pretende-se determinar onde é que é elaborada a contabilidade)

Por favor, indique **apenas uma** das seguintes opções:

Na Associação (internamente)	☐
Em Empresa de Contabilidade (externamente)	☐
Parte Internamente e Parte Externamente	☐

16 Existe algum(a) colaborador(a) ou departamento administrativo que prepare e enderece toda a documentação para o serviço ou empresa de contabilidade?

Por favor, indique **apenas uma** das seguintes opções:

Sim	☐
Não	☐

17 Que tipos de aplicações contabilísticas é que existem na Associação Humanitária e onde é que a Contabilidade é elaborada?

Por favor, indique uma resposta apropriada para cada item:

	Na Associação	Na empresa de Contabilidade	Não aplicável	Desconheço
Contabilidade Geral ou Financeira				
Contabilidade Analítica ou de Gestão				
Contabilidade Orçamental				

18 O responsável pela contabilidade da Associação remete-vos a informação contabilística, com que periodicidade?

Por favor, indique apenas uma das seguintes opções:

Mensalmente	☐
Trimestralmente	☐
Semestralmente	☐
Anualmente	☐
Raramente ou Nunca	☐

19 O responsável pela contabilidade toma a iniciativa de vos entregar a informação contabilística ou tem de lhe ser pedida?

Por favor, indique uma das opções:

Por iniciativa do responsável pela Contabilidade	☐
Por solicitação da Direção da Associação	☐
Ambos os casos anteriores	☐
Não é entregue	☐

B2 – Os Custos com a Contabilidade da AHBV

20 Vê a contabilidade como uma mais-valia para a Associação ou um custo desnecessário?

Por favor, indique **apenas uma** das seguintes opções:

Uma mais-valia	☐
Um custo desnecessário	☐

21 Qual o custo que a Associação suporta mensalmente com a Contabilidade (IVA incluído)?

Por favor, indique **apenas uma** das seguintes opções:

Menos de 100 €	☐
Entre 101 e 250 €	☐
Entre 251 e 500 €	☐
Entre 501 e 1.000 €	☐
Mais de 1.000 €	☐

22 Como considera o nível do custo que a Associação suporta com a elaboração da Contabilidade?

Por favor, indique qual a resposta apropriada para esta pergunta:

Muito reduzido	☐
Reduzido	☐
Valor Justo	☐
Elevado	☐
Muito elevado	☐

23 Considera o responsável pela contabilidade, um criador de valor para a Associação?

Por favor, indique **apenas uma** das seguintes opções:

Sim	☐
Não	☐

24 Numa relação preço/qualidade do serviço de contabilidade, escolha o seu grau de concordância nas seguintes afirmações?

Por favor, indique uma resposta apropriada para cada item, sendo 1 (Discordo totalmente), 2 (Discordo parcialmente), 3 (Não concordo, nem discordo), 4 (Concordo parcialmente) e 5 (Concordo totalmente):

	1	2	3	4	5
Prefiro pagar mais pelo serviço de Contabilidade, para ter uma informação de confiança e qualidade.					
Prefiro pagar pouco pelo serviço de Contabilidade e que sejam cumpridas as obrigações legais mínimas.					
Prefiro pagar o mínimo possível pelo serviço de Contabilidade, sujeitando-me a eventuais coimas da Autoridade Tributária por incumprimentos.					
Já deixei de ter ou fazer algo importante para a Associação, para poder cumprir com os pagamentos pelo serviço de Contabilidade.					

C1 – A Utilização da Informação Contabilística da AHBV

25 Possuir contabilidade é uma obrigação legal.

Se não o fosse, continuaria a ter esse serviço?

Por favor, indique só uma resposta a este item:

Sim	☐
Não	☐

26 Utiliza a informação da Contabilidade na gestão da vossa Associação?

Por favor, indique **apenas uma** das seguintes opções:

Sim	☐
Não	☐

Se respondeu “Sim” a esta pergunta avance para a pergunta seguinte “26” (O ponto que pretende analisar o seu interesse na informação Contabilística da AHBV?)

Se respondeu “Não” a esta pergunta avance para a pergunta “34” (O ponto pretende analisar os motivos, porque não utiliza a informação contabilística?)

C2 – Utiliza a Informação Contabilística da AHBV

27 Pretende-se analisar o seu interesse na informação Contabilística da vossa Associação.

Responda tanto quanto possível, de acordo com a sua experiência pessoal.

Com que frequência utiliza a informação da contabilidade na gestão da Associação?

Responda a esta pergunta apenas se a seguinte condição é verdadeira:

Se respondeu “Sim” na pergunta “26” (Utiliza a informação da Contabilidade na gestão da associação?)

Por favor, indique **apenas uma** das seguintes opções:

Pelo menos 1 vez por semana	☐
Pelo menos 1 vez por mês	☐
Pelo menos 1 vez por trimestre	☐
Pelo menos 1 vez por semestre	☐
Pelo menos 1 vez por ano	☐

28 Selecione quais os tipos de informação contabilística que utiliza?

Responda a esta pergunta apenas se a seguinte condição é verdadeira:

Se respondeu “Sim” na pergunta “26” (Utiliza a informação da Contabilidade na gestão da associação?)

Por favor, indique **todas** as opções, que considere verdadeiras:

Balanço	☐
Demonstração de Resultados do Período	☐
Desvios orçamentais (análise a balancetes, etc.)	☐
Rácios Económico-financeiros	☐
Fluxos de Caixa	☐
Mapas e gráficos personalizados	☐
Outras	☐

29 Classifique o seu grau de satisfação com a informação da contabilidade quanto ao seu prazo de entrega e qualidade?

Responda a esta pergunta apenas se a seguinte condição é verdadeira:

Se respondeu “Sim” na pergunta “26” (Utiliza a informação da Contabilidade na gestão da associação?)

Por favor, indique uma **resposta apropriada para cada item**, sendo 1 (Muito insatisfeito), 2 (Insatisfeito), 3 (Nem satisfeito, nem insatisfeito), 4 (Satisfeito) 5 (Muito satisfeito):

	1	2	3	4	5
Prazo de Entrega					
Qualidade do Trabalho					

30 Classifique o seu grau de concordância nas seguintes afirmações?

Responda a esta pergunta apenas se a seguinte condição é verdadeira:

Se respondeu “Sim” na pergunta “26” (Utiliza a informação da Contabilidade na gestão da associação?)

Por favor, indique uma resposta apropriada para cada item, sendo 1 (Discordo totalmente), 2 (Discordo parcialmente), 3 (Não concordo, nem discordo), 4 (Concordo parcialmente) e 5 (Concordo totalmente):

	1	2	3	4	5
A informação da Contabilidade é importante nas decisões do dia a dia (operacionais)					
A informação da Contabilidade é importante nas decisões de investimentos, novos negócios, etc. (estratégicas)					
A informação da Contabilidade é importante para o planear os objetivos a atingir					
A informação da Contabilidade é importante para o controlo orçamental					
A informação da Contabilidade é importante para compreender os resultados do final do ano					
Através da informação da contabilidade, é possível prever crises financeiras e o eventual risco de insolvência					

31 Classifique o seu grau de concordância nas seguintes afirmações?

Responda a esta pergunta apenas se a seguinte condição é verdadeira:

Se respondeu “Sim” na pergunta “26” (Utiliza a informação da Contabilidade na gestão da associação?)

Por favor, indique uma resposta apropriada para cada item, sendo 1 (Discordo totalmente), 2 (Discordo parcialmente), 3 (Não concordo, nem concordo), 4 (Concordo parcialmente) e 5 (Concordo totalmente):

	1	2	3	4	5
Tem uma relação de confiança com quem elabora a Contabilidade					
A informação contabilística é essencialmente um meio para apurar impostos para o Estado					
O tempo despendido com o elevado número de obrigações declarativas, reduziu a qualidade da informação contabilística					
A utilização da informação contabilística permite uma melhor gestão da Associação					
A utilização da informação contabilística permite uma obtenção de melhores resultados da Associação					
A utilização da informação contabilística permite um melhor relacionamento com os clientes internos da Associação					
A utilização da informação contabilística permite um melhor relacionamento com os clientes externos da Associação					

32 De modo geral, qual é o nível de importância que atribui à informação contabilística, quando toma decisões?

Sendo que 0 é nada importante e 10 extremamente importante.

Responda a esta pergunta apenas se a seguinte condição é verdadeira:

Se respondeu “Sim” na pergunta “26” (Utiliza a informação da Contabilidade na gestão da associação?)

Por favor, assinala apenas a uma resposta à pergunta.

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Nada importante					Extremamente importante					

*A Percepção da Importância da Contabilidade como Sistema de Informação,
no Âmbito da Tomada de Decisão da Gestão*

O caso das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários

Se respondeu “Sim” na pergunta “26” (Utiliza a informação da Contabilidade na gestão da associação?) depois de responder à pergunta “32” deve passar para a pergunta “35”.

C3 – Não Utiliza a Informação Contabilística da Associação

33 Este ponto pretende analisar os motivos, porque não utiliza a informação contabilística

Responda tanto quanto possível, de acordo com a sua experiência pessoal.

Escolha o seu grau de concordância nas seguintes afirmações?

Responda a esta pergunta apenas se a seguinte condição é verdadeira:

Se respondeu “Não” na pergunta “26” (Utiliza a informação da Contabilidade na gestão da associação?)

Por favor, indique uma resposta apropriada para cada item, sendo 1 (Discordo totalmente), 2 (Discordo parcialmente), 3 (Não concordo, nem discordo), 4 (Concordo parcialmente) e 5 (Concordo totalmente):

	1	2	3	4	5
Não necessito da informação contabilística para tomar decisões na Associação.					
O responsável pela Contabilidade não entrega a informação ou esta é insuficiente.					
A linguagem e a forma como é apresentada a informação contabilística é difícil de entender.					
A informação da Contabilidade não é de confiança.					
A informação da Contabilidade não é entregue em tempo útil.					
Desconheço as potencialidades da informação contabilística.					
Como trabalhador ativo, tenho pouca disponibilidade para as tarefas de gestão da Associação.					
A informação contabilística é, essencialmente, um meio para apurar impostos para o Estado.					

34 Escolha o seu grau de concordância nas seguintes afirmações?

Responda a esta pergunta apenas se a seguinte condição é verdadeira:

Se respondeu “Não” na pergunta “26” (Utiliza a informação da Contabilidade na gestão da associação?)

Por favor, indique uma resposta apropriada para cada item, sendo 1 (Discordo totalmente), 2 (Discordo parcialmente), 3 (Não concordo, nem discordo), 4 (Concordo parcialmente) e 5 (Concordo totalmente):

	1	2	3	4	5
Com uma linguagem e apresentação mais simples passaria a utilizar a informação da Contabilidade.					
Para compreender melhor a informação é necessário ter alguns conhecimentos de Contabilidade, de Gestão e de Finanças.					
Com conhecimentos em Contabilidade, em Gestão e em Finanças seria possível obter melhores resultados na Associação.					
Tem relação de confiança com quem elabora a Contabilidade.					
O responsável pela Contabilidade não conhece a realidade da Associação, logo não pode dar uma informação adequada.					
Não são apresentados todos os elementos da Associação à Contabilidade, logo a informação não é fiável.					

D – A Importância da Contabilidade, como Sistema de Informação para a Tomada de Decisão

35 Classifique o grau de importância dos seguintes fatores, na tomada de decisão de gestão na Associação?

Por favor, indique uma **resposta apropriada para cada item**, sendo 1 (Nada importante), 2 (Pouco importante), 3 (Mais ou menos importante), 4 (Importante) e 5 (Muito importante):

	1	2	3	4	5
Experiência profissional.					
Formação pessoal e académica.					
Conselhos de pessoas próximas (amigos, familiares e outros).					
Intuição.					
Informação de meios de comunicação (TV, jornais, internet...)					
Informação da Contabilidade e contabilista.					
Conselhos de outros profissionais (advogados, economistas...).					

36 Classifique o grau de interesse que cada um dos abaixo indicados possui na informação contabilística da sua Associação:

Por favor, indique uma resposta apropriada para cada item, sendo 1 (Desinteresse Total), 2 (Desinteresse), 3 (Nem interesse, nem desinteresse), 4 (Interesse) e 5 (Muito interesse):

	1	2	3	4	5
AT- Autoridade Tributária e Aduaneira					
Bancos					
Sócios					
Clientes a quem prestamos serviços					
Bombeiros e outros colaboradores					
Órgãos Sociais					
Fornecedores					
Autarquias e População					

37 Classifique a influência dos seguintes fatores na tomada de decisão de gestão na vossa Associação?

Por favor, indique uma resposta apropriada para cada item, sendo 1 (Nada influente), 2 (Pouco influente), 3 (Mais ou menos influente), 4 (Influente) e 5 (Muito influente):

	1	2	3	4	5
Os Fatores económicos.					
Os Fatores políticos.					
Os Fatores sociais.					
Os Fatores ambientais.					
Os Resultados do período.					
A Tesouraria corrente.					
O Nível de endividamento.					

Obrigado por ter concluído este inquérito e pelo tempo que lhe tomei
Agradeço que, submeta o inquérito

*A Perceção da Importância da Contabilidade como Sistema de Informação,
no Âmbito da Tomada de Decisão da Gestão
O caso das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários*

Anexos

Anexo 1 - Ofício da LBP dirigido às Associações de Bombeiros



INSTITUIÇÃO
DE UTILIDADE
PÚBLICA

LIGA DOS BOMBEIROS PORTUGUESES
CONFEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES E CORPOS DE BOMBEIROS

FUNDADA EM 18 DE AGOSTO DE 1930 • LEGALIZADA POR PORTARIA DO MINISTÉRIO DO INTERIOR DE 30-5-1932 • DIÁRIO DO GOVERNO – II SÉRIE, Nº 129 DE 4-6-1932
FEDERADA NO "COMITÉ TECHNIQUE INTERNATIONAL DE LA PREVENTION ET DE L'EXTINCTION DU FEU" • MEMBRO DA "NATIONAL FIRE PROTECTION ASSOCIATION"

Comendador da Ordem de Benemerência – 1935
Membro Honorário da Ordem Militar de Cristo – 1980
Membro Honorário da Ordem da Liberdade – 2008
Prémio Direitos Humanos – 2008

Proc.: JMS/ST

N. Ref.: SEC - 274

Data: Lisboa, 5 de Fevereiro de 2021

Ex.^{mo(a)} Senhor(a)
- Presidente da Direção
- Órgão Social da LBP

Assunto: Inquérito "A Contabilidade, como Sistema de Informação, no Âmbito da Tomada de Decisão"

Ex.^{mo(a)} Senhor(a)

Serve o presente ofício para divulgar o inquérito "A Contabilidade, como Sistema de Informação, no Âmbito da Tomada de Decisão", que pretende estudar a perceção da importância da contabilidade como sistema de informação, no âmbito da tomada de decisão da gestão nas Associações de Bombeiros.

Apelamos a V. Exa. na resposta a este inquérito, através do link:

<https://forms.office.com/Pages/ResponsePage.aspx?id=DQSIkWdsW0yxEjaiBLZtrQAAAAAAAAAANAAbhKd5tUMFc4RjYxMkk3OUJSOFawTUY5MFE4QzBXUy4u>

Com os melhores cumprimentos,

A BEM DA HUMANIDADE

O Presidente

Jaime Marta Soares

Comandante

O caso das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários

N.º 247

22 de dezembro de 2020

Pág. 13

[illegible]



INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO DA DECLARAÇÃO MODELO 25

DONATIVOS RECEBIDOS

No âmbito das obrigações acessórias das entidades beneficiárias dos donativos, serve este modelo para cumprir com as disposições legais contidas na alínea c) do n.º 1 do artigo 66.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais.

O cumprimento desta obrigação fiscal deve efetivar-se através do preenchimento e envio do presente modelo por transmissão eletrónica de dados, até ao fim do mês de fevereiro de cada ano, referente aos donativos recebidos no ano anterior.

Quadro 1 – Identificação da Entidade Beneficiária dos Donativos Recebidos

Deve proceder-se à identificação da entidade beneficiária dos donativos recebidos, a qual se realiza através da menção do respetivo número de identificação fiscal (NIF) no campo 01.

Entende-se por entidades beneficiárias (sujeitas a esta obrigação) aquelas que recebem os bens de um doador, podendo ser entidades públicas ou privadas, cujas atividades consistam predominantemente na realização de iniciativas nas áreas social, cultural, ambiental, desportiva, educacional ou científica.

Os donativos constituem entregas em dinheiro ou em espécie concedidos sem contrapartidas que configurem obrigações de carácter pecuniário ou comercial às entidades referidas no parágrafo anterior.

Quadro 2 – Ano dos Donativos

Deve indicar-se o ano a que se reporta a declaração, que corresponderá ao do recebimento dos donativos indicados no quadro 5.

Quadro 4 – Tipo de declaração

Se o preenchimento e envio deste modelo se refere à primeira declaração do ano a que respeitam os donativos recebidos, deve assinalar-se o campo 01 e se respeita a declaração de substituição, deve assinalar-se o campo 02.



Quadro 5 – Relação das Entidades Doadoras e dos Donativos

Campo 01 – Deve proceder-se à identificação das entidades doadoras, identificação que se deverá efetuar através da indicação do respetivo NIF.

Campo 02 – Deve proceder-se à indicação dos donativos, por doador, de acordo com os códigos de identificação constantes do elenco que a seguir se apresenta.

CÓDIGO/DESIGNAÇÃO

01 - Mecenato religioso

(n.º 2 do artigo 63.º do EBF)

Donativos concedidos por pessoas singulares a igrejas, instituições religiosas, pessoas coletivas de fins não lucrativos pertencentes a confissões religiosas ou por elas instituídas.

02 – Estado - Mecenato social

(n.ºs 1 e 2 do artigo 62.º do EBF)

Donativos destinados a fins de carácter social concedidos a:

- Estado, Regiões Autónomas, autarquias locais e qualquer dos seus serviços;
- Associações de municípios e de freguesias;
- Fundações em que o Estado, as Regiões Autónomas ou as autarquias locais participem no património inicial;
- Fundações de iniciativa exclusivamente privada que prossigam fins de natureza predominantemente social, relativamente à sua dotação inicial, nas condições estabelecidas no n.º 9 do artigo 62.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais;
- Creches, lactários e jardins-de-infância legalmente reconhecidos pelo ministério competente.

Para o ano de 2020 são ainda, considerados os donativos concedidos:

- SPMS – Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE;
- Entidades Hospitalares, EPE dos Serviços Regionais de Saúde.



03 – Estado - Mecenato familiar

(n.ºs 1 e 5 do artigo 62.º do EBF)

Donativos concedidos às entidades mencionadas no código 02, que se destinem a custear as seguintes medidas:

- Apoio pré-natal a adolescentes e a mulheres em situação de risco e à promoção de iniciativas com esse fim;
- Apoio a meios de informação, de aconselhamento, encaminhamento e de ajuda a mulheres grávidas em situação social, psicológica ou economicamente difícil;
- Apoio, acolhimento, ajuda humana e social a mães solteiras;
- Apoio, acolhimento, ajuda social e encaminhamento de crianças nascidas em situações de risco ou vítimas de abandono;
- Ajuda à instalação de centros de apoio à vida para adolescentes e mulheres grávidas cuja situação socioeconómica ou familiar as impeça de assegurar as condições de nascimento e educação da criança;
- Apoio à criação de infraestruturas e serviços destinados a facilitar a conciliação da maternidade com a atividade profissional dos pais.

04 – Estado – Mecenato ambiental/ desportivo/ educacional

(n.ºs 1 e 2 do artigo 62.º do EBF)

Donativos concedidos às entidades mencionadas no código 02, destinados exclusivamente a fins de carácter ambiental, desportivo e educacional.

Apoios concedidos entre 1 de janeiro de 2007 e 31 de dezembro de 2013 para a concretização do Plano Nacional de Leitura aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 86/2006, de 12 de julho.

05 – Estado – Mecenato ambiental/ desportivo/ educacional (contratos plurianuais)

(n.ºs 1 e 2 do artigo 62.º do EBF)

Donativos concedidos às entidades mencionadas no código 02, destinados exclusivamente a fins de carácter ambiental, desportivo e educacional, quando atribuídos ao abrigo de contratos plurianuais celebrados para fins específicos que fixem os objetivos a prosseguir pelas entidades beneficiárias e os montantes a atribuir pelos sujeitos passivos.

Apoios concedidos entre 1 de janeiro de 2007 e 31 de dezembro de 2013 para a concretização do Plano Nacional de Leitura aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 86/2006, de 12 de julho.

Fonte: AT – Autoridade Tributária e Aduaneira

<https://www.portaldasfinancas.gov.pt/pt/CD/menu.action?pai=5367&seqId=CD>

Legislação em <https://dre.pt/web/quest/home/>

<https://dre.pt/web/quest/home/?serie=II&at=c&parte=filter=41&day=2020-12-22&date=2020-12-01>